



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

MAÍSA HODECKER

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DESASTRES E APEGO AO LUGAR DE
ACORDO COM ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA LAGOA ARTIFICIAL DE
INFILTRAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS (ETE)
NA LAGOA DA CONCEIÇÃO/SC**

Orientadora: Prof^ª. Dra. Andréa Barbará S. Bousfield.
Co-Orientadora: Prof^ª. Dra. Máira Longhinotti Felipe.

FLORIANÓPOLIS, SC

2024

2024

MAÍSA HODECKER

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DESASTRES E APEGO AO LUGAR DE
ACORDO COM ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA LAGOA ARTIFICIAL DE
INFILTRAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS (ETE)
NA LAGOA DA CONCEIÇÃO/SC**

Tese apresentada como requisito à obtenção do grau de Doutora em Psicologia, Doutorado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Doutorado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Andréa Barbará S. Bousfield.

Co-Orientadora: Prof^ª. Dra. Máira Longhinotti Felipe.

FLORIANÓPOLIS, SC

2024

Hodecker, Maísa

Representações sociais de desastres e apego ao lugar de acordo com atingidos pelo rompimento da lagoa artificial de infiltração da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) na Lagoa da Conceição/SC / Maísa Hodecker ; orientadora, Andréa Barbará da S. Bousfield, coorientador, Maíra Longhinotti Felipe, 2024.

250 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Teoria das Representações Sociais. 3. Psicologia Social. 4. Psicologia Ambiental. 5. Desastres Socioambientais. I. Bousfield, Andréa Barbará da S.. II. Felipe, Maíra Longhinotti. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

Maísa Hodecker

Representações sociais de desastres e apego ao lugar de acordo com atingidos pelo rompimento da lagoa artificial de infiltração da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) na Lagoa da Conceição/SC

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 12 de agosto de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Adria de Lima Sousa, Dra.
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Ana Maria Justo, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Andréia Isabel Giacomozzi, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Adriano Schlosser, Dr.
Universidade do Oeste de Santa Catarina

Profa. Bettieli Barboza da Silveira, Dra.
Universidade do Estado de Minas Gerais

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia.



Documento assinado digitalmente

Ana Lucia Mandelli de Marsillac

Data: 24/10/2024 15:05:58-0300

CPF: ***.653.470-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Documento assinado digitalmente

Andrea Barbara da Silva Bousfield

Data: 24/10/2024 15:28:04-0300

CPF: ***.659.850-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Andréa Barbará da S. Bousfield, Dra.
Orientadora

Florianópolis, 2024

DEDICATÓRIA

NÃO ERAM SÓ BENS MATERIAIS...

Vão-se os anéis e ficam os dedos, mas não, não eram só bens materiais.
Era aquela smart tv que o pai com sacrifício comprou para que junto com os filhos pudessem
assistir à final da Libertadores.

Era o jogo de sofá que aquela mãe namorou o ano inteiro, que economizou todos os centavos
e se esforçou para comprar só para que ao chegar em casa, depois de um cansativo dia, não
encontrasse a filha sentada no chão frio da sala assistindo TV.

Não eram só bens materiais...

Era aquele carro, era aquela moto, que o rapaz ou a moça conquistou, trocando viagens e
baladas por dias e noites de trabalho.

Era aquele álbum de fotografias que imprimiam histórias de uma geração inteira...

Não eram só bens materiais...

Eram sonhos realizados depois de muito suor naquela loja, naquele consultório, naquele
escritório, naquela oficina, naquele atelier...

Era a compra do mês...

O material escolar...

A roupa nova que ganhou no Natal...

A boneca preferida...

O carrinho que passou do pai para o filho...

Não eram só bens materiais...

Era a casa que abrigava uma família...

"Vão-se os anéis e ficam os dedos"

Eu até posso concordar com este "ditado" no sentido pleno da gratidão, mas só quem
PERDEU TUDO é que sabe preço que cada anel lhe custou.

Um sentimento que não se explica!

- Thiarles Yan, 2024.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que ouviu todas as minhas preces ao longo dessa jornada. Foram muitas as vezes que busquei força, saúde, motivação, entusiasmo e, acima de tudo, resiliência para enfrentar as adversidades que surgiram.

À minha mãe, a quem devo tudo. Agradeço por ser a raiz de quem sou e da profissional que pude me tornar. Desde a infância, você sempre me ensinou que “o estudo é algo que ninguém pode te roubar.” Seu incentivo constante para estudar, crescer, errar e aprender é uma das minhas maiores motivações. Este doutorado é um sonho que compartilhamos.

Ao meu pai, que, por quatro anos, me perguntava diariamente: “Como está o doutorado, filha?”. Sua preocupação e amizade foram essenciais para mim. Obrigada por ser meu parceiro em cada passo desta jornada.

Ao meu marido, cuja paciência e compreensão foram um alicerce nos momentos de estresse. Você sempre foi um ótimo ouvinte e me orientou nos momentos de dúvida, enfrentando as adversidades da vida ao meu lado, sem nunca soltar a minha mão.

Com carinho, quero relembrar as professoras que, ao longo dos anos, tiveram um papel fundamental na realização deste doutorado: Roberta Borghetti Alves, Ariane Kuhnen e Maíra Longhinotti Felipe. Roberta, você foi uma inspiradora orientadora e a maior motivação para que eu ingressasse no mestrado. Ariane, minha querida orientadora do mestrado, que me ensinou a realizar pesquisas com empatia e carinho, criando um ambiente de laboratório que se tornou um verdadeiro lar. Maíra, a profissional mais competente que conheço, cuja orientação no Hospital Joana de Gusmão foi crucial para meu desenvolvimento. Você exemplifica o que significa ser uma educadora, e sua gentileza e dedicação deixarão uma marca eterna na minha vida.

Agradeço aos colegas do LACCOS pelo acolhimento.

Um agradecimento especial aos professores do LACCOS, Brígido, Ana Maria e Andréia, por todos os ensinamentos, trocas e momentos afetivos. Cada aprendizado com vocês foi um privilégio.

Em especial, quero expressar minha gratidão à professora e orientadora Andréa. As palavras são insuficientes para descrever meu carinho e gratidão por você ter sido, além de orientadora, uma amiga. Você foi a primeira a quem recorri para compartilhar minhas dificuldades, mostrando-se sempre preocupada com o meu bem-estar e aprendizado. Seu exemplo me inspira a ser, no futuro, para meus alunos, o que você foi para mim.

Por fim, gostaria de agradecer aos professores que desempenharam papéis fundamentais na minha trajetória acadêmica: Carmen L. O. O. More, Daniela R. Schneider, Fernanda M. Lopes, Lucienne M. Borges, Marina Menezes e Mauro Luis Vieira.

HODECKER, Maísa. Representações sociais de desastres e apego ao lugar de acordo com atingidos pelo rompimento da lagoa artificial de infiltração da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) na Lagoa da Conceição/SC. Tese de Doutorado em Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2024.
Orientadora: Dra. Andréa Barbará S. Bousfield.
Co-Orientadora: Dra. Maíra Longhinotti Felipe.
Data da defesa: 12/08/2024.

RESUMO

A ocorrência de desastres no Brasil e no mundo tem aumentado exponencialmente, desencadeando danos sociais, econômicos, ambientais e psicológicos. As pessoas não só perderam suas residências, como perdem lugares carregados de memórias, vínculos e afetividade. Em 25 de janeiro de 2021 sucedeu um desastre ambiental na Lagoa da Conceição em Santa Catarina após o deslizamento de um talude natural que atuava na contenção de parte do volume da lagoa de evapoinfiltração que dispõe de efluentes tratados da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). A água que verteu da lagoa inundou de forma repentina uma área urbanizada, localizada na Servidão Manoel Luiz Duarte e atingiu a Lagoa da Conceição, ocasionando diversos prejuízos materiais e imateriais – inclusive a morte de animais marinhos e domésticos. Foram identificadas 35 residências e 66 pessoas prejudicadas significativamente pelo desastre ambiental. Essa pesquisa buscou compreender as relações entre representações sociais de desastre ambiental e apego ao lugar para pessoas afetadas pelo desastre ambiental na Lagoa da Conceição em Florianópolis/SC. Participaram da pesquisa sete pessoas atingidas (cinco do gênero feminino; dois do gênero masculino), com média de idade de 46 anos e 5 meses. Observa-se que a média aritmética de tempo de permanência dos participantes morando no mesmo lugar e residência é de 22 anos (M), ou seja, são moradores que possuem tempo significativo de vinculação com o lugar. A tese foi composta por quatro estudos. O Estudo 1 trata-se de uma pesquisa documental que utilizou como fonte principal de dados fotografias registradas em um protesto coletivo, analisadas a partir da Análise Semiótica de Barthes. Utilizou-se a técnica fotografando ambientes, na qual os próprios atingidos pelo desastre registram a fotografia, manifestando o registro de elementos que refletem sobre o sujeito que fotografa. O Estudo 2 trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo documental que adota um caráter descritivo-exploratório. Nesse estudo, a fonte de dados foram fotografias registradas a partir do estímulo verbal: “registre uma imagem que te represente o desastre ambiental ocorrido na Lagoa da Conceição”. Foi realizada uma associação da técnica autofotográfica com a técnica Walk-around-the-block. As fotografias foram analisadas de acordo com a Análise Semiótica de Barthes. O Estudo 3 foi uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva-exploratória que adotou uma abordagem multimetodológica, a partir de um corte transversal. Para a coleta de dados foram utilizados: 1) observação direta participante explícita com registro por meio do Diário de Campo; 2) questionário sociodemográfico; 3) entrevista semi-estruturada das RS sobre desastres ambientais e apego ao lugar com associação da técnica Walk-around-the-block. Os dados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo Temático-Categorial de Bardin com auxílio do software Atlas/Ti 5.0®. No Estudo 4 foi realizada uma análise documental composta pelas transcrições na íntegra de atas de reuniões, assembleias e requerimentos elaborados pelos atingidos. Os resultados do Estudo 1 indicam que os signos principalmente apresentados nas imagens capturadas foram: 1) punhos erguidos fechados um símbolo comumente utilizado em campanhas na busca por direitos igualitários e resistência; 2) mensagens enfáticas utilizando termos como ‘réu’, ‘culpa’ e ‘crime’, referindo-se indiretamente a CASAN; 3) símbolos e personalidades políticas para pressionar autoridades competentes e agilizar o processo de retorno às suas vidas. Entende-se que mesmo passado um ano após o desastre, as pessoas atingidas ainda lutam para recuperar o que foi perdido e discutem entre si e com a CASAN em

busca do ressarcimento integral e justo dos seus direitos. A comunidade ainda está se recuperando do desastre ocorrido, passando por uma reconfiguração. Porém, mesmo diante de uma tragédia, a comunidade enquanto grupo se fortaleceu diante dos movimentos sociais realizados em conjunto. Portanto, em meio ao caos, formaram uma rede de apoio com um objetivo comum: recuperar (parte) do que lhes foi tirado. Os resultados do Estudo 2 sugerem que, após o desastre, os vínculos afetivos com o ambiente foram modificados, apesar da reconstrução e retomada da funcionalidade. As fotografias demonstram que a vinculação afetiva e permanência no ambiente é influenciada pelas memórias afetivas, significados de lugar e importância no desenvolvimento da identidade, a história das famílias. Percebeu-se que a dimensão simbólica e temporal associadas sobressaem à funcional. Apesar da reconstrução do lugar, não houve a restauração dos sentimentos de segurança e apropriação, evidenciando que os impactos emocionais são tão significativos quanto os materiais. Os resultados do Estudo 3 revelaram cinco categorias de análise: 1) Dimensão informacional das representações sociais de desastre socioambiental; 2) Dimensão atitudinal das representações sociais de desastre socioambiental; 3) Dimensão de campo/imagem das representações sociais de desastre socioambiental; 4) *Affordances* de satisfação ambiental; e 5) Estratégias para lidar com o estresse pós-desastre. A dimensão informacional demonstrou que os moradores internalizaram o desastre como um evento de grandes proporções, que causa prejuízos integrais à vida dos atingidos e que necessita de reações imediatas. A dimensão atitudinal reflete as emoções de valência negativas, como raiva, medo, ansiedade, e o desejo por distanciamento do local afetado. A dimensão de campo/imagem revela a representação do desastre enquanto a imagem de um crime ambiental. As *affordances* de satisfação ambiental destacam os recursos locais e laços comunitários. As estratégias de enfrentamento incluíram o suporte social, a resolução de problemas, a evitação de fatores estressantes, apoio religioso/espiritual, monitoramento, busca por justiça e experiência do luto. A partir do Estudo 4, foram identificadas seis categorias e 15 subcategorias. Os documentos fornecidos evidenciam os impactos do crime socioambiental, que circundam esferas sociais, psicológicas, ambientais, educacionais, profissionais e econômicas; a mobilização e organização da comunidade para se recuperar da crise; reivindicações e demandas emergenciais para manter a dignidade enquanto buscam justiça; ação jurídica e busca por justiça; divulgação midiática para conquistar visibilidade e justiça; (des)organização social e fortalecimento do senso de pertença social. Após o desastre, os afetados objetificam a empresa como culpada, ancorando suas representações em tragédias semelhantes, como Brumadinho e Mariana, para reivindicar reparação. A comunidade busca apoio jurídico, especializado e social para enfrentar os impactos, destacando a importância da mobilização coletiva por direitos socioambientais. Nesse sentido, essa tese abarca a importância de compreender fenômenos ambientais para além dos prejuízos financeiros causados, mas também as implicações afetivas, sociais, financeiras, cognitivas, de identidade de lugar, comunidade e territorialidade. Além disso, esse estudo configura-se um avanço para os estudos pessoa-ambiente por romper o desafio de compreender a pessoa em interação com o ambiente, e este último, não observado como objeto passivo de interação. Esses construtos e fenômenos ambientais foram investigados à luz da Teoria das Representações Sociais (TRS), proveniente da Psicologia Social, de modo a contemplar a dimensão social e também afetiva dessas relações pessoa-ambiente. Como sugestão de futuras pesquisas, indica-se explorar como as políticas públicas influenciam e são influenciadas pelas representações sociais dos desastres, com foco em práticas de gestão e recuperação.

PALAVRAS-CHAVE: Representações Sociais, Desastre Ambiental, Apego ao Lugar, Psicologia Ambiental, Psicologia Social.

ABSTRACT

The occurrence of disasters in Brazil and around the world has increased exponentially, triggering social, economic, environmental and psychological damage. People not only lose their homes, but also places filled with memories, bonds and affection. On January 25, 2021, an environmental disaster occurred in Lagoa da Conceição in Santa Catarina after a landslide of a natural slope that was acting to contain part of the volume of the evapoinfiltration lagoon that holds treated effluents from the Sewage Treatment Plant (STP). The water that spilled from the lagoon suddenly flooded an urbanized area, located in the Manoel Luiz Duarte easement and reached Lagoa da Conceição, causing several material and immaterial losses – including the death of marine and domestic animals. 35 homes and 66 people were identified as having been significantly harmed by the environmental disaster. This research sought to understand the relationships between social representations of environmental disaster and attachment to place for people affected by the environmental disaster in Lagoa da Conceição in Florianópolis/SC. Seven affected people participated in the research (five female; two male), with an average age of 46 years and 5 months. It was observed that the arithmetic average of time that the participants lived in the same place and residence was 22 years (M), that is, they are residents who have a significant amount of time of connection with the place. The thesis was composed of four studies. Study 1 is a documentary research that used as its main source of data photographs taken in a collective protest, analyzed based on Barthes' Semiotic Analysis. The technique used was to photograph environments, in which the people affected by the disaster themselves took the photographs, manifesting the record of elements that reflect on the subject who took the photographs. Study 2 is a qualitative documentary research that adopts a descriptive-exploratory character. In this study, the data source was photographs taken from the verbal prompt: "take an image that represents the environmental disaster that occurred in Lagoa da Conceição". The autophotographic technique was associated with the Walk-around-the-block technique. The photographs were analyzed according to Barthes' Semiotic Analysis. Study 3 was a qualitative descriptive-exploratory research that adopted a multimethodological approach, based on a cross-sectional design. The following data were used for data collection: 1) explicit direct participant observation with recording through the Field Diary; 2) sociodemographic questionnaire; 3) semi-structured interview of the RS about environmental disasters and attachment to the place with association of the Walk-around-the-block technique. The data were analyzed based on Bardin's Thematic-Categorical Content Analysis with the aid of the Atlas/Ti 5.0® software. In Study 4, a documentary analysis was conducted consisting of full transcripts of minutes of meetings, assemblies and requests made by those affected. The results of Study 1 indicate that the symbols mainly presented in the captured images were: 1) raised closed fists, a symbol commonly used in campaigns seeking equal rights and resistance; 2) emphatic messages using terms such as 'defendant', 'guilt' and 'crime', indirectly referring to CASAN; 3) symbols and political figures to pressure competent authorities and speed up the process of returning to their lives. It is understood that even a year after the disaster, the people affected are still fighting to recover what was lost and are discussing among themselves and with CASAN in search of full and fair compensation for their rights. The community is still recovering from the disaster and is undergoing a reconfiguration. However, even in the face of a tragedy, the community as a group has been strengthened by the social movements carried out together. Therefore, amidst the chaos, they formed a support network with a common goal: to recover (part of) what was taken from them. The results of Study 2 suggest that, after the disaster, the emotional bonds with the environment were modified, despite the reconstruction and resumption of functionality. The photographs demonstrate that the emotional bond and permanence in the environment are influenced by affective memories, meanings of place and importance in the development of identity, and the history of families. It was noted that the symbolic and temporal dimensions associated with the environment outweigh the functional

ones. Despite the reconstruction of the place, there was no restoration of feelings of security and ownership, showing that the emotional impacts are as significant as the material ones. The results of Study 3 revealed five categories of analysis: 1) Informational dimension of social representations of socio-environmental disaster; 2) Attitudinal dimension of social representations of socio-environmental disaster; 3) Field/image dimension of social representations of socio-environmental disaster; 4) Environmental satisfaction affordances; and 5) Strategies for coping with post-disaster stress. The informational dimension demonstrated that residents internalized the disaster as a major event that causes comprehensive damage to the lives of those affected and requires immediate reactions. The attitudinal dimension reflects negative valence emotions, such as anger, fear, anxiety, and the desire to distance themselves from the affected location. The field/image dimension reveals the representation of the disaster as an image of an environmental crime. Environmental satisfaction affordances highlight local resources and community ties. Coping strategies included social support, problem-solving, avoidance of stressors, religious/spiritual support, monitoring, seeking justice, and experiencing grief. Based on Study 4, six categories and 15 subcategories were identified. The documents provided highlighted the impacts of socio-environmental crime, which encompass social, psychological, environmental, educational, professional and economic spheres; the mobilization and organization of the community to recover from the crisis; emergency demands and claims to maintain dignity while seeking justice; legal action and the search for justice; media coverage to achieve visibility and justice; social (dis)organization and strengthening of the sense of social belonging. After the disaster, those affected targeted the company as the culprit, anchoring their representations in similar tragedies, such as Brumadinho and Mariana, to demand reparations. The community seeks legal, specialized and social support to face the impacts, highlighting the importance of collective mobilization for socio-environmental rights. In this sense, this thesis encompasses the importance of understanding environmental phenomena beyond the financial losses caused, but also the affective, social, financial, cognitive, identity of place, community and territoriality implications. Furthermore, this study represents an advance in person-environment studies by overcoming the challenge of understanding people in interaction with the environment, and the latter not being seen as a passive object of interaction. These environmental constructs and phenomena were investigated in light of the Theory of Social Representations (TSR), derived from Social Psychology, in order to contemplate the social and affective dimensions of these person-environment relationships. As a suggestion for future research, we suggest exploring how public policies influence and are influenced by social representations of disasters, with a focus on management and recovery practices.

KEYWORDS: Social Representations, Environmental Disaster, Attachment to Place, Environmental Psychology, Social Psychology.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. <i>Caracterização dos participantes da pesquisa</i>	52
Quadro 2. <i>Sequência de instrumentos ou técnicas a serem utilizados na pesquisa</i>	54
Quadro 3. <i>Perguntas norteadoras para a entrevista semi-diretiva</i>	55
Quadro 4. <i>Caracterização dos participantes da pesquisa</i>	100
Quadro 5. <i>Caracterização dos participantes da pesquisa</i>	142
Quadro 6. <i>Categorias iniciais com as primeiras impressões do processo de codificação das entrevistas transcritas</i>	144
Quadro 7. <i>Categoria intermediária – As informações dos moradores sobre o desastre</i>	145
Quadro 8. <i>Categoria intermediária – As atitudes dos moradores frente ao desastre</i>	145
Quadro 9. <i>Categoria intermediária – A representação mental dos moradores sobre o desastre</i>	151
Quadro 10. <i>Categoria intermediária – Affordances que motivam a permanência no lugar</i>	147
Quadro 11. <i>Categoria intermediária – Estratégias para lidar com o estresse pós-desastre</i>	148
Quadro 12. <i>Categorias finais</i>	149
Quadro 13. <i>Categorias, subcategorias e elementos temáticos constituídos a partir da análise documental de materiais elaborados pelos atingidos pela enxurrada</i>	187

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. <i>Imagem aérea do desastre ambiental ocorrido na Lagoa da Conceição.</i>	13
Figura 2. <i>Imagem de uma rua atingida pelo desastre ambiental da Lagoa da Conceição.</i>	14
Figura 3. <i>Desenho do estudo de tese</i>	51
Figura 4. <i>Atingidos pelo desastre ambiental da Lagoa da Conceição realizando protestos em frente a empresa CASAN</i>	79
Figura 5. <i>Área interna de residência afetada pelo desastre ambiental da Lagoa da Conceição/SC</i>	83
Figura 6. <i>Mulher protestando a favor dos direitos dos atingidos pelo desastre ambiental</i>	85
Figura 7. <i>Procura-se o governador de Santa Catarina e prefeito de Florianópolis/SC</i>	88
Figura 8. <i>Recupere a Lagoa</i>	89
Figura 9. <i>Estado da cozinha da participante 1 no período pós-desastre</i>	107
Figura 10. <i>Imagem de Nossa Senhora Aparecida em um altar de pedras, localizado aos fundos da residência da participante</i>	110
Figura 11. <i>Imagem de um álbum de fotografias danificado que foi retirado dos escombros</i>	113
Figura 12. <i>Imagem dos bombeiros resgatando os atingidos que estavam sobre os telhados de suas residências</i>	114
Figura 13. <i>Imagem do jardim da participante antes da ocorrência do desastre</i>	116
Figura 14. <i>Imagem do jardim da participante após a ocorrência do desastre</i>	118
Figura 15. <i>Vaso sanitário exposto na Lagoa da Conceição</i>	120
Figura 16. <i>Imagem de uma replica do urso de pelúcia favorito do filho da participante</i>	121
Figura 17. <i>Imagem aérea de toda a área afetada pelo desastre</i>	123
Figura 18. <i>Homenagem em memória de Vera</i>	126

1 SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 OBJETIVOS	24
2.1 OBJETIVO GERAL	24
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	24
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
3.1 DESASTRE AMBIENTAL	25
<i>3.1.1 Consequências psicológicas do pós-desastre</i>	<i>27</i>
<i>3.1.2 Perdas imateriais: o insubstituível que se esvai com os desastres</i>	<i>27</i>
<i>3.1.3 Acepção Jurídica dos Desastres</i>	<i>29</i>
<i>3.1.4 Reflexões sobre o Desastre na Lagoa da Conceição (2021)</i>	<i>33</i>
3.2 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (TRS)	37
<i>3.2.1 Abordagem Dimensional: Dimensões das Representações Sociais</i>	<i>40</i>
<i>3.2.2 Abordagem Dinâmica: Processos de Objetivação e Ancoragem</i>	<i>40</i>
3.3 SURGIMENTO DA PSICOLOGIA AMBIENTAL	43
<i>3.3.1 A psicologia ambiental nos estudos de representações sociais</i>	<i>44</i>
<i>3.3.2 Apego ao Lugar: a dimensão afetiva atribuído ao lugar</i>	<i>47</i>
<i>3.3.3 Perspectiva teórica e paradigma de investigação</i>	<i>49</i>
4 MÉTODO	51
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	51
4.2 PARTICIPANTES	55
4.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	56
4.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS	57
<i>4.4.1 Diário de campo</i>	<i>58</i>
<i>4.4.2 Questionário Sociodemográfico</i>	<i>58</i>
<i>4.4.3 Entrevista semi-estruturada</i>	<i>59</i>
<i>4.4.4 Fotografando ambientes</i>	<i>60</i>
4.5 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS	60
4.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	63
4.7 ANÁLISE DOS DADOS	66
<i>4.7.1 Diário de Campo</i>	<i>66</i>
<i>4.7.2 Questionário Sociodemográfico</i>	<i>67</i>
<i>4.7.3 Entrevista semi-diretiva</i>	<i>67</i>
<i>4.7.4 Fotografando Ambientes</i>	<i>69</i>
<i>4.7.5 Análise Semiótica de imagens capturadas pelos participantes</i>	<i>71</i>
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	74
5.1 ARTIGO 1: “RECUPERE A LAGOA”: ANÁLISE BARTHESIANA DE IMAGENS PÓS-DESASTRE NA LAGOA DA CONCEIÇÃO/SC	74
5.2 ARTIGO 2: O VÍNCULO AFETIVO ENTRE PESSOAS AFETADAS POR UM DESASTRE SOCIOAMBIENTAL E AMBIENTE: UMA ANÁLISE BARTHESIANA DE	

IMAGENS	100
5.3 ARTIGO 3: “UM DESASTRE ANUNCIADO”: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ATINGIDOS PELO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL DA LAGOA DA CONCEIÇÃO/SC	141
5.4 ARTIGO 4: ABORDAGEM DINÂMICA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DO DESASTRE AMBIENTAL DECORRIDO NA LAGOA DA CONCEIÇÃO/SC	184
6 DISCUSSÃO INTEGRADA	223
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	234
8 REFERÊNCIAS	239
9 APÊNDICES	249
9.1 APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	249
9.3 APÊNDICE C – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	254

1 INTRODUÇÃO

O cenário ambiental atual é demarcado, por um lado, pela modernização dos meios de produção e avanços tecnológicos em prol de obter maior conforto para a sociedade, e por outro, pelos impactos que essas ações repercutem sobre o ambiente. Tais avanços e modernizações possibilitaram acesso ilimitado a bens de consumo, embora à natureza tenha custado um preço alto (Polli & Camargo, 2015). O estilo de vida individualista, o capitalismo, a noção de que recursos naturais são infindáveis e sua visão utilitária demonstram que se predomina a falta de respeito pela sua fragilidade e finitude. Com isso, o comportamento humano, majoritariamente pautado na satisfação pessoal de suas necessidades consumistas em detrimento do ambiente, contribui em larga escala para a degradação das matas, conversão e fragmentação dos habitats, aquecimento global, poluição das águas e morte de animais, que agrava o risco e/ou frequência de ocorrência de desastres ambientais (Polli & Camargo, 2013).

Um retrato de tais consequências foi o desastre ambiental que ocorreu na Lagoa da Conceição em Santa Catarina no dia 25 de janeiro de 2021. O evento sucedeu após o deslizamento de um talude natural que atuava na contenção de parte do volume da lagoa de evapoinfiltração que dispõe de efluentes tratados da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). A água que verteu da lagoa inundou de forma repentina uma área urbanizada, localizada na Servidão Manoel Luiz Duarte e atingiu a Lagoa da Conceição, ocasionando diversos prejuízos materiais e imateriais – inclusive a morte de animais marinhos e domésticos. O desastre ocorreu posteriormente às chuvas intensas na região, chegando a maior precipitação de volume de água já registrada na Lagoa – 240 milímetros. As chuvas que ocorreram em janeiro somaram 686 mm, o dobro estimado para todo o mês (NDMais, 2021).

Foram identificadas 35 residências e 66 pessoas prejudicadas significativamente pelo desastre ambiental (NDMais, 2021). Abaixo, a Figura 1 representa uma imagem do desastre ambiental, capturada pelo Corpo de Bombeiros da região e a Figura 2 uma captura da Defesa Civil de Florianópolis de uma rua atingida pelo desastre.

Figura 1.

Imagem aérea do desastre ambiental ocorrido na Lagoa da Conceição.



Fonte: Corpo de Bombeiros de Florianópolis, 2021/divulgação.

Figura 2.

Imagem de uma rua atingida pelo desastre ambiental da Lagoa da Conceição.



Fonte: Defesa Civil de Florianópolis, 2021/divulgação.

Ressalta-se que os prejuízos causados por um desastre dessa amplitude sobressaem o material, especialmente o sofrimento causado pela desconfiguração de todo um lugar, que faz

parte de sua história e memória dos moradores. Não se trata apenas de um território, é um lugar de afetividade. É a casa onde foram criados os filhos, onde cresceram, se desenvolveram, onde foram construídas memórias, laços, vínculos, singularidades (Bomfim, 2010). O ambiente é um território emocional, em que, a partir e por meio dele são viabilizadas informações que definem a interação do sujeito com o lugar. Nesse lugar, os indivíduos que ali se encontram conseguem satisfazer suas necessidades biológicas, simbólicas e emocionais, acessando-o cognitivamente e afetivamente. Além dos prejuízos acima evidenciados que se referem a afetividade, significado de lugar, memórias construídas no lugar, somam-se diversos prejuízos financeiros e materiais (Corraliza, 1998).

Por conta desses laços que unem a pessoa com o lugar, o apego ao lugar em área de risco torna-se um problema de saúde pública. No caso supracitado, o lugar estava localizado às margens da Lagoa de evapoinfiltração, que estava há dias com o volume de água acima do normal. As pessoas daquela comunidade, submetidas a riscos ambientais, permaneceram em suas residências e foram atingidas pelo desastre (NDMais, 2021). Portanto, percebe-se que os laços afetivos com o lugar, isto é, o apego das pessoas com o lugar causa impactos a permanência de moradores em área de risco (Bomfim, 2010).

A afetividade envolvendo lugares é tema presente em estudos de diferentes grupos temáticos da Psicologia Ambiental (PA). Um estudo desenvolvido por Felipe e Kuhnen (2012) se propôs a analisar a produção de artigos científicos sobre apego ao lugar, disponibilizados nas bases de dados Science Direct e Sage. As autoras constataram que a vinculação emocional de pessoas com lugares têm sido relacionados a comprometimento e comportamento pró-ambientais (Bonaiuto, Carrus, Martorella & Bonnes, 2002; Brown, Reed & Harris, 2002; Buijs, 2009; Jorgensen & Stedman, 2006; Ryan, 2005; Walker & Ryan, 2008); cuidados com o lugar de moradia e vigilância para a manutenção da ordem em comunidades (B.B. Brown, Perkins & G. Brown, 2003, 2004; G. Brown, B.B. Brown & Perkins, 2004); mobilização para o planejamento ambiental comunitário, engajamento e controle social (Brown et al., 2003; Brown et al., 2004; Kelly & Hosking, 2008; Lewicka, 2005; Manzo & Perkins, 2006; Wakefield, Elliott, Cole & Eyles, 2001; Walker & Ryan, 2008), lealdade para com destinos turísticos (Gross & Brown, 2006, 2008; Hailu, Boxall & McFarlane, 2005; Hwang, Lee & Chen, 2005; A. Yuksel, F. Yuksel & Bilim, 2010) e estabelecimentos comerciais (Allard, Babin & Chebat, 2009; Rosenbaum, Ward, Walker & Ostrom, 2007).

Em psicologia ambiental (PA), o conceito de ‘lugar’, está associado ao caráter simbólico que o ambiente físico tem para o sujeito e/ou grupo (Venables et al., 2012). É um ambiente que

emerge afetividade, constituído por objetos naturais e/ou artefatos sociais que servem como pontos de referência para o sujeito. Nesse sentido, o lugar torna-se uma parte contribuinte para constituição da identidade daqueles que o habitam (Tuan, 1983). No que concerne à afetividade, a vinculação afetiva entre pessoa e lugar é construída a partir das relações sociais, ambientais, culturais e das características físicas deste lugar (Jerônimo & Gonçalves, 2008).

Quando a pessoa estabelece somente uma relação funcional com determinado lugar, ou seja, possui um ‘espaço’ para suprir as suas necessidades, este ambiente configura-se como ‘morar’. Porém, quando se estabelece uma relação entre pessoa e lugar são apropriados aspectos físico, simbólico, emocional e cultural deste lugar, o mesmo passa a ser considerado como ‘habitar’. Portanto, pressupõe-se que existe uma relação simbólica entre a pessoa e o ambiente (Gonçalves, 2002).

Esse vínculo emocional constituído por cenários físicos envolvendo sentimentos derivados da experiência espacial real e/ou esperada é definido como apego ao lugar (Pinheiro, 2003). Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983, p. 76) postularam que o apego ao lugar “indubitavelmente ocorre naqueles indivíduos cuja identidade de lugar envolve cognições positivamente valorizadas de uma ou alguma combinação desses contextos, que de longe pesam mais que o número de cognições negativamente valorizadas”. O conceito pressupõe a impossibilidade de existir relação afetiva humana que não esteja relacionada a aspectos de lugar. No que concerne a relação interpessoal, de modo semelhante à teoria do apego (Bowlby, 1979/1997), os autores consideram a existência de vínculos emocionais envolvendo a dimensão física do ambiente.

O fenômeno do apego ao lugar foi elaborado com vistas à gestão de riscos ambientais, conflitos com as comunidades locais contra a implantação de projetos, auxílio às respostas aos desastres, políticas de habitação, construção de modelos comunitários (Manzo & Devine-Wright, 2014) e áreas de risco (Alves, Kuhnen & Battiston, 2015). Consideram-se como áreas de risco quando existe a probabilidade de ocorrência de um desastre e este oferecer risco a ambientes, lugares que apresentam irregularidades para sua ocupação, tais como: ausência de saneamento básico, acúmulo de lixo, moradia localizada perto de encosta ou margem do rio, assim como as pessoas que residem nessas localidades. A associação entre riscos naturais (deslizamento e/ou inundação) e riscos provenientes da ação e ocupação humana na área de risco intitula-se ‘risco ambiental’. As produções dedicadas à temática possuem o enfoque principal das relações entre as características físico-espaciais do lugar e os significados afetivos

atribuídos a ele, implicando em uma relação pessoa-ambiente (Giuliani, 2003, 2004; Fellipe & Kuhnen, 2012).

Para compreender essa teoria do apego, salientam-se as três dimensões: funcional, simbólica e temporal. Na dimensão funcional, o espaço físico é considerado um elemento que interfere no comportamento humano que nele se sucede. Este é resultado de uma relação pessoa-ambiente que possibilita uma avaliação positiva do lugar frente às necessidades do indivíduo. O apego ao lugar se dá em razão da quantidade e importância das necessidades satisfeitas, bem como a disposição dos recursos e das condições desse lugar para a realização das atividades desejadas pela pessoa, ou seja, como o indivíduo acredita que um determinado lugar é adequado para realizar suas atividades. Nesse caso, o tempo de vinculação é considerado uma consequência da satisfação das necessidades e a estabilidade do laço afetivo varia de acordo com as alternativas ambientais disponíveis. O indivíduo passa a dirigir atenção ao lugar no sentido de garantir a manutenção das qualidades ambientais que satisfazem suas necessidades biológicas, psicológicas, sociais e culturais e ratificam sua identidade pessoal (Giuliani, 2004).

Já a dimensão simbólica trata dos aspectos simbólicos de origem individual e sociocultural que atuam como intermediários na relação pessoa-ambiente. Esta se dá por meio da importância simbólica de um lugar, como um repositório de emoções e relacionamentos que dão sentido e propósito para a vida das pessoas que o utilizam. Nesse caso, o tempo de vinculação não é relevante, bem como a estabilidade do laço afetivo depende da relação entre o significado atribuído ao lugar e os elementos significativos para a identidade do indivíduo no momento da vinculação (Giuliani, 2004).

Por fim, a dimensão temporal deriva de um longo processo de proximidade, gerando satisfação, segurança e bem-estar em razão da familiaridade com o lugar. Ao contrário do apego funcional, essa forma de vínculo não se dá devido às qualidades do local, mas ao tempo de vinculação. Por isso, sua característica é mais emocional que cognitiva, implicando no sofrimento pela separação e na dificuldade de substituição de um laço afetivo por outro (Giuliani, 2004), contribuindo para o desenvolvimento da identidade individual e comunitária.

Para Giuliani (2004), embora existam analogias evidentes associando a teoria do apego e a noção de apego ao lugar, este último refere-se a um fenômeno de natureza específica e distingue-se de outras formas de afeto. Caracteriza-se, semelhante aos laços afetivos entre pessoas (Ainsworth, 1989), pelo vínculo relativamente duradouro entre pessoa e ambiente, pela constituição de importância deste último em razão de sua singularidade, pelo desejo de

proximidade ao lugar, pelo sentimento de segurança e conforto, e sofrimento em função da separação (Giuliani, 2004). Apesar de a comparação com laços intrapessoais parecer ser útil, distinções podem existir no que concerne à função psicológica de cada tipo de vínculo, às características do objeto de apego, ao comportamento manifesto, ao modo como o vínculo se forma, desaparece ou se transforma e a suas consequências psicológicas (Giuliani, 2003). Nesse sentido, enquanto a teoria do apego procura as regularidades do comportamento de vinculação, a noção de apego ao lugar sublinha a diversidade dos vínculos afetivos entre indivíduos de diferentes grupos e culturas, e em diferentes estágios do ciclo de vida com ambientes físicos (Speller, 2005).

Cabe destacar que, a fase do ciclo dos desastres que está sendo executada na Lagoa da Conceição trata-se da reconstrução. É possível reconstruir a materialidade que foi perdida, prejudicada ou alterada com o desastre, mas, o lugar carregado de significado dificilmente poderá voltar a ser o que era antes. Não são apenas residências, são lugares de afetividade. Animais, lembranças de família, somente acessíveis à memória de cada pessoa afetada pelo desastre. O valor ressarcido será importante para o restabelecimento do estado inicial, a Política Nacional de Defesa Civil (Resolução n.º de 1994) descreve que, nessa fase, deve-se atingir a recuperação da área afetada de forma a garantir a reconstituição plena dos serviços públicos da economia da área, do moral, social e do bem-estar da população. Porém, sabe-se que recuperar os danos naturais do meio ambiente devastados pelo desastre e prevenção de desastres antes que sejam desencadeados – como sugere a gestão de riscos de desastres do Direito dos Desastres – são estratégias necessárias, embora sua efetivação seja conflituosa pelas entidades governamentais responsáveis (Benjamin, 1998).

Esse desastre, assim como a grande maioria daqueles que ocorrem no contexto ambiental, possui o envolvimento humano, seja por ações, comportamentos que agredem o meio ambiente, assim como entidades e instituições envolvidas com a proteção, segurança e garantia de direitos de indivíduos. Não é possível garantir que existam culpados ou um culpado pelo desastre ocorrido. A importância desse estudo encontra-se em evidenciar os agentes envolvidos, sendo eles pessoas, entidades, instituições, tendo em vista que todos possuem responsabilidade e influência sobre a ocorrência de um desastre ambiental; demonstrar que existem relações de afetividade entre pessoas-ambiente; analisar que o apego ao lugar, em casos de áreas de risco, deve ser investigado para que políticas públicas cumpram sua função de prevenção de desastres; enfatizar os impactos gerados a partir da ocorrência de desastres ambientais nas pessoas afetadas no que se refere a identidade de lugar, memórias afetivas de lugar, rede de apoio, assim

como nas capacidades psicológicas para o enfrentamento; desastres ambientais provocam prejuízos de diversos níveis (psicológicos, sociais, financeiros, familiares, etc.) que obrigam as pessoas afetadas a buscar soluções; representações sociais (RS) são formadas a partir de desastres e, essas, contribuem ou não para a reconstrução e superação da experiência (Alves, Kuhnen & Battiston, 2015).

A gestão de riscos de desastres novamente mostra-se necessária para que ações sejam feitas antes da efetivação dos desastres de modo a garantir o direito de segurança de moradores e pessoas próximas a áreas de risco, seja por deslizamento, alagamento, enchentes, desmoronamento, ventanias/vendavais, tsunamis, erupções vulcânicas, terremotos, entre outros. Torna-se relevante enfatizar a dimensão afetiva por trás de qualquer desastre, seja ele de grande ou pequena proporção, pois irá movimentar a vida daqueles afetados — dificilmente em uma valência neutra ou positiva. Nessa direção, é possível indicar que um desastre atravessa as possíveis dimensões e sistemas que uma pessoa possui, afetando-as negativamente e, impondo-lhes que tenham respostas adaptativas rápidas para superar o momento de crise. Enquanto questões materiais podem ser recompensadas, algumas não poderão ser retomadas — como um animal de estimação, um lugar carregado de memórias e afetos (Albuquerque, 2008).

Nesse sentido, esse estudo abarca a importância de compreender fenômenos ambientais para além dos prejuízos financeiros causados, mas também as implicações afetivas, sociais, financeiras, cognitivas, de identidade de lugar, comunidade e territorialidade. Além disso, hipotetiza-se que esse estudo irá configurar um avanço para os estudos pessoa-ambiente por romper o desafio de compreender a pessoa em interação com o ambiente, e este último, não observado como objeto passivo de interação (Alves, Kuhnen & Battiston, 2015; Felipe & Kuhnen, 2012).

Investigar as representações sociais no campo dos desastres ambientais e do apego ao lugar permitirão ampliar a compreensão dos conhecimentos da população sobre os desastres e viabiliza uma apreensão do processo pelo qual as pessoas se apropriam do conhecimento científico e o incluem no discurso social, tornando-o um conteúdo comum (Polli & Kuhnen, 2011; Félonneau, 2003; Jodelet, 1996). Estudos que englobam as representações sociais do ambiente e de desastres socioambientais (Oliveira & Maia, 2016; Polli & Camargo, 2016; Joffe et al., 2015; Polli & Camargo, 2015; Moloney et al., 2014) demonstraram possuir relevância, visto que se relaciona de forma direta com a vida e a saúde das pessoas e gradativamente vem ganhando espaço na pesquisa científica.

Para Abric (2003), as RS possuem funções essenciais: função de saber prático, isto é, a possibilidade de explicar a realidade a partir do senso comum; função de identificação, que mantém a coesão grupal; função de orientação, por orientar práticas e comportamentos em um contexto social; e a função de justificativa e avaliação de condutas. As funções das RS são fortemente relacionadas aos comportamentos, sendo enunciadoras de ações desejáveis.

As RS, unidas a Psicologia Ambiental (PA), será primordial para a compreensão do fenômeno dos desastres ambientais para as pessoas afetadas e implicações no âmbito da percepção, interpretação e guia de ação. No âmbito ambiental, as representações sociais permitem compreender como objetos de ordem material são compreendidos e formam conhecimentos, que, por sua vez, servem de base para a interpretação da realidade e manifestação de comportamentos. Portanto, torna-se crucial unir esses campos de estudos para a compreensão das representações sociais e características de apego ao lugar das pessoas sobre o ambiente físico, bem como problemas ambientais decorrentes dessa relação (Jodelet, 1996).

Esses construtos e fenômenos ambientais também serão investigados à luz da Teoria das Representações Sociais (TRS), proveniente da Psicologia Social, de modo a contemplar a dimensão social e também afetiva dessas relações pessoa-ambiente. As representações sociais (RS) estão intrinsecamente associadas aos conhecimentos, pensamentos, valores, crenças, sentidos e significados que orientam condutas e comunicações sociais (Jodelet, 1996). As RS são guias para ações, já que consistem em conteúdos mentais estruturados dotados de material cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico sobre determinado fenômeno social que é compartilhado entre membros de um grupo social. Nesse sentido, a TRS trata de processos envolvidos na interação social e explicações construídas socialmente sobre objetos sociais (Almeida, Santos, & Trindade, 2000).

A abordagem dinâmica das representações sociais compreende que as pessoas elaboram representações sociais a partir de dois processos: de ancoragem e objetivação. A objetivação é a operação que visa tornar concreto aquilo que está abstrato. Por meio da objetivação as ideias ou noções abstratas materializam-se, ganhando corpo, textura material e significação maleável. Portanto, compreende-se que o processo de objetivação requer que seja incorporado um excesso de significações ao materializá-las (Ordaz & Vala, 1997). Já o processo de ancoragem supõe a fixação das representações na realidade, assim como à atribuição da funcionalidade e ao desempenho do papel regulador das interações grupais, pois é diante da atribuição do sentido que o objeto é reelaborado. A partir disso, a ancoragem implica uma integração cognitiva do

objeto representado dentro de um sistema preexistente de pensamentos e de transformações derivadas deste sistema (Ordaz & Vala, 1997).

Presume-se que ambas as teorias, assim como a Psicologia Social aliada a Psicologia Ambiental, podem respaldar cientificamente os resultados porvires a partir do grupo social componente do estudo. Como um grupo social é capaz de elaborar representações sociais, compartilhando-as e influenciando as práticas sociais, adota-se o pressuposto de que a crise na relação pessoa-ambiente se configura uma crise social, já que abarca aspectos psicológicos individuais compartilhados em um grupo social (Pinheiro, 2003).

Tendo em vista os aspectos supracitados, a pesquisa de doutorado irá adotar a perspectiva sistêmica/interacionista no estudo pessoa-ambiente a partir do paradigma socialmolar. Nessa direção, será utilizada a abordagem dinâmica e dimensional das representações sociais para buscar compreender as representações sociais suscitadas. Será utilizado um arcabouço teórico proveniente da Psicologia Social (TRS), assim como fenômenos estudados pela Psicologia Ambiental (apego ao lugar, principalmente). Objetiva-se compreender as relações entre representações sociais e apego ao lugar para pessoas afetadas pelo desastre ambiental na Lagoa da Conceição em Florianópolis. Com base no exposto, a pesquisa buscou responder à seguinte pergunta-problema: *“Quais as relações entre as representações sociais de desastres ambientais e apego ao lugar para pessoas afetadas pelo desastre causado pelo rompimento do lago artificial na Lagoa da Conceição em Florianópolis/SC?”*.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Compreender as relações entre representações sociais de desastre ambiental e apego ao lugar a partir da perspectiva de atingidos pelo desastre socioambiental na Lagoa da Conceição em Florianópolis/SC.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar os riscos ambientais aos quais os participantes foram expostos;
- Interpretar imagens capturadas por atingidos pelo desastre ambiental da Lagoa da Conceição/SC à luz da análise semiótica de Barthes;
- Descrever a vinculação afetiva pessoa-ambiente em suas dimensões funcional, simbólica e temporal;
- Identificar as representações sociais acerca de desastres ambientais em suas dimensões informacional, atitudinal e de campo/imagem;
- Identificar os processos de objetivação e ancoragem das representações sociais sobre o desastre ambiental da Lagoa da Conceição/SC.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 DESASTRE AMBIENTAL

A ocorrência de desastres no Brasil e no mundo tem aumentado exponencialmente, desencadeando danos sociais, econômicos, ambientais e psicológicos. Desastres são caracterizados por eventos que causam intenso sofrimento humano e agem sobre um ecossistema vulnerável, podendo ser de origem natural ou mista, ou seja, sendo decorrentes de causas naturais, mas provocados pela ação do homem. O conceito geral de desastres refere que são eventos repentinos, significantes e naturais. Mas “desastre” é, na prática, um termo maleável. O critério da repentinidade enfatiza o momento de emergência, mas uma importante consideração quanto à prevenção e desenvolvimento de resiliência antes do evento, bem como, a compensação e a reconstrução após, deve ser considerada. Com respeito à naturalidade, tem se falado que, na verdade, “não existe tal coisa de desastre natural” (Farber, 2012, p. 04).

A temática ambiental encontrou seu espaço permanente na mídia há anos sendo progressivamente difundida e se institucionalizou por meio de políticas de proteção ambientais, leis e da criação de organismos oficiais em todos os níveis da esfera estatal; em programas educacionais e de pesquisas; em inúmeras associações civis de diferentes perfis. Alguns temas ambientais de ampla veiculação midiático e entendimento referem-se ao aquecimento do planeta pelo efeito estufa, às alterações climáticas, a extinção de espécies, os processos de desertificação, as diversas formas de poluição ambiental aérea, das águas e do solo, assim como a elevação dos mares. Entretanto, o enfrentamento e estratégias de prevenção de desastres são, muitas vezes, negligenciados, já que os danos ambientais e seus custos em doenças, mortes e baixa qualidade de vida desembocam naqueles mais vulneráveis, os pobres, os socialmente ‘invisíveis’ (Martins, 2012).

Tominaga, Santoro e Amaral (2009) afirmam que os eventos naturais podem ser provocados por fenômenos e desequilíbrios da natureza, produzidos por fatores de origem externa e que independem das ações humanas - como, por exemplo, os terremotos, furacões e erupções vulcânicas. Em contrapartida, existem os eventos que são resultantes de ações e/ou omissões humanas, podendo ser classificados em três categorias: a) tecnológicos – desastres ou eventos de grandes proporções associados a meios de transporte, produtos perigosos, explosões, entre outros; b) sociais – são promovidos diante do desequilíbrio nos inter-relacionamentos econômicos, políticos e sociais, como,

por exemplo: o desemprego, a marginalização social, a violência e o tráfico de drogas, entre outros; c) biológicos – consequência da vulnerabilidade social, subdesenvolvimento e redução da eficácia dos serviços de saúde pública. Por fim, existem os eventos mistos que são caracterizados pela presença de ações ou falhas humanas que contribuem, intensificam e aceleram os desastres naturais (Tominaga et al., 2009). Além disso, podem ser classificados como desastres de pequeno porte (nível I), médio porte (nível II), grande porte (nível III) e muito grande porte (nível IV) (Castro, 1999). Para Ocampo (2006) a classificação pode ser definida como aquela que antecipa o desastre (pré-impacto); momento em que ocorre o fenômeno (impacto) e após o desastre (pós-impacto).

Os desastres têm sido tema de investigação na área da psicologia há várias décadas, mais especificamente desde 1909 nos Estados Unidos da América. Contudo, no Brasil o primeiro registro sobre a atuação da psicologia no campo da emergência e dos desastres está datado em 1987 (Martins, 2012). Trindade e Serpa (2013) indicam que formas de manejo estão sendo desenvolvidas, embora a psicologia na gestão de riscos e desastres deve buscar evoluir e intervir de forma a atuar antes da ocorrência e instauração de desastres, superando a perspectiva psiquiatrizante, ou seja, intervenções apenas durante o pós-desastre. De acordo com Ocampo (2006) no período pós-trauma – que pode durar dias, horas, meses ou períodos mais prolongados – profissionais e especialistas que atuam na região onde sucedeu o desastre costumam fornecer às pessoas atingidas subsídios básicos para o enfrentamento do evento traumático (como água, abrigo, alimentação, e outros) (Ocampo, 2006).

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2005) durante um evento estressor que ameaça a vida e provoca significativo desequilíbrio biopsicossocial, a psicologia pode contribuir com as vítimas, comunidades e sociedade em geral por meio de estratégias de prevenção, mitigação e redução dos desastres, assim como na minimização das consequências psicológicas provocadas por um evento adverso (CFP, 2005).

Nesse sentido, considerando o aumento das calamidades que atingem pessoas e comunidades; que desastres frequentemente são eventos inesperados; que atingem populações de diversas classes sociais; que são eventos que acarretam significativos prejuízos sociais, econômicos e psicológicos as pessoas afetadas; que pessoas e profissionais podem estar despreparados para atuar frente a ocorrência de situações de emergência e desastres, esse capítulo busca refletir sobre a inter-relação entre desastres

ambientais, Direito dos Desastres, Psicologia na Gestão de Riscos de Desastres e Psicologia Social Jurídica a partir de uma perspectiva psicossocial e histórico cultural (CFP, 2005).

3.1.1 Consequências psicológicas do pós-desastre

Diante do desastre, cada pessoa afetada irá adotar uma forma peculiar e subjetiva de lidar com o fato e enfrentar a situação. As reações e a avaliação esboçadas por cada indivíduo dependerão de multifatores que, combinados, influenciam na superação do trauma tais como, a história de vida, características da personalidade e resiliência. Entretanto, já é esperado que diante de um evento estressor de grande proporção a pessoa afetada venha a apresentar um desequilíbrio biopsicossocial. Cabe ressaltar que, dependendo da avaliação cognitiva, do desastre, dos prejuízos globais e por todo sofrimento humano causado, às pessoas afetadas podem desenvolver transtornos mentais decorrentes (Transtorno de Estresse Pós-Traumático, Transtorno de Pânico, Transtorno de Depressão Maior, transtornos de ansiedade e abuso de substâncias), embora isso não seja classificado como um fator de causa-efeito, isto é, a causa do desenvolvimento de transtornos mentais é multifatorial (Alves, Lacerda, & Legal, 2012).

Como os desastres, na maioria das vezes, ocorrem de maneira imprevisível, as pessoas afetadas são acometidas por emoções e mudanças intensas. Entretanto, alguns indivíduos conseguem enfrentar o evento traumático com habilidades de superação, desenvolvendo assim, novas potencialidades. Dependendo da gravidade do desastre e dos prejuízos causados, assim como habilidades despendidas pelas pessoas afetadas para lidar com o evento, é possível adquirir um intenso sofrimento psíquico que poderá se agravar para alguma psicopatologia imediata ou a longo prazo (Sá, Werlang, & Paranhos, 2008).

5.1.2 Perdas imateriais: o insubstituível que se esvai com os desastres

Embora muitas sejam as perdas materiais desencadeadas por desastres, é necessário aludir e, sobretudo, ressaltar que não apenas existem danos materiais, econômicos, sociais por trás de um desastre. Em uma situação de desastre, pessoas acabam perdendo elementos que constituem parte significativa de sua história, tais como: familiares, vizinhos e conhecidos, animais de estimação, residência, meio de transporte, instrumentos de trabalho, móveis, documentos, dentre outros. São alterações que podem modificar toda a forma de ‘ser e estar’ da pessoa afetada em sociedade. Portanto, desastres

não só causam perdas materiais, mas aquilo que é insubstituível também pode ser perdido e, jamais, ressarcido (Massing & Gaio, 2009).

É justamente nesse contexto que a Psicologia adentra com intervenções para restaurar e aumentar as capacidades adaptativas das pessoas afetadas em lidar com a nova situação, o novo cotidiano, a nova casa, o novo enredo familiar, entre outros. Para conseguir isto, a pessoa afetada necessita apoiar-se em sua rede de apoio existente (familiares, amigos, membros da comunidade) (Franco, 2005). Para além disso, a psicologia inserida nesse contexto busca intervir no período de crise para evitar que a resposta imediata seja prolongada, ou seja, para que a pessoa afetada consiga superar o estado de choque e se mobilize com o que possui disponível para superar o pós-desastre. Emoções como tristeza, medo, sensação de incerteza do futuro são comuns em pessoas afetadas por desastres e eventos de grande proporção repentinos. Franco (2005) ainda ressalta que a intervenção psicológica em momentos de crise procura reduzir o estresse agudo por meio de ações direcionadas a restaurar a dominância cognitiva sobre as reações emocionais das pessoas afetadas, assim como proporcionar que o indivíduo reconheça racionalmente o evento ocorrido e busque soluções possíveis.

Ramírez (2011) acrescenta que, para além das perdas afetivas, pessoas afetadas por desastres podem perder parte de sua identidade, necessitando reconstruí-la. Diante disso, Bruck (2009) elucida que os primeiros auxílios psicológicos objetivam para além de acolher o sofrimento humano expresso pelos afetados, sobretudo avaliar as revelações sintomáticas e esse sofrimento, abreviando os sentimentos de enfermidade e desconformidade. Outrossim, as intervenções psicológicas no pós-trauma buscam abrandar o impacto pós-traumático, prevenir o desenvolvimento de patologias e transtornos, readaptando as pessoas às novas condições (Bruck, 2009).

Em momentos de crise, o profissional psicólogo pode atuar e aplicar técnicas de primeiros auxílios psicológicos, intervenção em crise, psicoterapia breve, mas, muitas vezes, será apenas necessário ouvir, acolher aquela dor, estar próximo deste outro e de sua dor. Dessa forma, a atuação do psicólogo está à mercê de diversos desafios, dentre eles, auxiliar o indivíduo a mobilizar seus recursos disponíveis para minimizar o sofrimento suscitado perante o desastre. Nesses casos, auxilia o indivíduo a, primeiramente, aceitar que foi afetado por um desastre, acolhê-lo e auxiliá-lo na busca por soluções racionais para sua melhor recuperação. Sendo assim, quanto ao público-alvo

de sua atuação, destaca-se que o atendimento psicológico destina-se às pessoas afetadas de primeiro nível, ou seja, afetadas diretamente pelo desastre (Ramírez, 2011).

Em desastres de grandes proporções, quando ocorrem óbitos, o psicólogo irá acompanhar e acolher os familiares de vítimas fatais. É extremamente importante que estes, tenham acesso ao corpo do ente querido para a elaboração do luto. Torna-se complicada a elaboração do luto em que os familiares, parentes e amigos não possuem essa concretude da morte – o cadáver. Dentre os objetivos principais do acompanhamento psicológico, destaca-se o suporte emocional aos familiares e auxílio básico ao início do processo de luto (Ramírez, 2011).

Ressalta-se que existem diferenças significativas no luto daqueles que vislumbram o corpo do ente querido com aqueles que nunca tiveram acesso visual ao desfalecido. O processo de luto é constituído por diversos fatores, sejam eles internos (estrutura psíquica do enlutado; tipo de vínculo com a pessoa falecida; histórico de perdas anteriores, habilidades sociais do enlutado) como externos (circunstâncias da perda; crenças culturais e religiosas; rede de apoio disponível) (Franco, 2005).

Entretanto, ressalta-se que outro aspecto que poderá influenciar negativamente o processo de elaboração do luto é o estado em que o corpo da vítima foi encontrado. Corpos dilacerados, irreconhecíveis e que denotam sofrimento intenso podem causar repercussões negativas nos enlutados. Dessa forma, quando os familiares não possuem informações sobre a localização dos corpos ou não os reconhecem, devido à amplitude do impacto do desastre, os indivíduos poderão se submeter a um luto prolongado, necessitando receber apoio psicológico a longo prazo até conseguirem aceitar a perda do familiar (Ramírez, 2011).

3.1.3 Acepção Jurídica dos Desastres

Como visto, os desastres são eventos repentinos e dinâmicos, potencializados por diversos fatores, afetando de forma mais intensa populações e sistemas vulneráveis. Os desastres surgem como estímulos que impactam o Direito, a Política, a Economia e outros sistemas sociais. Emoldurar um quadro jurídico torna-se necessário, tendo em vista que o direito tem a função de fornecer estabilidade por meio da normatividade, tanto para evitar como para responder aos prejuízos e danos provocados pelo desastre, provendo expectativas (regulação) às ações de antecipação e resposta por meio de instrumentos reguladores (Damacena, 2012; Oliveira, Moreira, & Natividade, 2020).

A ênfase desta estrutura normativa deve ser, sobretudo, preventiva, mediante a imposição de estratégias estruturais (obras de engenharia civil combinados com serviços ecossistêmicos) e não estruturais (como mapas de risco e planos de contingência) (Carvalho & Damacena, 2013). Damacena (2012), corrobora que as novas questões ecológicas estão gradualmente em colisão com o antropocentrismo, o individualismo e as estruturas tradicionais normativas do Direito, enraizadas a noção da certeza e do passado.

A partir de um viés discordante a essas noções, os desastres sendo compreendidos como fenômenos multi complexos, postulam a necessidade de uma resposta por parte do Direito que permita a assimilação dos riscos, ao mesmo passo em que privilegie o antropocentrismo alargado e uma epistemologia da complexidade. Essa multi complexidade exige uma maior abstração e complexidade do Direito. Mesmo alguns desastres aparentarem baixa probabilidade de ocorrência por estudos geográficos, ecológicos, hidráulicos e de mapeamento de riscos, alguns podem redundar em grandes magnitudes pela impossibilidade de prever totalmente sua ocorrência (Amaral, 2013; Damacena, 2012).

Refletindo sobre uma possível formatação jurídica para a valorização da temática no âmbito do Direito, salienta-se que o Direito dos Desastres é um ramo multidisciplinar, relacionando às diversas áreas de aplicação do Direito, tais quais: propriedade, ordenamento do solo, direito do ambiente, direito administrativo, entre outros. Partindo de uma perspectiva jurídica norte-americana, o Direito dos Desastres consiste em ser complexo e multifacetado, devido a potencial necessidade de sistematização apresenta uma abordagem direcionada para gerenciar o caos decorrente do desastre (Carvalho & Damacena, 2013).

Durante a ocorrência de um desastre, diversos são os ramos do Direito denominados para atuar, com vistas a prevenir ou minimizar os danos catastróficos gerados. Apesar dessa fragmentação das doutrinas e institutos jurídicos que recaem sobre a regulação dos desastres, este ramo apresenta evidente autonomia, ou seja, um sistema específico formado por diversos estatutos legais, tais como os Dec. 7.257/2010, leis 12.340/2010 e 12.608/2012 (Carvalho & Damacena, 2013). Outro aspecto da autonomia do Direito dos Desastres consiste no fato de que as regras legais interagem entre as fases do desastre. Nesse sentido, a disponibilidade de seguros e formas de assistência governamental podem afetar medidas de mitigação pré-desastre. Dessa forma, o tratamento jurídico oportunizado pelo Direito dos Desastres compreende que não é

possível tratar isoladamente os fenômenos que compõem um desastre, como planejamento da ocupação do solo, resposta a desastres, mitigação e compensação. Como outros ramos do Direito não conseguem integrar estas estratégias adequadamente para a prevenção, contenção e tratamento dos desastres, faz-se necessária a especificidade funcional do Direito dos Desastres (Damacena, 2012).

Ainda de acordo com Carvalho e Damacena (2013), o Direito dos Desastres se apresenta como um ramo singular na gestão de riscos e desastres que permeia todo o ciclo do desastre de forma contínua e unificada, assim como engloba a circularidade da gestão do risco. A formatação jurídica no âmbito dos desastres é constituída por um corpo de pesquisa capaz de informatizar e respaldar as tomadas de decisões associadas a potenciais ocorrências de desastres. De forma geral, essa formatação é composta por três elementos: unificação com o conceito de gestão de risco; multidisciplinariedade; e estreita relação com a lei reguladora.

Tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável e os desafios da administração de riscos e de desastres, exige-se a constituição de um caminho que incorpore a gestão de riscos. Portanto, essa unificação entre o Direito dos Desastres com a gestão de risco seria a mais importante característica deste ramo jurídico (Carvalho & Damacena, 2013). Damacena (2012) indica que essa unificação significa dizer que cada fase do ciclo de desastre – mitigação, resposta de emergência, compensação, assistência do governo e reconstrução – compõem parte fundamental deste portfólio de gerenciamento de risco.

O gerenciamento de risco surge em meados de 1998 a partir do desastre histórico, o furacão Mitch. O furacão foi conhecido mundialmente como um dos ciclones tropicais mais destruidores do Oceano Atlântico. Os ventos alcançaram mais de 180 mph/290 km/h, classificado como um desastre ambiental de categoria 5 pela Escala de Furacões de Saffir-Simpson que devastou a América Central, entre 22 de outubro a 5 de novembro de 1998. A partir desse desastre, a realidade ali exposta e seus desdobramentos culminaram em um novo modelo que evoluiu da gestão de desastres com ênfase na resposta para a gestão e redução de riscos de desastres no contexto do planejamento do desenvolvimento (UFSC, 2012). Com isso, desenvolveu-se um ciclo de gestão do risco de desastres constituído por um conjunto de estratégias desenvolvidas em progressão, tais como: planejamento de mitigação; a resposta de emergência; compensação à vítima; e, a recuperação e reconstrução (Amaral, 2013; Carvalho & Damacena, 2013).

Percebe-se uma transformação intermitente entre a gestão de riscos, passando de uma perspectiva de gestão corretiva, abordando locais que possuem o risco de desastre buscando corrigi-los, para uma gestão prospectiva, em que se predomina a busca por evitar o aumento ou o desenvolvimento de novos riscos de desastres antes que sejam sucedidos (UFSC, 2012). Por essa razão, o Direito dos Desastres é unificado pela gestão do risco em todas as fases e em suas especificidades funcionais. Além desse caráter unificado, existe o elemento característico dos desastres que é a sua multidisciplinariedade devido à complexidade dos fenômenos que se desenrolam no transcorrer de um desastre. Propriamente no âmbito jurídico, busca-se trabalhar na gramática da precaução e da prevenção, aliando tanto os saberes de variadas disciplinas (engenharia, ecologia, geologia, e outras); informações e estudos científicos; estratégias e quadros jurídicos para evitar a repetição de antigas falhas; assim como a prever riscos pósteros para evitá-los (Carvalho & Damacena, 2013).

Finalmente, a terceira característica do Direito dos Desastres é sua conexão com a lei reguladora. Essa ligação se dá com regulações envolvendo o planejamento do uso do solo e o controle de riscos socioambientais. Nessa direção, este ramo do Direito possui uma inter-relação com o Direito Ambiental no que diz respeito aos princípios, à legislação específica e à responsabilidade estatal em decorrência de danos ambientais (Carvalho & Damacena, 2013). Portanto, compreende-se que situações catastróficas e de desastres possuem alta complexidade e necessidade de resposta rápida de entidades governamentais e jurídicas, de modo a respaldar os direitos daquelas pessoas afetadas pelo evento. Outrossim, entende-se que são eventos que acusam não somente problemas ambientais, mas uma participação humana de aceleração do desastre — falha regulatória e fracasso do sistema legal para enfrentar eficazmente os riscos (Amaral, 2013).

3.1.4 Reflexões sobre o Desastre na Lagoa da Conceição (2021)

Em 25 de janeiro de 2021, um desastre ambiental ocorreu na Lagoa da Conceição em Santa Catarina/SC. O evento sucedeu após o deslizamento de um talude natural que atuava na contenção de parte do volume da lagoa de evapoinfiltração que dispõe de efluentes tratados da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). A água que verteu da lagoa inundou de forma repentina uma área urbanizada, localizada na Servidão Manoel Luiz Duarte, e atingiu a Lagoa da Conceição, ocasionando diversos prejuízos materiais e imateriais — inclusive a morte de animais de diferentes espécies. O desastre ocorreu

posteriormente às chuvas intensas que sucederam na região, chegando a maior precipitação de volume de água já registrada na Lagoa — 240 mm. Salienta-se que as chuvas que ocorreram em janeiro somaram 686 mm, o dobro estimado para todo o mês (NDMais, 2021).

No dia do desastre, o fluxo de água que atingiu rapidamente a área urbanizada foi contido pela equipe da CASAN, responsável legal pelos danos, juntamente com o corpo de bombeiros e defesa civil. Além disso, a CASAN responsabilizou-se por levantar e contabilizar os danos materiais e prestar apoio às pessoas afetadas. Nos dias consecutivos ao desastre, foram realizados mutirões de limpeza, recuperação e reparação da região atingida. A empresa responsável foi multada e indenizou os atingidos quanto aos danos materiais causados pelo desastre (NDMais, 2021).

Entretanto, existem certos danos que são impossíveis de serem ressarcidos, como é o caso das perdas imateriais. Em entrevista sucedida ao Notícias Programa ND (2021, Fevereiro 5), Thaliny Moraes, afetada pelo desastre da Lagoa da Conceição, afirma que “ainda não consegui retornar para a minha casa por dois motivos: ela ainda não é possível de ser habitada; é muito difícil você voltar para casa, o lugar onde você cresceu... e ver ela toda desconfigurada, a sua rua toda desconfigurada, enfim”. Claramente percebe-se que as perdas sobressaem o material, mas o sofrimento causado pela desconfiguração de todo um lugar, que faz parte de sua história, memória e evolução humana. Não é apenas um território, é um lugar de afetividade. É a casa onde foram criados os filhos, onde cresceram, se desenvolveram, onde foram construídas memórias, laços, vínculos, singularidades (Bomfim, 2010). Corraliza (1998) corrobora que o ambiente é um território emocional, em que, a partir e por meio dele são viabilizadas informações que definem a interação do sujeito com o lugar. Nesse lugar, os indivíduos que ali se encontram conseguem satisfazer suas necessidades biológicas, simbólicas e emocionais, acessando-o cognitivamente e afetivamente (Corraliza, 1998).

Além disso, pode-se perceber na fala da entrevistada que existe uma Estima de Lugar, definida por Bomfim (2013) como uma forma de conhecimento que transpõe sobre o ambiente construído o significado ambiental na dimensão de emoções e sentimentos. Em outros termos, é uma forma de pensamento social que se constitui paralelo ao simbolismo do espaço, decorrente da categoria de identidade social urbana ou de uma afetividade do lugar. Essas dimensões afetivas envolvem desde características individuais, como a autoestima, a autoeficácia e a perspectiva de futuro até a constituição

de uma rede de apoio social com base em relações interpessoais e comunitárias, promovendo condições necessárias para a diminuição de vulnerabilidades, superação do trauma e expansão da potência de ação (Bomfim, 2010).

Além dos prejuízos acima evidenciados que se referem a afetividade, significado de lugar, memórias construídas no lugar, foram somados diversos prejuízos financeiros e materiais. De acordo com a reportagem publicada no NDMais (2021), a CASAN identificou 35 residências e 66 pessoas prejudicadas significativamente pelo desastre ambiental. Foi priorizado o acolhimento de seis famílias que necessitavam de alojamento. A CASAN relatou que realizou um cadastro das pessoas afetadas pelo desastre, bem como os danos causados por um possível ressarcimento de até R\$10 mil reais para as famílias atingidas. A CASAN ainda informou ao NDMais (2021) que o ressarcimento total será realizado contando com o apoio de 30 engenheiros para realizar vistorias nas residências. A reparação dos danos irá contemplar imóveis, lucros cessantes, danos parciais e totais em veículos, despesas de limpeza e outros gastos relacionados diretamente ao evento.

Contudo, destaca-se que um informe do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina (Senge-SC, 2021) declarou que em 2017 a CASAN revisou o Plano de Emergência e Contingência (PEC) do SES Lagoa da Conceição, na qual mapeava as inundações de áreas urbanizadas próximas à lagoa de evapoinfiltração. Entretanto, a ruptura de um talude foi considerada pela Associação Catarinense de Engenheiros Sanitaristas e Ambientais (ACESA) totalmente imprevisível. Além disso, no início de 2019 foi realizada uma batimetria na lagoa, na qual os profissionais da CASAN constataram acúmulo de sedimento no fundo da lagoa artificial. Solicitaram autorização para lançar o efluente tratado em área vizinha à PMF via Fundação Municipal de Meio Ambiente (FLORAM), visando a limpeza e manutenção da lagoa em operação. Porém, no mesmo ano, o pedido foi indeferido. Nesse sentido, a CASAN demonstrou com antecedência buscar soluções técnicas para a prevenção de desastres na lagoa, embora não dependesse única e exclusivamente de suas ações (Senge-SC, 2021).

Perante os fatos destacados, Benjamin (1998) destaca que ‘força maior’ é praticamente impossível de ser alegado pelo Estado perante o Poder Judiciário como resposta à ocorrência de desastres ambientais. O Direito dos Desastres, como supracitado, busca justamente desmistificar tais argumentos, analisando que o elemento da ‘externalidade’ não está presente diante da responsabilidade civil do Estado. Dito isso, pois, com o avanço das tecnologias em matéria ambiental são raras as catástrofes

absolutamente imprevisíveis — como o exemplo acima da CASAN ter notificado o acúmulo de sedimento na lagoa (Benjamin, 1998). Esses apontamentos corroboram com os chamados ‘crimes sem razão’, nomeados no final do século XIX dessa forma perante a noção de indivíduo perigoso e a busca por predizer quem apresentava riscos ou não. O que era pretendido refletir sobre crimes com o exposto diz respeito à culpabilização, isto é, se existe um crime, concomitantemente existe alguém ou alguns envolvidos para serem responsabilizados (Foucault, 1978/2010).

Haja vista, evidenciar a ligação entre a relação causal e sua exclusão é o elemento-chave da responsabilidade civil diante do desastre. Além disso, a demonstração do nexo causal para associar um dano à omissão estatal gera características focais do desastre em comparação com outros eventos ambientais, isto é, gera contornos de ecomplexidade (Benjamin, 1998).

Cabe destacar que, essa fase do ciclo dos desastres que está sendo explorada ao final do artigo trata-se da reconstrução. Pode-se reconstruir a materialidade que foi perdida, prejudicada ou alterada com o desastre, mas, se existe algo impossível de ser reconstruído é o lugar, o que está carregado de significado. Não são apenas residências, são lugares de afetividade. Animais, lembranças de família, somente acessíveis à memória de cada pessoa afetada pelo desastre. O valor ressarcido será importante para o restabelecimento do estado, a Política Nacional de Defesa Civil (Resolução n.º 2 de 1994) descreve que, nessa fase, deve-se atingir a recuperação da área afetada de forma a garantir a reconstituição plena dos serviços públicos da economia da área, do moral, social e do bem-estar da população. Porém, sabe-se que recuperar os danos naturais do meio ambiente devastados pelo desastre e prevenção de desastres antes que sejam desencadeados – como sugere a gestão de riscos de desastres do Direito dos Desastres – são estratégias necessárias, embora sua efetivação seja conflituosa pelas entidades governamentais responsáveis (Benjamin, 1998).

Portanto, entende-se que esse desastre, assim como a grande maioria daqueles que ocorrem no contexto ambiental, possui o envolvimento humano, seja por ações, comportamentos que agredem o meio ambiente, assim como entidades e instituições envolvidas com a proteção, segurança e garantia de direitos de indivíduos. Não é possível, através do exposto, garantir que existam culpados ou um culpado, mas o texto reflete sobre a importância de vislumbrar os agentes envolvidos, sendo eles pessoas, entidades, instituições, todos possuem responsabilidade e influência sobre a ocorrência de um

desastre ambiental. Além disso, a gestão de riscos de desastres novamente mostra-se necessária, para que ações sejam feitas antes da efetivação do desastre de modo a garantir o direito de segurança de moradores e pessoas próximas a áreas de risco, seja por deslizamento, alagamento, enchentes, desmoronamento, ventanias/vendavais, tsunamis, erupções vulcânicas, terremotos, entre outros. Impossível passar despercebida à dimensão afetiva por trás de qualquer desastre, seja ele de grande ou pequena proporção, sempre irá movimentar a vida daqueles afetados — dificilmente em uma valência neutra ou positiva. Nessa direção, é possível indicar que um desastre atravessa, literalmente, todas as possíveis dimensões e sistemas que uma pessoa interage, afetando-as negativamente e, impondo-lhes que tenham respostas adaptativas rápidas para superar o momento de crise. Enquanto questões materiais podem ser recompensadas, algumas jamais poderão retornar como, um ente querido, um animal de estimação, um lugar carregado de memórias e afetos (Albuquerque, 2008).

Tendo em vista que o objetivo deste capítulo foi refletir sobre a inter-relação entre desastres ambientais, Direito dos Desastres, Psicologia na Gestão de riscos de desastres e Psicologia Social Jurídica a partir de uma perspectiva psicossocial e histórico cultural, podemos destacar alguns pressupostos apontados: 1) todos os seres humanos estão passíveis de serem afetados direta e/ou indiretamente por um, ou vários desastres ao longo de suas vidas; 2) é direito garantido por lei que todos os indivíduos tenham acesso à moradia e segurança; 3) toda pessoa afetada por algum desastre ambiental deve ser amparada pelo Estado de forma a garantir sua qualidade de vida; 4) à Psicologia deve atuar no período de crise, visando reduzir o estresse aguda e auxiliar à pessoa afetada a vislumbrar suas habilidades para superar o trauma; 5) pessoas afetadas por desastres ambientais podem desenvolver transtornos mentais a curto, médio e longo prazos; 6) nem todas as perdas ocasionadas por desastres podem ser reparáveis; 7) à ocorrência de desastres requer à interlocução de vários sistemas sociais (como Direito, Política e Economia, por exemplo); 8) o quadro jurídico busca regulamentar ações de antecipação e resposta a eventos catastróficos; 9) ideal implementação da ênfase em estrutura normativa e preventiva perante os desastres ambientais; 10) por serem fenômenos multi complexos, alguns podem ser impossível de serem previstos e prevenidos; 11) o Direito dos Desastres é à área no direito responsável pela abordagem direcionada ao caos decorrente de um evento desastroso; 12) o Direito dos Desastres é um ramo da gestão de riscos e desastres que engloba a gestão de riscos em todas as fases dos desastres, é

multidisciplinar e possui estreita relação com as leis regulamentadoras; 13) quando é feito à mitigação de riscos de desastres, torna-se necessária uma mobilização de diversas entidades responsáveis para prevenir uma catástrofe; 14) às ações humanas possuem o poder de aumentar a velocidade e agravar os danos causados por desastres.

Diante do exposto, considera-se que o presente estudo contribui para uma compreensão dos diversos ramos e epistemologias que atravessam à ocorrência de um desastre, assim como à complexidade das ações para serem evitados que os desastres ocorram. Além disso, fica nítido que a ocorrência de desastres pode ser previsível ou imprevisível, mas, quando mitigados os riscos, ações de prevenção devem ser empregadas. Por fim, salienta-se à relevância da Psicologia na Gestão de Riscos e Desastres, bem como à Psicologia Social Jurídica para auxiliar as pessoas afetadas por desastres a restabelecer suas capacidades adaptativas, recuperar-se da crise, assim como compreender os direitos de pessoas afetadas por desastres e medidas para prevenir a ocorrência destes. Recomenda-se futuras intervenções pautadas na gestão de riscos de desastres com medidas preventivas e educativas que auxiliem leigos na mitigação desses riscos, compreendendo que a comunidade pode identificar riscos de desastres mais facilmente se comparar com profissionais que esporadicamente visitam lugares de riscos.

3.2 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (TRS)

Os primeiros registros teóricos que mencionam as representações sociais como ‘representação coletiva’ são de Émile Durkheim. De acordo com Durkheim, o pensamento individual seria um fenômeno puramente psíquico, mas que não se reduziria à atividade cerebral, e o pensamento social não se resumiria à soma dos pensamentos individuais (Moscovici, 1978). Farr (1995) ressalta que Durkheim faz uma distinção entre o estudo das representações individuais e o estudo das representações coletivas. Para ele, o estudo das representações individuais seria do domínio da psicologia, e o estudo das representações coletivas ficaria a cargo da sociologia (Farr, 1995).

O fundamento de tal distinção estava na crença, por parte desse teórico, de que as leis que explicavam os fenômenos sociais diferiam das leis que explicavam os fenômenos individuais. Assim, as representações coletivas, por serem fruto dos acontecimentos sociais, se constituem em fato social e, como tal, são resultados de uma consciência coletiva e não de uma consciência individual. Por essa razão, não podemos, segundo

Durkheim, tratar as representações coletivas numa perspectiva individual (Moscovici, 1978).

Essa discussão inicial de Durkheim sobre representações coletivas foi crucial para que o francês Serge Moscovici buscasse um contraponto na sociologia para a perspectiva individualista da psicologia social, tão presente na psicologia social da América do Norte. A Teoria das Representações Sociais (TRS), inaugurada por Moscovici em 1961, a partir da publicação de sua obra *‘La psychanalyse, son image et son public’*, cuja tradução em português é *‘A psicanálise, sua imagem e seu público’*. Esse campo de estudo surge após a postura crítica de Moscovici na tentativa de romper com o pensamento tradicional e hegemônico fortemente presente na América do Norte e Grã-Bretanha de que os sujeitos são separados do seu contexto social. Assim, a teoria de Moscovici considera uma articulação entre o psicológico e o social, compreendendo como inseparáveis o sujeito, o objeto e a sociedade (Camargo & Bousfield, 2011).

Representação social designa indica tanto um produto quanto um processo. Existe uma pluralidade de definições para o fenômeno das representações sociais e perspectivas de estudo. Segundo Jodelet (2001, p. 22), a representação social “é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Wagner (1998) corrobora que representação social é um conteúdo mental estruturado - isto é, cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico - sobre determinado fenômeno social. Essa representação social transforma-se em imagens ou metáforas que são compartilhadas com o grupo social. Já na perspectiva de Doise (1985) as representações sociais são geradoras de tomadas de posição dentro de um conjunto de relações sociais e que organizam os processos simbólicos que intervêm nessas relações.

Moscovici (1984), a partir de uma perspectiva psicossociológica compreende os indivíduos não apenas enquanto processadores de informações, mas pensadores ativos que produzem e compartilham a todo momento por meio da comunicação suas representações. Nessa direção, a teoria conduziu os olhares para compreender os sujeitos de forma ampliada para contemplar suas construções sociais.

Destaca-se que existem três níveis em que as representações sociais podem ser discutidas e/ou analisadas, sendo: o nível meta-teórico, o nível teórico e o nível fenomenológico. O nível meta-teórico refere-se a um nível mais abstrato em que se encontram as críticas, refutações aos postulados e pressupostos teóricos e

epistemológicos da teoria em questão. O nível teórico constitui o conjunto de definições conceituais e metodológicas, assim como a elaboração de construtos no referente às representações sociais. Nesse nível, a representação social é tomada como teoria. No nível fenomenológico, a representação é tomada como um fenômeno. Fenômeno este que se evidencia nos modos de conhecimentos, saberes do senso comum e nas explicações populares. Estudá-la é imprescindível sob forma de entendermos e explicarmos porque as pessoas fazem o que fazem (Jodelet, 2001).

A proposta da TRS consiste em um estudo científico do senso comum. O senso comum configura-se como objeto de estudo da psicologia social, pois, essa modalidade de conhecimento varia conforme inserções específicas em um dado contexto de relações sociais (Doise, 1985). Essa forma de conhecimento está associada à realidade dos grupos e categorias sociais, capacitando seus membros com uma visão de mundo e contribuindo para uma identidade social (Abric, 1998; Jodelet, 2001).

O processo de representação social permite às pessoas interpretar e conceber aspectos da realidade para, conseqüentemente, agir em relação a eles, uma vez que a representação toma o lugar do objeto social a que se refere e transforma-se em realidade para os atores sociais. As representações sociais podem ser caracterizadas como normativas quando são inseridos objetos em modelos sociais, assim como podem ser prescritivas (Moscovici, 2003), servindo de guia para ações e relações sociais (Abric, 1998). A finalidade das representações sociais é classificar os eventos da vida cotidiana segundo uma grade de interpretação grupal, permitindo ações relativas a esses acontecimentos sociais. Segundo Moscovici (1961), a representação social visa a transformar o estranho em familiar através de processos em que se agrega o novo a estruturas de conhecimento já existentes. Assim, as representações sociais possuem uma lógica específica: as representações sociais correspondem ao ordenamento do imaginário em imagens, que condensam significados e constroem sistemas de referência que permitem interpretar e classificar essas construções. Parte-se do fato de que as pessoas não constroem seus pensamentos de forma isolada, mas que se influenciam mutuamente umas às outras na base das verificações coletivamente compartilhadas e referidas aos objetos que conformam sua realidade (Abric, 1998; Moscovici, 2003).

3.2.1 Abordagem Dimensional: Dimensões das Representações Sociais

Na Teoria das Representações Sociais existem abordagens, tais como a dimensional, estrutural e a dinâmica. Tendo em vista o problema de pesquisa da proposta de tese assim como seus objetivos, a abordagem dimensional e a dinâmica mostram-se corroborar com o estudo. Em linhas gerais a abordagem dimensional originou-se com Moscovici (1978) e volta suas atenções para o conteúdo trabalhando com três dimensões que compõem uma representação: informação, atitude e imagem. A primeira se refere às informações e conhecimentos que as pessoas possuem com relação ao objeto de pesquisa, a segunda diz respeito a uma dimensão atitudinal em se identificam elementos do pensamento das pessoas sobre o tema estudado, se é favorável ou não; e a terceira, denominada imagem ou campo de representação, constitui o conjunto de conhecimentos que o sujeito possui sobre o tema de investigação e sua articulação com a manifestação das atitudes (Jodelet, 2001; Moscovici, 1978).

3.2.2 Abordagem Dinâmica: Processos de Objetivação e Ancoragem

A objetivação é a operação que visa tornar concreto aquilo que está abstrato, e torna intercambiáveis o preceito e o conceito. Por meio da objetivação as ideias ou noções abstratas materializam-se ganhando corpo, textura material e significação maleável. Portanto, compreende-se que o processo de objetivação requer que seja incorporado um excesso de significações ao materializá-las. Esse processo esclarece como se estrutura o conhecimento do objeto (Ordaz & Vala, 1997).

Na objetivação, a intervenção do social se traduz no agenciamento e na formulação dos conhecimentos relativos ao objeto de uma representação. A partir desses conhecimentos articulados com uma característica do pensamento social - que é a propriedade na qual se concretiza o abstrato - que ocorre a materialização da palavra. Com a objetivação pode-se definir uma operação estruturante da imagem (Ordaz & Vala, 1997).

A objetivação é sistematizada em três etapas: seleção e descontextualização dos elementos daquilo que vai ser representado, com a finalidade de enxugar o excesso de informação; a formação de um núcleo figurativo; e, a naturalização da representação. Na primeira etapa, as informações que circulam no ambiente em função dos critérios culturais e normativos sofrerão transformações e releituras baseadas em informações prévias, na experiência e de acordo com valores. Na segunda, uma estrutura imaginária reproduz de

maneira visível uma estrutura conceitual, em que os conceitos teóricos serão constituídos em um conjunto gráfico e coerente, que permitirá compreendê-los de forma individual e nas suas inter-relações. Em outras palavras, uma vez realizadas as primeiras releituras e transformações, estas serão reconstruídas e tecidas em um esquema que se tornará em um núcleo figurativo da representação. Finalmente, a etapa figurativa permitirá concretizar cada um dos elementos que fazem parte da realidade. Procedendo assim, faz com que o objeto, até então desconhecido, seja devidamente desmembrado, transformado, relido, recomposto e, a partir de então, torna-se efetivamente em algo objetivo, palpável e natural (Ordaz & Vala, 1997).

O modelo de objetivação no seu triplo caráter de construção seletiva, esquematização estruturante e naturalização, revelam um grande alcance. Por um lado, aparece como generalizável a toda representação. Por outro lado, ele comporta prolongamentos importantes, segundo a perspectiva da lógica e do funcionamento do pensamento social. Esse modelo revela a tendência do pensamento social por meio da construção estilizada, gráfica e significativa. Aparece como uma construção seletiva e subordinada a um valor social que produz uma biologização do social, quando se transformam diferenciações sociais em diferenças do ser (Ordaz & Vala, 1997).

Já no que concerne ao processo de ancoragem, supõe a fixação das representações na realidade, assim como à atribuição da funcionalidade e ao desempenho do papel regulador das interações grupais, pois é diante da atribuição do sentido que o objeto é reelaborado. Desta forma, a ancoragem atua como um processo de significação, de utilidade e de integração cognitiva que tem um caráter de funcionalidade. Com isso, busca-se identificar o enraizamento social da Representação Social e do seu objeto. A partir disso, a ancoragem implica uma integração cognitiva do objeto representado dentro de um sistema preexistente de pensamentos e de transformações derivadas deste sistema. Em outras palavras, trata-se da inserção orgânica no pensamento previamente constituído (Ordaz & Vala, 1997).

Jodelet (2001) relaciona o fenômeno da ancoragem a três funções básicas que se encontram na base da representação: a função cognitiva de integração da novidade, a função de interpretação da realidade e a função de fundamentação e orientação das condutas e das relações sociais. Já Moscovici, por sua vez, indica que o processo de ancoragem é um mecanismo que facilita a compreensão da forma como os elementos representados se articulam para exprimir e construir as relações sociais. Assim, a

ancoragem atua de forma a instrumentalizar o saber, permitindo compreender como os elementos da representação expressam as relações sociais. Esse processo só ocorre após a objetivação, tendo em vista que a estrutura gráfica se converte em um guia de leitura por meio de uma generalização funcional como referência para compreender a realidade. Assim, os indivíduos recorrem ao que é familiar para realizar uma espécie de conversão da novidade (Morera et al., 2015).

Nesse sentido, além da função de interpretação, a ancoragem possibilita que as pessoas possam se comunicar com seus grupos de pertença sob critérios comuns, com a mesma linguagem. Nesse sentido, o processo de ancoragem possui as funções de classificar, nomear e ordenar o entorno em unidades significativas de compreensão (Clémence, Green, & Courvoisier, 2011).

Duas modalidades de intervenção permitem descrever o funcionamento da ancoragem: a inserção do objeto da representação em um marco de referência conhecido e preexistente; e, a instrumentalização social do objeto representado. A inserção das representações na dinâmica social é uma forma de ancoragem, transformando-as em instrumentos úteis de comunicação e compreensão (Clémence, Green, & Courvoisier, 2011).

Elucidou-se até este ponto que as representações sociais se convertem em sistemas de leitura da realidade social, expressando e contribuindo no desenvolvimento de valores sociais existentes. O enfoque das Representações Sociais no marco experimental tem demonstrado amplamente o laço que existe entre o sistema de interpretação que essas proporcionam e as condutas que guiam. Abric (2001) tem elucidado, em particular, os mecanismos que resultam do jogo entre a objetivação e a ancoragem em situações experimentais, as quais fazem com que os sujeitos se comportem de forma cooperativa ou competitiva, segundo as representações induzidas pelo pesquisador experimentador. A objetivação e a ancoragem são processos básicos na geração e no funcionamento das representações sociais. Amalgamam-se para fazer inteligível a realidade, mantêm uma relação dialética e, desta maneira, resulta o conhecimento prático e funcional: um conhecimento social que favorece o desenvolvimento das situações e relações que estão imersas na vida cotidiana (Clémence, Green, & Courvoisier, 2011).

3.3 SURGIMENTO DA PSICOLOGIA AMBIENTAL

Inicialmente conhecida como “Psicologia da Arquitetura” (*Architectural Psychology*), a Psicologia Ambiental surgiu no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, estabelecendo-se como um ramo distinto da psicologia (Canter & Craik, 1981; Melo, 1991). O campo da Psicologia Ambiental emergiu após a Segunda Guerra Mundial, durante o processo de reconstrução das cidades devastadas. Com a implementação de programas habitacionais em larga escala, no contexto das políticas de reconstrução do pós-guerra, arquitetos e planejadores urbanos, em colaboração com cientistas do comportamento, perceberam que o ambiente construído deveria sanar as necessidades psicológicas dos ocupantes (Canter & Craik, 1981; Melo, 1991).

Dessa forma, a necessidade de entender os requisitos e as necessidades dos futuros ocupantes de grandes obras públicas, especialmente em relação à reconstrução das cidades, levou ao surgimento da “Psicologia da Arquitetura” (Canter & Donald, 1986). Arquitetos, acostumados a trabalhar diretamente com clientes privados, precisaram adaptar-se para atender a um grande número de desabrigados da guerra, construindo blocos de apartamentos. Esta situação exigiu dos profissionais lidar com diversos clientes simultaneamente e considerar as suas diferentes particularidades. Além disso, a utilização de novas tecnologias no manejo de edifícios pós-guerra requereu uma compreensão dos efeitos dos aspectos físicos do ambiente, como a iluminação, o conforto térmico, as funções das janelas, a falta de controle pessoal sobre o ambiente e seu impacto no comportamento humano (Canter & Craik, 1981; Melo, 1991).

Enquanto planejadores e arquitetos focaram no estudo da relação pessoa-ambiente para analisar sistematicamente o comportamento humano em resposta ao ambiente construído, os psicólogos buscavam entender o contexto ambiental em que o comportamento humano ocorre (Craik, 1973). Assim, enquanto os arquitetos tinham uma visão determinista, de modo a considerar que o ambiente determina o comportamento, os psicólogos procuravam compreender o que motiva os indivíduos a se comportarem de determinadas formas em determinados ambientes. Os interesses dos psicólogos incluíam a análise de regras ambientais e sociais, papéis ocupacionais, objetivos e intenções dos usuários, funções dos locais e a relação entre atividade e ambiente (Melo, 1991).

O termo "Psicologia Ambiental" foi cunhado durante um seminário sobre a relação entre o design de salas em hospitais psiquiátricos e evidências de progresso

terapêutico (Proshansky & Altman, 1979). A partir de meados de 1970 a Psicologia Ambiental começou a ser oferecida como disciplina em cursos universitários. Primeiramente, a disciplina foi oferecida na Universidade de Nova York e, posteriormente, em 1973, foram implantados programas de mestrado (MSc) e doutorado (DPhil) na Universidade de Surrey, na Inglaterra. Além disso, livros didáticos e revistas especializadas começaram a surgir, tais como *Environmental and Behavior* (EUA), *Journal of Environmental Psychology* (Reino Unido), *Human Ecology* (EUA) e *Architectural Psychology* (Reino Unido). Formaram-se organizações como a Environmental Design Research Association (EDRA) nos EUA e a International Association for the Study of People and Their Physical Surroundings (IAPS) no Reino Unido, bem como a International Association of Applied Psychology (IAAP) nos EUA (Melo, 1991).

3.3.1 A psicologia ambiental nos estudos de representações sociais

A psicologia ambiental surge de contribuições da psicologia social, por meio dos estudos de Kurt Lewin e da preocupação com o ambiente urbano (Feitosa et al., 2018). Moser (1998, p. 125), ressalta “[...] o que se estuda em Psicologia Ambiental são fenômenos complexos, não só se usam métodos e técnicas bem conhecidas da Psicologia, particularmente da Psicologia Social, como também são criadas metodologias próprias da Psicologia Ambiental”.

A psicologia ambiental tem influência da psicologia social a partir de sua teoria e metodologia, mas concebe outras especificidades, como, por exemplo, o estudo da ação humana sobre o ambiente, assim como o inverso, ou seja, o efeito deste ambiente sobre o homem (Aragonés & Amérigo, 1998). De acordo com Moser (1998, p. 122), a psicologia ambiental “estuda a pessoa em seu contexto, tendo como tema central as inter-relações – e não somente as relações – entre a pessoa e o ambiente físico e social”.

Esta psicologia tem como objeto de estudo as inter-relações entre pessoa-ambiente e os processos afetivos e cognitivos humanos envolvidos neste ambiente social, histórico, cultural e físico. Nesse sentido, a psicologia ambiental volta-se para a investigação de como as pessoas se sentem, pensam e vivenciam o espaço em que estão circundadas. Pautando-se na compreensão dos problemas ambientais, e, sobretudo, na questão da

sustentabilidade da vida enquanto responsabilidade dos seres humanos e preocupação com a humanidade (Elali, 1997; Moser, 1998).

Para compreender tal psicologia social, faz-se necessário elencar o sentimento de comunidade e apego ao lugar. O sentimento de comunidade representa um denominador comum entre os interesses pessoais e os coletivos de uma certa comunidade. Já no que diz respeito ao apego ao lugar, este é fundamental para o estudo das vinculações afetivas no relacionamento pessoa-ambiente (Giuliani, 2004).

Na psicologia ambiental o estudo da vinculação entre pessoa e ambiente, inicialmente não era considerado importante. Desta forma, de acordo com Giuliani (2004) os estudiosos da área voltavam-se para o estudo dos processos cognitivos e comportamentais. Por volta da década de noventa começam a surgir pesquisadores interessados na vinculação afetiva entre pessoa e ambiente, levantando assim questões sobre a noção de apego e considerando-o uma necessidade humana fundamental.

Nisso encontra-se o real interesse e motivação para a realização da pesquisa: observar o ambiente para além da premissa de que ele deve sanar necessidades básicas de seus moradores. Essa é uma dificuldade presente na sociedade atual, pois geralmente o ambiente é padronizado e uniformizado para atender as necessidades de consumo geradas pela mídia e para a manutenção das desigualdades sociais em nossa sociedade. Com a uniformização e padronização dos espaços dificulta-se a identificação das pessoas com seus espaços, e conseqüentemente, interfere na apropriação do espaço, vinculação afetiva, gerando relações pessoa-ambiente puramente funcionalistas com os espaços (Giuliani, 2003; 2004).

No cenário ambiental, a TRS pode auxiliar na compreensão das dinâmicas sociais, assim como pode contribuir para conhecer os processos cognitivos e simbólicos que norteiam práticas sociais. Tratando-se da compreensão da atuação humana em um ambiente, a TRS, visto sua complexidade, possibilita compreender os comportamentos, representações e atitudes direcionados ao ambiente. Sendo assim, a representação social propicia que os indivíduos possam adaptar-se ao ambiente social e material pautando-se em uma construção mental e social do mundo real (Jodelet, 1996).

As relações que as pessoas estabelecem com seu meio são permeadas e embasadas em suas representações sociais, formadas por seus valores, experiências, expectativas e preferências. Entretanto, a forma como as pessoas interagem e se relacionam com o ambiente não depende unicamente de suas relações individuais, mas também por valores

sociais que possui em relação ao ambiente. As representações agem de forma a organizar e estruturar o real em um sistema cognitivo coerente que permite o indivíduo compreender o mundo e atuar nele (Felippe & Kuhnen, 2012; Moser, Ratiu, & Vanssay, 2005).

O significado atribuído ao ambiente é vivido e reinventado individualmente em cada indivíduo. Esse significado possui uma origem social, desenvolvida a partir da interação entre as pessoas e o ambiente. Ambos (pessoa e ambiente) atuam com base na linguagem, que, por sua vez, possibilita a criação e o compartilhamento de imagens, símbolos e significados ambientais que se relacionam com a pessoa ou com sua identidade espacial. Portanto, a linguagem viabiliza que o ambiente supere seu caráter físico para atingir uma dimensão social (Felippe & Kuhnen, 2012; Valera, 2002).

Portanto, compreende-se que, a psicologia ambiental trata da inter-relação pessoa-ambiente, a TRS se aproxima de tal objeto, tendo em vista que as representações do espaço também são representações sociais. A contribuição da TRS para os estudos pessoa-ambiente encontra-se na superação de sua dificuldade em compreender a relação pessoa-ambiente em sua dimensão social, assim como permitirá que sejam incorporados ao estudo em psicologia ambiental fatores como conhecimento, crenças e valores sobre o ambiente (Felippe & Kuhnen, 2012).

Além das contribuições, salientam-se aspectos comuns e divergentes entre a TRS e a PA. Jodelet (1996) apresenta suas hipóteses pautando-se, primeiramente, na ideia de que todo conhecimento do ambiente é mediatizado pelo plano da percepção, interpretação e ação das representações sociais. A segunda hipótese pauta-se no caráter social das representações, com origem na comunicação social. A partir do compartilhamento dessas representações pelos sujeitos sociais que se constrói uma realidade consensual. A terceira hipótese refere-se às consequências do caráter social que a representação possui para o plano cognitivo, ou seja, o caráter social afeta o conhecimento que as pessoas possuem sobre os conteúdos, sobre os processos e sobre a forma que possui dado objeto. Por fim, as representações possuem um caráter voltado para os valores, necessidades e interesses individuais e grupais. Portanto, é possível supor que as pessoas elaboram representações do seu entorno físico a partir de um conjunto de informações socialmente compartilhadas (Polli & Kuhnen, 2011; Valera, 2002).

Em sua revisão de literatura, Polli e Kuhnen (2011) encontraram diversos estudos que utilizavam a PA e as representações sociais para compreender os fenômenos. No Brasil, Reigota (2004) inaugurou uma coletânea de artigos sobre meio ambiente e

representação social em 1994, discutindo aspectos relacionados à educação ambiental, aos principais problemas ambientais da América Latina e os impactos da representação social no meio ambiente no âmbito pedagógico; Martinho e Talamoni (2007) investigaram as representações sociais do meio ambiente em 42 alunos do ensino fundamental; Kuhnen (1995) procurou conhecer as representações sociais do lixo da população da cidade de Florianópolis e avaliar os resultados de um programa de coleta seletiva de lixo; Em Portugal, Castro (2003) procurou identificar as representações sociais do ambiente e da natureza.

Dessa forma, no campo ambiental as representações sociais permitiram compreender como objetos de ordem material são compreendidos e formam conhecimentos, que, por sua vez, servirão de base para a interpretação da realidade e manifestação de comportamentos. Portanto, torna-se crucial o diálogo desses campos de estudos para a compreensão das percepções e concepções das pessoas sobre o ambiente físico, bem como problemas ambientais decorrentes dessa relação (Polli & Kuhnen, 2011).

3.3.2 Apego ao Lugar: a dimensão afetiva atribuído ao lugar

A afetividade envolvendo lugares é tema presente em estudos de diferentes grupos temáticos da PA. O apego ao lugar pode ser definido como o vínculo emocional constituído por cenários físicos, envolvendo sentimentos derivados da experiência espacial real e/ou esperada (Pinheiro, 2003). Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983, p. 76) postularam que o apego ao lugar “indubitavelmente ocorre naqueles indivíduos cuja identidade de lugar envolve cognições positivamente valorizadas de uma ou alguma combinação desses contextos, que de longe pesam mais que o número de cognições negativamente valorizadas”. O conceito pressupõe a impossibilidade de existir relação afetiva humana que não esteja relacionada a aspectos de lugar. Considera ainda, de modo semelhante à teoria do apego (Bowlby, 1979/1997) no que concerne a relação interpessoal, isto é, a existência de vínculos emocionais envolvendo a dimensão física do ambiente.

O fenômeno do apego ao lugar foi elaborado com vistas à gestão de riscos ambientais, conflitos com as comunidades locais contra a implantação de projetos, auxílio às respostas aos desastres, políticas de habitação, construção de modelos comunitários

(Manzo & Devine-Wright, 2014) e áreas de risco (Alves, Kuhnen & Battiston, 2015). Consideram-se como áreas de risco quando houver a probabilidade de ocorrência de um desastre e este oferecer risco a ambientes, lugares que apresentam irregularidades para sua ocupação, tais como: ausência de saneamento básico, acúmulo de lixo, moradia localizada perto de encosta ou margem do rio, assim como as pessoas que residem nessas localidades. A associação entre riscos naturais (deslizamento e/ou inundação) e riscos provenientes da ação e ocupação humana na área de risco intitula-se ‘risco ambiental’. As produções dedicadas à temática possuem o enfoque principal as relações entre as características físico-espaciais do lugar e os significados afetivos atribuídos a ele, implicando em uma relação pessoa-ambiente (Giuliani, 2003, 2004; Fellipe & Kuhnen, 2012).

No que diz respeito ao construto apego ao lugar, destacam-se os três principais modelos teóricos que o definem. Em ordem cronológica salienta-se primeiramente o modelo teórico proposto por Williams e Roggenbuck (1989) e aprimorado por Willian e Vaske (2003), que parte da premissa que o apego ao lugar é um fenômeno bidimensional formado pela dimensão identidade de lugar e dependência de lugar. Identidade de lugar parte da premissa que sentimentos são gerados a partir das conexões estabelecidas com as características físicas e simbólicas do lugar de modo a contribuir para o aumento da autoestima, da construção de um propósito para a vida e para a identidade da pessoa. Já a dependência de lugar denota-se como uma inter-relação mais funcional entre pessoa e ambiente, de modo a demonstrar o quanto o lugar possibilita, por meio das características físicas, a realização das atividades e a satisfação das necessidades da pessoa (Giuliani, 2004).

Para Giuliani (2004), embora existam analogias evidentes associando a teoria do apego e a noção de apego ao lugar, este último refere-se a um fenômeno de natureza específica e distingue-se de outras formas de afeto. Caracteriza-se, à semelhança dos laços afetivos entre pessoas (Ainsworth, 1989), pelo vínculo relativamente duradouro entre pessoa e ambiente, pela constituição de importância deste último em razão de sua singularidade, pelo desejo de proximidade ao lugar, pelo sentimento de segurança e conforto, e sofrimento em função da separação (Giuliani, 2004). Entretanto, apesar de que a comparação com laços intrapessoais pareça ser útil, distinções podem existir no que concerne à função psicológica de cada tipo de vínculo, às características do objeto de apego, ao comportamento manifesto, ao modo como o vínculo se forma, desaparece ou

se transforma e a suas consequências psicológicas (Giuliani, 2003). Nesse sentido, enquanto a teoria do apego procura as regularidades do comportamento de vinculação, a noção de apego ao lugar sublinha a diversidade dos vínculos afetivos entre indivíduos de diferentes grupos e culturas, e em diferentes estágios do ciclo de vida com ambientes físicos (Speller, 2005).

3.3.3 Perspectiva teórica e paradigma de investigação

Nos estudos pessoa-ambiente existem três grandes orientações teóricas que direcionam o pesquisador de acordo com seus interesses de investigação, seja ele mais centrado no ambiente, centrado na pessoa ou na inter-relação pessoa-ambiente. Assim, têm-se as perspectivas individualista, interacionista e sistêmica/transacionalista. A perspectiva individualista tem a unidade de análise centrada na pessoa, em detrimento das variáveis ambientais, que possuem papel secundário. Na orientação interacionista a unidade de análise encontra-se na pessoa e no ambiente, embora sejam vistos como elementos distintos. Nesse caso, considera-se que exista influência entre os dois componentes, sendo o comportamento (variável dependente) função do ambiente (variável independente) e da pessoa (variável mediadora). Já a perspectiva sistêmica/transacionalista considera como unidade de análise a pessoa inserida no ambiente, ou seja, ambos formam um sistema integrado de inter-relações, com ênfase no todo em relação às partes. Portanto, nessa perspectiva predispõe a noção de bidirecionalidade, em que pessoa e ambiente definem-se e transformam-se mutuamente (Valera, 1996). O mesmo autor ressalta que as duas primeiras perspectivas, consideradas mais tradicionais, estão sendo substituídas pela perspectiva sistêmica/transacionalista, mais atual.

Felippe e Kuhnen (2012) realizaram uma revisão sistemática sobre apego ao lugar e percebeu-se justamente essa tendência apontada por Valera (1996) nos artigos encontrados. De acordo com os resultados, apenas investigações em contextos turístico-recreacionais e comerciais não enfatizaram a perspectiva sistêmica/transacionalista com vista a bidirecionalidade e uma compreensão de sistemas. Os achados foram classificados pelas autoras como interacionistas, abordando o lugar e a pessoa elementos distintos, mas, que possuem certa influência uma sobre a outra. As pesquisas que discutiam laços sociais e territorialidade demonstraram uma compreensão sistêmica do fenômeno e nos estudos

que envolviam comprometimento e comportamento pró-ambiental analisou-se uma abordagem bidirecional (Felippe & Kuhnen, 2012; Valera, 1996).

Já no que concerne aos paradigmas de investigação em PA, Valera (1996) aponta para a constituição de dois grupos: o paradigma individualista-molecular e o paradigma socialmolar. As supracitadas perspectivas indicam níveis de análise que analisam a relação pessoa-ambiente, desde um nível mais individual para um mais social. Ambas não se excluem, aliás, Felippe e Kuhnen (2012) perceberam nos achados certa tendência em interagir níveis de análise distintos com ênfase no social. De modo geral, as perspectivas individualistas-moleculares coincidiram com as interacionistas, destacando-se a relação entre a capacidade do entorno em satisfazer necessidades e a seleção ambiental. Em contrapartida, o paradigma socialmolar coincidiu com a sistêmica/transacionalista, em que a pessoa pode ser vista como agente social que constrói significados de lugar modulados pela cultura e pela sociedade (Felippe & Kuhnen, 2012).

Tendo em vista os aspectos supracitados, a proposta de pesquisa de doutorado buscar-se-á adotar a perspectiva sistêmica/interacionista a partir do paradigma socialmolar. Pretende-se compreender as relações entre representações sociais e apego ao lugar para pessoas afetadas pelo desastre ambiental na Lagoa da Conceição/Florianópolis. Será utilizado um arcabouço teórico proveniente da Psicologia Social (Teoria das Representações Sociais), assim como fenômenos estudados pela Psicologia Ambiental (Apego ao Lugar, principalmente). Buscar-se-á, além do objetivo geral já mencionado, descrever quais as representações sociais em suas dimensões informacional, atitudinal e de campo das pessoas afetadas sobre o desastre na Lagoa da Conceição que sofreram; identificar os processos de ancoragem e objetivação das representações sociais sobre o desastre ambiental na Lagoa da Conceição; verificar os riscos ambientais aos quais as pessoas afetadas foram expostas; descrever a vinculação afetiva que as pessoas afetadas estabeleceram com o lugar em suas dimensões funcional, simbólica e temporal; e, descrever os prejuízos provocados pelo desastre na Lagoa da Conceição. Nessa direção, será utilizada a abordagem dinâmica e dimensional para buscar compreender as representações sociais suscitadas.

O estudo traz consigo a importância de compreender fenômenos ambientais para além dos prejuízos financeiros causados, mas também as implicações afetivas, sociais, financeiras, cognitivas, de identidade de lugar, comunidade e territorialidade. Além disso, o estudo irá configurar um avanço para os estudos pessoa-ambiente por romper o desafio

de compreender a pessoa em interação com o ambiente, e este último, não observado como objeto passivo de interação. Já no que concerne ao campo das representações sociais, unida a PA, a TRS será primordial para a compreensão do fenômeno do desastre ambiental para as pessoas afetadas, bem como suas implicações no âmbito da percepção, interpretação e guia de ação. Assim, resumidamente, no âmbito ambiental as representações sociais permitirão compreender como objetos de ordem material são compreendidos e formam conhecimentos, que, por sua vez, servirão de base para a interpretação da realidade e manifestação de comportamentos. Portanto, torna-se crucial a união desses campos de estudos para a compreensão das representações sociais e características de apego ao lugar das pessoas sobre o ambiente físico, bem como problemas ambientais decorrentes dessa relação.

4 MÉTODO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A tese foi composta por quatro estudos. Os estudos 1, 2 e 3 tratam-se de pesquisas documentais, de caráter descritivo-exploratório e interpretativo. Primeiramente, o Estudo 1 trata de uma análise barthesiana de fotografias capturadas pelos atingidos pelo desastre ambiental da Lagoa da Conceição/SC durante um protesto contra a CASAN. Nesse sentido, as fotografias expostas foram retiradas pelos próprios atingidos, a partir de sua perspectiva, ótica e ângulo preterido. Para analisar as imagens, foi empregada a análise semiótica de imagens desenvolvida por Barthes (1992). O protesto ocorreu em março de 2021 como medida para pressionar a CASAN para reparar, quanto antes, às famílias atingidas pela enxurrada. No momento dos protestos, a CASAN ainda não havia ressarcido às famílias para auxiliar na reconstrução e retomada de suas vidas. A pesquisadora abordou os atingidos mediante contato virtual, tendo acesso às fotos, relatórios de reuniões dos atingidos e ações judiciais contra a CASAN movidas pelos atingidos.

No Estudo 2 tratou de analisar fotografias extraídas a partir do estímulo verbal: *“registre uma imagem que te represente o desastre ambiental ocorrido na Lagoa da Conceição”*. A partir disso, as pessoas discorreram sobre as fotografias, as características ambientais que favorecem o apego, às novas características ambientais que desfavorecem a vinculação afetiva, assim como os elementos visíveis e invisíveis da fotografia (*studium*

e *punctum*, respectivamente) propostos por Barthes (1992). Foi realizado o registro de imagens elaboradas pelos participantes (fotografias), extraídas do ambiente que sofreu o desastre por meio da técnica Fotografando Ambientes (participante captura a imagem) (Froes, Hernandez, & Forell, 2015).

O estudo 3 foi uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva-exploratória. Quanto ao tipo de delineamento adotado para o estudo, optou-se pelo estudo de casos múltiplos, pois trata de uma investigação empírica que propõe uma lógica de planejamento, coleta e análise de dados de casos múltiplos. Um estudo de caso é uma história de um fenômeno passado ou atual, elaborada a partir de múltiplas fontes de provas, que pode incluir dados da observação direta e entrevistas sistemáticas, bem como pesquisas em arquivos públicos e privados. É sustentado por um referencial teórico, que orienta as questões e proposições do estudo, reúne uma gama de informações obtidas por meio de diversas técnicas de levantamento de dados e evidências a partir de múltiplos casos (Yin, 2001).

Esse estudo adota uma abordagem qualitativa, devido ao pesquisador ser o instrumento-chave, o ambiente se configura como fonte direta dos dados, não requer o uso de técnicas e métodos estatísticos, possui caráter descritivo, o foco da abordagem concentra-se no processo e em seu significado, ou seja, o principal objetivo é a interpretação do fenômeno objeto de estudo. O caráter da pesquisa é descritivo-exploratório. A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Não tem compromisso em explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação, de maneira que os pesquisadores neste tipo de investigação têm preocupação prática, como acontece com a pesquisa exploratória. Os estudos exploratórios são aqueles que buscam descobrir ideias e soluções, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno de estudo. Quanto ao tempo, o corte transversal se justifica em decorrência de que os dados serão levantados uma única vez, em um determinado período de tempo (Sampieri, Collado, & Lucio, 2006).

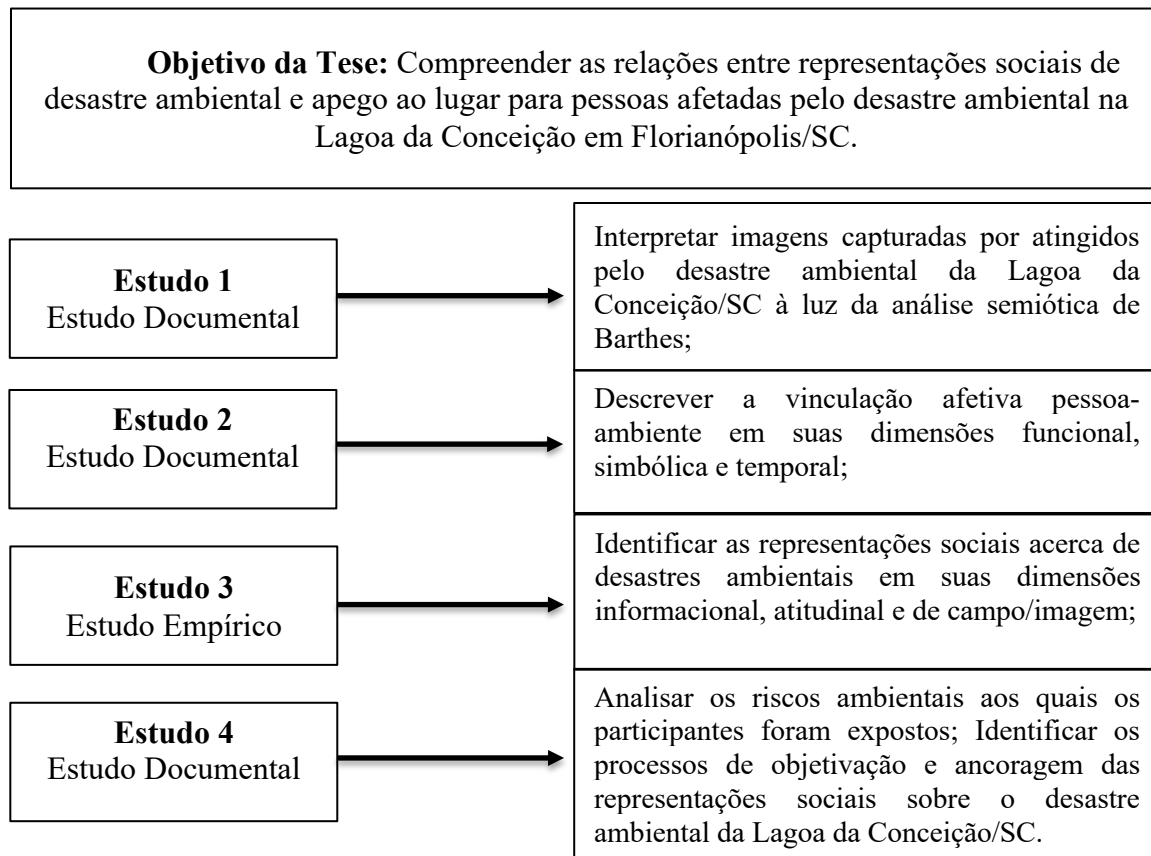
Para a coleta de dados do estudo 3 foram utilizados métodos observacionais diretos, técnicas de registro ambiental e levantamento de dados mediante questionário e entrevista semi-estruturada. O método de observação direta com intervenção explícita a ser utilizado foi a observação participante. Na observação participante os observadores desempenham um papel duplo, ou seja, observam o comportamento das pessoas e participam ativamente da situação que estão observando. Optou-se por esse método de observação devido à possibilidade de abordar moradores e registrar o ambiente mediante

captura fotográfica (técnica fotografando o ambiente). O registro narrativo dos fatos, fenômenos, contexto e aspectos relevantes será realizado perante o Diário de Campo.

Minayo (2013) ressalta a relevância do uso do diário como ferramenta de registro, mesmo em casos de entrevistas gravadas, uma vez que o diário pode capturar nuances que a simples transcrição da entrevista não seria capaz, como a percepção de expressões emocionais. A atenção do pesquisador à sua própria experiência e ao comportamento dos participantes é considerada uma fonte crucial para a pesquisa (Kastrup, 2012). Ao descrever os processos observados e compartilhar suas impressões, a redação dos diários de campo pode incluir registros que acompanhem o fluxo da atenção do pesquisador em relação aos fenômenos estudados.

O questionário sociodemográfico foi aplicado para compreender o contexto que circunda os participantes. As entrevistas semi-diretivas foram utilizadas diante da possibilidade de melhor compreender as representações sociais dos participantes sobre os fenômenos estudados. As entrevistas foram realizadas nas residências dos atingidos. Quatro abordagens foram realizadas presencialmente; uma foi realizada de forma coletiva, com a família; três foram realizadas de forma individual, na residência da pessoa atingida; enquanto três atingidos necessitaram da aplicação da entrevista de forma remota (via Zoom).

No tocante ao último estudo, foi realizada uma pesquisa documental composta por documentos escritos e fornecidos pelos atingidos (atas de reuniões realizadas com a equipe da CASAN; requerimentos; pautas de reivindicações; e transcrições na íntegra de assembleias realizadas entre atingidos e CASAN). Os atingidos disponibilizaram à pesquisadora uma pasta digital com todos os documentos que elaboraram durante todo o processo de recuperação pós-desastre. Optou-se por esse meio de fonte de dados por serem documentos originais elaborados pelos atingidos, situados em momentos historicamente cruciais de suas vidas. A técnica documental se baseia em documentos originais que ainda não foram analisados por nenhum autor, sendo uma das técnicas essenciais para a pesquisa em ciências sociais e humanas (Helder, 2006). Este é um método de coleta de dados que reduz, pelo menos parcialmente, a possibilidade de qualquer influência - seja pela presença ou intervenção do pesquisador - nas interações, eventos ou comportamentos estudados, eliminando a chance de reação do sujeito à operação de medição (Cellard, 2008). Na Figura 3 é exposto um desenho da tese com os objetivos geral e específico, assim como o estudo que pretendeu respondê-los.

Figura 3.*Desenho do estudo de tese*

4.2 PARTICIPANTES

A pesquisa foi composta por moradores afetados pelo rompimento da lagoa artificial de infiltração da Estação de Tratamento de Esgotos da Lagoa da Conceição (ETE) ocorrido no dia 25 de janeiro de 2021 na rua Servidão Manoel Luiz Duarte na Lagoa da Conceição em Florianópolis/SC. De acordo com a reportagem publicada no NDMais (2021), a CASAN identificou 35 residências afetadas e 66 pessoas prejudicadas significativamente pelo desastre ambiental. Após contato telefônico, foram realizadas abordagens às pessoas afetadas pelo desastre *in loco*. Por isso, o tipo de amostragem estabelecido foi por conveniência, não-probabilística (Minayo, 2010). Realizou-se o primeiro contato com uma moradora local, psicóloga e docente da UFSC, integrante da Comissão dos Atingidos pela Barragem da Casan. Optou-se pela moradora como mediadora, tendo em vista que os moradores eram constantemente abordados por

jornalistas e profissionais de outras empresas, inclusive a responsável pelo desastre, o que poderia prejudicar as abordagens pela resistência. Essa moradora foi a mediadora do processo de seleção de amostra. Posteriormente, foi feito o primeiro contato via telefone com cada morador(a) local para informar os dados sobre a pesquisa, relevância e interesse em participar da pesquisa. Em caso positivo, foi combinado por WhatsApp o contato presencial, marcando dia e horário que sejam favoráveis ao participante. A pesquisadora se responsabilizou por se locomover até o local e com todas as despesas subsequentes.

Além da mediadora para encontrar novos participantes da pesquisa, foi utilizada a amostragem *Snowball* (Bola de Neve). Nesse sentido, um participante que se enquadrava nos critérios de inclusão da pesquisa indicava novos potenciais participantes, e assim sucessivamente (Minayo, 2010). O fechamento amostral se deu mediante conclusão da abordagem de todos os moradores da Lagoa da Conceição atingidos pelo desastre ambiental.

Dentre as sete pessoas atingidas que aceitaram participar da pesquisa, cinco eram do gênero feminino e dois do gênero masculino, possuindo como média aritmética de faixa etária (M) 46 anos e 5 meses. Salienta-se que cada participante era membro de uma casa atingida, então foram sete participantes de sete residências diferentes. Todos os participantes são residentes da Rua Manoel Luís Duarte, a rua atingida pelo rompimento da barragem da CASAN. Observa-se que a média aritmética de tempo de permanência dos participantes morando no mesmo lugar e residência é de 22 anos (M), ou seja, são moradores que possuem tempo significativo de vinculação com o lugar. Cada abordagem teve duração média de 1 hora.

Quadro 1.

Caracterização dos participantes da pesquisa

<i>Participantes</i>	<i>P1</i>	<i>P2</i>	<i>P3</i>	<i>P4</i>	<i>P5</i>	<i>P6</i>	<i>P7</i>
Idade	58 anos	28 anos	45 anos	34 anos	59 anos	65 anos	36 anos
Escolaridade	8ª série	Ensino Superior completo	2º grau completo	Ensino superior incompleto	Ensino Superior completo	Ensino Superior completo	Ensino Superior completo
Profissão	Aposentada	Professora	Do lar	Estudante	Professora universitária	Aposentada	Fisioterapeuta
Estado Civil	Casada	Solteira	Viúvo	União estável	União estável	Casada	Casada
Religião	Católica	Católica	Espírita	Nação	Não	Não	Católica
Filhos	1	0	2	4	1	2	2

Sexo	Fem.	Fem.	Masc.	Masc.	Fem.	Fem.	Fem.
Salário	1 salário-mínimo	1 salário-mínimo	Acima de 7 salários	1 salário-mínimo	Acima de 7 salários	Acima de 7 salários	Acima de 7 salários
Mora há quanto tempo neste lugar	25 anos	25 anos	28 anos	4 anos	29 anos	26 anos	17 anos

4.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Para selecionar os participantes, foram elaborados critérios de inclusão: possuir idade igual ou superior a 18 anos; compreender os aspectos da pesquisa e consentir por escrito por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); ter sido afetado diretamente pelo desastre ambiental da Lagoa da Conceição/SC. Como critério de exclusão foi estabelecido que pessoas afetadas indiretamente pelo desastre ambiental da Lagoa da Conceição/SC não compuseram a pesquisa.

4.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS

Quanto às técnicas e instrumentos de coleta de dados, foram utilizados: 1) observação direta participante explícita; 2) um questionário sociodemográfico; 3) uma entrevista semi-estruturada das RS sobre desastres ambientais e apego ao lugar; 4) a técnica fotografando ambientes (Pinheiro & Gunther, 2008) associada a técnica *walk around the block* (Lynch & Rivkin, 1970). A observação direta do cenário ambiental devastado pelo desastre foi realizada de modo explícito, interventivo e participante. A pesquisadora se apresentou e posteriormente captou e registrou observações e vestígios ambientais do ambiente pelo Diário de Campo.

A partir do questionário sociodemográfico foi realizada a estatística descritiva. No tocante aos dados levantados por meio do Diário de Campo e entrevistas semi-diretivas, os resultados foram submetidos à análise de conteúdo temático-categorial de Bardin (1977). A técnica fotografando ambientes, proposta que provém da psicologia ambiental, foi aplicada de modo que o participante captasse imagens do lugar a partir de um estímulo verbal do pesquisador (“capture uma fotografia que expresse o que você compreende por desastre ambiental”). Moscovici (2012) ressaltou a relação entre imagens visuais e

representações sociais, tendo em vista que a estrutura da representação possui um componente imagético (Moscovici, 2012).

Quadro 2.

Sequência de instrumentos ou técnicas a serem utilizados na pesquisa

Instrumentos e Técnicas	Análise dos dados	Tipo de análise	Programa/software de análise
Artigo 1			
1) Análise Documental de fotografias extraídas em um protesto realizado pelos moradores contra a CASAN	Análise Semiótica de Imagens (Barthes, 1984).	Análise de signos	
Artigo 2			
1) Técnica autofotográfica a partir do estímulo verbal “ <i>crie uma imagem que represente o desastre ambiental ocorrido na Lagoa da Conceição</i> ” associada a técnica <i>Walk Around the block</i>	Análise Semiótica de imagens (Barthes, 1984)	Análise de <i>punctum</i> e <i>studium</i>	
Artigo 3			
1) Observação direta participante/ Diário de Campo;	Análise de Conteúdo Temático-Categorial (Bardin, 1977)	Análises textuais e frequência das unidades de registro	Software Atlas.ti 5.0®.
2) Questionário Sociodemográfico	Estatística descritiva		
3) Entrevista Semiestruturada das RS sobre desastres e apego ao lugar	Análise de Conteúdo Temático-Categorial (Bardin, 1977)	Análises textuais e frequência das unidades de registro	Software Atlas.ti 5.0®.
Artigo 4			
1) Análise documental de documentos elaborados pelos moradores	Análise de Conteúdo Temático-Categorial (Bardin, 1977)	Análises textuais e frequência das unidades de registro	Software Atlas.ti 5.0®.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

4.4.1 Diário de campo

O Diário de Campo foi utilizado como instrumento de registro e coleta de dados durante as observações. Consistiu em um instrumento de registro de observações, comentários e reflexões para uso individual enquanto profissional ou pesquisador. Ao

mesmo tempo em que se realizava o registro das observações, descreviam-se possíveis análises e reflexões que permeavam aquela realidade observada (Falkembach, 1987). A pesquisadora coletou vestígios ambientais, registrando dados sobre o ambiente e o resultado pós-desastre. Os moradores foram avisados de antemão dessa etapa da pesquisa. Pessoas que transitavam pelo local, turistas e moradores puderam ser abordados nesse momento.

4.4.2 Questionário Sociodemográfico

Um questionário sociodemográfico (Apêndice B) foi aplicado antes das entrevistas, com o objetivo de caracterizar e identificar os participantes da pesquisa. Isso contribuiu para uma melhor compreensão do contexto social, demográfico e econômico em que as pessoas afetadas pelo desastre se encontravam. Nesse instrumento, foram abordadas questões referentes à idade, gênero, escolaridade, renda socioeconômica, profissão, estado civil, raça, naturalidade, endereço atual, religião, com quem compartilhava a residência e se possuía alguma deficiência.

4.4.3 Entrevista semiestruturada

A técnica de entrevista semiestruturada (Apêndice C) permitiu ao pesquisador acessar representações subjetivas do entrevistado, para além dos conteúdos factuais (Blanchet, 1991). As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas integralmente pela pesquisadora. Optou-se pela modalidade de entrevista semi-diretiva, pois ela permite ao entrevistado discorrer sobre o tema sem se prender à indagação formulada e possibilita que o pesquisador reformule a indagação ou a complementar, caso o participante demonstre não compreender a indagação (Minayo, 2010). No Quadro 3 estão descritas algumas questões norteadoras para indagar e investigar as representações sociais sobre desastres ambientais, sobre o desastre ocorrido e apego ao lugar.

Quadro 3.

Perguntas norteadoras para a entrevista semi-diretiva

Perguntas norteadoras	
01	O que você pensa sobre desastres ambientais?
02	O que você sente pelo lugar onde mora?

03	Em sua opinião, o que poderia prevenir um desastre futuro na Lagoa da Conceição?
04	Como você reagiu quando o desastre ocorreu?
05	Como foi para você se afastar da sua moradia/residência?
06	De alguma forma, você ou algum morador já conseguia prever que algo estava errado com a lagoa? Se sim, como previu?

O roteiro de entrevista foi articulado a uma variação da técnica *walk-around-the-block*, traduzida para o português como 'caminhada pelo local'. Essa técnica centrada no ambiente consistiu na caminhada pelo local junto com o participante durante a entrevista. Ao indagar sobre representações sociais de desastres e apego ao lugar, a pesquisadora fez a caminhada pelo local buscando vivenciar experiências similares às aquelas relatadas pelo participante da pesquisa e, simultaneamente, compreender as narrativas e o contexto no qual o acompanhante se inserir (Sampieri et al., 2006).

4.4.4 Fotografando ambientes

A técnica de fotografando ambientes que foi aplicada neste estudo partiu da reflexão de instrumentalizar os dados e facilitar a posterior análise dos cenários de desastres. Nessa técnica, o próprio participante realizou o registro fotográfico, ajustando a câmera, escolhendo o cenário a ser registrado e os elementos da fotografia. Justamente esse tornou-se o diferencial da técnica fotografando ambientes; o registro fotográfico permitiu ao pesquisador captar a real intenção do participante (Pinheiro & Günther, 2008). Mas, caso não fosse possível o registro fotográfico no dia da coleta de dados, uma imagem capturada após a ocorrência do desastre poderia ser substituída. Para Neiva-Silva e Koller (2002) e Kuhnen e Silveira (2008), quando uma pessoa direcionava a câmera fotográfica para um determinado ambiente, objeto, símbolo, evento, pessoa e/ou lugar, em resposta a uma indagação, captava por meio da fotografia uma imagem que simbolizava naquele instante algo de si sobre o lugar e concomitante a própria indagação.

4.5 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foi obedecida a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, a qual preconiza as questões éticas e de respeito em relação às pesquisas realizadas com seres humanos. O

desenvolvimento desta pesquisa foi iniciado após obtida a aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina (CAAE 54361221.7.0000.0121; Parecer nº 5.239.303). A participação da pesquisa foi de caráter voluntário, sendo garantido por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) o anonimato dos participantes, bem como a possibilidade de desistência em qualquer fase da pesquisa e sigilo de todas as informações prestadas.

A psicóloga, integrante da Comissão dos Atingidos pela Barragem da Casan, foi a primeira contatada pela pesquisadora. O contato foi realizado por e-mail, enviando uma síntese da pesquisa de doutorado. Foi solicitado que fosse feita a mediação com os demais moradores, atingidos pelo desastre ambiental da Lagoa da Conceição/SC. Feito isso, os demais participantes foram convidados mediante ligação telefônica, WhatsApp ou e-mail. Foi explicado sucintamente as intenções, objetivos, instrumentos e o tempo estimado de duração da abordagem. Em caso de aceite, as abordagens foram agendadas e a pesquisadora se propôs a se deslocar ao local de trabalho do participante. Entretanto, se mesmo com esta possibilidade de encontro presencial ainda houvesse embates para o participante, foi informado que a coleta de dados poderia ser realizada mediante encontro virtual pelo Zoom e do TCLE (Apêndice A) para o e-mail do participante, possibilitando-o responder os instrumentos de forma remota e anexar uma fotografia. O TCLE foi explicado e, em caso de consentimento, assinado antes de iniciar todos os demais procedimentos. Para garantir veracidade nas transcrições e análises textuais, durante todas as etapas da coleta de dados presencial foi questionada a possibilidade de utilizar um gravador de áudio, para posteriormente, transcrever as gravações.

Feito isso, foi dado início ao processo de coleta de dados com o questionário sociodemográfico. As perguntas foram realizadas pela pesquisadora e as respostas foram proferidas verbalmente pelos participantes. O questionário (Apêndice B) já foi preenchido pela pesquisadora ao mesmo passo em que o participante respondia às indagações. Finalizado o questionário, deu-se início a entrevista semiestruturada. A entrevista foi a etapa mais prolongada de toda a coleta de dados. Em média os participantes levaram 1h para responder às 15 indagações (roteiro de entrevista em Apêndice C). Salienta-se que a terceira etapa da entrevista contém uma pergunta que instiga os participantes a realizar uma captura fotográfica ou disponibilizar uma captura já realizada. O estímulo verbal para conseguir a captura foi: *“crie uma imagem que represente o desastre ambiental ocorrido na Lagoa da Conceição”*. Dessa forma, o

roteiro de entrevista foi associado a técnica fotográfica e concomitantemente a técnica *Walk around the block* (caminhada pelo local). Explica-se tal associação de técnica pela necessidade dos moradores de contar a história por trás das fotografias, ao mesmo tempo em que caminhavam pelo local narrado.

Em relação à fonte de pesquisa documental e como foram acessados pela pesquisadora, salienta-se que a primeira participante da pesquisa inseriu a pesquisadora em um grupo de WhatsApp com todos os moradores atingidos pelo desastre. Nesse grupo, os atingidos discutiam assuntos relacionados ao desastre, eventos promovidos pela comunidade atingida e processos judiciais de reparação e danos morais/materiais. Além disso, os moradores disponibilizaram uma pasta no Google Drive com um compilado com todos os documentos sobre o desastre, incluindo as reportagens que cederam às mídias locais, fotografias registradas no dia do desastre, fotografias de eventos culturais na comunidade atingida, fotografias de protestos, documentos oficiais da CASAN, processos judiciais promovidos contra a CASAN, atas de reuniões, assembleias, e transcrições de reuniões realizadas entre os moradores e a CASAN.

Para satisfazer aos objetivos da pesquisa, foram realizados quatro estudos qualitativos, sendo três deles pesquisas documentais e uma pesquisa qualitativa multimetodológica. As pesquisas documentais foram realizadas por meio de documentos oficiais escritos e disponibilizados pelos moradores, assim como atas de reuniões, assembleias e registros fotográficos. Nesse sentido, o Estudo 1 configura-se uma pesquisa documental, composta pelas fotografias capturadas pelos moradores durante um protesto ocorrido na data de 6 de fevereiro de 2021, movido pelos atingidos contra a CASAN. Os moradores disponibilizaram as fotografias capturadas durante o protesto para a pesquisadora que foram analisadas de acordo com a análise semiótica de Barthes (1992).

Para o Estudo 2, durante a coleta de dados, os moradores foram instigados a captar fotografias a partir do estímulo verbal: “registre uma imagem que te represente o desastre ambiental ocorrido na Lagoa da Conceição”. Desse modo, nesse estudo, o próprio participante registra a imagem, posiciona a câmera, escolhe o objeto e cenário a ser fotografado. A partir da técnica autototográfica associada a técnica *Walk Around the block*, foi solicitado que os moradores discorressem sobre seus registros, descrevendo as características ambientais que favorecem o apego, às novas características ambientais que desfavorecem a vinculação afetiva, assim como os elementos visíveis e invisíveis da fotografia (*studium* e *punctum*, respectivamente) propostos por Barthes (1984). Portanto,

as fotografias registradas na coleta de dados compuseram os dados desse recorte da pesquisa.

O estudo 3 caracteriza-se como pesquisa qualitativa multimetodológica, do tipo descritiva-exploratória. A pesquisadora fez a caminhada pelo local (*walk around the block*) sozinha ou acompanhada pelo participante abordado, observando vestígios ambientais do desastre ocorrido e fez anotações no Diário de Campo. Cada participante foi abordado individualmente. Após a observação, foi iniciada a coleta de dados, mediante questionário sociodemográfico, para levantar o perfil dos participantes da pesquisa e foi realizada a entrevista semiestruturada sobre representações sociais sobre o desastre ambiental e o apego ao lugar.

Por fim, o Estudo 4 se caracteriza como uma pesquisa documental, composta por atas de reuniões realizadas com a equipe da CASAN; requerimentos; pautas de reivindicações; e transcrições na íntegra das assembleias realizadas entre atingidos e CASAN. Dito isso, todos os documentos produzidos pelos atingidos e que foram disponibilizados à pesquisadora em uma pasta digital foram analisados mediante Análise de Conteúdo Temático-Categorial de Bardin (2011). A técnica documental se baseia em documentos originais que ainda não foram analisados por nenhum autor, sendo uma das técnicas essenciais para a pesquisa em ciências sociais e humanas (Helder, 2006).

Quanto ao tempo de duração média de aplicação de cada instrumento: questionário sociodemográfico (média de 20 minutos para a realização); entrevista semiestruturada (média de 1h minutos para a realização); fotografando ambientes (média de 10 minutos para a realização). Ao total, a coleta de dados obteve duração média de 1h30 minutos. Em relação à coleta de dados, três foram realizadas mediante videochamada via Zoom gravada pela indisponibilidade presencialmente, enquanto quatro foram realizadas na própria residência do morador.

4.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se como referência a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que estabelece diretrizes éticas e de respeito para investigações realizadas com seres humanos. A execução deste projeto de pesquisa teve início somente após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa

Catarina. Após a realização dos procedimentos éticos e burocráticos exigidos pela pesquisa científica, deu-se início à coleta de dados. A participação na pesquisa foi voluntária, e o anonimato dos participantes foi garantido por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que também assegurou a possibilidade de desistência em qualquer fase do estudo e o sigilo absoluto das informações coletadas. Os participantes dispuseram do tempo necessário para tomar uma decisão autônoma quanto à sua participação ou não no estudo.

Configurou-se uma dificuldade na execução desta pesquisa: a resistência de alguns participantes perante a abordagem da pesquisadora, visto que o desastre ambiental ocorrido atravessou diversas questões éticas, econômicas, políticas, etc. Como os participantes estavam sendo abordados por integrantes da empresa Casan, responsável pela lagoa artificial que foi rompida e causou a enxurrada, foi necessário sensibilizá-los antes da coleta de dados de que a pesquisadora não possuía qualquer vínculo com a empresa.

Além disso, a participação da pesquisa poderia ser impossibilitada diante do cenário pandêmico. Dessa forma, a pesquisadora seguiu todas as recomendações de saúde propostas pela Organização Mundial da Saúde (2020), tais como o uso de máscara durante toda a abordagem, solicitando que o participante também utilizasse, assim como o distanciamento social, a higienização das mãos e o contato físico totalmente restrito. Apenas foram abordados de forma presencial os participantes que já haviam sido vacinados contra a Covid-19. A pesquisadora possuía consigo máscaras cirúrgicas (PFF2) e álcool gel 70% para fornecer aos participantes, caso necessário. Foi adotado o distanciamento social e a evitação de qualquer contato físico, como, por exemplo, no contato inicial e ao se despedir.

Para que a participação daqueles que não foram vacinados fosse possível, os instrumentos de coleta de dados, assim como o TCLE, foram transferidos para a plataforma SurveyMonkey, para que o participante respondesse quando e onde preferisse. Dessa forma, a pesquisa on-line pode ser uma possibilidade para dar continuidade à coleta de dados. Assim como todas as pesquisas que envolvem seres humanos estão sujeitas, essa pesquisa poderia acarretar alguns riscos. Como os participantes expuseram opiniões, experiências impactantes e informações a respeito do desastre ambiental ocorrido, a pesquisa poderia suscitar algum constrangimento, comoção, tristeza, cansaço ou aborrecimento ao participante. Caso isso viesse a acontecer, a própria pesquisadora, que

é psicóloga habilitada a atuar profissionalmente sob o número CRP/SC 16945, ofereceria acolhimento e atendimento psicológico gratuito. Os riscos de infecção por Covid-19 foram evitados diante da higienização constante, distanciamento social e uso de máscaras durante toda a abordagem presencial.

Além disso, outros riscos provenientes dos instrumentos aplicados poderiam ser extravio ou roubo do material de pesquisa (documentos, computadores, gravações, pen-drive, etc.). Para evitar que isso ocorresse, todos os materiais com acesso às informações estariam sob o manuseio da pesquisadora e de sua orientadora. Todos os materiais digitais, como pen-drives, gravações e pastas de documentos em computadores, foram assegurados com senhas, dificultando o possível acesso de terceiros. Todos os documentos e papéis contendo informações e dados relevantes sobre a pesquisa foram armazenados por cinco anos em sala e armário chaveados no LACCOS, de posse da pesquisadora responsável, podendo ser descartados (deletados e incinerados) posteriormente ou mantidos armazenados em sigilo.

Sobre a quebra de sigilo, a pesquisadora comprometeu-se a não divulgar nomes e dados pessoais em diálogos com outros indivíduos ou em relatórios, artigos e demais trabalhos que expuseram os resultados da pesquisa. Ressaltou-se que todas as informações colhidas foram analisadas apenas em caráter científico, assim como a pesquisadora e sua orientadora foram as únicas a ter acesso aos dados e tomaram todas as providências necessárias para manter o sigilo. Salientou-se que os áudios foram resguardados por senhas digitais para impossibilitar o extravio dos dados. Além disso, foi orientado ao participante a requerer indenização por seus danos, ressarcimento e/ou assistência de forma integral, imediata e gratuita caso considerassem a ocorrência de algum dano proveniente da pesquisa. Por fim, foi garantido o arquivamento dos dados em meio físico e digital no LACCOS, assim como na coordenação do curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, durante o período de cinco anos sucessivos ao término da pesquisa.

Caso o participante tenha obtido algum dano ou prejuízo causado pelo estudo, a pesquisadora comprometeu-se a garantir a devida indenização. Além disso, como muitos atingidos ainda estavam mobilizados emocionalmente pelo trauma, houve desistências em participar da pesquisa e duas pessoas não conseguiram finalizar a coleta de dados. Diante desses casos, a pesquisa foi interrompida no mesmo instante e foi realizada a escuta ativa e acolhimento dos atingidos. As pesquisas que precisaram ser paralisadas,

não foram retomadas por respeito ao nível de comprometimento emocional em que os atingidos se encontraram.

Além disso, houve despesas com deslocamento e alimentação, as quais também foram ressarcidas completamente pela pesquisadora. Além dos potenciais riscos, o participante foi informado dos benefícios que poderia obter ao contribuir para a pesquisa. Dentre eles, destacou-se que poderiam abranger diferentes dimensões, desde pessoais e psicológicas do acompanhante, assim como de futuros leitores, políticas públicas, produções científicas, etc. Estimou-se produzir no mínimo dois artigos de revisão de literatura integrativa, um tratando das representações sociais sobre desastres ambientais e apego ao lugar na perspectiva de pessoas afetadas, e outro tratando dos resultados a partir das análises das fotografias. Pretendeu-se expandir o conhecimento adquirido por meio de comunicações orais e visuais apresentadas em congressos, seminários, encontros regionais, assim como palestras e aulas ministradas pela pesquisadora. Ao final da pesquisa, caso o participante desejasse saber sobre o andamento da pesquisa ou quisesse receber os resultados prévios, este teria o direito de solicitar via e-mail ou por contato telefônico profissional que a pesquisadora disponibilizasse.

4.7 ANÁLISE DOS DADOS

4.7.1 *Diário de Campo*

Para analisar o Diário de Campo, instrumento de autorregistro de observação direta do campo pesquisado, foi empregada a técnica da Análise de Conteúdo Temático-Categorial (Bardin, 2011) com auxílio do *software* Atlas.ti 5.0®. Esta técnica de análise foi adotada perante a possibilidade de reavaliar, reler e interpretar os dados anteriores para comparar, criar categorias de análise e organizá-las em eixos temáticos. Além disso, essa técnica propõe uma análise da frequência das unidades de registro, indicando que quanto maior a frequência de aparição, maior o nível de significância (Bardin, 2011). Segundo a autora, nesse modelo de análise é possível prever uma transformação dos dados brutos.

Segundo Bardin (2011), o processo de análise de conteúdo inicia com uma leitura flutuante, contemplando todo o material levantado, auxiliada, muitas vezes, por anotações do pesquisador a respeito das impressões obtidas. A partir disso, selecionam-se todos aqueles que se configuram como elementos temáticos, ou seja, unidades de registro

configuradas como núcleos mínimos de significação. Uma vez que todos os elementos temáticos forem identificados, faz-se o agrupamento por semelhanças e diferenças. Na sequência, dá-se o agrupamento dos dados em função da construção de subcategorias e categorias, para posteriormente refiná-las e nomeá-las. Nesse processo, é importante considerar o referencial teórico e o material obtido na coleta, observando a consistência entre as categorias, inferências, os elementos temáticos, as subcategorias e os temas (Bardin, 2011). Importante ressaltar que a categorização das respostas será realizada por dois juízes membros do LACCOS. Tal metodologia será adotada visando maior fidedignidade, alicerçadas pelos princípios da categorização descritos por Bardin (2011).

Em relação ao *software* Atlas Ti 5.0®, sua utilização é justificada perante o grande número de elementos para análise que se supõe coletar, sendo assim, uma forma de organizar os dados, possibilitar maior rigor científico e facilitar a análise dos dados (Nico, Bocchi, Ruiz, & Moreira, 2007). Trata-se de um programa computacional que visa simplificar o gerenciamento das informações codificadas para que o pesquisador possa interpretá-las, facilitando a organização e sistematização do todo (Muhr & Frieze, 2004).

4.7.2 Questionário Sociodemográfico

Os dados provenientes do questionário sociodemográfico foram submetidos a estatística descritiva. Análises estatísticas são um aspecto importante no que tange aos estudos científicos e, colaboram para a tomada de decisões. Basicamente, um estudo para gerar confiabilidade, precisa cumprir algumas etapas: adequado tamanho da amostra, escolha correta de participantes e ferramenta apropriada para a análise de dados. As ferramentas de análises estatísticas contemplam dois grandes grupos: as paramétricas e as não-paramétricas (Ferreira, 2020).

O conceito é de que se a distribuição dos dados, após análise, tem comportamento normal, a média e a mediana têm valores muito próximos e, ambas são representativas dos grupos a que pertencem. Quando a amostra é não-paramétrica (não normal) a média passa a ter comportamento discrepante em relação à mediana e, portanto, deixa de ser representativa. Essa definição é importante porque são inúmeros os artigos que após definido que o dado tem comportamento não paramétrico e, sendo feita a seleção do teste adequado, acabam por apresentar análise descritiva da variável usando média e desvio padrão (Ferreira, 2020).

4.7.3 Entrevista semi-diretiva

No tocante às entrevistas semi-diretivas, foram submetidas a análise de conteúdo temático-categorial proposto por Bardin (2011). A técnica de pesquisa Análise de Conteúdo está organizada em três fases distintas: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização e codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. A validade dos resultados da pesquisa emerge da coerência interna e sistemática entre essas fases, cuja organização rigorosa inibe ambiguidades e é uma premissa fundamental para o processo.

Nessa direção, após serem transcritas, as entrevistas foram analisadas por meio da técnica de Análise de Conteúdo Temático-Categorial de Bardin (2016) com o auxílio do software Atlas/Ti 5.0®. Foram realizadas as seguintes etapas operacionais: constituição do *corpus*, leitura flutuante, composição das unidades temáticas, codificação, categorização e descrição das categorias. Na sequência, procedeu-se à análise qualitativa das entrevistas, a partir da análise de conteúdo temática (Bardin, 2016), com categorias que foram definidas *a posteriori*. Nesse sentido, após feita a transcrição, foram elaboradas cinco categorias de análise. Portanto, a unidade de análise dessa pesquisa foram as transcrições das entrevistas realizadas com os moradores.

A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa científica que utiliza procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos. Essa técnica busca descrever, quantificar ou interpretar um fenômeno específico em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos (Bardin, 2016).

Como unidades de registro (UR) foram selecionadas frases ao longo de toda a análise de conteúdo. Cada tema foi composto por um conjunto de UR. Feito isso, foi realizada a quantificação dos temas em número de UR para cada entrevista. A partir dos temas determinados e de sua quantificação, foram definidas as dimensões nas quais os temas aparecem, agrupando-os segundo critérios teóricos e empíricos, assim como as hipóteses de análise. Para a análise categorial, foram transpassados os temas e sua quantificação final, agrupamento dos temas e categorias. Os resultados serão apresentados em forma de descrições cursivas, acompanhadas de UR que exemplificam cada categoria.

Foram adotados os seguintes critérios para a construção de categorias empíricas na análise de conteúdo temático-categorial: 1) homogeneidade (conteúdo similar agregado na mesma categoria); 2) exaustividade (esgotam a totalidade do texto); 3) exclusividade (um mesmo elemento não pode estar presente em duas categorias diferentes); 4) objetividade (codificadores diferentes devem chegar a resultados iguais); 5) adequação ou pertinência (adaptadas ao conteúdo e ao objeto de estudo). Além disso, foram características analisadas para a construção das categorias a análise quantitativa e qualitativa dos temas, ou seja, a totalidade/frequência de UR nas entrevistas e a importância qualitativa do conteúdo para o objeto de estudo (Bardin, 2016).

4.7.4 Fotografando Ambientes

Foi utilizada a técnica fotografando ambientes, apropriada dos estudos pessoa-ambiente. A valorização da técnica da fotografia se deve a um conjunto de fatores, quais são: (a) o registro fotográfico média a realidade e produz um vínculo entre o observador e o conteúdo observado (Justo & Vasconcelos, 2009); (b) pode potencializar depoimentos para além da imagem observada, fazendo comunicar as representações que os sujeitos pesquisados fazem de si e do meio (Justo & Vasconcelos, 2009; Maurente & Tittoni, 2007); (c) o uso de fotografias é especialmente importante para estudos que envolvem sujeitos com maior dificuldade de expressão, porque independe de habilidades escrita e/ou verbal (Neiva-Silva & Koller, 2002); (d) por fim, imagens fotográficas possuem potencial de tornar o processo investigativo atraente ao participante (Loizos, 2002).

Por meio da análise de estudos psicológicos que recorrem à fotografia, Neiva-Silva e Koller (2002) puderam identificar quatro funções principais na utilização do recurso, a saber: função de registro, função de modelo, função de *feedback* e função autofotográfica. Na função de registro, as fotografias podem ser utilizadas para o resgate do registro de uma época; para a comparação entre dois períodos distintos, como forma de apreensão de uma mudança histórica; ou mesmo, com a finalidade de capturar acontecimentos, efêmeros ou não, a serem resgatados em consultas futuras, a qualquer tempo (Loizos, 2002). Kuhnlen (2004), em estudo sobre as representações sociais do ambiente em moradores do Bairro Lagoa da Conceição, Florianópolis (SC), utilizou fotografias como modelos, que serviram de estímulo à fala dos sujeitos. Quanto à função de *feedback*, utiliza-se como modelo a imagem fotográfica do próprio participante da

pesquisa, com o intuito de se poder perceber o efeito que ela produz sobre a autoavaliação do indivíduo, de acordo com determinado critério (Neiva-Silva & Koller, 2002).

Por último, o uso de imagens com a função autofotográfica, escolhida para essa pesquisa, possibilita a análise de fotografias produzidas pelo próprio participante da pesquisa, a pedido do pesquisador, sobre temas de interesse da investigação. Usualmente, seguem-se entrevistas nas quais os sujeitos partilham suas impressões acerca das imagens criadas e do próprio ato fotográfico em que estiveram envolvidos (Neiva-Silva & Koller, 2002). Segundo expuseram Maurense e Tittoni (2007), durante as entrevistas, podem ser explorados os sentidos evocados pelas fotografias; os elementos escolhidos para registro e sua relação com o tema de estudo e o sujeito da investigação; os elementos que aparecem nas imagens e não foram citados pelos participantes; aspectos considerados relevantes para a investigação e excluídos das imagens produzidas; além de reflexões sobre o ato de fotografar.

Nessa técnica, o foco recai tanto sobre o conteúdo das imagens criadas, quanto sobre o autor e observador das fotografias e suas percepções. Por meio do método autofotográfico, os indivíduos recriam pela imagem o ambiente e suas relações com o mundo, uma vez que as fotografias produzidas por eles já não são mais mera cópia da realidade, mas uma elaboração realizada sobre ela, constituída de escolhas e modos de olhar. De acordo com Cavalcante e Maciel (2008), tal elaboração é uma construção individual produzida a partir de estímulos externos, sendo processados, identificados e estão sujeitos às influências contextuais e experienciais da pessoa. Os autores se referiram a essa construção e seus significados como uma representação, fruto da ação e relação do sujeito com o meio, através das quais ele “constrói tanto o mundo quanto a si próprio” (p. 151).

Portanto, após os procedimentos destacados, o participante foi instigado a fornecer, por meio de imagem capturada e arquivada em aparelho pessoal do participante ou registrar uma nova fotografia a partir do estímulo “*registre uma imagem que te represente o desastre ambiental ocorrido na Lagoa da Conceição*”. A partir desse estímulo, a pesquisadora auxiliou o participante, deixando-o livre para capturar a imagem capturada ou compartilhar por meio do WhatsApp. Nos casos em que o participante tenha escolhido registrar a fotografia no momento da coleta de dados, a pesquisadora acompanhou o participante até o local escolhido.

4.7.5 *Análise Semiótica de imagens capturadas pelos participantes*

A análise semiótica de imagens foi empregada para a apreensão das representações sociais do desastre ambiental ocorrido, por meio de fotografias capturadas ou disponibilizadas pelos participantes. Foi realizada uma análise barthesiana das fotografias capturadas pelos participantes do estudo, a partir da análise semiótica de imagens proposta por Barthes (1992). Para a concepção de uma análise semiótica, Barthes (1992) se refere à identificação de três níveis de significação, quais são: denotação, conotação e mito. Esses níveis de significação são abordados após a escolha do objeto de análise, ou “*corpus*” (Penn, 2011). Ao que se refere à moda, o *corpus* precisa ser minuciosamente escolhido, uma vez que a moda e as tendências são sazonais e voláteis. Neste caso é importante limitar o material de pesquisa, referente a uma marca, coleção ou estação, ou seja, o corpus deve ser o mais homogêneo possível (Barthes, 1992).

Barthes (1990) foi o primeiro autor a propor uma análise estrutural da imagem publicitária em seu artigo “Retórica da imagem”. Neste ensaio, encontram-se considerações sobre o sistema de conotação e denotação da imagem. Sua intenção foi encontrar na imagem fotográfica uma possível resposta para suas questões sobre a formação do sentido em uma imagem fixa. O termo semiótica é empregado atualmente como a designação mais popular para a ciência dos signos e dos processos de significação. Por esse motivo que o adotaremos ao longo da coleta de dados. No entanto, vale ressaltar que o termo semiologia foi mais utilizado pela tradição francesa, da linguística de Ferdinand de Saussure, continuada por Roland Barthes (Barthes, 1990).

A significação da imagem é intencional: certos atributos do produto formam *a priori* os significados da mensagem publicitária; estes significados são transmitidos na imagem; em publicidade os signos da imagem são plenos e possuem uma mensagem publicitária franca, enfática (Barthes, 1990). As imagens podem ser imediatas e práticas, transmitindo questões triviais da vida cotidiana ou estarem voltadas para necessidades mais elevadas de autoexpressão de um estado de espírito ou de uma ideia (Dondis, 2000). As imagens visuais favorecem a socialização de significados e são elementos ativos na formação das representações sociais (De Rosa & Farr, 2001).

As representações sociais servem para atribuir um sentido ao mundo, constituindo-se como uma forma de ‘saber prático’, produzido nas interações sociais e que confere sentido aos comportamentos adotados (Moscovici, 2012). A relação entre

imagens visuais e representações sociais se expressa pela própria estrutura da representação, que possui um componente imagético (Moscovici, 2012). Isso demonstra o papel das imagens na produção de sentidos pelos sujeitos, uma vez que a construção da realidade não é definida somente por palavras, mas por diversos meios, que incluem as imagens visuais (De Rosa & Farr, 2001).

Tendo em vista a potencial contribuição da análise semiótica para os estudos de imagens e representações sociais, esta etapa da pesquisa propõe uma análise semiótica de imagens coletadas a partir da técnica fotografando ambientes. Portanto, partimos da identificação da análise semiótica barthesiana como aporte teórico pertinente para a proposição de um percurso metodológico que visa à compreensão da rede de significados implicados na construção das representações sociais (Barthes, 1990).

Frente ao expressivo papel das imagens na formação dos conteúdos representacionais, este relato visa apresentar um método de análise semiótica de imagens para a pesquisa em representações sociais. A organização do fluxo de dados se dará mediante a elaboração de coleções temáticas contendo: a) data; b) local fotografado; c) especificação do cenário ambiental; d) numeração sequencial em relação ao total de fotos da coleção.

Após, foi realizada a construção de um inventário denotativo, como nos propõe Barthes (1984), em que é elaborada uma breve descrição das imagens por meio da identificação de seus elementos objetivos: figuras contidas nos diferentes planos, formas, elementos, palavras, etc. As coleções de fotografias foram organizadas em campos semiológicos (Froes et al., 2015). Portanto, a análise semiótica embasou-se no que sugerem as diretrizes de Gemma Penn (Penn, 2011, p. 340-341) que estipula cinco pontos a serem observados: 1) selecionar as imagens a serem analisadas e sua origem; 2) listar os elementos denotativos e sua significação; 3) examinar os níveis mais altos de significação: conotação, mito; 4) avaliar se o problema foi exposto e solucionado, e se todos os elementos denotativos foram apresentados; e 5) elaborar um relatório para a análise. Esse relatório, segundo Penn (2011) pode ser em formato de tabela ou texto.

A análise de imagens é um meio de dialogar com acontecimentos. Implica em considerar a complexidade dos contextos. Para muitos, a análise de imagens pode ser considerada uma espécie de ‘índice’ cultural, dada a riqueza de informações que pode aportar. As imagens movimentam o imaginário social através de uma linguagem

simbólica que lhes é própria. Quando interpretada, a imagem pode ser reinventada e colocada em questão, problematizada para além de sua fixação (Froes et al., 2015).

A imagem traz consigo duas significações, o *studium* significando estudo, investimento e o *punctum*, significando ponto, picada. Assim, Barthes propõe a análise do plano imagético sob dois movimentos: um explícito aos olhos do expectador e outro como suplemento implícito acrescentado à fotografia, mas já nela contido. O *studium* é o conteúdo evidente, o *punctum* é o conteúdo expressado, mas sem um sentido óbvio. É o que captura, toca e "fere" o olhar, podendo ser interpretado como ponto aberto, o ponto de efeito subjetivo (Froes et al., 2015). Para Barthes (1984) as imagens devem ser vistas desde sua latência. A imagem guarda polissemia, ambiguidade e é o texto que pode reduzir sua ambivalência, assim, imagem e texto formam o sentido completo da explicação semiológica. Para efetivar a análise semiológica, a análise de imagens deve passar pelos processos de conotação e denotação. A imagem conotada envolve aqueles conhecimentos culturais que permitem compreendê-la, desmistificando o processo de "obviedade" imposto pela denotação (Froes et al., 2015).

Os campos analíticos foram formulados a partir de similitudes e diferenças entre as imagens. Os campos foram encontrados a partir do agenciamento, momento de traçar regras associativas capazes de reconciliar, reintegrar as análises num todo maior denominado 'sintagma'. O sintagma incluiu as explicações e inter-relações entre os elementos das imagens, suas correspondências e contrastes (Froes et al., 2015). O tratamento das imagens exigiu uma descrição fiel dos elementos visualizados, transcritos para a linguagem verbal. Assim, foi possível abordar o conteúdo visual presente no material, tendo em vista a sua descrição literal (Joly, 2012; Penn, 2006). A fase descritiva desse tipo de análise foi composta por uma descrição objetiva, livre de interesses e com atenção aos diversos componentes do campo visual. Assim, foi importante que fossem considerados os diversos tipos de mensagens presentes no material analisado. Dessa forma, tornou-se possível alcançar uma compreensão geral das mensagens implícitas, tendo em vista que a interpretação realizada pelo espectador se efetivou por um trabalho de associações mediadas pelo saber sociocultural (Joly, 2012).

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 ARTIGO 1: “RECUPERE A LAGOA”: ANÁLISE BARTHESIANA DE IMAGENS PÓS-DESASTRE NA LAGOA DA CONCEIÇÃO/SC

RESUMO: No dia 25 de janeiro de 2021 ocorreu o rompimento de uma das barragens utilizadas pela CASAN para depositar esgoto tratado, atingindo às moradias de 50 famílias residentes na rua Servidão Manoel Luiz Duarte. **OBJETIVO:** Esse artigo visa interpretar imagens capturadas por atingidos pelo desastre ambiental da Lagoa da Conceição/SC à luz da análise semiótica de Barthes. **MÉTODO:** Trata-se de uma pesquisa documental que utilizou como fonte principal de dados fotografias registradas em um protesto coletivo. Utilizou-se a técnica fotografando ambientes, na qual os próprios atingidos pelo desastre registram a fotografia, manifestando o registro de elementos que refletem sobre o sujeito que fotografa. **RESULTADOS:** Os signos principalmente apresentados nas imagens capturadas foram: 1) punhos erguidos fechados um símbolo comumente utilizado em campanhas na busca por direitos igualitários e resistência; 2) mensagens enfáticas utilizando termos como ‘réu’, ‘culpa’ e ‘crime’, referindo-se indiretamente a CASAN; 3) símbolos e personalidades políticas como forma de pressionar autoridades competentes e agilizar o processo de retorno às suas vidas. Entende-se que mesmo passado um ano após o desastre, as pessoas atingidas ainda lutam para recuperar o que foi perdido e discutem entre si e com a CASAN em busca do ressarcimento integral e justo dos seus direitos. **CONCLUSÃO:** A comunidade ainda está se recuperando do desastre ocorrido, passando por uma reconfiguração. Porém, mesmo diante de uma tragédia, a comunidade enquanto grupo se fortaleceu diante dos movimentos sociais realizados em conjunto. Portanto, em meio ao caos, formaram uma rede de apoio com um objetivo comum: recuperar (parte) do que lhes foi tirado.

Palavras-chave: Representação Social; Planejamento Ambiental; Psicologia Ambiental.

Introdução

Na ocorrência de um evento adverso como é o caso dos desastres socioambientais, cada pessoa atingida irá interpretar o evento e adotar uma resposta subjetiva para enfrentar a situação. A resposta ao evento e a avaliação do evento dependerá de um conjunto de fatores que influenciam o atingido até a superação do trauma, tais como: a história de vida, características da personalidade e resiliência. Como eventos de grande proporção mobilizam praticamente todos os recursos das pessoas atingidas (financeiros, fisiológicos, sociais, emocionais, etc.), é comum que provoquem um desequilíbrio biopsicossocial. Ressalta-se que, a depender da avaliação cognitiva, do evento traumático em si, assim como aspectos individuais de personalidade (habilidades socioemocionais, assertividade, capacidade de superação/resiliência, cognição), tendências genéticas, ambientais, as pessoas atingidas podem desenvolver transtornos mentais. Os mais comuns transtornos desenvolvidos no período pós-trauma são Transtorno do Estresse Pós-

Traumático (TEPT), transtornos depressivos, transtornos ansiosos e dependência química, embora não seja classificado como um fator de causa-efeito, isto é, a causa do desenvolvimento de transtornos mentais é multifatorial (Alves, Lacerda, & Legal, 2012).

Como a maioria dos desastres ocorre de maneira imprevisível, as pessoas atingidas são abruptamente acometidas por uma situação que exige racionalizar rapidamente emoções para recuperar-se e até mesmo, sobreviver. Ao enfrentar o evento adverso, atingidos que já possuem habilidades sociais e de regulação emocional conseguem enfrentar e superar o evento traumático com menos dificuldades e até mesmo, desenvolver novas potencialidades (resiliência, por exemplo). No entanto, evidencia-se que posteriormente a ocorrência de um desastre, o atingido começa o processo de recuperação do trauma para recuperar seu status quo, podendo desenvolver um intenso sofrimento psíquico ao relembrar os traumas (Sá, Werlang, & Paranhos, 2008).

Ao amanhecer do dia 25 de janeiro de 2021, um desastre caracterizado como socioambiental atingiu os moradores da rua Servidão Manoel Luiz Duarte, na praia da Lagoa da Conceição em Santa Catarina/SC. Houve o deslizamento de um talude natural que atuava na contenção de parte do volume da lagoa de evapoinfiltração que dispõe de efluentes tratados da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). A água que verteu da lagoa inundou rapidamente a supracitada área urbanizada, ocasionando múltiplos prejuízos, principalmente financeiros, materiais e emocionais para os moradores – inclusive a morte de animais de diferentes espécies. Os moradores que se encontravam em suas casas na localidade foram surpreendidos com dejetos de esgoto que chegaram a cerca de 2 metros de altura. Alguns moradores precisaram subir no telhado de suas casas para sobreviver. Pessoas idosas, crianças, adultos e animais foram completamente expostos aos dejetos fecais e ficaram por horas na água contaminada aguardando o resgate dos bombeiros. O desastre ocorreu posteriormente às chuvas intensas que sucederam na região, chegando a maior precipitação de volume de água já registrada na Lagoa – 240 mm. Salienta-se que as chuvas que ocorreram em janeiro somaram 686 mm, o dobro estimado para todo o mês (NDMais, 2021).

Diante desse fenômeno, pode-se refletir que os moradores residiam em áreas consideradas de risco. Geógrafos denominam ‘risco’ como uma situação de provável perigo que causa incerteza e insegurança para a população que se assentou próxima. Nesse sentido, áreas de risco são aquelas suscetíveis a sofrer a ocorrência de um desastre natural. Assim, risco seria considerado como a probabilidade da ocorrência de um

desastre natural, enquanto o desastre natural é compreendido como a consequência de um risco advindo de ações humanas, somados a riscos econômicos, militares e relacionados à saúde. Por fim, o perigo é compreendido como o fenômeno composto pelo risco, assim como o fenômeno em si. Resumidamente, é improvável que exista risco sem perigo e perigo sem risco (Alves, 2014).

No dia do desastre, a CASAN, responsável pela Lagoa de Tratamento de Esgoto, o corpo de bombeiros e a defesa civil agiram para tentar conter o fluxo de água, resgatar os atingidos e começar a evacuar a água acumulada na rua. Nos dias consecutivos ao desastre, foram realizados mutirões de limpeza entre a CASAN e moradores da região para agilizar a recuperação e reparação da região atingida. A CASAN, empresa responsável, foi multada pelo desastre ocorrido e danos causados aos moradores. Embora a maioria dos moradores tenha alcançado o ressarcimento dos seus danos no mesmo ano, o processo até a recuperação dos danos foi vagaroso e de intenso sofrimento psíquico (NDMais, 2021).

Certos danos são impossíveis de serem ressarcidos, como é o caso das fotografias de família que guardam memórias afetivas, animais que foram levados pela enxurrada, brinquedos preferidos dos filhos, objetos que possuíam valor e significado afetivo, assim como o significado de lugar que as pessoas tinham e que foi totalmente transformado pós-desastre. Em entrevista concedida ao Notícias Programa ND (2021, fevereiro 5), Thaliny Moraes, uma das moradoras atingidas pelo desastre da Lagoa da Conceição, afirma que *“ainda não consegui retornar para a minha casa por dois motivos: ela ainda não é possível de ser habitada; é muito difícil você voltar para casa, o lugar onde você cresceu... e ver ela toda desconfigurada, a sua rua toda desconfigurada, enfim”*¹. A atingida faz menção ao vínculo que estabeleceu com o lugar onde construiu experiências positivas e memórias afetivas, que foi desastrosamente modificado, modificando consequentemente o significado que possuía por ele.

¹ Evidencia-se que em 25 de janeiro de 2021 foi a data da ocorrência do desastre e 5 de fevereiro de 2021 a data da entrevista da atingida – ou seja, ela já estava afastada de sua residência e rotina habitual por 11 dias quando foi entrevistada. Ressalta-se que, atualmente, a supracitada moradora se encontra na sua residência reconstruída, no mesmo endereço.

Levando isso em consideração, ou seja, que o espaço não é apenas físico, denomina-se um espaço sociofísico devido a sua capacidade de gerar bem-estar e experiências positivas. Os vínculos que as pessoas estabelecem com os lugares são construídos a partir das relações sociais, ambientais, culturais e das características físicas desse lugar. As relações de apego da pessoa e lugar podem ser compreendidas por meio de três dimensões: funcional; simbólica; temporal. Na dimensão funcional, pessoas tendem a avaliar positivamente lugares que dispõe de recursos e condições necessárias para sanar as suas necessidades, ou seja, o espaço físico é considerado um componente que interfere no comportamento da pessoa no ambiente. Na dimensão temporal, o tempo de proximidade de vinculação pessoa-ambiente é um componente que demonstra satisfação das necessidades e o estabelecimento de um vínculo afetivo. Assim, quanto mais tempo uma pessoa permanece em um ambiente, mais aquele ambiente tende a ser significativo. Já na dimensão simbólica estão os componentes intermediários na relação pessoa-ambiente, cujos aspectos principais são simbólicos e de origem subjetiva, individual e sociocultural. Nessa direção, é por meio da importância simbólica (emoções e afetos pelo lugar) que as pessoas atribuem sentido e propósito às suas vidas (Montoro, 2019).

Claramente percebeu-se que as perdas sobressaem o material, mas o sofrimento causado pela desconfiguração de todo um lugar e território, que faz parte de sua história, memória e evolução humana. Não é apenas um território de habitação, mas um lugar de construção de afetividade. É a casa onde foram criados os filhos, onde cresceram, se desenvolveram, onde foram construídas memórias, laços, vínculos, singularidades (Bomfim, 2010). Corraliza (1998) corrobora que o ambiente é um território emocional, em que, a partir e por meio dele são viabilizadas informações que definem a interação do sujeito com o lugar. Nesse lugar, os indivíduos que ali se encontram conseguem satisfazer suas necessidades biológicas, simbólicas e emocionais, acessando-o cognitivamente e afetivamente (Corraliza, 1998).

Somados aos prejuízos supracitados, os atingidos sofreram diversos prejuízos financeiros e materiais. De acordo com a ND Mais (2021), a CASAN identificou 35 residências e 66 pessoas prejudicadas de forma significativa pelo desastre socioambiental. Foi priorizado o acolhimento de seis famílias que necessitavam de alojamento. Porém, ao todo foram levantadas mais de 50 famílias prejudicadas pelo desastre ambiental. A CASAN informou ao NDMais (2021) que o ressarcimento total foi realizado contando

com o apoio de 30 engenheiros para realizar vistorias nas residências. A reparação dos danos contemplou imóveis, lucros cessantes, danos parciais e totais em veículos, despesas de limpeza e outros gastos relacionados diretamente ao evento.

Cabe destacar que, o supracitado desastre encontra-se em fase de reconstrução. Apesar de já ter transcorrido um ano da ocorrência do evento, os moradores atingidos ainda se reúnem entre si e com a CASAN buscando explicações e garantia dos seus direitos integrais. Pode-se reconstruir a materialidade que foi perdida, prejudicada ou alterada com o desastre, mas, se existe algo impossível de ser reconstruído é o lugar, o que está carregado de significado. Não são apenas residências, são lugares de afetividade. Animais, lembranças de família, somente acessíveis à memória de cada pessoa afetada pelo desastre. A Política Nacional de Defesa Civil (Resolução nº 2 de 1994) descreve que, nessa fase, deve-se atingir a recuperação da área afetada de forma a garantir a reconstituição plena dos serviços públicos da economia da área, do moral, social e do bem-estar da população. Porém, sabe-se que recuperar os danos naturais do meio ambiente devastados pelo desastre e prevenção de desastres antes que sejam desencadeados – como sugere a gestão de riscos de desastres do Direito dos Desastres – são estratégias necessárias, embora sua efetivação seja conflituosa pelas entidades governamentais responsáveis (Benjamin, 1998).

Utilizar-se-á da Teoria das Representações Sociais (TRS) para analisar os conteúdos comunicacionais e informativos contidos nas imagens fotográficas. De acordo com Jodelet (2001) representações constituem uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais.

De acordo com Moscovici (2012) e Vala (2004), as representações sociais constituem uma forma de saber prático sobre fenômenos do mundo a partir das interações sociais. Nesse sentido, as representações sociais conferem sentido aos comportamentos humanos direcionados a algum objeto. As imagens possuem um importante papel na formação e manutenção das representações sociais (De Rosa & Farr, 2001). Isso pois, as representações sociais possuem um componente imagético possível de ser captado por

imagens visuais (Moscovici, 2012). Então, evidencia-se que a construção da realidade é composta por diversos meios, inclusive por meio de imagens visuais que auxiliam na produção de sentidos pelos indivíduos (De Rosa & Farr, 2001).

Diante disso, esse artigo empírico busca realizar uma análise barthesiana de fotografias capturadas pelos atingidos pela enxurrada da Lagoa da Conceição/SC, a partir da análise semiótica de imagens proposta por Barthes (1992). Os moradores atingidos realizaram capturas fotográficas após o desastre e durante a realização de manifestações sociais pressionando as autoridades competentes para ressarcir seus prejuízos.

Método

Para o desenvolvimento desta pesquisa, adotou-se como base a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a qual preconiza as questões éticas e de respeito em relação às pesquisas realizadas com seres humanos. O desenvolvimento desta pesquisa foi iniciado após obtida a aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina (CAAE 54361221.7.0000.0121; Parecer nº 5.239.303).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo documental. Foi realizada uma análise barthesiana de fotografias capturadas pelos atingidos pelo desastre ambiental da Lagoa da Conceição/SC durante um protesto contra a CASAN, a partir da análise semiótica de imagens proposta por Barthes (1992). Nesse sentido, as fotografias expostas no decorrer do artigo foram retiradas pelos próprios atingidos, a partir de sua perspectiva, ótica e ângulo preterido. O protesto ocorreu em março de 2021 como medida para pressionar a CASAN para reparar, quanto antes, às famílias atingidas pela enxurrada. No momento dos protestos, a CASAN ainda não havia ressarcido às famílias para auxiliar na reconstrução e retomada de suas vidas. A pesquisadora abordou os atingidos mediante contato virtual, tendo acesso às fotos, relatórios de reuniões dos atingidos e ações judiciais contra a CASAN movidas pelos atingidos. Além disso, a pesquisadora esteve no local do desastre e abordou os moradores buscando explicações do desastre e a vivência de cada um diante do ocorrido.

Portanto, foi empregada a técnica fotografando ambientes, apropriada dos estudos pessoa-ambiente. Para analisar as imagens, foi empregada a análise semiótica de imagens desenvolvida por Barthes (1992). O autor sugere a identificação de três níveis de significação de imagens, sendo eles: denotação, conotação e mito. Primeiramente, deve-

se escolher o *corpus* ou objeto de análise, pois a moda e as tendências observáveis são sazonais e voláteis. Feito isso, é possível abordar os níveis de significação (Penn, 2011). Além disso, torna-se relevante tornar o *corpus* de pesquisa o mais homogêneo possível, limitando-o a somente um tipo de amostra (fotografia, marca, coleção ou estação) (Barthes, 1992).

Barthes (2001) desenvolve sua teoria com base na concepção de que a fala sensorial pode ser interpretada por múltiplos canais perceptivos, tais como o escrito, visual e auditivo. O autor delimita que o mito é um sistema semiologicamente composto por um significado com metassignificados. Dessa forma, o mito pode ser compreendido como uma realidade sensorial completa que notifica e explica saberes, memórias e valores. O mito permite o vislumbre de significados, assim como correntes de causa-efeito, motivações, intenções, apropriações pessoais e de identidade.

Foi a partir de seu artigo intitulado “Retórica da imagem” que Barthes (1990) se tornou o primeiro autor a propor uma análise estrutural da imagem publicitária. Neste estudo, o autor elaborou um sistema de conotação e denotação de imagens, buscando encontrar respostas para as suas questões no que concerne à formação do sentido a partir de uma imagem. O termo semiótica é utilizado para a ciência dos signos e dos processos de significação. Por esse motivo, foi empregado ao longo da coleta de dados (Barthes, 1990).

Em uma imagem, tem-se a disposição de certos significados atribuídos intencionalmente para serem transmitidos e gerar novos significados. Em publicidade os signos da imagem são plenos e possuem uma mensagem publicitária franca, enfática (Barthes, 1990). As imagens podem ser imediatas e práticas, transmitindo questões triviais da vida cotidiana ou estarem voltadas para necessidades mais elevadas de autoexpressão de um estado de espírito ou de uma ideia (Dondis, 2000). As imagens visuais favorecem a socialização de significados e são elementos ativos na formação das representações sociais (De Rosa & Farr, 2001).

Tendo em vista a potencial contribuição da análise semiótica para os estudos de imagens e representações sociais, esta etapa da pesquisa propõe uma análise semiótica de imagens coletadas a partir da técnica fotografando ambientes. Portanto, inicia-se pela identificação da análise semiótica barthesiana como aporte teórico pertinente para a proposição de um percurso metodológico que visa à compreensão da rede de significados implicados na construção das representações sociais (Barthes, 1990).

Frente ao expressivo papel das imagens na formação dos conteúdos representacionais, este relato visa apresentar um método de análise semiótica de imagens para a pesquisa em representações sociais. A organização do fluxo de dados se deu mediante a elaboração de coleções temáticas contendo: a) data; b) local fotografado; c) especificação do cenário ambiental; d) numeração sequencial em relação ao total de fotos da coleção.

Após, realizou-se a construção de um inventário denotativo, como nos propõe Barthes (1984), deve-se elaborar uma breve descrição das imagens por meio da identificação de seus elementos objetivos: figuras contidas nos diferentes planos, formas, elementos, palavras, etc. As coleções de fotografias são organizadas em campos semiológicos (Barthes, 1971). Para analisar as imagens, tornou-se necessário, primeiramente, selecionar e definir as imagens que compõem o *corpus*; definir a sua origem; descrever os elementos denotativos e sua significação; analisar os níveis mais altos de significação (conotação e mito); avaliar se o problema foi exposto e solucionado; reavaliar se todos os elementos denotativos foram apresentados; e, por fim, elaborar um relatório em formato de tabela ou texto descritivo para a análise (Penn, 2011).

As imagens foram selecionadas a partir dos seguintes critérios de inclusão: imagens extraídas e divulgadas em 2021 por pessoas atingidas pelo desastre ambiental; imagens divulgadas durante protestos contra a CASAN; e/ou imagens com conteúdos imagéticos passíveis de interpretações; e/ou imagens com conteúdos escritos; e/ou imagens que denotem os prejuízos acometidos. Foram excluídas imagens extraídas por outros veículos de comunicação (imprensa local, por exemplo); imagens extraídas por pessoas da comunidade não atingidas pelo desastre; imagens extraídas em tempos distintos do protesto.

Por meio das imagens é possível dialogar com acontecimentos e complexidades de contextos. Na imagem é possível vislumbrar uma linguagem simbólica personalizada de um imaginário social. Dito isso, as imagens transportam consigo algo para além do que se vê, se tornando passíveis de serem interpretadas e lidas, reinventadas, questionadas e problematizadas (Barthes, 1971). Para Barthes (1971), a imagem possui duas significações, o *studium* (estudo, investimento) e o *punctum* (ponto, picada). O autor assim nomeou os fenômenos que correspondem aos dois movimentos do plano imagético, aquilo que é observável aos olhos do espectador e o suplemento implícito da fotografia

que está contido nela, mas não óbvio. Assim, *studium* é o conteúdo evidente e explícito e o *punctum* é o conteúdo implícito da imagem.

Resultados

A frente, serão apresentados cinco modelos de análise de fotografias capturadas por moradores da Lagoa da Conceição/SC atingidos pelo desastre em janeiro de 2021, durante uma manifestação pública que ocorreu no início de 2022. Os moradores atingidos foram às ruas manifestar seu descontentamento frente aos prejuízos decorrentes e injustiça com os moradores indenizados. Como dito, em algumas fotografias, os moradores estavam em frente à CASAN, empresa responsável pela Lagoa de Evapoinfiltração que dispõe de efluentes tratados da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e que foi rompida, inundando às residências da região com esses efluentes até desembocar na Lagoa da Conceição/SC. Atualmente, a zona atingida por esses efluentes é denominada por especialistas como ‘zona morta’, pois não existe a possibilidade de obter vida marinha. Diversas espécies de animais, até hoje, aparecem mortos, boiando onde os efluentes adentraram. Nessa direção, o *corpus* escolhido para a análise semiótica se refere às fotografias capturadas durante o evento supracitado. Ressalta-se que as fotografias expostas no decorrer deste artigo foram permitidas à divulgação.

Discussão

Em 1960, Roland Barthes lançou o artigo “Retórica da imagem”, se tornando o primeiro autor a propor uma análise estrutural da imagem publicitária. Neste ensaio, encontram-se considerações sobre o sistema de conotação e denotação da imagem. Seu intuito havia sido encontrar na imagem fotográfica uma resposta para as suas questões sobre a formação do sentido em uma imagem fixa. O termo semiótica diz respeito à ciência dos signos e dos processos de significação (Barthes, 1990). De acordo com Barthes (1990) a significação da imagem é intencional. Imagens possuem atributos do produto que formam *a priori* os significados da mensagem publicitária, e estes significados devem ser transmitidos claramente. Caso a imagem possua signos, em publicidade, esses serão plenos, expostos de maneira franca e enfática.

Já Jodelet (2001) acrescenta que as representações sociais podem, inclusive, serem encarnadas e compartilhadas a partir de imagens ou condensadas em palavras carregadas de significações. Dessa forma, por meio de várias significações, as representações

expressam a indivíduos e/ou grupos que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por elas representado. Estas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem uma visão consensual da realidade para esse grupo. Esta visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as ações e trocas cotidianas - trata-se das funções e da dinâmica social das representações (Jodelet, 2001).

Ressalta-se que as imagens e as comunicações expressas por meio dessas imagens comunicam questões relativas à subjetividade da dor vivenciada por cada um, bem como pela dor em comum de toda a comunidade. Logo, subjetividade e identidade perpassam as imagens e os conteúdos representacionais. Existem, nessas imagens a “subjetividade”, que compreende a atividade sobre si mesmo, assunção de si perante o mundo, agência pessoal, a capacidade de fazer ser para si aquilo que não é, autorreferência, autofinalidade, autointeresse e pessoalidade (Lima & Fazzi, 2018).

Já no que se refere ao termo “identidade” é dotado de uma carga teórica polivalente, uma vez que sua concepção pode ser tomada tanto em sentido amplo - como afinidades (cognitivas ou emotivas), filiações comunitárias, formas de pertencimento, experiências grupais e representativas, conexões, laços e vínculos, o que se “compartilha com” ou se “diferencia de” - quanto no sentido restrito de autocompreensão tácita e autoidentificação explícita. Desse modo, a construção identitária é ipseidade, uma emergência relacionada à interação com o outro, num jogo especular movimentado por identificações, processos de subjetivação sempre abertos, não havendo uma identidade fixa, embora exista uma estabilidade fundamental do sujeito consciente: o seu centro de monitoramento reflexivo denominado “consciência” ou *self* (Lima & Fazzi, 2018).

No sentido amplo, a noção de “identidade” considera os diacríticos da identidade ampla (etnicidade, cor, raça, nação, gênero, orientação sexual, etc.). No sentido restrito, essa noção diz respeito às identificações subjetivas dos indivíduos, como se percebem, como se assumem, com quais grupos ou culturas se identificam. Neste último sentido, a “identidade” pode ser concebida como “subjetividade”, no sentido sociopsicológico de “construção do si”, “formação de si”, assunção do “para-si”, tomada de consciência do “si” face aos outros (Lima & Fazzi, 2018). Ou, como acentua Giménez (1992), a identidade [particular] é o ‘auto’, o ‘si-mesmo’ ou a subjetividade [pessoal], a autogestão. Certamente, existem identidades assumidas e imputadas nas imagens, que comunicam tanto premissas sobre si e entre si-mesmos em relação ao desastre.



Figura 4.

Atingidos pelo desastre ambiental da Lagoa da Conceição realizando protestos em frente a empresa CASAN

Na Figura 4, observa-se a formação de um grupo com um dos braços erguidos e o punho fechado em frente à empresa CASAN. No local, estão dispostos três cartazes no chão, enquanto outros são elevados pelos manifestantes. Ao todo, são nove cartazes que apresentam as seguintes frases: “quem não pisou na lama não pode decidir”; “assessoria técnica independente já!”; “atingidos e atingidas por barragens na luta por direitos #somostodosatingidos”; “crime socioambiental $\neq$ desastre ambiental”; “crime socioambiental”; “o réu não pode ser juiz”; “1 mês de lama, 1 mês de luta”; e “pelos direitos dos atingidos: reparação integral”. A escolha das cores vermelho, marrom, verde e preto nos cartazes remete, respectivamente, à reivindicação de direitos, à lama que invadiu as residências e ruas afetadas pela enxurrada, às questões ambientais da Lagoa da Conceição e ao luto pelos animais (cães, tartarugas, patos e espécies marinhas), além de

objetos, roupas, eletrodomésticos, móveis, residências destruídas, automóveis e memórias, como fotografias. A expressão identitária presente na imagem, conforme descrito por Durkheim, comunica as representações coletivas dos atingidos sobre suas relações com os objetos que foram impactados pelo desastre ambiental e pela empresa de distribuição de água. Assim, os registros fotográficos desempenham a função de compartilhar e comunicar as representações sociais elaboradas (Jodelet, 2001). Segundo Moscovici (1978), a preocupação central acerca das representações sociais nos meios de comunicação não reside mais no “o que” é comunicado, mas sim na forma como a comunicação ocorre e no significado que essa comunicação assume para o ser humano.

A frase “quem não pisou na lama não pode decidir” destaca a falta de intervenção da empresa responsável pelo desastre, sugerindo que a CASAN, ao não se envolver durante a inundação, não participou do salvamento e resgate de vítimas ou da vistoria das residências afetadas. Por sua vez, o cartaz “assessoria técnica independente já!” aponta a ausência de um serviço essencial, enfatizando a necessidade de uma assessoria que não existia até então. Relacionando-se aos grupos sociais, a frase “atingidos e atingidas por barragens na luta por direitos #somostodosatingidos” indica que, após o desastre, formou-se uma coletividade atuante em busca de um objetivo comum: o ressarcimento e a reparação integral pós-desastre.

Os cartazes “crime socioambiental $\neq$ desastre ambiental” e “crime socioambiental” sugerem que, para os atingidos, a terminologia adequada para o evento traumático e catastrófico seria “crime”, em vez de “desastre”, reforçando a ideia de que não se tratou de um fenômeno natural. A frase “o réu não pode ser juiz” associa a CASAN à figura do “réu”, corroborando a percepção dos moradores de que o evento foi um crime, no qual existem culpados e vítimas. O cartaz “1 mês de lama, 1 mês de luta”, com um caráter informativo e denotativo, indica o tempo de sofrimento enfrentado pelos moradores em meio aos resíduos de esgoto espalhados por suas residências, bem como o período em que têm reivindicado seus direitos. Novamente, como uma forma de pressionar as autoridades, o cartaz “pelos direitos dos atingidos: reparação integral” evidencia que os moradores se informaram sobre seus direitos e exigem a reparação total dos danos causados pelo desastre.

Os cartazes remetem, além disso, a uma crítica à gestão de riscos por parte do Estado e da empresa responsável pela lagoa de tratamento de esgoto, pressionando para que mudanças e ações sejam feitas em prol da recuperação dos atingidos. Spink (2001)

sugere que a gestão dos riscos compreende quatro estratégias integradas: os seguros, as leis de responsabilização por danos, a intervenção governamental direta e a autorregulação (Spink, 2001).

Identifica-se de forma intrínseca a objetivação elaborada pelos atingidos acerca do desastre ocorrido [crime ambiental; CASAN culpada]. A objetivação consiste na materialização de uma representação social, tornando-a naturalizada e abstrata. Isto é, os conceitos tornam-se equivalentes à realidade e o abstrato torna-se concreto através da sua expressão em imagens e metáforas (Cabecinhas, 2004).

A linguagem dos riscos a partir da Psicologia Social foi alvo de estudos exaustivos de Spink et al. (2008). Em situações de risco, deve-se calcular a probabilidade do risco e tomar decisões com base nessas avaliações. A percepção de risco pressupõe uma relação com um futuro essencialmente desconhecido, cuja previsibilidade de ocorrer poderia ser calculada a partir de experiências conhecidas: uma resposta sociocultural calculada em antecipação a acontecimentos potenciais (Spink et al., 2008). Cabe destacar que os moradores atingidos conseguiram prever, dias antes do ocorrido, que havia vazamento de líquidos da lagoa de tratamento de esgoto. Os moradores entraram em contato com a CASAN, informando o ocorrido, porém não houveram intervenções de prevenção (G1 SC, 2021).

Nesse sentido, os moradores utilizam os cartazes para destacar e denunciar a negligência das instâncias responsáveis em relação ao desastre ambiental, conforme evidenciado nas frases “quem não pisou na lama não pode decidir” e “assessoria técnica independente já!”. Além disso, expressam suas dificuldades em obter ressarcimento e suporte jurídico por meio das frases “atingidos e atingidas por barragens na luta por direitos #somostodosatingidos”, “1 mês de lama, 1 mês de luta” e “pelos direitos dos atingidos: reparação integral”. A insatisfação diante da passividade nas tomadas de decisões é ressaltada na frase “o réu não pode ser juiz”, enquanto a necessidade de corrigir a terminologia de ‘desastre ambiental’ para ‘crime ambiental’ é enfatizada, uma vez que a empresa responsável foi alertada sobre irregularidades nas áreas afetadas, como indicado pelos cartazes “crime socioambiental $\neq$ desastre ambiental” e “crime socioambiental”.

Os punhos fechados em frente a CASAN representam um signo. Punhos fechados são comumente utilizados em campanhas, propagandas e protestos anti-racismo, feministas, por exemplo, na busca por direitos igualitários. Já no que concerne à

significação, o que demonstra na imagem é o significado de luta, ao mesmo tempo, que significa um gesto de resistência, unindo a luta ao ato de resistir (Lopes & Bernardes, 2020). De acordo com Korff (1992) o punho erguido com a mão fechada tornou-se um símbolo socialista histórico advindo das primeiras organizações trabalhistas. Após esses acontecimentos, o gesto simbólico foi adotado por diversos outros consecutivos motivos sociais, assim como passou a estar presente em logotipos de organizações políticas e em movimentos protestantes por todo o mundo. Matos (2017) sugere que em meados no século XX o gestual de erguer o braço com a mão fechada consolidou-se como símbolo de contestação política. Entretanto, em meados do século XIX o símbolo já era observado em manifestações da classe trabalhadora europeia (Lopes & Bernardes, 2020). Albuquerque (2018, p. 45) acrescenta que dentre os primeiros eventos em que foram observados os punhos erguidos e cerrados foram: “a Comuna de Paris (1871), os Mártires de Chicago (1886), e na Revolta dos Boxers (1899-1901); nas lutas sociais do século XX, como na Revolução Russa (1917-1921) e na Guerra Civil Espanhola (1936-1939)”.

Além disso, os moradores estão em meio a um movimento social, em prol da pressão aos direitos de uma comunidade. Os sujeitos uniram-se em prol de um objetivo comum, ou seja, os membros possuem identificação uns com os outros. Esses movimentos sociais com um objetivo em comum entre os membros dão vazão para simbologias, bandeiras, dizeres e gestos recorrentes. A partir da partilha de um objetivo comum, simbologias e identificação que é possível representar ideias e ideologias. Com o passar do tempo, os símbolos e gestos adotados pelos ativistas farão parte da memória coletiva dos atingidos e serão capazes de reproduzir os sentidos dessa determinada luta (Lopes & Bernardes, 2020).

Portanto, estar em frente à CASAN indica que os moradores colocam a empresa como a total responsável pelo desastre ocorrido e forma de reivindicação seus direitos de forma integral. Salienta-se que, em nota emitida pela CASAN em 21 de janeiro de 2022, os moradores atingidos pelo desastre receberam um adiantamento emergencial de até R\$ 10 mil por família, com o objetivo de auxiliar os moradores no retorno às residências e dar suporte aos que ficaram impossibilitados temporariamente de trabalhar. A CASAN (2022) salienta ainda que foi depositando, em cota única, um Salário-Mínimo Regional (R\$ 1.467,00) a cada adulto atingido, meio salário (R\$ 733,50) por adolescente e $\frac{1}{4}$ (R\$ 366,75) por criança, para o ressarcimento de despesas extraordinárias de primeira

necessidade. Porém, os moradores ainda hoje, um ano após o desastre, estão trabalhando para retornar às suas residências e recuperar os bens perdidos.

Figura 5.

Área interna de residência afetada pelo desastre ambiental da Lagoa da Conceição/SC



Observa-se na Figura 5 vestígios ambientais que indicam a ocorrência de um desastre ambiental. Nas paredes é possível analisar a altura que os efluentes derivados do tratamento do esgoto doméstico alcançaram diante do rompimento – manchas de sujeira nas paredes do imóvel. Uma parede pintada em tom de rosa, outra branca e outra na cor amarela. Roupas, eletrodomésticos e diversos pertences estirados pelo chão da residência, tomada por lama (marrom). Ao lado direito, uma arara com roupas que foram suspensas, mesmo assim, sujas de lama. O teto branco, sem lâmpada, ao que se apresenta, está danificado. Percebe-se a altura que a lama atingiu a residência pela marca nas paredes na Figura 2. No chão da residência encontram-se diversos pertences, roupas e objetos completamente tomados pela lama. Percebe-se que a madeira está inchada diante do

alagamento. Toda a estrutura da casa foi prejudicada. O mesmo ocorreu com a maioria das casas pertencentes a rua Servidão Manoel Luiz Duarte.

O Departamento de Botânica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2020) esteve no local para realizar uma análise de patógenos dos efluentes derivados do tratamento de esgoto. Dentre os principais resultados obtidos e apresentados em nota técnica, evidencia-se a presença de elevada concentração de nutrientes inorgânicos dissolvidos (principalmente compostos nitrogenados e fósforos). Além disso, a análise indicou a existência de resíduos de matéria orgânica e componentes potencialmente nocivos não decompostos pelo processo de tratamento (metais pesados, fármacos, compostos orgânicos recalcitrantes, micro plásticos e patógenos, etc.). Quando efluentes tratados são retidos em lagoas de maturação, decantação, evaporação ou infiltração, ocorre um processo intenso de trofia, ou seja, de conversão de nutrientes inorgânicos em material biológico por ação da fotossíntese de algas e plantas aquáticas. Tal processo incrementa a carga orgânica do líquido retido e, conseqüentemente, a sedimentação de materiais. O esgoto tratado reservado na lagoa da CASAN em questão se enquadra nessas características. Os pesquisadores descreveram na mesma nota que por medidas de precaução, o contato primário e secundário de pessoas com os efluentes deveria ser totalmente evitado – embora muitos dos atingidos auxiliaram na limpeza de suas residências na tentativa de salvar objetos e pertences (UFSC, 2020).

Deve-se destacar que a retenção de esgotos tratados em lagoas de maturação, decantação, evaporação ou infiltração é uma prática tecnicamente correta, desejável e preferível se comparado com o lançamento direto dos efluentes em corpos de água naturais. Porém, torna-se fundamental o monitoramento e a publicidade da qualidade dessas águas, de sua possível infiltração e contaminação de águas superficiais ou subsuperficiais, assim como da estabilidade de taludes e barragens associadas, para evitar efeitos indesejados e imprevistos – como o ocorrido. Embora todo o líquido extravasado pelo talude seja esgoto tratado, não é possível descartar a potencial presença de patógenos residuais – como sugere o estudo de Schlindwein et al. (2010). Justifica, assim, a análise da água para a presença de patógenos já identificados na região, como vírus da hepatite A, ou seja, o desastre, foi, sobretudo, um risco à saúde coletiva daquela comunidade.

Diante da imagem, percebe-se que a família que ali residiu perdeu a maioria – senão todos – os seus bens. Compreende-se a luta por um ressarcimento integral diante disso, como 10 mil reais poderiam ser suficientes para que uma família, digamos essa que

residia na casa da Figura 5, conseguisse se recompor e retomar suas rotinas? – proposta inicial da CASAN.

Figura 6.

Mulher protestando a favor dos direitos dos atingidos pelo desastre ambiental



Observa-se na Figura 6 uma mulher, cabelos escuros, cabelo cacheado, vestida de preto, lenço verde no rosto tampando seu nariz e boca, segurando um cartaz em papel pardo escrito: “quem deveria cuidar provocou um crime ambiental”. Ao fundo, percebe-se que a mulher está em uma via de trânsito, pois se observa a movimentação de motocicletas e carros. A mulher segura o cartaz como quem pretende posar para a fotografia, olhando fixamente para a câmera – telespectador. O dia estava ensolarado com nuvens. O local parece arborizado.

Novamente, a significação do conteúdo escrito faz alusão a CASAN como ‘quem deveria cuidar’ e como o responsável (“provocou”) pelo ocorrido. Interpreta-se as

reivindicações como atos para pressionar a CASAN por uma resposta. Ressalta-se que todos os desastres ambientais demandam uma resposta rápida, tanto do poder público e instituições públicas (Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Polícia Militar, FATMA, vigilância, energia elétrica, autoridades governamentais, etc.), quanto pelos atingidos e empresas/entidades que possam ser responsáveis (neste caso, a CASAN). Dessa forma, a fotografia alude à eventual omissão do poder público e instituições envolvidas com o acidente. Além disso, percebe-se a comunidade aderindo a uma movimentação social em prol de seus direitos ressarcidos pela empresa, aderindo às ideias, crenças, valores, opiniões do grupo sobre o objeto. Jodelet (2001) assinala que a partilha de um grupo sobre suas representações sociais sobre determinado objeto serve para a afirmação simbólica de uma unidade e de uma pertença. A adesão coletiva fortalece e reforça o vínculo social. Sobre o termo “cuidar”, adotado em um cartaz, faz alusão de que não foram tomadas medidas protetivas como forma de prevenção de desastres. Nessa direção, na reportagem postada por Moacir Oliveira no site Portal Norte da Ilha em 26 de janeiro de 2021², um morador afirmou que o vazamento da lagoa ocorria há vários dias e que a CASAN havia sido notificada. De acordo com o entrevistado, morador da lagoa, houve a visita de técnicos da CASAN, que foram até o local, olharam e foram embora.

Ainda em relação à tentativa de pressionar o poder público, a Figura 7 apresenta dois cartazes, um deles com Carlos Moisés, atual governador de Santa Catarina, e Gean Loureiro, atual prefeito da cidade de Florianópolis. O autor dos cartazes escreveu acima das fotos das respectivas autoridades “procura-se”, como se ambos não estivessem presentes na recuperação dos danos causados pelo desastre. Abaixo da foto, está sua nomeação e escrito: “ele está desaparecido desde o dia 25 de janeiro de 2021 [data do desastre] quem encontrar será recompensado em conformidade. Tratar com moradores da Servidão Manoel Luiz Duarte. #atingidospelaETECasan”. Utilizando a ironia, moradores elaboraram os cartazes para transmitir a omissão de ambos frente ao desastre e empatia pelos atingidos. Ao lado das fotografias das autoridades, possui um registro de uma residência totalmente devastada pelo desastre (ao lado existiam todas as outras residências também prejudicadas). Assim sendo, compreende-se que a discussão social,

² Oliveira, M. Portal Norte da Ilha. (26/01/2021). Opinião: “a CASAN é uma lagoa de incompetência”. Recuperado de <https://portalnortedailha.com.br/coluna/moaciroliveira/43-opinio-a-CASAN-e-uma-lagoa-de-incompetencia.html>

ambiental e econômica promovida pela movimentação do grupo atingido também (e principalmente) se trata de uma discussão política.

A partir disso, compreende-se que um desastre possui vieses políticos, ambientais, econômicos e sociais que refletem a dinâmica de determinada população (Matos & Santos, 2018). Nesta direção, Giddens (2002) salienta que outro reflexo da dinâmica das sociedades modernas (interação capitalismo-industrialismo) são as origens e efeitos da degradação ambiental. Percebe-se que o ambiente é meio, ao mesmo tempo, se configura o resultado de ações humanas (Giddens, 2002). Como visto, o desastre ambiental sucedeu após o rompimento de uma Lagoa de Tratamento de Esgoto, embora, esta lagoa tenha sido construída em meio às dunas da Lagoa da Conceição/SC. Uma intervenção humana em meio a uma área de preservação ambiental. Diante desse fenômeno, pode-se ressaltar o que Giddens (2002) denominou de ‘cenários incertos e imprecisos’, ou seja, quando as mudanças na relação sociedade-natureza advindas da modernidade causam uma modificação na estrutura natural do ambiente, emerge uma imaculabilidade de risco.

Figura 7.

Procura-se o governador de Santa Catarina e prefeito de Florianópolis/SC



A Figura 8 apresenta três cartazes dispostos em frente a CASAN, dois maiores escrito em letra maiúscula: “RECUPERE A LAGOA” e “A CULPA É DE QUEM?”, e um cartaz menor escrito: “Crime socioambiental ≠ desastre ambiental”. Observa-se a

utilização de preto e alguns detalhes enfáticos em vermelho. A palavra ‘culpa’ foi utilizada, fazendo-nos entender novamente que os moradores acreditam que a CASAN estava ciente dos danos estruturais que estavam sendo apresentados na lagoa de evapoinfiltração, e, mesmo assim, omitiram qualquer reparo, prevenindo o desastre. A frase ‘recupere a Lagoa’ propicia compreender que essa comunicação foi empregada como forma de informar o interesse pessoal e coletivo dos moradores atingidos e pressionar a empresa CASAN não somente pelo desastre ocorrido, mas também por reparar os danos causados à Lagoa, como um todo. O questionamento ‘a culpa é de quem?’ já sugere que a empresa tentou se justificar e desviar da responsabilidade pelo ocorrido. Moscovici (1978) corrobora que a formação de uma representação social depende da informação a priori que os indivíduos possuem sobre o objeto, interesse pessoal e influência social, de modo a utilizar informações dominantes no grupo.

Além disso, para além de uma discussão política e social, essa imagem comunica uma espécie de funcionalidade do poder, fenômeno aparente nos estudos de Foucault (1976, p. 89): “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo, e sim porque provém de todos os lugares”. Isto é, transmite a premissa de que o poder funciona como uma maquinaria que não está localizado em um lugar específico, mas que circunda e perpassa toda uma estrutura social. Trata-se de relações de poder que constituem um sistema de poder, a partir de instituições que mantêm uma ligação social, política entre si, com base no Estado: temos, como exemplo, o aparato estatal, meios de comunicação, escolas, fabricas, e o que é legítimo e/ou ilegítimo a eles enquanto elo comum de suas relações. Isto implica que as próprias lutas contra o seu funcionamento não possam ser feitas de fora, do exterior, pois nada nem ninguém está isento de sofrer e se condicionar a este poder; ele está, como vimos, em toda parte e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças (Foucault, 1976).

Figura 8.

Recupere a Lagoa



Em 2023, quando ocorreu a coleta de dados dessa pesquisa, os moradores atingidos pelo desastre ambiental já haviam recebido o ressarcimento total dos danos materiais, embora não pelos danos morais e psicológicos. Somaram-se mais de 10 processos administrativos indenizatórios de danos materiais movidos pelos moradores contra a empresa CASAN. No dia 17 de outubro de 2021 a Comissão dos Atingidos entrou com um novo requerimento coletivo para serem tomadas as medidas necessárias para que esses processos restantes sejam concluídos de forma célere e justa. Neste requerimento, os atingidos reivindicaram que os 10 critérios subsequentes fossem considerados nos critérios dos danos morais: 1) Risco de Morte; 2) Perda de Moradia; 3) Perda de Objetos Insubstituíveis; 4) Abalos ao meio de Sustento/Renda; 5) Desestruturação Cultural, Comunitária e Familiar; 6) Morte de Animais Domésticos; 7) Abalo à Saúde e Danos Psicológicos; 8) Dispêndio de Tempo para encarar o processo e constrangimentos no curso do processo; 9) Dano ao Projeto de Vida; 10) Deslocamento Compulsório.

Considerações Finais

De acordo com as imagens capturadas por atingidos(as) pelo desastre ambiental da Lagoa da Conceição/SC à luz da análise semiótica de Barthes, interpreta-se que os/as moradores(as) atingidos(as) representam o fenômeno ocorrido como algo que sobrepõem o natural, ou seja, a representação social do desastre ambiental, na verdade, é que se trata de um crime ambiental decorrente de negligência pela empresa responsável pela lagoa de

tratamento de esgoto. Os signos principalmente apresentados nas imagens capturadas foram: 1) punhos erguidos fechados um símbolo comumente utilizado em campanhas na busca por direitos igualitários e resistência; 2) mensagens enfáticas utilizando termos como ‘réu’, ‘culpa’ e ‘crime’, referindo-se indiretamente a CASAN; 3) símbolos e personalidades políticas como forma de pressionar autoridades competentes e agilizar o processo de retorno às suas vidas.

Mesmo passado um ano após o desastre, as pessoas atingidas ainda lutavam para recuperar o que havia sido perdido e discutiam com a CASAN formas de ressarcimento integral e justo dos seus direitos. A comunidade ainda está se recuperando do desastre ocorrido, passando por uma reconfiguração – a nível ambiental, social, financeira e individual. Porém, mesmo diante de uma tragédia, a comunidade enquanto grupo de pertença se fortaleceu diante dos movimentos sociais. Portanto, em meio ao caos, formaram uma rede de apoio com um objetivo comum: recuperar (parte) do que lhes foi tirado.

As fotografias registram o descontentamento e a pressão exercida sobre o grupo social atingido contra a empresa responsável. Foi identificado a objetivação (“quem não pisou na lama não pode decidir”; “o réu não pode ser juiz”; “crime socioambiental diferente de desastre ambiental”; “crime socioambiental”) do evento como um crime, sendo a CASAN a principal e única culpada. Assim, percebeu-se que os moradores denominam a empresa CASAN como ‘réu’, ou seja, os culpados pelo desastre. Além disso, a nomeação de crime socioambiental ao invés de desastre socioambiental também nos indica com nitidez que os moradores observaram que houve negligência por parte da CASAN para a manutenção e proteção da lagoa de efluentes.

Nesse sentido, entende-se que para a ocorrência de um desastre é improvável que não tenha a influência negativa das ações humanas perante seu uso desprovido de consciência e comportamentos pró-ambientais. Além do impacto humano direto, pode-se mencionar as negligências por parte de entidades governamentais, instituições e entidades que, em tese, deveriam agir para protegê-la. O intuito principal com a exposição desses resultados foi apresentar a perspectiva dos atingidos, não encontrar culpados. Porém, inevitavelmente as representações sociais dos atingidos demonstraram essa objetivação da empresa responsável como um inimigo a ser combatido.

O artigo também demonstra concomitantemente a importância da Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres, tendo em vista que ações pró-ambientais deveriam

ter sido realizadas para a prevenção dos riscos, assim como manutenção da Lagoa de Tratamento de Esgoto e mapeamento dos riscos para evacuação das pessoas da área de risco. Salienta-se ainda que outra preocupação da Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres é a garantia do direito à segurança de moradores e pessoas próximas a áreas de risco, seja por deslizamento, alagamento, enchentes, desmoronamento, ventanias/vendavais, tsunamis, erupções vulcânicas, terremotos, entre outros.

Em relação aos principais prejuízos do desastre socioambiental, ressalta-se que, embora os atingidos foram acometidos por prejuízos econômicos e financeiros severos, o emocional e apego ao lugar foram os aspectos que mais demonstraram modificação e abalos. As pessoas perceberam que suas representações sociais de lugar e o apego que possuíam por suas moradias (ambiente físico e simbólico) foram modificados. A casa, por exemplo, que antes era representada como lar, agora não provê mais segurança e causa estranhamento pela nova configuração. A grande parte dos moradores atingidos atualmente possuem sintomas de Transtorno do Estresse Pós-Traumático. Enquanto questões materiais podem ser recompensadas, algumas jamais poderão retornar como, um ente querido, um animal de estimação, um lugar carregado de memórias e afetos.

Recomenda-se que futuras intervenções estejam pautadas na gestão de riscos de desastres com medidas preventivas e educativas que auxiliem leigos na identificação e mapeamento de riscos de desastres, compreendendo que a própria comunidade pode identificar riscos mais facilmente se comparar com profissionais que esporadicamente vistoriam às áreas de riscos.

Referências

- Albuquerque, E. M. (2018). *Design gráfico em tempos de ativismo*. 131f. Dissertação (Mestrado em Design) - Centro de Artes e Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Alves, R. B., Lacerda, M. A. C., & Legal, E. J. (2012). A atuação do psicólogo diante dos desastres naturais: uma revisão. *Psicologia em estudo*, 17(2), 307-315. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/pe/v17n2/v17n2a13.pdf>
- Alves, R. B. (2014). “Lar doce lar”: apego ao lugar em área de risco diante de desastres naturais [Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/123336/326326.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Barthes, R. (1971). *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix.
- Barthes, R. (1984). *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barthes, R. (1990). *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barthes, R. (1992). *Aula* (6. ed.). Trad. Leila Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix.

- Barthes, R. (2001). *Mitologias* (11. ed.). Trad. Rita Buongiorno e Pedro de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Benjamin, A. H. (1998). Responsabilidade civil por dano ambiental. *Revista de Direito Ambiental*, 9.
- Bomfim, Z. A. C. (2010). *Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo*. Fortaleza: UFC.
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia (Ribeirão Preto) [online]*, 14(28), 125-137. doi: 10.1590/S0103-863X2004000200003.
- Corraliza, J. A. (1998). *Emoción y ambiente*. In J. I. Aragones, & M. Américo (Coord.). *Psicología ambiental* (pp. 281-302). Madrid: Pirâmide.
- De Rosa, A. S. & Farr, R. (2001). Icon and symbol: Two sides of the coin in the investigation of social representations. In F. Buschini & N. Kalampalikis (Orgs.), *Penser la vie, le social, la nature: Mélanges en hommage à Serge Moscovici* (pp. 237-256). Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Elliott, A. (2018). A teoria do novo individualismo. *Sociedade e Estado [online]*, 33(2), 465-486. <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183302009>.
- Foucault, M. (1976). *História da Sexualidade I: a Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- G1 SC – NSC TV. (2021). *Moradores afetados pela enxurrada em Florianópolis contam prejuízos causados por rompimento de lagoa*. Recuperado de <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/01/26/moradores-afetados-pela-enxurrada-em-florianopolis-contam-prejuizos-causados-por-rompimento-de-lagoa.ghtml>
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Korff, G. (1992). *From Brotherly Handshake to Militant Clenched Fist: On Political Metaphors for the Worker's Hand*. International Labor and Working. Columbia University. New York City.
- Lima, J. A. de, & Fazzi, R. de C. (2018). A subjetividade como reflexividade e pluralidade: notas sobre a centralidade do sujeito nos processos sociais. *Sociologias [online]*, 20(48), 246-270. <https://doi.org/10.1590/15174522-020004814>
- Lopes, M. A. P., & Bernardes, E. de S. (2020). *Corpos, sujeitos e discurso: identidades ressignificadas*. São Carlos: Pedro & João Editores.
- Matos, F. (2017). Um Olhar Sobre as Representações Sociais e a Imagética na Análise do Espaço Geográfico. *Revista ACTA Geográfica*, 11(25), 95-110. Recuperado de <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/3957/2250>
- Matos, S. M. S., & Santos, A. C. dos. (2018). Modernidade e crise ambiental: das incertezas dos riscos à responsabilidade ética. *Trans/Form/Ação [online]*, 41(2), 197-216.
- Montoro, S. W. M. (2019). “Águas de março”: percepção de risco e apego em território vulneráveis a desastres socioambientais no município de Guaratuba/PR [Dissertação, Universidade Federal do Paraná], acervo digital UFPR. <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/63382/R%20-%20D%20-%20SIMONE%20WACHTER%20MULLER%20MONTORO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público* (Trabalho original publicado em 1961). Petrópolis: Vozes.

- Ndmais. (2021). Casan presta esclarecimentos ao MPF sobre desastre ambiental na Lagoa da Conceição. Recuperado de <https://ndmais.com.br/meio-ambiente/casan-presta-esclarecimentos-ao-mpf-sobre-desastre-ambiental-na-lagoa-da-conceicao/>
- Sá, S. D., Werlang, B. S. G., & Paranhos, M. E. (2008). Intervenção em crise. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 4(1). doi: 10.5935/1808-5687.20080008
- Santos, A. C., & Becker, E. (2012). *Entre o homem e a natureza: abordagens teórico-metodológicas*. Porto Alegre: Redes.
- Schlindwein, A. D., Rigotto, C., Simões, C. M. O., & Barardi, C. R. M. (2010). Detection of enteric viruses in sewage sludge and treated wastewater effluent. *Water Science and Technology*, 61(2), 537-544.
- Senge-SC. (2021). *Desastre na lagoa de evapoinfiltração da ETE Lagoa da Conceição*. Recuperado de <https://www.senge-sc.org.br/desastre-na-lagoa-de-evapoinfiltracao-da-ete-lagoa-da-conceicao/>
- Spink, M. J. P. (2001). Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. *Cadernos de Saúde Pública [online]*, 17(6), 1277-1311. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2001000600002>
- Spink, M. J. P., & et al. (2008). Usos do glossário do risco em revistas: contrastando "tempo" e "públicos". *Psicologia: Reflexão e Crítica [online]*, 21(1), 1-10. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000100001>
- Universidade Federal de Santa Catarina. (2021). Nota técnica sobre a situação da Lagoa da Conceição. Ministério da Educação. <https://noticias.paginas.ufsc.br/files/2020/05/nota-completa-aqui.pdf>
- Vala, J. (2004). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In J. Vala; M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 457-506). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

5.2 ARTIGO 2: O VÍNCULO AFETIVO ENTRE PESSOAS AFETADAS POR UM DESASTRE SOCIOAMBIENTAL E AMBIENTE: UMA ANÁLISE BARTHESIANA DE IMAGENS

RESUMO: Os desastres socioambientais ocasionam impactos generalizados na vida das pessoas, inclusive nos vínculos que possuíam com o lugar. **OBJETIVO:** Objetivou-se descrever a vinculação afetiva pessoa-ambiente em suas dimensões funcional, simbólica e temporal por meio de uma análise barthesiana de imagens fornecidas pelos atingidos. **MÉTODO:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo documental, cuja fonte de dados consistiu em fotografias extraídas mediante a técnica “ambiente fotografado”. Participaram da pesquisa sete pessoas atingidas (cinco do gênero feminino; dois do gênero masculino), com média de idade de 46 anos e 5 meses. **RESULTADOS:** O estudo revelou que, após o desastre, os vínculos afetivos com o ambiente foram modificados, apesar da reconstrução e retomada da funcionalidade. As fotografias demonstram que a vinculação afetiva e permanência no ambiente é influenciada pelas memórias afetivas, significados de lugar e importância no desenvolvimento da identidade, a história das famílias. **CONCLUSÃO:** Percebeu-se que a dimensão simbólica e temporal associadas sobressaem à funcional. Apesar da reconstrução do lugar, não houve a restauração dos sentimentos de segurança e apropriação, evidenciando que os impactos emocionais são tão significativos quanto os materiais.

Palavras-chave: Desastres Socioambientais; Afetividade; Apropriação do Espaço; Psicologia Social; Psicologia Ambiental.

Introdução

“Nadei pela minha varanda, saí do jardim e tentei subir no telhado. Subimos no telhado e esperamos quatro horas sentados pelo salvamento do Corpo de Bombeiros. Foi horrível a visão. Eu achei que ia morrer. A água cobriu a gente em segundos”(sic). Esse foi o relato de uma das participantes desse estudo que foi atingida pelo desastre socioambiental de maior proporção de Florianópolis/SC. O desastre ocorreu na Lagoa da Conceição no dia 25 de janeiro de 2021, após o rompimento de uma das barragens da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), atingindo cerca de 50 famílias da Rua Manoel Luiz Duarte. Essas famílias necessitaram desocupar as suas habitações de forma abrupta até a evacuação dos dejetos da lagoa, assim como limpeza da rua e das residências. Quando retornaram às suas habitações, além da compra de novos móveis e eletrodomésticos, os moradores necessitaram de profissionais da engenharia civil para avaliar a condição dessas moradias no tocante a prejuízos estruturais pós-desastre. Essa avaliação dos peritos auxiliou na recuperação dos danos causados à moradia para retomar a estadia no local com mais segurança. A partir do relato, observa-se que os moradores foram expostos à sensação de morte, que porventura, configura-se

um trauma psicológico. O trauma corresponde concomitantemente a um evento sociopolítico, um processo psicofisiológico, uma experiência física e emocional diante de algo perigoso e danoso que interrompe o mundo presumido de uma ou várias pessoas (Reis & Ortega, 2021).

O conceito de desastre é entendido como o resultado de eventos adversos, sejam eles naturais ou antropogênicos, que impactam negativamente um ambiente vulnerável, causando sérias perturbações à comunidade afetada, com extensas perdas e danos humanos, materiais, econômicos e ambientais (Carmo & Anazawa, 2014). Os desastres ambientais incluem eventos como enchentes, deslizamentos de terra, secas e furacões, os quais são influenciados por características regionais, como condições do solo, topografia, vegetação e clima (Kobiyama, 2006; Koelzer & Bousfield, 2020).

Nesse contexto, números concretos demonstram o aumento na frequência de desastres ambientais no Brasil. De acordo com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN/MCTI), em 2023 o Brasil bateu recorde de ocorrências de desastres hidrológicos e geohidrológicos. Somente neste ano, foram registrados 1.161 eventos de desastres, dos quais 716 estão associados a eventos hidrológicos, como transbordamentos de rios, e 445 são de origem geológica, como deslizamentos de terra. Esse número supera os registros de 2022 e 2020 (Brasil, 2023).

No âmbito dos desastres ambientais, a Psicologia Ambiental (PA) se concentra nas interrelações entre a pessoa e o ambiente físico e social. A PA estuda como o ambiente influencia o comportamento humano, considerando o ambiente como tudo o que cerca o ser humano e que possui significados. Por meio da produção de informações, a PA pode demonstrar que as comunidades não são apenas sujeitos passivos dos impactos negativos ambientais, mas sim redes dinâmicas capazes de aprender e se adaptar. Assim, ela destaca a constante construção e reconstrução das redes que sustentam a vida, reconhecendo a vulnerabilidade do mundo, sendo incontrolável e desconhecido (Melo, 1991).

Além disso, a Psicologia Ambiental surge a partir das contribuições da Psicologia Social, influenciada pelos estudos de Kurt Lewin e pela crescente preocupação com o ambiente urbano. Moser (1998) destaca que os fenômenos estudados nesta disciplina são complexos, demandando não apenas a aplicação de métodos e técnicas conhecidas da Psicologia, especialmente da Psicologia Social, mas também a criação de metodologias específicas para a Psicologia Ambiental. Esta área de estudo focaliza as interrelações entre pessoa e ambiente, assim como os processos afetivos e cognitivos que ocorrem

nesse contexto social, histórico, cultural e físico (Moser, 1998). Dessa maneira, a Psicologia Ambiental dedica-se não apenas à compreensão dos problemas ambientais, mas também à promoção da sustentabilidade da vida como uma responsabilidade humana fundamental (Pol, 1993).

Por implicar significados, memórias, histórias, experiências, os ambientes também comportam os afetos das pessoas que ali construíram as suas vidas. Os relacionamentos mais significativos geralmente envolvem tanto pessoas amadas quanto lugares aos quais são atribuídas qualidades semelhantes. Assim como o vínculo com pessoas, o vínculo com o lugar também requer que algumas necessidades sejam satisfeitas. O apego ao lugar está relacionado à satisfação de necessidades como alimentação, descanso, privacidade e proteção, fatores que evidenciam a dependência em relação ao lugar. Além disso, está vinculado à "continuidade do self", uma vez que o lugar simboliza a conexão entre o passado e o futuro, sendo significativo para um indivíduo ou grupo. Esses lugares geram um sentimento de pertencimento e são considerados parte da identidade individual ou grupal (Giuliani, 2004; Rosa, 2014).

A Teoria do Apego, primariamente formulada por Bowlby (2002), postula a existência de uma vinculação afetiva entre a mãe e o bebê como requisito fundamental para o desenvolvimento adequado das esferas afetiva, cognitiva e social da criança. A figura de apego desempenha o papel de uma base segura que possibilita à criança explorar o ambiente circundante. Nesse contexto, o apego é concebido como o conjunto de comportamentos infantis caracterizado não apenas pela busca de proximidade física com a figura de apego, mas também pela exploração ativa do ambiente (Pontes et al., 2007).

Giuliani (2004) argumenta que o apego ao lugar é caracterizado pela presença de afetos que as pessoas experimentam de diversas maneiras, relacionados aos locais de nascimento, às vivências ocorridas nesses lugares e às interações com os indivíduos que os habitam. A autora propõe uma transição de uma visão estática do apego, centrada em atitudes e comportamentos específicos que definem a relação entre um indivíduo (ou grupo) e um determinado lugar, para uma perspectiva dinâmica que considera o apego no contexto mais amplo do desenvolvimento da capacidade de investir afetivamente em lugares.

Além disso, Giuliani (2004), a partir de revisão de literatura, destaca três processos que podem influenciar o surgimento do apego: primeiro, a satisfação das necessidades da pessoa no ambiente, com predominância dos aspectos cognitivos e da

funcionalidade dessa relação; segundo, os significados simbólicos atribuídos aos lugares em relação à identidade pessoal; e terceiro, a vivência prolongada e a familiaridade com o local, enfatizando questões emocionais, sensação de segurança e bem-estar proporcionados. Assim, Giuliani (2004) identifica três processos distintos que contribuem para a formação de laços de apego e que agem de forma complementar. Esses processos são: (a) apego funcional, (b) apego simbólico e (c) apego derivado de familiaridade temporal com o local.

No processo funcional, o apego ao lugar ocorre em decorrência da capacidade do local em satisfazer as necessidades da pessoa, proporcionando recursos e condições que favorecem a realização de objetivos específicos ou atividades desejadas. Essa forma de apego é mais cognitiva do que emocional e sua estabilidade está mais relacionada às alternativas disponíveis no local do que à qualidade intrínseca deste (Giuliani, 2004; Williams & Vaske, 2003). Já no processo simbólico, consideram-se os significados que as pessoas atribuem aos lugares, os quais têm origem tanto individual quanto sociocultural e atuam como mediadores na relação entre a pessoa e o ambiente. Esse tipo de apego é fundamentado na importância simbólica que um lugar representa, como um reservatório de emoções e relacionamentos que conferem sentido e propósito à vida das pessoas. A estabilidade desse vínculo afetivo está mais relacionada à relação entre o significado atribuído ao lugar e os elementos significativos para a identidade no momento da vinculação, do que ao tempo de envolvimento (Giuliani, 2004; Scannell & Gifford, 2010). Por fim, o processo temporal emerge de uma prolongada proximidade com o lugar, caracterizando-se por um vínculo afetivo positivo entre a pessoa e o local. Este tipo de apego é mais emocional do que cognitivo, implicando em dificuldade de separação e substituição do laço afetivo por outro, contribuindo para o desenvolvimento da identidade individual e comunitária (Giuliani, 2004; Hidalgo & Hernandez, 2001).

Tendo isso em vista, o apego ao lugar aumenta a probabilidade de comportamentos pro-ambientais por desenvolver um senso de compromisso e responsabilidade em relação aos lugares aos quais os indivíduos estão afetivamente ligados. Desse modo, moradores que possuem vínculo afetivo com o lugar possuem a tendência a se engajar em atividades de gestão ambiental - especialmente para aqueles que têm conexões emocionais com a natureza. Evidencia-se que visitar frequentemente ambientes naturais pode aumentar o apego e a responsabilidade ambiental. Cidadãos com diferentes perspectivas sobre questões ambientais e de desenvolvimento podem se unir

enquanto partes interessadas coletivas, motivados por seu apego a um lugar específico. Esse vínculo compartilhado também reforça o desenvolvimento de ações coletivas direcionadas à preservação ambiental. No entanto, eventos como crime, realocação forçada e desastres ambientais podem prejudicar tanto o apego ao lugar quanto o senso de comunidade. Consequentemente, o sentimento de perda e alienação mobiliza os cidadãos a participarem ativamente na reconstrução física e emocional das comunidades (Relph, 1976).

Compreende-se, portanto, um desastre socioambiental como o impacto causado por fenômenos naturais extremos ou intensos (como secas e enchentes) sobre um sistema social, resultando em prejuízos que superam a capacidade da comunidade afetada de lidar com o desastre. Esse tipo de desastre afeta muitas pessoas e provoca diversos impactos, incluindo danos físicos, materiais e psicológicos devido às perdas sofridas. Deve ser entendido no contexto social, político e econômico em que ocorre. No debate sobre áreas que já sofreram a ocorrência de desastres ou que estão vulneráveis/em situação de risco, destaca-se a vinculação afetiva que as pessoas estabelecem com esses locais e suas habitações. Essa população cria vínculos, associa histórias e momentos à moradia, de forma a sobressair o apego ao lugar em detrimento do risco existente. Com base nessas reflexões, este estudo teve como principal objetivo descrever a vinculação afetiva pessoa-ambiente em suas dimensões funcional, simbólica e temporal.

Método

Trata-se de um recorte de uma pesquisa mais ampla, cuja abordagem adotada foi a multimétodos. Este recorte irá explorar os resultados obtidos por meio da técnica do ambiente fotografado. Desse modo, esse recorte se trata de pesquisa documental que adota uma abordagem qualitativa de caráter descritivo-exploratório. Quanto ao tempo, o corte transversal se justifica em decorrência de que os dados serão levantados uma única vez, em um determinado período de tempo (Sampieri, Collado, & Lucio, 2013). O tipo de pesquisa – documental – foi escolhido diante da fonte de pesquisa para a análise (fotografias digitais). As fotografias digitais são fontes não escritas, mas transmitem informações registradas em um dado momento das vidas dos participantes, de forma a refletir uma história, cultura, educação, assim como aspectos singulares da própria personalidade do sujeito que captura a imagem (Bocato & Fujita, 2006). Cada participante da pesquisa realizou um registro fotográfico ou disponibilizou algum registro

já feito a partir do estímulo verbal: “registre uma imagem que te represente o desastre ambiental ocorrido na Lagoa da Conceição”. A técnica autofotográfica foi associada à caminhada pelo local (*Walk Around the block*). A partir disso, as pessoas discorreram sobre as fotografias, as características ambientais que favorecem o apego, às novas características ambientais que desfavorecem a vinculação afetiva, assim como os elementos visíveis e invisíveis da fotografia (*studium* e *punctum*, respectivamente). As fotografias estão inseridas no item “resultados e discussão”. As abordagens foram realizadas de forma presencial e on-line, com duração média de 1h30.

A etimologia da palavra “fotografia” remonta ao grego, em que ‘foto’ denota luz e ‘grafia’ representa escrita. Assim, a própria raiz da palavra sugere que a fotografia é um registro visual da luz, essencialmente um documento em si. Nesse sentido, o documento fotográfico consiste em ser um produtor de informações, pois consegue captar um momento, um instante, do passado e/ou presente nas vidas das pessoas. Cada imagem é representativa, encontrando suporte em referências estéticas e artísticas, enquanto sintetiza elementos emotivos, objetivos e subjetivos (Bocato & Fujita, 2006).

Procedimentos éticos

Para o desenvolvimento desta pesquisa, adotou-se como base a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a qual preconiza as questões éticas e de respeito em relação às pesquisas realizadas com seres humanos. O desenvolvimento desta pesquisa foi iniciado após obtida a aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina (CAAE 54361221.7.0000.0121; Parecer nº 5.239.303).

Participantes

Dentre as sete pessoas atingidas que aceitaram participar da pesquisa, cinco eram do gênero feminino e dois do gênero masculino, possuindo como média aritmética de faixa etária (M) 46 anos e 5 meses. Salienta-se que cada participante era membro de uma casa atingida, então foram sete participantes de sete residências diferentes. Todos os participantes são residentes da Rua Manoel Luís Duarte, a rua atingida pelo rompimento da barragem da CASAN. Observa-se que a média aritmética de tempo de permanência dos participantes morando no mesmo lugar e residência é de 22 anos (μ), ou seja, são

moradores que possuem tempo significativo de vinculação com o lugar. Cada abordagem teve duração média de 1 hora.

Quadro 4.

Caracterização dos participantes da pesquisa

<i>Participantes</i>	<i>P1</i>	<i>P2</i>	<i>P3</i>	<i>P4</i>	<i>P5</i>	<i>P6</i>	<i>P7</i>
Idade	58 anos	28 anos	45 anos	34 anos	59 anos	65 anos	36 anos
Escolaridade	8ª série	Ensino Superior completo	2º grau completo	Ensino superior incompleto	Ensino Superior completo	Ensino Superior completo	Ensino Superior completo
Profissão	Aposentada	Professora	Do lar	Estudante	Professora universitária	Aposentada	Fisioterapeuta
Estado Civil	Casada	Solteira	Viúvo	União estável	União estável	Casada	Casada
Religião	Católica	Católica	Espírita	Nação	Não	Não	Católica
Filhos	1	0	2	4	1	2	2
Sexo	Fem.	Fem.	Masc.	Masc.	Fem.	Fem.	Fem.
Salário	1 salário-mínimo	1 salário-mínimo	Acima de 7 salários	1 salário-mínimo	Acima de 7 salários	Acima de 7 salários	Acima de 7 salários
Mora há quanto tempo neste lugar	25 anos	25 anos	28 anos	4 anos	29 anos	26 anos	17 anos

Para selecionar os participantes, foram elaborados critérios de inclusão: possuir idade igual ou superior a 18 anos; compreender os aspectos da pesquisa e consentir por escrito por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); ter sido afetado diretamente pelo desastre ambiental da Lagoa da Conceição/SC. Como critério de exclusão foi estabelecido que pessoas afetadas indiretamente pelo desastre ambiental da Lagoa da Conceição/SC não fariam parte da pesquisa (moradores de locais próximos, mas não configurando vítimas em 1º grau). Os participantes confirmaram sua participação através da assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em que eram informadas acerca da garantia de seu anonimato.

Contexto de pesquisa

Na manhã de 25 de janeiro de 2021, um desastre socioambiental atingiu os moradores da rua Servidão Manoel Luiz Duarte, na praia da Lagoa da Conceição, em Santa Catarina/SC. O deslizamento de um talude natural, que ajudava a conter parte do volume da lagoa de evapoinfiltração que recebe efluentes tratados da Estação de

Tratamento de Esgoto (ETE), causou o incidente. A água transbordou rapidamente da lagoa, inundando a área urbanizada e causando diversos prejuízos, principalmente financeiros, materiais e emocionais para os residentes, além da morte de animais de diferentes espécies. Os moradores foram surpreendidos em suas casas por dejetos de esgoto que atingiram cerca de 2 metros de altura, forçando alguns a subir nos telhados para sobreviver. Idosos, crianças, adultos e animais ficaram expostos aos dejetos fecais e permaneceram por horas na água contaminada, aguardando o resgate dos bombeiros. O desastre ocorreu após chuvas intensas na região, registrando a maior precipitação já vista na Lagoa, com 240 mm. No total, as chuvas de janeiro somaram 686 mm, o dobro do estimado para o mês inteiro (Dalcin, 2021; Hodecker, Bousfield, & Felipe, 2023).

Procedimentos

Os dados foram coletados entre março e setembro de 2022. A pesquisadora passou seis meses visitando o local todas as sextas-feiras no período das 13h às 18h. A técnica para captação de participantes foi a partir de uma amostragem não probabilística, a amostra por Bola de Neve. Assim, foi contactada por e-mail uma das pessoas atingidas que possui forte influência na comunidade e membro ativo da comissão de atingidos por barragens. Essa integrante sensibilizou a comunidade para que participasse da pesquisa. Porém, mesmo assim, os atingidos demonstraram receio em participar da investigação. No momento da recusa da participação a grande parte dos atingidos foram questionados respeitosamente sobre a desmotivação para a pesquisa. Aqueles que não foram questionados sobre o motivo da recusa (oito pessoas), sequer responderam o convite para participação. A resposta unânime dos atingidos indicou para o sofrimento de repetir uma fala que ainda causa sentimentos de injustiça, constrangimento e dor. Com os que aceitaram o convite para participação, foram combinados datas e horários para realizar a pesquisa de forma presencial ou on-line. No momento da coleta de dados, foi solicitado ao participante: *“registre uma imagem que te represente o desastre ambiental ocorrido na Lagoa da Conceição”*. Diante disso, dois participantes optaram por realizar o registro fotográfico no momento da pesquisa; enquanto os outros sete participantes preferiram escolher fotografias que capturaram em outros momentos e estavam arquivadas em seu aparelho celular. Além do registro, os participantes explicaram o motivo de optarem pela

fotografia, os elementos que o compõem e a história por trás dos atributos físicos dos lugares fotografados.

Análise de dados

Roland Barthes, conforme ele próprio afirmou, dedicou-se a escrever seu último livro, intitulado “A Câmara Clara” (1984), impulsionado por um desejo profundo de compreender a essência intrínseca da fotografia. Este trabalho registra, em 48 pequenos capítulos, sua jornada de exploração e descoberta nesse processo. Assim, Barthes utilizou a linguagem como instrumento para investigar os fundamentos da fotografia, seguindo uma metodologia que se revela à medida que avança. Apesar de ser objeto de controvérsias em suas reflexões sobre o tema, essa obra permanece como uma referência incontornável no campo da fotografia, sendo impossível ignorá-la mesmo em abordagens que se distanciam de suas ideias (Barthes, 1984).

Barthes (1984) compartilha sua experiência ao se deparar com uma fotografia do irmão de Napoleão. Ele descreve o impacto que a imagem teve sobre ele, especialmente ao perceber que os olhos retratados haviam testemunhado o Imperador. Barthes expressa sua dificuldade em articular esse sentimento de espanto e solidão ao tentar compartilhar essa percepção com outros. Essa experiência o motivou a buscar uma compreensão mais profunda da "verdade" por trás da fotografia, desejando descobrir sua essência intrínseca, o que ela realmente representava.

O interesse de Barthes pelas imagens fotográficas transparece nos textos compilados em “O óbvio e o obtuso” (1990), evidenciando que elas transmitem mensagens com um emissor, um canal de transmissão e um receptor. Essas imagens fotográficas apresentam uma estrutura paradoxal, com duas mensagens coexistentes: uma sem código, representada pelo aspecto fotográfico em si (denotação), e outra codificada, relacionada ao caráter retórico da fotografia (conotação). Isso levanta questões sobre os modos de interpretação das imagens. No mesmo volume, o texto ‘O terceiro sentido’ adianta, em certa medida, as ideias de *studium* e *punctum*, que serão desenvolvidas posteriormente e guiarão a abordagem antropológica de Barthes em relação à imagem fotográfica. Neste texto, Barthes sugere que há diferentes níveis de leitura das imagens: 1) o nível informativo ou de comunicação, centrado na mensagem e em seus elementos constituintes; 2) o nível simbólico ou de significação, representando um léxico geral de símbolos compartilhados, buscando o destinatário da mensagem. O terceiro sentido seria

algo indescritível, desvinculado da imagem, uma espécie de ‘excesso’ que nossa compreensão não consegue assimilar completamente, ao mesmo tempo, persistente e invasivo, podendo ser chamado de sentido obtuso.

Observando fotografias em diversos contextos, desde álbuns até manifestações culturais, Barthes percebia que algumas delas lhe traziam pequenos júbilos, como se evocaram um centro silencioso dentro de si, enquanto outras lhe eram indiferentes, proliferando como ‘ervas daninhas’. Diante dessa experiência, ele desenvolveu dois conceitos-chave para explicar seu interesse particular pela fotografia: *studium* e *punctum*. O *studium*, originário do verbo *studare*, remete a um estudo do mundo, abrangendo aquilo que carece de uma agudeza específica. Por outro lado, o *punctum*, derivado do verbo *pungere*, refere-se a algo que fura, corta ou sensibiliza, evocando uma resposta emocional intensa (Barthes, 1990).

O conceito de *studium* aborda o conteúdo presente no quadro fotográfico, por vezes encapsulado em uma única imagem que se apresenta ao espectador. Identificar o *studium* em uma fotografia significa compreendê-la como um domínio de estudo, onde as mensagens transmitidas são tanto denotativas quanto conotativas; é um verdadeiro domínio do conhecimento e da cultura, por meio do qual se interpreta “os mitos do fotógrafo, associando-se a eles, sem necessariamente acreditar plenamente neles” Barthes, 1984, p. 48-49. Esse domínio pode ser mais ou menos refinado, elaborado, mas sempre remete a uma informação clássica (Barthes, 1990). Nesse contexto, a fotografia se torna potencialmente influente, dotada de funções que incluem informar, representar, surpreender, dar significado e provocar emoções, além de gerar um afeto moderado, como um tipo de treinamento através das performances dos fotógrafos (Barthes, 1984).

O *studium* se revela como um interesse mais abrangente (nas palavras de Barthes: “culto”, “ocioso”, “afetuoso”, “ato virtuoso”) que surge ao abordar a fotografia através de uma lente cultural mais ampla. Ele envolve o estudo, a codificação, a classificação e a interpretação da imagem: é como um investimento geral e apaixonado, porém sem uma direção específica. Barthes valoriza esse interesse pelo conhecimento, reconhecendo sua relevância, pois é nesse âmbito que grande parte do conhecimento é gerado, inclusive o dele próprio como intelectual e educador. Por outro lado, o *punctum* é descrito por Barthes como um detalhe na fotografia que escapa à nossa capacidade de nomeação, mas que exerce uma influência significativa sobre a nossa interpretação da imagem. É como se esse detalhe dominasse toda a nossa percepção; é uma mudança repentina em nosso

interesse, um lampejo de *insight*. Esse elemento particular na imagem não apenas a transforma, mas também desperta em nós uma sensação de revelação, uma epifania, uma transição de um vazio para a compreensão. Como escreve Barthes (1984, p. 31):

Reconhecer o *studium* é fatalmente encontrar as intenções do fotógrafo, entrar em harmonia com elas, aprová-las, desaprová-las, mas sempre compreendê-las, discuti-las em mim mesmo, pois a cultura (com que tem a ver o *studium*) é um contrato feito entre os criadores e os consumidores.

O *punctum* em uma fotografia, conforme descrito por Barthes, é como um golpe fortuito que nos atinge, despertando uma mistura de sensações que vão desde o desconforto até a profunda emoção. É o detalhe inesperado, o pequeno ponto que cativa nossa atenção e nos obriga a uma análise mais profunda da imagem. Nesse momento, não somos nós que buscamos ativamente esse elemento (como fazemos ao explorar conscientemente o campo do *studium*), mas sim ele que surge diante de nós, como uma flecha que nos atravessa. Barthes prossegue descrevendo como a percepção do *punctum* na imagem é instantânea e dinâmica, rápida como um animal ágil. Em outras palavras, o impacto é certo, porém difícil de ser definido ou categorizado; é afiado e intenso, ecoando silenciosamente em nossa mente. Essa dualidade é intrigante: é como se fosse um relâmpago que flutua no ar, desafiando nossa compreensão. Barthes (1984, p. 47) definiu o *punctum* como:

O elemento que vem quebrar (ou escandir) o *studium*. Dessa vez, não sou eu que vou buscá-lo (como invisto com minha consciência soberana o campo do *studium*), é ele que parte da cena, como uma flecha, e vem me transpassar. [...] O *punctum* de uma foto é esse acaso que, nela, me punge (mas também me mortifica, me fere).

Nesse contexto, Barthes (1984) aponta que o fotógrafo tem como objetivo capturar a imagem com um olhar específico, ao passo que o observador (leitor) analisa a fotografia, o referente (espectro), em sua totalidade (*studium*), permitindo uma compreensão das intenções do fotógrafo no momento da captura. Contudo, o poeta, com sua sensibilidade aguçada, não apenas observa a fotografia de maneira passiva. Ele procura pelo *punctum*, pelos detalhes que o afetam. São os detalhes que se destacam na cena.

O estudo da fotografia revela uma dicotomia interessante: o *studium* e o *punctum*. O *studium*, por um lado, descreve a camada superficial da imagem, aquilo que pode ser prontamente percebido e compreendido. É o campo vasto do desejo indolente, onde as intenções do fotógrafo se manifestam, embaladas por um estilo e um contexto cultural. É como mergulhar em um oceano de conhecimento, onde as mensagens denotativas e

conotativas se misturam, convidando-nos a decifrar os mitos por trás da fotografia (Fontanari, 2016).

Por outro lado, o *punctum* transcende a superfície, penetrando fundo em nossa consciência. É o detalhe inesperado que nos pega desprevenidos, provocando uma resposta emocional intensa. É como uma flecha que nos atinge, despertando sentimentos que não podem ser facilmente nomeados ou explicados. O *punctum* nos desafia a olhar além do óbvio, a encontrar significados ocultos e conexões sutis que revelam a verdadeira essência da imagem. Assim, ao explorar a fotografia, somos levados a um mundo de dualidade, onde o *studium* e o *punctum* coexistem, cada um oferecendo uma perspectiva única e enriquecedora. É através dessa interação entre o visível e o invisível, o óbvio e o oculto, que descobrimos a riqueza e a profundidade da arte fotográfica (Fontanari, 2016).

Resultados e discussão

A compreensão das características do vínculo com a moradia em áreas de risco é fundamental para analisar a interação entre pessoa e ambiente. A análise das fotografias foi organizada da seguinte forma: primeiramente, foi realizada a descrição das fotografias capturadas pelos atingidos de acordo com o que Barthes (1984) denomina de *studium* e em seguida, o *punctum*. Ressalta-se que o *studium* é como um conjunto de elementos que cada indivíduo identifica prontamente na fotografia devido ao seu conhecimento e bagagem cultural. Assim, o *studium* será a descrição dos elementos que compõe a imagem; são os elementos visíveis. Enquanto o *punctum* é uma característica única, um detalhe que perturba o espectador e o afeta emocionalmente, sendo percebido de forma diferente por cada pessoa (Barthes, 1984).

Abaixo encontram-se as fotografias que foram capturadas ou fornecidas pelos participantes de modo a responder à pergunta estímulo: “registre uma imagem que te represente o desastre ambiental ocorrido na Lagoa da Conceição”. A partir desse estímulo, os participantes registraram cenários, objetos ou situações que representavam o desastre ambiental ou escolheram fotografias já registradas em outros períodos. Além disso, nessas fotografias é possível perceber de modo implícito os processos pelos quais uma pessoa pode criar vínculos com o lugar – processo simbólico, temporal e funcional. Por conta disso, a análise foi dividida em três categorias que contemplam o apego das pessoas ao lugar.

Categoria 01. Apego Funcional

No processo funcional, o apego ao lugar ocorre devido à quantidade e à importância das necessidades que podem ser satisfeitas nesse local, fornecendo recursos e condições que apoiam a realização de objetivos específicos ou atividades desejadas (Williams & Vaske, 2003). Esse apego resulta de uma relação entre a pessoa e o ambiente, permitindo um julgamento positivo do local em relação às necessidades da pessoa, caracterizando-se mais como uma resposta cognitiva do que emocional. A estabilidade do apego depende mais das alternativas disponíveis no lugar do que da qualidade desse lugar (Giuliani, 2004). No tocante a isso, as participantes P1 e P2 confirmaram que desde a localização, o projeto, os móveis, até a disposição dos ambientes e arranjo ambiental foram aspectos físicos de suas habitações pensados em sanar necessidades específicas de seus moradores.

A moradia da P1 (Figura 9) era uma casa mista de madeira nobre tratada e alvenaria nas áreas da lavanderia, banheiros e cozinha. A família é composta por três pessoas (o casal e sua filha). Na casa havia um quarto para a filha, um quarto para o casal, sala e cozinha conjugados, varanda, lavanderia, um banheiro, garagem e um escritório para a filha dar aulas em regime *home office*.

Figura 9.

Estado da cozinha da participante 1 no período pós-desastre



Fonte: Arquivo de dados fornecido à pesquisadora.

Na Figura 9, é possível verificar que existe uma linha de lama sobre as paredes que demarca a altura atingida pela enxurrada no local. Essa é a característica que mais causa “choque, espanto, revolta”(sic) na fotografia, de acordo com a moradora. A linha de lama, portanto, caracteriza-se o *punctum*. Ao chão, estão balcões de cozinha feitos em MDF. Inclusive, existiam dois balcões aéreos que caíram devido à altura atingida pela água, uma geladeira, uma impressora, um fogão, todos encharcados de lama e água. As paredes da cozinha são de azulejos brancos, existem dois acessos à iluminação natural na parede traseira, assim como utensílios domésticos pendurados na parede traseira.

Percebe-se, a partir do relato dos moradores, que a casa foi pensada em satisfazer as necessidades da família, incluindo o trabalho da filha, a proximidade da casa à escola da filha, assim como facilidade em relação a empregos e meios de transporte. Os moradores evidenciaram com frequência a proximidade da casa à Lagoa da Conceição, o que possibilita uma paisagem restauradora, agrega valor às suas moradias, viabiliza a utilização do mar para a pesca e esportes. A partir disso, percebe-se que as informações relatadas pelos moradores focaram no julgamento e avaliação do lugar em relação à satisfação de suas necessidades, à disponibilidade de recursos e às condições da moradia para a realização das atividades desejadas pelos moradores.

Os moradores esclareceram que após o ressarcimento, todos os móveis, eletrodomésticos e a própria estrutura de algumas casas foi reconstruída, retomando a funcionalidade daquelas habitações. Entretanto, os moradores evidenciaram que a Lagoa da Conceição não foi mais utilizada pela comunidade atingida devido ao receio de se contaminar enquanto banhistas e consumidores de animais marinhos. As evidências científicas apresentadas na nota técnica n. 04/PES/2023 do Programa Ecoando Sustentabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina alertam a comunidade de que a urbanização, a falta de tratamento adequado de esgoto e outras intervenções humanas na bacia hidrográfica da Lagoa da Conceição estão causando a perda do patrimônio natural, cultural e econômico da Ilha de Santa Catarina. A entrada massiva de água e lama com nutrientes, matéria orgânica e poluentes em um ambiente já comprometido resultou em um processo de hipereutrofização, causando uma crise distrófica e alterando o regime ecológico do ecossistema. A magnitude, extensão e intensidade do evento provocaram o terceiro período de mudanças no funcionamento do ecossistema da Lagoa da Conceição em 40 anos. O deságue de material da LEI-ETELC/CASAN na Lagoa resultou na expansão imediata da zona morta (com concentração de oxigênio inferior a $2 \text{ mg} \cdot \text{L}^{-1}$), sucessivas florações de algas que mudaram a cor da lagoa, mortalidade generalizada de organismos aquáticos e a introdução de uma microalga nociva (*F. japônica*).

Para além dos recursos disponíveis, a participante P6 destaca que “estou em uma casa muito mais bonita esteticamente e funcional, mas se eu pudesse, gostaria de ter a antiga. Não a vejo mais como um lar. Não consigo mais morar aqui, agora sinto medo”(sic). Essa fala deixa explícito o valor atribuído a casa estava no simbolismo, na história, experiências sociais e memórias construídas em volta do lugar em detrimento do aspecto funcional do lugar. Percebe-se que, no caso da participante P6, a ocorrência do desastre modificou a sua percepção de segurança e, conseqüentemente, a sua vontade de desocupação desse lugar. Outra narrativa da participante deixa evidente que o lugar reconstruído não possui o mesmo significado de antes do desastre: “nós contratamos engenheiro e arquiteto...agora conta com uma biblioteca, com muita iluminação natural na cozinha, fizemos ela como sempre queríamos. Mas fizemos ela aqui, não é mais a mesma coisa”(sic). Quando a moradora descreve “mas fizemos ela aqui”(sic), evidencia-se que houve uma brutal ruptura antes e depois do desastre. A nova habitação pode ser uma versão melhorada nos aspectos estéticos e funcionais, mas a percepção ambiental foi alterada. Compreende-se a percepção ambiental, de acordo com Ittelson (1978), como o

modo de uma pessoa vivenciar os aspectos ambientais do seu entorno, além dos aspectos físicos, psicossociais, socioculturais e históricos. A partir da análise do mesmo autor, percepção ambiental se trata do significado e experiência de uma pessoa imersa dentro de um sistema (“pessoa-no-ambiente”) de interações sócio-físicas. Essa experiência obtida da inter-relação pessoa-ambiente pode ser similar entre pessoas que compartilham o mesmo lugar ou experiências nesse lugar, embora nunca igual (Ittelson, 1978). Portanto, pode-se inferir que o apego temporal e simbólico dessa participante foi superior ao funcional, dito que, posteriormente à reconstrução, a residência obteve funcionalidade e estética qualificada se comparada com a antiga.

Um unânime dentre os participantes se tornou o sentimento de medo posteriormente ao desastre e retorno às suas habitações. A participante P7 destaca que, para se tranquilizar, solicitou ao marido, profissional da engenharia civil, a avaliação da nova estrutura construída pela CASAN em torno da lagoa de evapoinfiltração. Mesmo após a avaliação positiva de seu marido em relação à estrutura construída, a participante deseja desocupar o lugar em breve. Martín, Hernández e Ruiz (2006) destacam que ambientes que oferecem riscos e insegurança à população podem aumentar o desejo de mudança de localidade. Além disso, P4 acrescenta que “sempre que chove não conseguimos dormir porque morremos de medo”(sic). De acordo com os participantes, esses sentimentos são mais prevalentes durante a noite e em períodos de chuvas, quando as lembranças do desastre ressurgem, causando inquietação, insônia, preocupação e desespero nos moradores. Conforme observado por Saile (1985), mesmo quando a interação com o ambiente habitacional evoca um sentimento de lar, essa experiência nem sempre é positiva, podendo trazer à tona lembranças desagradáveis, aquelas associadas ao desastre.

Categoria 02. Apego Simbólico

Essa categoria comporta as fotografias que indicaram elementos simbólicos vinculados ao apego que os participantes possuem ao lugar. De acordo com Giuliani (2004), a consistência do apego está intrinsecamente ligada ao significado do local e aos elementos essenciais para a identidade do sujeito, como evidenciado neste estudo sobre a aquisição da própria residência. Nessa direção, destacaram-se os esforços físicos, mentais e financeiros despendidos para alcançar o objetivo de ter um lar. No tocante a isso, as participantes P1 e P2 revelaram que conquistar a casa própria, assim como todos os

pertences que organizavam e compunham o ambiente, configurou o primeiro e maior sonho de suas famílias. Do mesmo modo, P3 destacou que a casa em que reside possui um significado emocional por ser projetada, construída e desejada por sua falecida mãe. O morador recorda que a casa foi construída gradativamente pela sua mãe. Porém, devido ao câncer que a acometeu, sua mãe foi impossibilitada de finalizar a obra. Após o falecimento da mãe, o morador finalizou a construção da casa, concretizando o sonho da mãe compartilhado com ele. O participante narra sentir orgulho ao vislumbrar a casa e ver que conseguiu finalizar a obra e o sonho de sua mãe.

A moradora P1 optou pela Figura 10 enquanto fotografia que melhor representa o desastre socioambiental de acordo com a sua concepção. A fotografia apresenta uma réplica de Nossa Senhora Aparecida a partir de uma concepção católica em um altar de pedras, ao lado de uma imagem de menor tamanho de Nossa Senhora de Lourdes, logo disposta a frente uma tampa de vidro de conserva com uma vela derretida, um maço de flores artificiais na cor dourada, a frente um espaço para depositar água. A descrição da imagem, de acordo com a participante:

Sou católica, devota à Nossa Senhora de Aparecida e de Lourdes. Naquele dia, pensei que fosse morrer. A única preocupação era com a nossa família. A única coisa que não perdemos foi a estrutura da casa, que continuou boa de acordo com a avaliação do engenheiro e tinha uma bíblia aqui em cima desse altar, que ficou intacta, sem sujeira. Só pode ter sido realmente um milagre – P1, 58 anos.

A partir dessa descrição e da fotografia, percebe-se que a participante representa o desastre como algo complexo e de alta magnitude, que fez os atingidos dependerem de um milagre para subsidiar sua sobrevivência. A participante P1 ressaltou com lágrimas nos olhos que a bíblia, mesmo em meio à enxurrada, ficou intacta em cima do altar, assim como as imagens dos outros santos. A participante descreve que a sua fé se fortaleceu mesmo após a ocorrência do desastre, por compreender o desastre como um “renascimento”(sic).

Figura 10.

Imagem de Nossa Senhora Aparecida em um altar de pedras, localizado aos fundos da residência da participante



Fonte: Ambiente fotografado pela participante no momento da coleta de dados.

Observa-se que a participante buscou fortalecer a sua fé como forma de enfrentamento e superação da situação. Percebe-se que o elemento principal da fotografia é a imagem de Nossa Senhora, à qual P1 possui devoção. A fé foi fortalecida posteriormente à sobrevivência ao desastre, pois de acordo com P1, “foi um milagre”(sic). Essa associação de sobrevivência com uma figura divina demonstra que a resiliência da participante foi um elemento crucial para a sua recuperação. De acordo com Walsh (1998), o conceito de resiliência transcende a mera capacidade de enfrentamento e engloba a aprendizagem advinda de crises passadas, a integração dessas experiências em âmbitos pessoais, familiares e sociais, e a subsequente contribuição desse aprendizado para a comunidade. Ao entender a resiliência como um processo, presume-se a existência de fatores, mecanismos e variáveis que influenciam e moldam esse desenvolvimento. Esses elementos são categorizados como fatores de risco e de proteção. Além disso, nota-se a presença da religiosidade, evidenciando a necessidade humana de crer em algo superior, sustentando a convicção de que “foi Deus quem nos salvou”(sic).

O *punctum* da fotografia pode ser observado a partir da sua devoção e fé. No centro da imagem está a imagem de Nossa Senhora, em um altar feito de pedras pelos próprios moradores daquela residência. Portanto, não é apenas um altar, foi algo construído pelos moradores para comportar símbolos de fé e esperança. Percebe-se o detalhe: a tampa de vidro de conserva contendo a cera de uma vela, que possivelmente, foi queimada na intenção de dedicá-la à Santa. Como visto, o *punctum* possui o poder de tocar profundamente o espectador. É o detalhe que se destaca da cena, como uma flecha. São as peculiaridades, os detalhes, que emocionam o espectador (Barthes, 1984).

De acordo com Souza (2011) os fatores de risco são circunstâncias, características individuais ou eventos estressantes que predisõem indivíduos, famílias ou comunidades a crises e desestruturações, ao mesmo tempo, os desafiam a enfrentar tais adversidades. São nesses momentos que a resiliência pode se manifestar. Por outro lado, os fatores de proteção são facilitadores potenciais no enfrentamento desses desafios, representando atributos pessoais, laços sociais e contextos que promovem a resiliência. Os mecanismos mediadores são variáveis que influenciam a intensidade, duração e interpretação dos fatores de risco e proteção. Entre eles estão a idade, questões de gênero, estágio de desenvolvimento humano, ciclo de vida familiar, contexto sociocultural, crenças e valores, momento histórico e disponibilidade de recursos. É importante ressaltar que um mesmo evento estressante pode ter impactos diferentes para indivíduos distintos, em momentos diferentes de suas vidas.

A Figura 11 expressa a fotografia escolhida pela participante P2 que melhor explica a sua representação sobre o desastre. Em relação ao *studium*, a imagem apresenta um álbum de fotografias com marcas que denotam desgaste devido ao tempo, ferrugens, manchas escuras que contornam o álbum, uma imagem em desenho de um bebê de olhos azuis e escritos em tons de dourado/amarronzado ensinando como usar o álbum adequadamente. Aos fundos da imagem, apresenta-se o que parece ser um muro branco e amarelo com marcas que evidenciam o tempo; assim como se percebe que a participante segura o álbum com a mão esquerda enquanto, provavelmente, retira a fotografia com a mão direita. A atingida descreve a imagem como “a única coisa que pensei em salvar: minha família, alguns documentos e as lembranças eternizadas em fotografias”(sic). Barthes (1984) evidencia que as fotografias registram momentos especiais, com pessoas importantes. Da mesma forma que as fotografias servem para registrar momentos, o valor delas está no impedimento de esquecer de momentos. Além dela, os participantes P3, P5

e P6 também salvaram fotografias assim que perceberam que um desastre estava acontecendo.

Figura 11.

Imagem de um álbum de fotografias danificado que foi retirado dos escombros



Fonte: Ambiente fotografado pela participante no momento da coleta de dados.

Além das fotografias que gravam momentos, os atingidos perderam seus documentos pessoais, escrituras de suas residências, cartas escritas à mão, objetos eletrodomésticos que ganharam de entes queridos, o brinquedo favorito do filho, a roupa favorita, o vestido de casamento, o primeiro macacão da filha recém-nascida. Isso indica que, mesmo com o ressarcimento dos prejuízos financeiros, os objetos antigos, a casa antiga, a vida antes do desastre era a referência de “casa” para os atingidos. Após a reconstrução, o significado de lugar, a identidade de lugar, assim como a simbologia do lugar e dos elementos que o compõem foram modificados.

O *punctum* da fotografia se encontra na sujeira, nos borrões sugerindo que foi exposto à água e ferrugens, indicando que o álbum sofreu com o desgaste do tempo. Nessa direção, o *punctum* é a própria deterioração da fotografia enquanto um bem precioso para

a atingida, a ponto de salvá-la primordialmente. Dito isso, a fotografia registra algo que, sem ela, jamais poderia ser testemunhado novamente. Nessa perspectiva, tem-se cada fotografia como algo que nunca mais poderá ser vivenciado e capturado novamente daquela mesma forma, aproveitando sua capacidade instantânea, a foto congela um momento fugaz em seu instante crucial (Barthes, 1984).

A imagem fotografada, de acordo com a participante, denota que o desastre não apenas prejudicou a estrutura de sua residência, como prejudicou as memórias, a funcionalidade do lugar, a afetividade que circunda a permanência na Lagoa da Conceição. Ainda de acordo com a descrição da P2, o desastre modificou a sua individual representação sobre o lugar, de modo a transformar afeto em medo; aproximação em desocupação. A participante indica que, após o desastre, a sua família possui o desejo de desocupar a casa, que, por sua vez, era o sonho concretizado da família. Portanto, percebe-se que as representações do lugar foram transformadas abruptamente pós-desastre.

A Figura 12 expressa uma imagem com cerca de cinco bombeiros sobre um bote salva-vidas resgatando um dos moradores no dia do desastre. Na imagem, percebe-se uma água escura, preta, praticamente cobrindo o cercado do terreno. Abaixo, existe um automóvel submergindo em meio a água escura, algumas árvores e, ao fundo, a estrutura de outras residências. A imagem foi escolhida pelo participante P3, pois, de acordo com sua descrição:

Eu estava dormindo. Escutei um barulho imenso, como de pedras se chocando umas nas outras. Corri ver o meu filho e já vi uma onda gigantesca se aproximando. Consegui salvar o meu cachorro, meu filho e algumas fotos. Subimos no ponto mais alto da casa, tudo muito rápido, questões de segundos. Lá, no telhado, ouvia meu vizinho que estava acamado gritar pedindo socorro. Foram mais de 3h ouvindo ele gritar, nervoso, irritado, pedindo por ajuda. Fiquei mais desesperado ainda, mas não podia ir lá, não sabia o que tinha em baixo e os vizinhos gritavam para que eu não fosse, era perigoso. Essa imagem foi o momento em que ele foi resgatado, foi um alívio – P3, 45 anos.

Figura 12.

Imagem dos bombeiros resgatando os atingidos que estavam sobre os telhados de suas residências



Fonte: Ambiente fotografado pelo participante no momento do desastre.

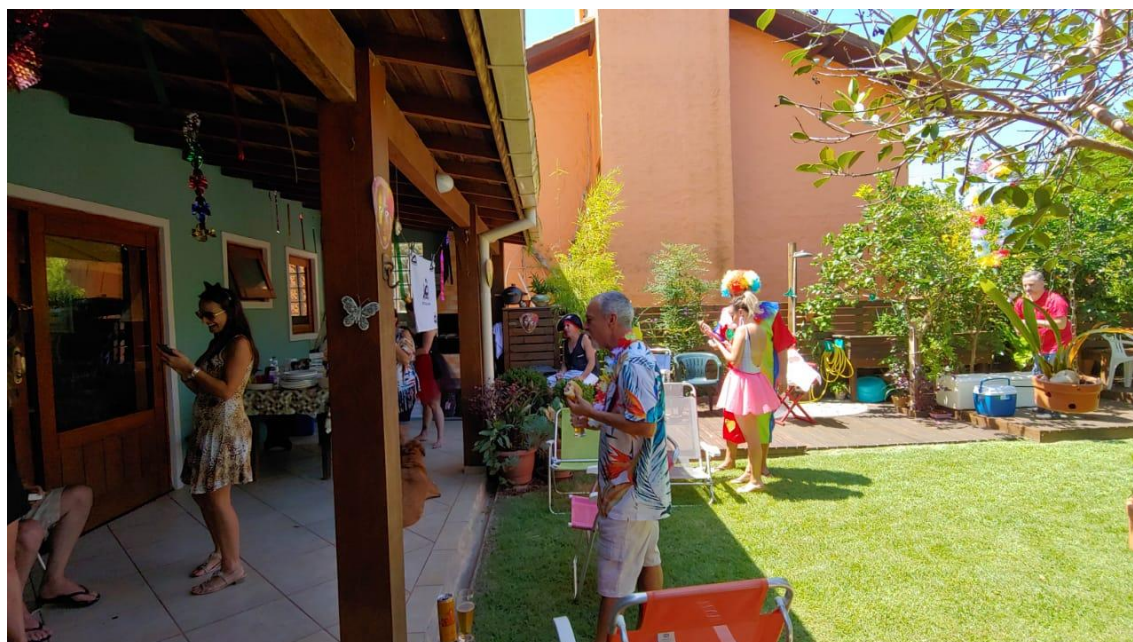
Novamente o morador atingido ressalta que a família, animais de estimação e fotografias foram as primeiras coisas a serem salvas no desastre, demonstrando maior importância. De acordo com Tuan (1983), o espaço adquire a condição de lugar quando é reconhecido e atribuído valor por aqueles que habitam nele. Tuan (1983) ressalta que os ambientes residenciais se destacam entre todos os lugares de convivência humana por sua singularidade e riqueza incomparáveis. Atribuir valor a esses ambientes é conferir-lhes significado. Essa atribuição de significados é reconhecida como um dos processos fundamentais do apego ao lugar (Giuliani, 2004).

A atingida P5 escolheu duas imagens para representar o desastre, de acordo com a sua perspectiva (Figura 13 e 14). Para ela, as fotografias que melhor representam o desastre são aquelas que demonstram o “estrigo”(sic), ou seja, a fotografia do antes *versus* o depois do desastre. A descrição denotativa da primeira imagem (Figura 13) escolhida pela atingida sugere que existem cerca de oito pessoas deslocadas em um jardim

residencial em clima festivo, sorridentes, trajados com roupas de festas; algumas delas estão sob uma varanda e outras estão no jardim, pisando no gramado. A casa é de alvenaria mista com madeira; a varanda é extensa por todo o comprimento da casa; a pintura da casa é azul-celeste e as vistas das portas e janelas em branco. O jardim possui diversas árvores frutíferas e plantas; ao fundo pode-se observar um *deck* de madeira com muitas plantas ao redor. O cercado que cobre a residência também é de madeira. É possível observar aos fundos uma parte da casa do vizinho da atingida, uma casa de alvenaria na cor laranja.

Figura 13.

Imagem do jardim da participante antes da ocorrência do desastre



Fonte: Ambiente fotografado pela participante.

A atingida demonstra ainda que a forma como o lugar era utilizado pelas pessoas que ali residiam, os eventos, assim como a função que o lugar possuía, foram elementos importantes para a constituição de memórias afetivas com o lugar e desenvolvimento do apego ao lugar. Percebe-se que a atingida escolhe uma fotografia que consegue captar as três dimensões do apego ao lugar (funcional, simbólica e temporal). Em relação à dimensão funcional, o apego da atingida demonstra ser resultante da percepção das necessidades que o lugar satisfaz, sendo mais cognitivo do que emocional. No que tange à dimensão simbólica, o apego da atingida demonstra ser influenciado pelos significados atribuídos ao lugar, como emocionalmente significativo e fonte de identidade. Sobre a

dimensão temporal, o apego da atingida demonstra ter sido fruto de uma inter-relação pessoa-ambiente ao longo do tempo, manifestando-se como uma forte ligação emocional com o lugar (Alves, Kuhnen, & Battinson, 2015; Felipe & Kuhnen, 2012).

As declarações dos participantes ressaltaram a importância de possuir um lar, e não apenas uma casa, conforme enfatizado por Dovey (1985) ao definir os conceitos de casa e lar. Segundo o autor, e conforme observado neste estudo, enquanto a casa é predominantemente vista como um objeto, uma parte do ambiente físico, o lar é compreendido como um local investido de significado emocional e como uma relação entre as pessoas e o ambiente, envolvendo laços significativos entre os residentes e suas habitações. Esses laços desempenham um papel crucial na regulação emocional, na definição e na qualificação da identidade pessoal daqueles que ocupam esse espaço. Os aspectos simbólicos associados contribuem para a permanência na residência e para o retorno a ela mesmo após adversidades como desastres. Enquanto a casa pode ser reconstruída, a destruição do sonho de lar é um processo mais complexo, envolvendo mecanismos cognitivos que parecem separar as questões que demandam avaliação objetiva daquelas de natureza afetiva. Dessa forma, esse lugar torna-se um componente essencial na formação da identidade daqueles que nele habitam.

Ao longo do tempo, as memórias afetivas vão se formando, e é crucial cuidar do sentimento de pertencimento para evitar que os moradores se sintam fora de lugar em suas casas. Investigar o repertório dos residentes envolve revisitar o passado, as experiências vividas, as memórias, os hábitos e a cultura, todos esses elementos contribuindo para a construção da relação deles com o lar (Nora, 1993). Conforme Silva e Faulhaber (2020) destacam, as memórias afetivas assumem o papel de representações que transcendem a imagem e o texto, incorporando outras percepções sensoriais, como o olfato e o paladar. Essas memórias podem evocar sabores e aromas, exigindo um esforço de recordação pessoal e aprendizado para recuperá-las, tornando-as passíveis de representação e compartilhamento.

Ferreira (2022) discorre sobre a dimensão subjetiva inerente à experiência de habitar uma residência. Ele examina a moradia não apenas como um espaço físico, mas como um repositório de afetos, memórias e recordações. Ao referir-se à ideia da morada que residimos em nossas lembranças, salienta que esta constitui, primordialmente, uma construção da subjetividade individual, do mundo afetivo pessoal, bem como dos sonhos e fantasias individuais. Sob tal perspectiva, a casa se configura como uma entidade

tangível, permeada por cores, texturas, aromas e objetos que refletem nossa experiência afetiva e emocional (Ferreira, 2022).

Como dito, a atingida P5 também escolheu a Figura 14 para demonstrar o que o desastre representa para ela. A Figura 14 é uma captura fotográfica do seu jardim, o mesmo da Figura 13, porém na manhã que sucedeu o desastre. De uma fotografia coberta por cores e felicidade, vê-se um cenário catastrófico e desconstruído pela lama. Descreve-se a imagem como uma área coberta por uma lama de cor escura, amarronzada. É possível observar vestígios ambientais de um desastre porque os vasos, plantas e arranjo ambiental estão todos modificados – se comparado com a imagem anterior – devido à lama que cobre todo o espaço. Existem vasos de cerâmica caídos pelo chão sem plantas e outros ainda com plantas, embora pareçam sujas de barro e machucadas. Além disso, existem objetos não identificados, embalagens e uma garrafa de vidro ao fundo, demonstrando o lixo que deve ter sido arrastado pela enxurrada. Aos fundos da imagem é possível observar uma pessoa com camisa vermelha, bermuda preta com listras brancas e uma bota de borracha, provavelmente para conseguir caminhar sobre a lama sem causar ferimentos.

Figura 14.

Imagem do jardim da participante após a ocorrência do desastre



Fonte: Ambiente fotografado pela participante após o desastre.

A atingida ressalta o processo de reconfiguração do lugar na escolha das fotografias como sua representação do desastre. Ao analisar as avaliações da atingida,

observa-se que ela expressará mais críticas negativas do que elogios em relação ao local, mesmo após a sua reconstrução, devido ao impacto causado pelo desastre em sua vida. No que concerne à moradia, mais uma vez, traz consigo a importância de toda uma história, memórias afetivas, significado e identidade. A moradia é universalmente reconhecida como uma necessidade fundamental. Em todas as situações de desastre, a perda de moradias emerge como a segunda maior preocupação, imediatamente após a perda de vidas. Constitui-se como o componente mais significativo de todas as perdas, tanto em termos de valor econômico quanto em relação aos pertences danificados pelos desastres (Felippe & Kuhnen, 2012). Em um contexto pós-desastre, há necessidades concretas de apoio à reconstrução das moradias (Leersum & Arora, 2011). Segundo Schilderman (2010), a reconstrução de residências e comunidades inteiras afetadas por desastres não se desenrola em um vácuo, mas sim em um contexto marcado por desenvolvimentos prévios ao desastre, nos quais políticas, estratégias, regras e costumes estabelecidos exercem uma influência específica. Nesse sentido, construir uma casa difere de reconstruir uma casa.

Portanto, pode-se caracterizar que a atingida interiorizou o evento traumático – e todo o subsequente do desastre – a própria noção de apego ao lugar, de forma a modificar o seu significado de lugar *a priori* construído. Dessa forma, o lugar que antes significava algo importante, valioso e um componente importante nas memórias afetivas familiares, agora, é “*só uma casa*”(sic). O apego ao ambiente, semelhante aos laços afetivos entre pessoas (Ainsworth, 1989), é definido por um vínculo duradouro entre o indivíduo e o lugar, em que este último adquire importância devido à sua singularidade. Esse apego se expressa pelo desejo de proximidade com o local, pela sensação de segurança e conforto ao estar nele, e pelo sofrimento causado pela separação (Giuliani, 2004).

A atingida P6 escolheu uma fotografia capturada de uma exposição artística realizada pela comunidade de atingidos na Lagoa da Conceição em ato simbólico na data em que completou um ano do desastre. Na imagem (Figura 15) é possível observar no centro da imagem um vaso sanitário, depositado à beira da Lagoa da Conceição, onde desembocou a enxurrada. Logo em cima existe uma caixa azul com o desenho de peixes de caranguejos - representando os animais marinhos mortos, assim como a zona morta que se formou após o desastre na Lagoa da Conceição – assim como uma caixa laranja com o escrito “SOS” em maiúsculo e preto; acima das caixas, como um bolo de aniversário, foi colocado o número ‘1’ na cor amarela, para representar o aniversário de

um ano do desastre. Logo disposto atrás do vaso sanitário, existem três placas com estacas firmadas na praia, com os respectivos dizeres: “descaso lagoa”; “1 ano de lama e luta”; “nossas vidas importam”; “muito blá blá blá, pouca ação”.

Figura 15.

Vaso sanitário exposto na Lagoa da Conceição



Fonte: Ambiente fotografado pela participante da pesquisa.

De acordo com a atingida P6, o vaso sanitário representa o conteúdo despejado na lagoa de evapoinfiltração que rompeu e inundou as casas da rua servidão Manoel Luiz Duarte. O rompimento da lagoa causou o despejo de mais de 130 milhões de litros de matéria orgânica. Já a disposição dos objetos indica a “comemoração” de um ano do evento traumático em forma de sátiras. Em relação às frases, percebe-se que os moradores atingidos, mesmo após um ano do rompimento, não estavam satisfeitos com as ações da CASAN para a recuperação do desastre. Isso demonstra que a “luta” mencionada em uma

das placas, ainda estava sendo necessária para a recuperação daqueles que perderam seus bens e vida normal.

De acordo com a atingida P6, “a gente ainda tem cicatrizes do trauma vivido e precisou que a gente elaborasse o trauma junto com a tentativa de seguir em frente”(sic). Percebe-se que o “seguir em frente” implicou deixar de lado, ao menos temporariamente, os impactos emocionais pós-desastre para reconstruir a moradia primariamente. Assim, fica implícito que a atingida, assim como os demais atingidos, não possuíram um tempo para reagir adequadamente ao que sofreram, necessitando imediatamente de uma resposta racional para retomarem suas vidas e cotidianos comuns. Nessa direção, as famílias não apenas perderam suas residências, mas também foram privadas das necessidades psicológicas que estas supriam, tais como segurança, intimidade e dignidade. Diante do cenário de perdas enfrentado pela comunidade, torna-se crucial ressaltar o papel do psicólogo, que desempenha um acompanhamento do processo de luto decorrente dessas perdas, visando sua elaboração de maneira adaptativa (Silva & Faulhaber, 2020).

A atingida P7 optou por uma fotografia de uma réplica do bicho de pelúcia favorito de sua filha (Figura 16), capturada na coleta de dados. A fotografia foi capturada sobre uma coberta com estampa infantil, com pássaros, plantas e gaiolas. No centro da imagem está um urso de pelúcia na cor bege claro. O bicho de pelúcia original foi perdido no desastre. A atingida tentou recuperá-lo, pois sua filha estava chorosa e suplicava pelo bicho de pelúcia por ser o seu favorito. A atingida relatou, enquanto retirava a fotografia, que uma pessoa da comunidade se comoveu com a criança pedindo pelo bicho, perdido em meio a lama, e fez a réplica de acordo com os relatos da atingida. A atingida destacou que “comprar móveis, eletrodomésticos e objetos novos não substituem a importância e as memórias que os objetos antigos tinham”(sic). A atingida acredita que equipes da CASAN realizavam o descarte do objeto, pois essas equipes de limpeza puderam entrar nas casas em momentos em que os atingidos ainda não podiam retornar para as residências. A atingida acrescenta que:

Compramos objetos, eletrodomésticos, tudo novo a partir do inventário descritivo feito para a empresa. Mas esse não foi o sofá que ganhei do meu pai, em couro legítimo, madeira de verdade. Ele sentou naquele sofá. Tenho uma foto de todos sentados no sofá. Agora é só mais um sofá que você encontra em qualquer loja de departamento. Esse urso de pelúcia, é um pouco diferente. Ganhei de uma pessoa de bom coração que se comoveu com a minha filha e vendo a gente procurar na lama. Mas, não é o urso dela, é uma réplica. Agora é tudo parecido, mas não igual. É tudo bom, mas não como era. Não sei explicar. Preferiria tudo como estava, do jeito que era antes - P7, 36 anos.

Figura 16.

Imagem de uma réplica do urso de pelúcia favorito do filho da participante



Fonte: Ambiente fotografado pela participante no momento da coleta de dados.

Como é possível perceber na descrição da participante, existe uma ruptura (“como era antes”) na realidade, no mundo presumido, no vínculo afetivo com o lugar, com aquilo que compõe o lugar, com a identidade desses sujeitos. O “antes” se refere a vida antes do desastre. A vida antes daquilo que iria modificar o depois. Percebe-se ainda que a partir do momento em que as pessoas utilizavam do ambiente para sanar suas necessidades fisiológicas, também possuíam em seu enredo, objetos que compunham história, afetos e memórias de entes queridos. O que atribui valor aos objetos, de acordo com a narrativa acima, portanto, trata-se do que o objeto significava para aquelas pessoas. Observa-se que o material em que o sofá era feito foi evidenciado, de forma a validar a sua qualidade (“couro legítimo, madeira de verdade”). Porém, é evidente que maiores detalhes foram atribuídos a “quem” presenteou-a com o sofá, a história por trás desse objeto que compunha o ambiente. Dessa forma, percebe-se que o arranjo espacial e os objetos existentes nos ambientes demonstram aspectos da personalidade de quem reside nesse

ambiente. Dessa forma, as pessoas interagem com o ambiente personalizando-o da sua maneira, de maneira a escolher as cores, decorações, objetos e o layout do ambiente (Cavalcante & Elali, 2017).

No processo simbólico, são levados em conta os significados que as pessoas atribuem aos lugares, os quais têm origens tanto individuais quanto socioculturais e desempenham um papel intermediário na relação entre pessoa e ambiente (Scannell & Gifford, 2010). Esse processo ocorre através da importância simbólica de um lugar, que serve como um reservatório de emoções e relacionamentos, conferindo sentido e propósito à vida daqueles que o frequentam. O tempo de ligação não é crucial nesse contexto, e a estabilidade do vínculo emocional depende da relação entre o significado atribuído ao lugar e os elementos significativos para a identidade no momento da ligação (Morgan, 2010; Giuliani, 2004).

Categoria 03. Apego Temporal

A Figura 17 expressa a imagem escolhida pelo participante P4. Trata-se de uma imagem capturada de forma aérea por meio de um drone, registrando completamente a área afetada. Na imagem fotográfica é possível vislumbrar residências à direita e à esquerda; vegetação principalmente aos fundos e nas extremidades; no centro, é possível analisar a parte principal afetada pela enxurrada, com vestígios ambientais de passagem de água em grande quantidade em meio às casas até desembocar na Lagoa da Conceição; às margens da Lagoa da Conceição existem pessoas que parecem estar observando os estragos causados pelo desastre.

Figura 17.

Imagem aérea de toda a área afetada pelo desastre



Fonte: NDmais, 2021.

De acordo com o participante, essa imagem melhor representa o desastre por remeter ao caos e transtorno que todos sofreram naquela fatídica madrugada de segunda-feira. Quando questionado “existe alguma imagem, cenário, ambiente, que para você, represente melhor esse desastre? Se sim, o que?”, a resposta de P4 foi: “meus vizinhos saindo de suas casas a nado, no meio de bostas, uns nos telhados, outros em árvores...choro, desespero e medo”(sic). Percebe-se que o atingido não apenas representou o desastre a partir dos impactos que sofreu, mas a partir dos impactos que o lugar e toda a comunidade sofreram.

Por meio das narrativas de P4, fica perceptível que o apego foi modificado diante da reconfiguração que o lugar sofreu pós-desastre. O vínculo do participante P4 estabelecido com o lugar estava ligado ao apego simbólico e temporal, pois, segundo o atingido: “minha bisavó foi uma das primeiras moradoras da rua, sempre tive um vínculo com a rua, desde que nasci”(sic). Observa-se que existe o processo temporal do apego quando o participante menciona que a bisavó foi uma das primeiras moradoras e pelo seu desenvolvimento desde o nascimento nesse lugar; ao mesmo tempo, ao mencionar a bisavó, o participante concomitantemente descreve um vínculo simbólico, uma familiaridade, identidade e significado com o lugar. Trata-se, portanto, não apenas de uma

casa, mas da casa em que o participante nasceu, se desenvolveu, construiu memórias, vínculos afetivos com seus familiares e é símbolo de identificação.

O processo temporal surge de uma longa proximidade com o lugar. Sua característica principal é o vínculo afetivo positivo entre uma pessoa e um lugar, especificamente uma forte inclinação da pessoa para manter a proximidade com esse lugar (Hidalgo & Hernandez, 2001; Pacheco & Bomfim, 2021). Por conseguinte, sua natureza é mais emocional do que cognitiva, resultando em sofrimento pela separação e dificuldade de substituir um vínculo afetivo por outro (Giuliani, 2004), o que contribui para o desenvolvimento da identidade tanto individual, quanto comunitária.

A atingida P5 deixa explícito que o processo temporal e simbólico que estabeleceu com o lugar foi superior à importância do funcional. A participante menciona que:

Minha casa reconstruída ficou até mais bonita e funcional que a antiga. A casa tem bastante iluminação natural, fizemos o projeto com um arquiteto como nós queríamos. Mas a antiga eu ajudei a construir, foi o lugar que vi meus filhos brincando, se desenvolvendo, o lugar que recebi minha família diversas vezes, que nos reuníamos em grupo no jardim, foi a casa dos meus sonhos, o jardim que eu plantei, tudo nós que fizemos. Agora eu sinto que é só uma casa. A qualquer oportunidade, eu vendo essa casa. Não me sinto mais segura aqui – P5, 59 anos.

Observa-se que, apesar da estética agradável e da funcionalidade, o lugar não traz consigo as memórias afetivas. No mesmo contexto, Bomfim (2010) destaca que a afetividade na Psicologia Ambiental e Social representa o encontro entre os indivíduos e o ambiente urbano. Assim, a interação com o espaço não se resume apenas à presença física, mas sobretudo à interpretação e à apropriação desse espaço, conferindo-lhe uma dimensão de lugar, intrinsecamente vinculada às relações. A conexão com o ambiente físico não é dissociada de uma compreensão ético-política dos afetos, o que permite compreender como as pessoas se vinculam aos lugares de sua história, interagem uns com os outros e influenciam sua realidade socioespacial. Assim, a afetividade emerge como um ponto de convergência entre o social e o psicológico, uma vez que, ao mesmo tempo, impulsiona a capacidade de intervenção (aspecto político), também promove o encontro dos indivíduos com sua própria essência e com o coletivo (dimensão ética). Nesse sentido, Bomfim (2010) assume a afetividade enquanto um mediador crucial na ação transformadora entre o ambiente-pessoa.

A atingida P6 também evidencia que uma das maiores perdas que a comunidade obteve com o desastre foi o falecimento de Vera, uma das atingidas que faleceu devido a

complicações da Covid-19 dois meses após a ocorrência do desastre. Vera era uma pessoa ativa na comunidade e seu falecimento causou um impacto neste grupo. A atingida relembra que Vera estava engajada com a reconstrução da rua; participava das reuniões de modo ativo; distribuía lanches para os vizinhos que estavam limpando suas casas; e, de acordo com a P6, Vera era uma pessoa generosa e que se preocupava com o coletivo. Além disso, outros participantes (P1, P2 e P5) evidenciaram que após a ocorrência do desastre, Vera estava fragilizada e vulnerável, o que pode ter agravado a sua situação de saúde. Por conta disso, os atingidos realizaram um memorial em homenagem à Vera por toda a coragem e bondade em suas ações, ilustrado na Figura 18.

Figura 18.

Homenagem em memória de Vera



Fonte: Ambiente fotografado pela participante da pesquisa.

A imagem possui uma cruz na cor preta; nela está escrito “Vera” na cor laranja, na horizontal; e “Presente” na cor branca, na vertical. Ao chão, estão espalhadas rosas-brancas e vasos com flores amarelas. No centro da imagem possui uma fotografia de Vera com uma placa branca escrita “mais amor, por favor”. Aos fundos da imagem é possível vislumbrar um muro feito com pedras, tijolos na cor verde e, acima, o cercado feito de tela. Na tela, foram pendurados retalhos de tecidos coloridos.

Vera era uma moradora de longa data da Lagoa da Conceição. Devido ao tempo de permanência na região, assim como aspectos de sua cultura e personalidade, Vera era uma pessoa estimada pela comunidade. A perda de Vera foi uma perda da comunidade inteira. Entender a conexão que o indivíduo estabelece com o lugar implica compreender o processo de apego, as relações sociais estabelecidas e o vínculo que se desenvolve ao longo da vida (Bomfim, Delabrida & Ferreira, 2018). Nesse sentido, a escolha da imagem que evidencia o falecimento de uma das moradoras da lagoa indica que o apego da atingida P6 pelo lugar está estritamente ligado com as relações sociais estabelecidas, pelo sentimento de comunidade e identidades coletivas. Sentimento de comunidade, sentido de comunidade, senso de comunidade e sentido psicológico de comunidade são termos que traduzem o conceito de *Sense of Community*, introduzido por Seymour Sarason (1974). Apesar das diversas possibilidades de tradução, neste artigo, opta-se por utilizar o termo Sentimento de Comunidade, por considerá-lo o mais próximo da definição original do autor, que o descreve como “o sentimento de pertencimento a uma rede de relacionamentos de apoio mútuo, sempre disponível e na qual podemos confiar” (Sarason, 1974, p. 1, tradução nossa). Assim, é visto como um sentimento de pertença a uma rede de relações marcada pela interdependência voluntária e pela reciprocidade.

O processo de luto figura entre as emoções mais intensas que o ser humano pode experimentar. Nenhum indivíduo permanece inalterado após vivenciar tal experiência, e essa transformação é abrangente e profunda, ultrapassando os limites de uma simples vivência dolorosa para adentrar um reino de complexidade que transcende o comum e o suportável. Embora as distinções entre desastres naturais e tecnológicos, ou entre aqueles de origem ambiental e os causados pelo ser humano, sejam consideradas arbitrárias nas definições sobre o tema, o luto desencadeado por desastres apresenta consequências específicas, determinadas pela sua própria natureza. Entre tais repercussões, como um desastre quebra o mundo presumido das pessoas atingidas, exige uma resposta rápida e

forçada perante a perda, acelerando um processo que não é possível de presumir um “tempo” ideal para a sua elaboração (Franco, 2012).

Parkes (1971) definiu o mundo presumido como o único conjunto de realidades que o ser humano efetivamente compreende, abrangendo todo o conhecimento que possui ou presume ter. Esse mundo inclui sua interpretação do passado, suas expectativas em relação ao futuro, seus planos e preconceitos. Qualquer mudança na vida de uma pessoa inevitavelmente implica uma modificação em algum desses aspectos. Portanto, lidar com indivíduos enlutados requer a capacidade de identificar claramente em quais aspectos o mundo presumido foi alterado, quais recursos a pessoa pode empregar para efetuar essa mudança e como ela pode construir um novo significado para si mesma.

O conteúdo narrado “não me sinto mais segura aqui”(sic) indica que o ambiente, que *a priori* desempenhava um papel de base segura, agora, passa a ser um ambiente gerador de incertezas e medo ao relembrar o desastre. Pacheco e Bomfim (2021) afirmam que quando comunidades são removidas, as pessoas não perdem apenas suas residências, mas também sofrem impactos em suas redes sociais, simbólicas e psicológicas. Esse processo, que reflete desigualdade e segregação socioespacial, pode intensificar o sofrimento ético-político, ao expor os indivíduos a experiências de inclusão e exclusão social, caracterizadas por sentimentos de vergonha, humilhação, constrangimento e insegurança quanto à permanência em seus lares. Segundo Gomes e Cavalcanti (2012), alguns processos burocráticos para a retomada da vida comum, assim como o rompimento da lagoa, o trauma, os sentimentos gerados a partir do desastre e todas as suas repercussões, ocasionam o afastamento da pessoa com o lugar na tentativa de não reviver o trauma.

Percebe-se, sobretudo, que a vinculação afetiva das pessoas com o lugar foi modificada após a ocorrência da experiência traumática e dos sentimentos de valência negativos que a atingida sofreu nesse período de reconstrução do lugar. Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983) propuseram que o apego ao lugar ocorre de forma inegável em indivíduos cuja identificação com um local está intrinsecamente ligada a percepções positivas de um ou mais aspectos desse ambiente, que superam em peso as percepções negativas. Esse conceito implica que toda conexão afetiva humana está, de alguma forma, ligada a elementos do ambiente físico. Assim como a teoria do apego (Bowlby, 1979) considerou para as relações interpessoais, reconhece-se a existência de laços emocionais que envolvem a dimensão física do ambiente.

Considerações finais

Tendo por objetivo descrever a vinculação afetiva pessoa-ambiente em suas dimensões funcional, simbólica e temporal, verificou-se, com base nas narrativas e fotografias fornecidas por participantes afetados por um desastre ambiental, que as emoções e experiências vivenciadas em decorrência do desastre foram suficientes para modificar um vínculo afetivo até então concreto e estável. Dessa forma, percebeu-se que os participantes evidenciaram o quanto possuíam vinculação afetiva com o lugar e suas residências, principalmente por ser um ambiente construído simultaneamente ao desenvolvimento de suas famílias, filhos e de si mesmos. Assim, o ambiente mencionado se refere não apenas à casa, mas toda a comunidade e história por detrás dessas residências. São casas que carregam consigo memórias, sonhos, pertences e afetos, revelam preferências e experiências vivenciadas pelos seus membros.

Na dimensão funcional, os participantes expressaram que o apego que possuíam com o lugar foi modificado, mesmo com o ambiente reconstruído com as funcionalidades semelhantes (se não superiores) aquelas anteriores ao desastre. Desse modo, os objetos, eletrodomésticos, bens materiais e aquisições que atribuíam funcionalidade ao lugar, foram adquiridos novamente. Da mesma forma algumas casas precisaram ser reconstruídas parcialmente e outras necessitaram de reconstrução total. A partir do conteúdo narrado, fica explícito que os participantes eram apegados aos bens materiais que possuíam não apenas pela funcionalidade e utilidade, mas pela história de como eles foram conquistados. Assim, as casas foram avaliadas por peritos e foram reconstruídas, de modo a continuar funcional, a sanar as necessidades físicas, assim como proporcionar segurança e proteção. Porém, mesmo após o ambiente ser reconstruído, os participantes acusaram que não se sentem mais seguros no lugar. Essa sensação torna-se compreensível a partir do momento em que ela é contextualizada – as pessoas continuam residindo no mesmo ambiente que foi alvo de um desastre.

Nesse sentido, as descrições das condições das novas habitações reconstruídas ressaltam a importância da funcionalidade e da estética qualificada, embora evidenciem a falta de familiaridade e significado emocional das novas estruturas em comparação com as antigas. Essa dimensão funcional reflete a importância da utilidade prática do ambiente na satisfação das necessidades básicas, mas também destaca a necessidade de reconhecer e honrar as memórias afetivas associadas aos espaços físicos. Pode-se conferir que a

associação entre a dimensão funcional e a simbólica mostrou-se superior em termos de apego pós-desastre.

Na dimensão simbólica, os participantes compartilharam memórias, histórias pessoais e experiências familiares que destacam os significados profundos e as conexões emocionais que eles atribuem aos seus ambientes, residências, objetos, móveis que perderam com o desastre. As descrições dos objetos perdidos, como o urso de pelúcia favorito ou um sofá presenteado pelo pai da participante, revelam como esses objetos são imbuídos de significados. Além disso, as narrativas ressaltam a importância dos espaços físicos como reservatórios de emoções e relações, conferindo sentido e propósito à vida daqueles que os habitam.

Na dimensão temporal, os participantes compartilham histórias que destacam a evolução das conexões emocionais ao longo do tempo. A menção de vínculos familiares estabelecidos ao longo de várias gerações e a perda de lugares que foram testemunhas de momentos importantes na vida das pessoas destacam a importância do tempo na construção das conexões pessoa-ambiente. Além disso, as narrativas destacam como o processo de reconstrução após um desastre pode alterar a natureza dessas conexões ao longo do tempo, transformando lugares antes significativos em meras estruturas físicas.

Em resumo, as narrativas e as fotografias capturadas pelos participantes revelam a complexidade da vinculação afetiva pessoa-ambiente, destacando a interseção entre aspectos funcionais, simbólicos e temporais. Essas histórias destacam a importância de reconhecer e honrar não apenas as perdas materiais, mas as perdas emocionais e simbólicas que resultam de desastres ambientais, e ressaltam a necessidade de considerar o tempo como um elemento crucial na construção e transformação dessas conexões emocionais.

Embora o contexto de ameaças de desapropriação gere impactos negativos na vida dos moradores, como a ruptura da vida comum, dos vínculos comunitários e efeitos na dinâmica psicológica (como a identidade), também foram observadas implicações positivas que podem levar ao desenvolvimento de ações sociais de resistência e enfrentamento das situações de sofrimento. O senso de comunidade, portanto, ao invés de enfraquecer após o desastre, foi fortalecido e é alimentado pelos seus membros. A vivência coletiva do sofrimento e luta por direitos fez com que a própria comunidade tenha desempenhado um papel de rede de apoio uns para com os outros.

Esse estudo possui como limitação a amostra, devido à dificuldade de acessar conteúdos que ainda mobilizam emocionalmente os participantes. Dessa forma, muitos participantes foram resistentes quanto à participação na pesquisa e outros negaram no mesmo instante em que a pesquisadora os abordou. Mesmo adotando uma mediadora da comunidade da confiança dos participantes, eles estavam cansados de relatar e relembrar o acontecido em decorrência da quantidade de entrevistas que forneceram aos repórteres quando o desastre se sucedeu. Nessa direção, indica-se que para futuras pesquisas, além dos cuidados mencionados, os pesquisadores tenham a sensibilidade de não solicitar relatos com detalhamento sobre o dia do desastre para evitar o desenvolvimento do Transtorno do Estresse Pós-Traumático. Além disso, é possível realizar um estudo longitudinal para investigar como as conexões emocionais entre pessoas e seus ambientes mudam a partir do tempo, especialmente durante o processo de recuperação pós-desastre.

Referências

- Ainsworth, M. D. S. (1989). Attachments beyond Infancy. *American Psychologist*, 44, 709-716. doi: 10.1037/0003-066X.44.4.709
- Alves, R. B., Kuhnen, A., & Battiston, M. (2015). “Lar Doce Lar”: Apego ao Lugar em Área de Risco diante de Desastres Naturais. *Psico*, 46(2), 155–164. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2015.2.17484>
- Aragonés, J. I., & Amérigo, M. (2000). Psicología Ambiental. Aspectos conceptuales y metodológicos. In J. I. Aragonés, & M. Amérigo, (Coord.). *Psicologia Ambiental* (p. 23-29). Madrid: Pirámide.
- Bardin L. (2000). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Editora Edições 70.
- Barthes, R. (1984). A câmara clara: nota sobre a fotografia. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barthes, R. (1990). “A mensagem fotográfica”. In Roland, B., O óbvio e o obtuso. Tradução de Lea Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (p. 11-25).
- Bocato, V. R. C., & Fujita, M. S. L. (2006). Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. *Cadernos Biblioteconomia Arquivística e Documentação Cadernos BAD*, 2, 84-100.
- Bomfim, E. M., Freitas, M. F. G., & Campos, R. F. (1992). Fazeres em Psicologia Social. In Conselho Federal de Psicologia. *Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços*. São Paulo: Átomo.
- Bomfim, Z. A. C. (2010). *Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo*. Fortaleza: Edições UFC.
- Bowlby, J. (1997). *Formação e rompimento dos laços afetivos* (3a ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1979)
- Bowlby, J. (2002). *Apego e perda*. São Paulo: Martins Fontes.
- Brasil. (2023). Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. [Em 2023, Cemaden registrou maior número de ocorrências de desastres no Brasil]. <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/01/em-2023-cemaden-registrou-maior-numero-de-ocorrencias-de-desastres-no-brasil>

- Carmo, R. L. do, & Anazawa, T. M. (2014). Mortalidade por desastres no Brasil: o que mostram os dados. *Ciência & Saúde Coletiva [online]*, 19(9), 3669-3681. doi: 10.1590/1413-81232014199.07432014
- Cavalcante, S., & Elali, G. (2017). *Temas básicos em psicologia ambiental*. Petrópolis: Vozes.
- Dalcin, C. R. (2021, 04 de fevereiro). Casan presta esclarecimentos ao MPF sobre desastre ambiental na Lagoa da Conceição. *ND Rádio*.
<https://ndmais.com.br/meio-ambiente/casan-presta-esclarecimentos-ao-mpf-sobre-desastre-ambiental-na-lagoa-da-conceicao/>
- Dovey, K. (1985). Home and homeless. In I. Altman & C. M. Werner (Eds.). *Home environments* (pp. 33-64). New York: Plenum Press.
- Felippe, M. L., & Kuhnen, A. (2012). O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 29(4), 609-617. doi: 10.1590/S0103-166X2012000400015
- Ferreira, D. (2022). Casa D'Itália: 'Sentir-se em casa' – Um ensaio sobre nossos afetos e memórias. *Revista Casa D'Itália, Juiz de Fora*, 3(25). Recuperado de <https://casaditaliajf.com.br/2022/07/25/revista-casaditalia-casa-ditalia-sentir-se-em-casa-um-ensaio-sobre-nossos-afetos-e-memorias/>
- Fontanari, R. (2016). Como ler imagens? A lição de Roland Barthes. *Galaxia (São Paulo, Online)*, (31), 144-155. doi: 10.1590/1982-25542016122392
- Franco, M. H. P. (2012). Crises e desastres: a resposta psicológica diante do luto. *O mundo da saúde*, 36(1), 54-58.
- Giuliani, M. & Feldman, R. (1993). Place attachment in a developmental and cultural context. *Journal of Environmental Psychology*, 13, 267-274.
[http://dx.doi.org/10.1016/S0272-4944\(05\)80179-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0272-4944(05)80179-3)
- Giuliani, M. V. (2003). Theory of attachment and place attachment. In M. Bonnes, T. Lee, & M. Bonaiuto, Psychological theories for environmental issues. Aldershot: Ashgate.
- Giuliani, M. V. (2004). O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In E. T. Tassara, E. P. Rabinovich, & M. C. Guedes, *Psicologia e ambiente* (pp. 89-106). São Paulo: Educ.
- Gomes, E. R. B., & Cavalcante, A. C. S. (2012). Desastres naturais: perdas e reações psicológicas de vítimas de enchente em Teresina – PI. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 720-728. doi: 10.1590/S0102-71822012000300025
- Hidalgo, M. C., & Hernández, B. (2001). Place attachment: Conceptual and empirical questions. *Journal of Environmental Psychology*, 21(3), 273-281. doi: 10.1006/jevp.2001.0221
- Hodecker, M., Bousfield, A. B. S., & Felipe, M. L. (2023). "Recupere a Lagoa": análise barthesiana de imagens pós- desastre na Lagoa da Conceição/SC. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 12, e5054. <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rps.2023. e5054>
- Ittelson, W. H. (1978). Environmental perception and urban experience. *Environment and Behavior*, 10(2), 193-213.
- Kobiyama, M. (2006). *Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos*. Florianópolis: Ed. Organic Trading.
- Koelzer, L. P., & Bousfield, A. B. da S. (2020). Representações Sociais de Desastres Socioambientais na Mídia. *Revista Subjetividades*, 20(2), 1-12. doi: 10.5020/23590777.rs.v20i2.e9193

- Leersum, A., & Arora, S. (2011). *Implementing seismic-resistant technologies in post-earthquake Pakistan: A process analysis of owner driven reconstruction*.
- Martín, A.; Hernández, B.; Ruiz, C. (2006). Influencia de las condiciones ambientales en el apego y la identidad con el bairro. In Martín, R., Berenger, J., & Corraliza, J. A. (Org.). *Medio Ambiente, Bienestar Humano Y Responsabilidad Ecológica*. IX Congreso de Psicología Ambiental, España.
- Melo, R. G. C. de. (1991). Psicologia ambiental: uma nova abordagem da psicologia. *Psicologia USP*, 2(1-2), 85-103. Recuperado em 16 de maio de 2024, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771991000100008&lng=pt&tlng=pt.
- Morgan, P. (2010). Towards a developmental theory of place attachment. *Journal of Environmental Psychology*, 30(1), 11-22.
- Moser, G. (1998). Psicologia Ambiental. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 121-130. doi: 10.1590/S1413-294x1998000100008.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, (10), 7-28.
- Pacheco, F. P., & Bomfim, Z. A. C. (2021). Afetos e implicações psicossociais do viver sob ameaças de desapropriação do espaço. *Psicologia & Sociedade*, 33, e249219. Doi: 10.1590/1807-0310/2021v33249219
- Parkes, C. M. (1971). Psycho-social transition: a field of study. *Soc. Sci. Med*, 5, 101-15.
- Pol, E. (1993). Environmental Psychology in Europe. *From Architectural Psychology to Green Psychology*. Londres: Avebury.
- Pontes, F. A. R., Silva, S. S. da C., Garotti, M., & Magalhães, C. M. C. (2007). Teoria do apego: elementos para uma concepção sistêmica da vinculação humana. *Aletheia*, 26 (jul./dez.), 67-79.
- Proshansky, H. M., Fabian, A. K., & Kaminoff, R. (1983). Place-identity: Physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3(1), 57-83.
- Relph, E. (1976). *Place and placelessness* (Vol. 67, p. 45). London: Pion.
- Reis, R., & Ortega, F. (2021). Perspectivas neurocientíficas para uma teoria do trauma: revisão crítica dos modelos integrativos entre a biologia e a cultura. *Cadernos de Saúde Pública [online]*, 37(8), 1-13. doi: 10.1590/0102-311X00352820.
- Resolução CNS n. 466, de 12 de dezembro de 2012. (2012). Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html
- Saile, D. G. (1985). The Ritual Establishment of Home. In I. Altman & C. M. Werner, *Home Environments*. New York: Plenum Press. http://dx.doi.org/10.1007/978-1-4899-2266-3_4
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa* (5ª ed.). São Paulo: McGraw-Hill.
- Sarason, S. (1974). *The psychological sense of community: Prospects for a community psychology*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Scannell, L., & Gifford, R. (2010). Defining place attachment: A tripartite organizing framework. *Journal of Environmental Psychology*, 30(1), 1-10. doi: 10.1016/j.jenvp.2009.09.006
- Schilderman, T. (2004). Adapting traditional shelter for disaster mitigation and reconstruction: experiences with community-based approaches. Intermediate Technology Development Group/Practical Action.

- Silva, A. F., & Faulhaber, P. (2020). Bento Rodrigues e a memória que a lama não apagou: o despertar para o patrimônio na (re)construção da identidade no contexto pós-desastre. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(1), 1-15. doi: 10.1590/2178-2547-BG0ELDI-2019-0126
- Souza, M. T. S. de. (2011). Resiliência e desastres naturais. *Ciência e Cultura*, 63(3), 4-5. <https://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252011000300002>
- Tuan, Yi-Fu. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.
- Universidade Federal de Santa Catarina. (2023). *Nota técnica n. 04/PES/2023*. Programa Ecoando Sustentabilidade. Ministério da Educação. https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/252880/Diagnostico_Integridade_Ecologica_24_06.pdf
- Walsh, F. *Strengthening family resilience*. The Gilford Press. 1998.
- Williams, D. R., & Vaske, J. J. (2003). The measurement of place attachment: Validity and generalizability of a psychometric approach. *Forest Science*, 49(6), 830-840.

5.3 ARTIGO 3: “UM DESASTRE ANUNCIADO”: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ATINGIDOS PELO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL DA LAGOA DA CONCEIÇÃO/SC

RESUMO: Na manhã do dia 25 de janeiro de 2021, a Lagoa da Conceição foi cenário do maior desastre socioambiental já registrado em Florianópolis/SC. **OBJETIVO:** Visou-se identificar as representações sociais dos moradores atingidos pelo desastre em suas dimensões informacional, atitudinal e campo/imagem. **MÉTODO:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva-exploratória. Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos/técnicas: observação participante; o Diário de Campo; questionário sociodemográfico; e uma entrevista semiestruturada com a associação da técnica *Walk-around-the-block*. Os dados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo Temático-Categorial de Bardin (2016) com auxílio do *software* Atlas/Ti 5.0®. **RESULTADOS:** A partir dos dados, emergiram cinco categorias de análise: 1) Dimensão informacional das representações sociais de desastre socioambiental; 2) Dimensão atitudinal das representações sociais de desastre socioambiental; 3) Dimensão de campo/imagem das representações sociais de desastre socioambiental; e 4) Estratégias para lidar com o estresse pós-desastre. **CONCLUSÃO:** A dimensão informacional demonstrou que os moradores internalizaram o desastre como um evento de grandes proporções, que causa prejuízos integrais à vida dos atingidos e que necessita de reações imediatas. A dimensão atitudinal reflete as emoções de valência negativas, como raiva, medo, ansiedade, e o desejo por distanciamento do local afetado. As *affordances* de satisfação ambiental destacam os recursos locais e laços comunitários. A dimensão de campo/imagem revela a representação do desastre enquanto a imagem de um crime ambiental. As estratégias de enfrentamento incluíram o suporte social, a resolução de problemas, a evitação de fatores estressantes, apoio religioso/espiritual, monitoramento, busca por justiça e experiência do luto. Como sugestão de futuras pesquisas, indica-se explorar como as políticas públicas influenciam e são influenciadas pelas representações sociais dos desastres, com foco em práticas de gestão e recuperação.

Palavras-chave: Representações Sociais; Desastres Socioambientais; Psicologia Social; Teoria das Representações Sociais.

Introdução

Desde os primórdios da humanidade, o homem é um ser social, inserido em uma complexa teia de interações e construções coletivas. Nesse contexto, a forma como os indivíduos interpretam e dão significado ao mundo à sua volta revela-se como um processo fundamental na vida social. Foi com o objetivo de explorar e entender essa dinâmica peculiar do pensamento social que a Teoria das Representações Sociais (TRS) surgiu. A TRS parte do pressuposto de que os indivíduos constroem, através da comunicação e da interação social, um conjunto de saberes partilhados, crenças e valores que influenciam a percepção e a compreensão de seu meio ambiente. Essas construções são as representações sociais, que funcionam como guias cognitivos e sociais, moldando

a forma como os grupos e sociedades interpretam o mundo ao seu redor (Koelzer & Bousfield, 2020).

Uma característica marcante das representações sociais é sua dinamicidade. Elas estão sujeitas a mudanças e transformações ao longo do tempo, conforme novas informações e experiências emergem na sociedade. Então, as representações sociais não são maciças, mas sim, passíveis de sofrerem mudanças. Além disso, a influência de atores sociais, como líderes de opinião, veículos de mídia e instituições, desempenham um papel crucial na disseminação e manutenção dessas representações (Palmonari & Cerrato, 2014).

Serge Moscovici (2003) identificou três dimensões principais das representações sociais: a dimensão de informação, de atitude e a de campo/imagem. Cada dimensão desempenha um papel específico na estruturação e expressão das representações sociais. A dimensão de informação refere-se ao conteúdo cognitivo das representações sociais. Ela envolve a maneira como as informações são organizadas e estruturadas mentalmente na representação. Essa dimensão inclui conceitos, crenças, conhecimentos e ideias sobre um objeto, pessoa ou evento específico, sendo compartilhados e partilhados entre os membros de um grupo social. Os elementos de informação desempenham um papel central na definição do conteúdo e significado da representação, contribuindo para a formação das crenças e valores coletivos. A dimensão de atitude está relacionada com a componente afetiva e valorativa das representações sociais. Além de conter informações sobre um determinado objeto, essa dimensão também incorpora as emoções, os sentimentos e as avaliações subjetivas associadas a esse objeto. As atitudes expressam a postura dos indivíduos e grupos em relação ao objeto representado, podendo ser positivas, negativas ou neutras. Essas atitudes afetivas têm um papel significativo na formação das representações sociais, pois podem influenciar a percepção e a interpretação dos elementos de informação, bem como moldar as reações e comportamentos em relação ao objeto representado. A dimensão de campo/imagem diz respeito às representações mentais e visuais que os indivíduos têm de um objeto ou evento social. As imagens mentais são construções simbólicas e figurativas que complementam as informações e atitudes relacionadas à representação. Essas imagens podem ser baseadas em estereótipos, símbolos culturais ou experiências pessoais, e podem influenciar a percepção e a interpretação da representação de forma poderosa. As imagens desempenham um papel importante na comunicação e na transmissão das representações sociais, uma vez que são

mais facilmente compartilhadas e compreendidas pelos membros de um grupo (Moscovici, 2003).

No contexto dos desastres ambientais, a TRS fornece uma perspectiva relevante para compreender como as sociedades percebem e respondem a esses eventos catastróficos (Polli & Camargo, 2015). Os desastres ambientais têm se tornado uma triste e recorrente realidade em todo o mundo, provocando danos irreparáveis aos ecossistemas, à fauna, à flora e, principalmente, às comunidades humanas (Polli & Kuhnen, 2011). Os desastres ambientais são eventos traumáticos que abalam comunidades inteiras. Ao analisar essas situações através do prisma das representações sociais, percebemos que a percepção das causas, consequências e responsabilidades sobre tais eventos varia significativamente entre diferentes grupos sociais. Enquanto alguns podem considerar a interferência humana como principal culpada, outros atribuem tais ocorrências a forças da natureza ou à sorte (Kuhnen, 2009; Valêncio, 2012).

As representações sociais também moldam a resposta coletiva aos desastres ambientais. Com base em como um evento é percebido e compreendido pela comunidade, diferentes ações são tomadas em termos de prevenção, mitigação e recuperação. Percepções pessimistas podem levar à paralisia social, tornando as pessoas menos propensas a tomar medidas proativas (Spink, 2014). Por outro lado, a conscientização e a compreensão corretas dos riscos podem estimular a cooperação e a solidariedade entre os membros da sociedade. Para lidar efetivamente com os desastres ambientais, torna-se crucial promover a educação e conscientização ambiental que ajudem a moldar representações sociais acuradas sobre questões ecológicas. Ao proporcionar informações precisas e cientificamente embasadas, é possível contribuir para a formação de percepções mais realistas e, conseqüentemente, ações mais eficazes (Villas Bôas, 2004).

O objeto desse estudo será o desastre socioambiental ocorrido na rua Servidão Manoel Luiz Duarte, na praia da Lagoa da Conceição, em Santa Catarina/SC, na manhã do dia 25 de janeiro de 2021. O incidente foi causado pelo deslizamento de um talude natural que ajudava a conter parte do volume da lagoa de evapoinfiltração, que recebe efluentes tratados da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). A água transbordou rapidamente da lagoa, inundando a área urbanizada e causando diversos prejuízos financeiros, materiais e emocionais para os residentes, além da morte de animais de diferentes espécies. Os moradores foram surpreendidos em suas casas por dejetos de esgoto que atingiram cerca de 2 metros de altura, forçando alguns a subir nos telhados

para sobreviver. Idosos, crianças, adultos e animais ficaram expostos aos dejetos fecais e permaneceram por horas na água contaminada, aguardando o resgate dos bombeiros (Hodecker, Bousfield, & Felipe, 2023).

O desastre ocorreu após chuvas intensas na região, registrando a maior precipitação já vista na Lagoa, com 240 mm. No total, as chuvas de janeiro somaram 686 mm, o dobro do estimado para o mês inteiro (Dalcin, 2021; Hodecker et al., 2023). Na ocasião, mais de 145 indivíduos, incluindo proprietários e inquilinos, foram diretamente impactados. Adicionalmente, 79 unidades habitacionais sofreram danos, resultando na morte de 8 animais domésticos e no desaparecimento de 5, que escaparam de suas residências durante o evento e nunca retornaram. Cerca de 15 dessas residências permaneceram inabitáveis até setembro de 2021. Além disso, aproximadamente 30 inquilinos tiveram que se mudar permanentemente devido aos efeitos adversos causados pelo rompimento da lagoa de evapoinfiltração (Hodecker et al., 2023).

Dito isso, esta pesquisa busca identificar as representações sociais acerca de desastres ambientais a partir de uma abordagem dimensional das representações (Moscovici, 1978) – dimensão informacional, atitudinal e de campo/imagem - a partir da perspectiva dos moradores atingidos por uma enxurrada na Lagoa da Conceição. Para tanto, esse estudo discutirá a importância das representações sociais na análise dos desastres ambientais, inclusive como essas percepções moldam as atitudes coletivas e podem influenciar ações preventivas e de resposta frente aos riscos e impactos ambientais.

Método

Delineamento

Trata-se de uma pesquisa que adota uma abordagem qualitativa de caráter descritivo-exploratório que parte de um corte transversal no tempo. Quanto ao tempo, o corte transversal se justifica em decorrência de que os dados foram levantados uma única vez, em um determinado período de tempo (Sampieri, Collado, & Lucio, 2006; Gil, 2008). Quanto ao tipo de delineamento adotado, optou-se pelo estudo de casos múltiplos, pois trata de uma investigação empírica que propõe uma lógica de planejamento, coleta e análise de dados de casos múltiplos (Yin, 2001).

Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

A abordagem multimétodos foi empregada para a coleta de dados. Essa estratégia combina diversas técnicas de pesquisa, permitindo uma investigação mais detalhada da complexidade do fenômeno (Gunther et al., 2004). Para a coleta de dados, utilizou-se a técnica da observação participante (Centrado na transação pessoa-ambiente); Diário de Campo para o registro da observação (Centrado no Ambiente); levantamento de dados mediante questionário sociodemográfico (Centrado na Pessoa); e uma entrevista semiestruturada para investigar as informações, atitudes e imagem que os moradores representam do desastre socioambiental (Centrado na transação pessoa-ambiente) com a associação da técnica *Walk-around-the-block* (Centrado no Ambiente). Como visto, foram utilizados tanto instrumentos centrados no ambiente que visam compreender o ambiente da pesquisa (Diário de Campo e *Walk-around-the-block*) quanto instrumentos mais centrados na pessoa para compreender os moradores desse local (Klein et al., 2018).

O método de observação direta com intervenção explícita escolhido foi a observação participante. Nesse método, os observadores desempenham um papel duplo: observam o comportamento das pessoas e participam ativamente da situação observada. Essa abordagem foi selecionada pela possibilidade de interagir com os moradores e registrar o ambiente através de fotografias (técnica de fotografar o ambiente). O registro narrativo dos fatos, fenômenos, contexto e aspectos relevantes será documentado em um Diário de Campo (Minayo, 2013).

O questionário sociodemográfico foi aplicado para compreender o perfil dos participantes da pesquisa. Já no que concerne à entrevista semiestruturada, foi aplicada associada a técnica *Walk-around-the-block* diante da possibilidade de melhor compreender as representações sociais dos participantes sobre os fenômenos estudados (Abric, 2003). A entrevista semiestruturada contém perguntas que visam investigar a relação da pessoa com o ambiente, assim como as informações, atitudes e imagens que possuem sobre o desastre ocorrido. A técnica associada a entrevista, *Walk-around-the-block*, em português é traduzida para “caminhada pelo local”. A caminhada pelo local foi realizada junto ao participante, explorando a casa atingida pelo desastre ou às ruas. Enquanto se realizava a caminhada, concomitantemente o participante era instigado a relatar suas experiências no local, antes e depois do desastre. A técnica permitiu ilustrar as narrativas dos participantes, fazendo a pesquisadora se aproximar das experiências vividas pelo participante e de sua percepção daquele ambiente. A combinação de diversas

técnicas – como observação direta, questionário, entrevista, fotografias e caminhada pelo local – possibilita uma investigação abrangente das interações pessoa-ambiente. Dessa forma, os elementos relacionados às pessoas e os aspectos do espaço físico são destacados e compreendidos em uma relação recíproca (Klein et al., 2018; Pinheiro & Günther, 2008).

Procedimentos para análise dos dados

Para posteriormente transcrever os resultados, a pesquisadora solicitou ao participante a possibilidade de gravação do áudio das entrevistas. Cada participante será abordado de forma individual. Para tanto, o instrumento possui perguntas para identificar a informação que os participantes possuíam sobre desastres; qual atitude e reações os atingidos tiveram após o desastre; qual a representação visual o desastre teve para cada atingido; que imagem representa melhor o desastre ocorrido; que sentimentos cada atingido possui pelo lugar. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas na íntegra. Após transcritas, as entrevistas foram analisadas por meio da técnica de Análise de Conteúdo Temático-Categorial de Bardin (2016) com o auxílio do software Atlas/Ti 5.0®. Foram realizadas as seguintes etapas operacionais: constituição do *corpus*, leitura flutuante, composição das unidades temáticas, codificação, categorização e descrição das categorias. Na sequência, procedeu-se à análise qualitativa das entrevistas, a partir da análise de conteúdo temática (Bardin, 2016), com categorias que foram definidas a *posteriori*. Nesse sentido, após a transcrição, foram elaboradas cinco categorias de análise. Portanto, a unidade de análise dessa pesquisa foram as transcrições das entrevistas realizadas com os moradores.

A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa científica que utiliza procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos. Essa técnica busca descrever, quantificar ou interpretar um fenômeno específico em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos (Bardin, 2016).

Como unidades de registro (UR) foram selecionadas frases ao longo de toda a análise de conteúdo. Cada tema foi composto por um conjunto de UR. Feito isso, foi realizada a quantificação dos temas em número de UR para cada entrevista. A partir dos temas determinados e de sua quantificação, foram definidas as dimensões nas quais os temas aparecem, agrupando-os segundo critérios teóricos e empíricos, assim como as

hipóteses de análise. Para a análise categorial, foram transpassados os temas e sua quantificação final, agrupamento dos temas e categorias. Os resultados serão apresentados em forma de descrições cursivas, acompanhadas de UR que exemplificam cada categoria. Foram adotados os seguintes critérios para a construção de categorias empíricas na análise de conteúdo temático-categorial: 1) homogeneidade (conteúdo similar agregado na mesma categoria); 2) exaustividade (esgotam a totalidade do texto); 3) exclusividade (um mesmo elemento não pode estar presente em duas categorias diferentes); 4) objetividade (codificadores diferentes devem chegar a resultados iguais); 5) adequação ou pertinência (adaptadas ao conteúdo e ao objeto de estudo). Além disso, foram características analisadas para a construção das categorias a análise quantitativa e qualitativa dos temas, ou seja, a totalidade/frequência de UR nas entrevistas e a importância qualitativa do conteúdo para o objeto de estudo (Bardin, 2016).

A análise de conteúdo temático-categorial foi realizada em três etapas distintas. Na etapa de pré-análise, os pesquisadores realizaram uma leitura flutuante das transcrições para se familiarizarem com o conteúdo e obterem uma visão geral. Em seguida, identificaram trechos relevantes das transcrições como unidades de registro, destacando as percepções dos participantes sobre o uso de mídias sociais. Todas essas unidades de registro foram compiladas em um corpus para facilitar a análise subsequente (Bardin, 2016).

Na etapa de exploração do material, os pesquisadores aplicaram códigos iniciais às unidades de registro, identificando conceitos, ideias e temas recorrentes. Com base nesses códigos, agruparam as unidades de registro em categorias temáticas amplas, representando os principais tópicos emergentes. Posteriormente, revisaram e ajustaram as categorias para garantir que fossem mutuamente exclusivas e suficientemente abrangentes para cobrir todo o *corpus* (Bardin, 2016).

Na etapa de tratamento dos resultados foi criada uma tabela com as categorias temáticas no cabeçalho e as unidades de registro correspondentes nas células, organizando o conteúdo para análise posterior. Os pesquisadores então analisaram a tabela, contando quantas vezes cada categoria temática apareceu nas unidades de registro, a fim de identificar os principais temas predominantes. Finalmente, interpretaram os resultados, examinando as relações entre as categorias e discutindo as percepções dos participantes sobre o uso de mídias sociais com base nos dados analisados (Bardin, 2016).

Procedimentos Éticos

Para o desenvolvimento desta pesquisa, adotou-se como base a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a qual preconiza as questões éticas e de respeito em relação às pesquisas realizadas com seres humanos. O desenvolvimento desta pesquisa foi iniciado após obtida a aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina (CAAE 54361221.7.0000.0121; Parecer nº 5.239.303).

Caracterização dos participantes

Os dados foram coletados entre março e setembro de 2022. Foram seis meses visitando o local todas às sextas-feiras no período das 13h às 18h. A técnica para captação de participantes foi a partir de uma amostragem não probabilística, a amostra por Bola de Neve. Assim, foi contactada por e-mail uma das pessoas atingidas que possui forte influência na comunidade e membro ativo da comissão de atingidos por barragens. Essa integrante sensibilizou a comunidade para que participassem da pesquisa. Porém, mesmo assim, os atingidos demonstraram receio em participar da pesquisa. No momento da recusa da participação a grande parte dos atingidos foram questionados respeitosamente sobre a desmotivação para a pesquisa. Aqueles que não foram questionados sobre o motivo da recusa (oito pessoas), sequer responderam o convite da pesquisa. A resposta unânime dos atingidos indicou para o sofrimento de repetir uma fala que ainda causa sentimentos de injustiça, constrangimento e dor.

Dentre as sete pessoas atingidas que aceitaram participar da pesquisa, cinco eram do gênero feminino e dois do gênero masculino, possuindo como média aritmética de faixa etária (M) 46 anos e 5 meses. Salienta-se que cada participante era membro de uma casa atingida, então foram sete participantes de sete residências diferentes. Todos os participantes são residentes da Rua Manoel Luís Duarte, a rua atingida pelo rompimento da barragem da CASAN. Observa-se que a média aritmética de tempo de permanência dos participantes morando no mesmo lugar e residência é de 22 anos (M), ou seja, são moradores que possuem tempo significativo de vinculação com o lugar. Cada abordagem teve duração média de 1 hora.

Quadro 5.

Caracterização dos participantes da pesquisa

Participantes	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7
Idade	58 anos	28 anos	45 anos	34 anos	59 anos	65 anos	36 anos
Escolaridade	8ª série	Ensino Superior completo	2º grau completo	Ensino superior incompleto	Ensino Superior completo	Ensino Superior completo	Ensino Superior completo
Profissão	Aposentada	Professora	Do lar	Estudante	Professora universitária	Aposentada	Fisioterapeuta
Estado Civil	Casada	Solteira	Viúvo	União estável	União estável	Casada	Casada
Religião	Católica	Católica	Espírita	Nação	Não	Não	Católica
Filhos	1	0	2	4	1	2	2
Sexo	Fem.	Fem.	Masc.	Masc.	Fem.	Fem.	Fem.
Salário	1 salário-mínimo	1 salário-mínimo	Acima de 7 salários	1 salário-mínimo	Acima de 7 salários	Acima de 7 salários	Acima de 7 salários
Mora há quanto tempo neste lugar	25 anos	25 anos	28 anos	4 anos	29 anos	26 anos	17 anos

Para selecionar os participantes, foram elaborados critérios de inclusão: possuir idade igual ou superior a 18 anos; compreender os aspectos da pesquisa e consentir por escrito por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); ter sido afetado diretamente pelo desastre ambiental da Lagoa da Conceição/SC. Como critério de exclusão foi estabelecido que pessoas afetadas indiretamente pelo desastre ambiental da Lagoa da Conceição/SC não fariam parte da pesquisa (moradores de locais próximos, mas não configurando vítimas em 1º grau). Os participantes confirmaram sua participação através da assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em que eram informadas acerca da garantia de seu anonimato.

Ambiente da pesquisa

A pesquisa ocorreu na Servidão Manoel Luiz Duarte, localizada na Lagoa da Conceição/SC. No dia 25 de janeiro de 2021, após o deslizamento de um talude natural que atuava na contenção de parte do volume da lagoa de evapoinfiltração que dispõe de efluentes tratados da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), a água que verteu da lagoa inundou de forma repentina uma área urbanizada e atingiu a Lagoa da Conceição, ocasionando diversos prejuízos materiais e imateriais – inclusive a morte de animais marinhos e domésticos. O desastre ocorreu posteriormente às chuvas intensas na região,

chegando a maior precipitação de volume de água já registrada na Lagoa – 240 milímetros. As chuvas que ocorreram em janeiro somaram 686 mm, o dobro estimado para todo o mês (NDMais, 2021). Foram identificadas 35 residências e 66 pessoas prejudicadas significativamente pelo desastre ambiental (NDMais, 2021).

Resultados e Discussão

As categorias iniciais representam as primeiras impressões sobre a realidade estudada, resultantes do processo de codificação das entrevistas transcritas, totalizando vinte categorias. Cada categoria é composta por trechos selecionados das falas dos entrevistados e é respaldada pelo referencial teórico. Destaca-se que a quantidade e a determinação de categorias ficam contingentes a quantidade do *corpus* de dados coletados. A partir da transcrição integral das entrevistas, foram obtidos 323.178 caracteres com espaços (112 páginas). Assim, o Quadro 6 ilustra a nomeação dada a cada categoria inicial.

Quadro 6.

Categorias iniciais com as primeiras impressões do processo de codificação das entrevistas transcritas

Categorias iniciais
Brumadinho
Definição dos desastres
Mapeamento de riscos
Reações imediatas pós-desastre
Comportamentos pró-ambientais
Prevenção de desastres
Recuperação
Crime ambiental
Representação imagética
Capacitação e fortalecimento da comunidade
Monitoramento
Perdas e prejuízos biopsicossociais
Satisfação ambiental
Identidade de lugar
Educação ambiental
Percepções de risco
Estratégias de <i>coping</i>
Vivência do luto
Desocupação da habitação
Reconstrução das vidas, moradias e bens

As primeiras categorias foram criadas e nomeadas com base nos dados que as constituíram, refletindo a subjetividade das pesquisadoras ao identificá-las. Após a apresentação e discussão dessas categorias iniciais, surgiram cinco categorias intermediárias. As categorias apresentadas nesta seção foram inicialmente derivadas do agrupamento das vinte categorias iniciais, fundamentadas nas narrativas dos entrevistados, no referencial teórico e nas observações. A fusão das três primeiras categorias iniciais resultou na primeira categoria intermediária, denominada “As informações dos moradores sobre o desastre”. Portanto, nessa categoria intermediária estão inclusos os elementos que compõe as informações que os moradores atingidos possuem acerca do desastre. A informação refere-se à organização do conhecimento de um grupo específico sobre um determinado objeto social, variando conforme a quantidade e a qualidade desse conhecimento (Vilas Boas, 2004). O Quadro 7 ilustra o processo de formação dessa categoria intermediária.

Quadro 7.

Categoria intermediária – As informações dos moradores sobre o desastre

Categoria Inicial	Conceito norteador	Categoria Intermediária
Brumadinho	Denota as informações que as pessoas possuem sobre desastres socioambientais que utilizaram para comparar ao desastre ocorrido.	As informações dos moradores sobre o desastre
Definição dos desastres	Indica a forma como os moradores atingidos definem o desastre que os atingiu.	
Mapeamento de riscos	Evidencia as informações preliminares que possuíam que indicavam riscos à comunidade atingida.	

O Quadro 8 destaca a segunda categoria intermediária, resultante da fusão de cinco categorias iniciais, foi nomeada de “As atitudes dos moradores frente ao desastre”. Esta categoria de análise refere, descreve e examina as atitudes que os moradores atingidos possuíam pós-desastre até a sua recuperação propriamente dita. A atitude refere-se à orientação comportamental em relação ao objeto da representação social. As atitudes dinamizam e orientam decisivamente as condutas relacionadas ao objeto

representado, provocando um conjunto de reações emocionais e comprometendo as pessoas com maior ou menor intensidade (Vilas Boas, 2004).

Quadro 8.

Categoria intermediária – As atitudes dos moradores frente ao desastre

Categoria Inicial	Conceito norteador	Categoria Intermediária
Reações imediatas pós-desastre	Denuncia as reações que os moradores tiveram assim que foram atingidos pelo desastre.	. As atitudes dos moradores frente ao desastre
Comportamentos pró-ambientais	Indica a forma como os moradores preservam os recursos naturais da Lagoa da Conceição/SC.	
Prevenção de desastres	Evidencia os comportamentos que os moradores possuem de prevenção de novos desastres ambientais.	
Recuperação	Ressalta as atitudes que os moradores necessitaram adotar para se recuperar do desastre.	
Desocupação da habitação	Acentua as cognições e atitudes dos moradores referentes a necessidade de desocupação de suas habitações.	

A terceira categoria intermediária, demonstrada no Quadro 9, derivou da junção de três categorias iniciais que consistem na forma como os moradores nomeiam e dão forma imagética ao desastre. A essa categoria intermediária dá-se o nome “A representação mental dos moradores sobre o desastre”. O campo das representações sociais corresponde à ideia de imagem, de modelo social, ao conteúdo concreto e limitado das proposições relacionadas a um aspecto específico do objeto das representações. Em outras palavras, refere-se à organização dos elementos já estruturados na representação (Moscovici, 1978).

Quadro 9.

Categoria intermediária – A representação mental dos moradores sobre o desastre

Categoria Inicial	Conceito norteador	Categoria Intermediária
--------------------------	---------------------------	--------------------------------

Crime ambiental	Destaca a principal forma dos moradores atingidos nomearem o fenômeno socioambiental ocorrido.	III. Dimensão de campo/imagem das representações sociais de desastre socioambiental.
Representação imagética	Enfatiza a imagem que os moradores atingidos criaram do que foi o desastre socioambiental.	
Perdas e prejuízos biopsicossociais	Acentua a imagem de caos e destruição que os moradores atingidos desenvolveram do desastre ocorrido.	

A quarta categoria intermediária, expressa no Quadro 10, diz respeito aos “*Affordances* que motivam a permanência no lugar”, sendo constituída por cinco categorias iniciais. Nessa categoria estão presentes os elementos temáticos que indicam os aspectos destacados pelos moradores que influenciaram a permanência no lugar. Após um desastre, é comum o desejo pela desocupação da habitação como estratégia de evitação do evento traumático e gatilhos que possam lembrá-lo. Dessa forma, em um cenário pós-desastre, se o lugar não possuir *affordances* que superam às experiências de valência negativas, a desocupação e realocação para outros lugares será uma opção para a pessoa atingida. *Affordance* consiste em uma relação funcional entre um objeto no espaço e um indivíduo com uma constituição física específica em um determinado ambiente (Oliveira & Rodrigues, 2006).

Quadro 10.

Categoria intermediária – Affordances que motivam a permanência no lugar

Categoria Inicial	Conceito norteador	Categoria Intermediária
Capacitação e fortalecimento da comunidade	Destaca as atividades e engajamento da comunidade em prol de sua recuperação.	<i>Affordances</i> que motivam a permanência no lugar
Satisfação ambiental	Enfatiza a capacidade do ambiente de sanar as necessidades dos seus habitantes.	
Identidade de lugar	Ressalta a importância do lugar e de suas características psicofísicas	

	para o desenvolvimento de cada sujeito.
Educação ambiental	Focaliza as ações e informações sobre o ambiente que os moradores buscam desenvolver/obter para garantir a segurança do local.
Reconstrução das vidas, moradias e bens	Frisa a importância da reconstrução das vidas, moradias e bens para a permanência no lugar com dignidade.

A quinta categoria intermediária consiste nas “Estratégias para lidar com o estresse pós-desastre”, sendo constituída pela fusão de quatro categorias iniciais que indicam as estratégias de *coping* para lidar com o estresse; os comportamentos pós-desastre que auxiliam na restauração do estresse; a experiência do luto através de perdas humanas, de objetos/móveis/eletrodomésticos significativos, animais, de rotinas, de residências que foram sonhadas uma vida inteira; assim como as percepções de risco dos moradores e formas de avaliar o ambiente para se sentirem seguros de continuar na habitação. As residências, propriamente ditas, contam histórias. É comum que em moradias existam objetos, eletrodomésticos, utensílios e móveis com valor simbólico. Muitos objetos possuem valor simbólico pela data, pela pessoa ou pela condição em que ele foi adquirido. Assim, o objeto pode ter sido um presente de casamento vindo de um familiar estimado ou algo que foi penoso de adquirir, um sonho alcançado. Dito isso, perder esses itens, mesmo que algo físico capaz de ser readquirido, impossibilita de serem conquistados a partir das mesmas circunstâncias dos anteriores (Alves et al., 2019).

Segundo Fullilone (1996), a psicologia do lugar é guiada por três processos principais: o apego, que estabelece o vínculo entre a pessoa e o lugar; a familiaridade, que se refere ao conhecimento cognitivo do ambiente; e a identidade, que envolve a construção de um sentimento de pertencimento entre o indivíduo e o espaço de moradia ao longo do tempo. Esses processos são ameaçados pelo deslocamento abrupto, resultando em nostalgia, desorientação e alienação, deixando as pessoas sem rumo. A perda da orientação geográfica à qual estamos habituados pode ser comparada à perda da própria identidade. O Quadro 11 ilustra o processo de formação dessa categoria intermediária.

Quadro 11.

Categoria intermediária – Estratégias para lidar com o estresse pós-desastre

Categoria Inicial	Conceito norteador	Categoria Intermediária
Estratégias de <i>coping</i>	Enfatiza as estratégias de <i>coping</i> para lidar com o estresse percebido pós-desastre.	Estratégias para lidar com o estresse pós-desastre
Monitoramento	Enfatiza a verificação e monitoramento que os atingidos executam para prevenir novos desastres e restaurar o estresse.	
Vivência do luto	Salienta a experiência coletiva e individual do luto, sejam de pessoas, animais, bens e/ou objetos significativos.	
Percepções de risco	Frisa as variadas formas de os moradores perceberem e avaliarem os riscos ambientais de um novo desastre.	

As categoriais iniciais e intermediárias, apresentadas anteriormente, amparam a construção das categorias finais. A constituição final é formada por cinco categorias denominadas: “Dimensão informacional das representações sociais de desastre socioambiental”; “Dimensão atitudinal das representações sociais de desastre socioambiental”; “Dimensão de campo/imagem das representações sociais de desastre socioambiental”; “*Affordances* de satisfação ambiental” e “Estratégias para lidar com o estresse pós-desastre”, as quais são exploradas nesta seção. Construídas com intuito de respaldar as interpretações e inferir os resultados, as categorias finais representam a síntese do aparato das significações, identificadas no decorrer da análise dos dados do estudo. O Quadro 12 explana a formação das categorias finais.

Quadro 12.

Categoriais finais

Categoria Intermediária	Conceito norteador	Exemplos de UR (f)	Categoria Final
--------------------------------	---------------------------	---------------------------	------------------------

As informações dos moradores sobre o desastre	Denota as informações que as pessoas possuem sobre o desastre, como nomearam o desastre e como compararam com outros desastres.	“Um evento de grandes proporções” (2) “Algo que modifica toda a nossa vida” (1) “Um evento repentino e grandioso” (1) “Envolve a força da natureza e as ações do homem” (1) “Isso é o que acontece quando o homem não cuida do ambiente” (1) “Desastre não natural”(1) “Culpa da CASAN”(32) “Não é um desastre ambiental”(5) “Não foi natural”(2) “Moro aqui a vida inteira e não sabia dessa lagoa de tratamento de esgoto”(1) “Quase ninguém sabia dessa lagoa de tratamento de esgoto”(3) “Aqui, a gente tinha uma barragem que 90% das pessoas não sabia que tinha”(1)	Dimensão informacional das representações sociais de desastre socioambiental
As atitudes dos moradores frente ao desastre	Denuncia as atitudes que os moradores possuem em relação ao desastre.	“A gente quer justiça”(2) “A raiva que sentimos é pela humilhação que passamos”(1) “Raiva” (20) “Indignação”(7) “Medo”(12) “Preocupação”(12) “Não nos calamos”(2) “Quero sair daqui”(4) “Não quero mais ficar aqui”(2) “Tudo me lembra aquele dia”(1) “Não me sinto mais seguro aqui”(2) “Descaso” (3) “Eles já sabiam que essa estação há tinha risco de estourar a qualquer momento estava em risco eminente”(1)	Dimensão atitudinal das representações sociais de desastre socioambiental

		“Perdeu a graça sabe”(1) “Perdeu um pouco do sentido das coisas”(1) “Ficar aqui não tem mais o mesmo peso de antes”(1) “Essa casa, a comunidade, faz parte de quem sou”(1) “Toda minha infância foi construída aqui”(1) “Sempre quis morar na praia”(2) “Meu sonho era uma casa na praia”(1) “Minha família sempre gostou de vir para cá”(1) “Aqui tem tudo que preciso”(1) “Fica perto do meu serviço, é onde cresci, meus pais cresceram aqui”(1) “Crime”(11) “Ato criminoso”(2) “Crime ambiental”(37) “Brumadinho”(7) “CASAN”(64) “O símbolo da dor é a casa... é como se a gente tivesse morrido, a casa morreu, ela é o símbolo do que aconteceu...ainda tem paredes que a gente acha uma manchinha”(1) “Desastre anunciado”(1) “Refêns”(2) “Vítimas”(3) “Juíza”(5) “Poder público”(2) “Me apeguei mais ainda em Deus”(1) “Minha fé não enfraqueceu”(1) “Deus sabe de todas as coisas”(2) “Vou toda semana no encontro da igreja”(1) “Rezei muito”(3)	
A representação mental dos moradores sobre o desastre	Ressalta a representação mental que o desastre possui para os moradores atingidos.		Dimensão de campo/imagem das representações sociais de desastre socioambiental
Estratégias para lidar com o estresse pós-desastre	Salienta as estratégias emocionais e comportamentais que os moradores necessitaram adotar para se		Estratégias de enfrentamento pós-desastre

	recuperar do desastre.	“Pedi a misericórdia de Deus”(1) “Foi muita luta para garantir nossos direitos de volta”(1) “Foram tantas negociações até que o pesadelo acabou”(1) “Precisei que meu marido avaliasse a nova barragem para ficar tranquila”(1) “A minha casa precisou de avaliação de um engenheiro” (1) “Nós fazemos eventos envolvendo a comunidade”(1) “Já realizamos exposições artísticas com obras feitas pelos atingidos” (1) “De vez em quando faço uma caminhada até lá para ver se tem vazamentos” (1) “Precisei de terapia porque sempre que chovia ficava desesperada, tinha pesadelos. Ainda não fico tranquila”(1) “Sempre que chove ficamos monitorando a barragem”(1) “Agora temos um grupo da comunidade”(1) “O desastre uniu a comunidade”(1) “O sofrimento e o luto foram necessários”(1) “Eu senti a dor de um luto pelas fotos que perdi”(1) “Eu me permiti sofrer”(2) “Nós não perdemos pessoas, mas perdemos coisas valiosas sentimentalmente”(1)	
--	------------------------	---	--

Categoria 1. Dimensão informacional das representações sociais de desastre socioambiental

Os elementos temáticos presentes nessa categoria denotam as informações que as pessoas possuem sobre o desastre, como nomearam o desastre e como compararam com outros desastres. De acordo com a análise de conteúdo, os moradores associam o desastre ocorrido com “um evento de grandes proporções”(2). Dois moradores evidenciaram que, até o presente momento, o desastre socioambiental que sofreram foi o maior já ocorrido em toda a cidade de Florianópolis. Os moradores classificam o fenômeno enquanto uma “enxurrada”, embora destaquem que o desastre “não foi natural”(2) e “não é um desastre ambiental”(5). Esse conjunto de dados indicam as informações que as pessoas possuem de desastres e do desastre que os atingiu e que, por sua vez, orientam as condutas que essas pessoas irão adotar mediante o ocorrido.

Para Moscovici (1978), o conhecimento do senso comum não se opõe ao conhecimento científico. Ele pertence a uma ordem distinta de compreensão da realidade, sendo uma forma de saber diferenciada tanto em sua elaboração quanto em sua função. Enquanto o conhecimento científico é construído através de passos metodologicamente definidos, visando principalmente conhecer e dominar a natureza, o conhecimento do senso comum é desenvolvido através dos processos de objetivação e ancoragem. Este tipo de conhecimento segue uma lógica natural e tem como funções orientar condutas, facilitar a comunicação, compreender e explicar a realidade social, justificar posteriormente as tomadas de posição e comportamentos do indivíduo, além de desempenhar uma função identitária que permite definir identidades e preservar as especificidades dos grupos. Dito isso, falar da TRS é se referir a um conhecimento científico que busca compreender a construção do pensamento leigo, as teorias do senso comum (Moscovici, 1978).

No que concerne a classificação do fenômeno enquanto uma enxurrada, pode-se caracterizá-la como um evento diretamente relacionado a um grande volume de precipitação em uma bacia, podendo ser considerada uma inundação brusca, de acordo com a classificação de Castro (2003). O autor menciona que as inundações podem ser classificadas pela sua magnitude em: a) de grande magnitude; b) normais ou regulares; e c) de pequena magnitude. Além disso, elas são classificadas conforme sua evolução em: a) inundação gradual ou enchente; b) inundação brusca ou enxurrada; e c) alagamento e inundação litorânea.

Além disso, deve-se ressaltar que a enxurrada foi ocasionada pelo rompimento de uma barragem. Considerando os estudos sobre o rompimento de barragens, é possível verificar que essa modalidade de desastre é consideravelmente recorrente na história da

humanidade. Esses eventos ocorrem principalmente devido a dois fatores principais: fenômenos naturais intensos que comprometem a integridade estrutural da barragem, ou erros no planejamento e construção dessa estrutura, que, independentemente de fatores externos, resultam em colapso (ESDHC, 2015).

Quando questionados, os moradores evidenciam que desastres naturais são “provocados pela natureza, não pelo homem”(1), enquanto que o desastre ocorrido foi “culpa da CASAN”(32). Como visto, essa última frase nomeando a empresa como responsável pelo desastre obteve a frequência de 32 menções durante as entrevistas. Os participantes foram enfáticos ao culpabilizar a CASAN pelo desastre diante das evidências ambientais (vazamento de água nas proximidades da barragem) de um possível rompimento na barragem que já eram apresentadas e foram notificadas na semana anterior ao desastre. Por conta disso, os moradores acreditam que o nome ideal para o ocorrido seja “crime ambiental” pelo descaso que sofreram e pela negligência na manutenção da Lagoa de Tratamento de Esgoto.

De acordo com a análise de conteúdo foi possível mensurar que embora os moradores fossem antigos, em média de 22 anos (M), apenas um dos moradores entrevistados ressaltou ter conhecimento da Lagoa de Evapoinfiltração. Um dos moradores indicou que “aqui, a gente tinha uma barragem que 90% das pessoas não sabia que tinha”(1), o que evidencia a falta de educação ambiental que deveria ter sido promovida pela empresa responsável pela Lagoa de Evapoinfiltração

A partir da análise de conteúdo, verificou-se que os moradores buscaram informações diretamente com advogados, mídia local, profissionais da construção civil, agentes de saúde, veterinários, agentes da Defesa Civil e membros da CASAN. A partir da relação direta com esses profissionais, os moradores conseguiram reunir informações verídicas sobre os seus direitos frente ao desastre, sobre a situação estrutural das suas habitações, o seu próprio estado de saúde, estado de saúde de animais domésticos, educação ambiental, assim como reconhecer quais seriam as próximas etapas elencadas pela CASAN para a recuperação total dos prejuízos.

Além disso, os moradores demonstraram que compreendem o desastre ocorrido enquanto um evento de “grandes proporções” que modifica a vida das pessoas atingidas de forma abrupta e generalista. Além disso, observa-se que os moradores possuem a informação de que os desastres são eventos repentinos, grandiosos e, via de regra, envolvem ações humanas que impactam o ambiente de forma desfavorável. Algumas

unidades de registro que ilustram a dimensão informacional sobre desastres socioambientais: “um evento de grandes proporções”(2); “algo que modifica toda a nossa vida”(1); “um evento repentino e grandioso”(1); “envolve a força da natureza e as ações do homem”(1); “isso é o que acontece quando o homem não cuida do ambiente” (1).

Para Moscovici (1978) a opinião constitui uma fórmula socialmente valorizada à qual um indivíduo adere; e, por outro lado, uma tomada de posição sobre um problema controvertido da sociedade. No entanto, o autor enfatiza que as representações sociais se configuram para além de opiniões ou imagens sobre algum objeto, mas sim teorias coletivas sobre a realidade. São sistemas com uma lógica e linguagem próprias, uma estrutura de implicações baseada em valores e conceitos que determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores e das ideias compartilhadas pelos grupos, regulando, subsequentemente, as condutas favoráveis ou desfavoráveis. Portanto, para Moscovici (1978), as RS são uma construção que o sujeito realiza para compreender o mundo e se comunicar.

A representação de um objeto, incluindo sua dimensão informacional, é determinada pela atitude adotada pelo sujeito. Moscovici (1978) argumenta que a informação e representação de algo por uma pessoa ocorre apenas após a adoção de uma posição, sendo influenciada por essa posição. A informação, nesse contexto, constitui a dimensão das representações sociais (RS) que organiza o conhecimento acerca do objeto representado. Esse conhecimento se desenvolve ao longo das vivências diárias (Rangel, 1994). Indivíduos com maior familiaridade e conhecimento sobre o objeto possuem uma base informacional mais robusta sobre ele (Moscovici, 1978). Portanto, torna-se essencial observar tanto o conteúdo quanto a forma como as pessoas informam sobre o desastre.

Conforme Paiva (1994), a informação pode ser nula, não existindo como dimensão, ou alcançar níveis extremos de complexidade e coerência. A quantidade e a qualidade da informação que os indivíduos possuem variam, dependendo de diversos fatores. Ibañez (1988) destaca, entre esses fatores, a origem da informação, além do modo como as pertinências e posições sociais, interesses e valores, mediatizam a quantidade e a precisão da informação disponível, influenciando o tipo de representação que se forma. Ao analisar a dimensão informacional, e consequentemente a organização do conhecimento sobre o objeto representado, verifica-se que os moradores atingidos possuem informações que coincidem com o conhecimento científico sobre desastres. Isso

evidencia que esses indivíduos possuem um grau de informação mais elevado sobre esse fenômeno (Ibañez, 1988).

Categoria 2. Dimensão atitudinal das representações sociais de desastre socioambiental

Os elementos temáticos presentes nessa categoria denotam as atitudes que os moradores possuem em relação ao desastre. Alguns elementos temáticos, como, por exemplo, “raiva”(20), “medo”(12), “preocupação”(12), “indignação”(7), “A raiva que sentimos é pela humilhação que passamos”(1), indicam que as emoções e sentimentos suscitados a partir da ocorrência do desastre possuem valência negativa, sendo desconfortáveis de serem sentidos. Ao se sentirem desconfortáveis diante das reações emocionais, a atitude dos atingidos se mostrará oposta à empresa CASAN.

Além disso, alguns elementos temáticos sugerem que o desastre provoca a tentativa de afastamento do lugar como mecanismo de defesa frente ao evento traumático, como é o caso dessas unidades de registro: “quero sair daqui”(4); “não quero mais ficar aqui”(2); “tudo me lembra aquele dia”(1); “não me sinto mais seguro aqui”(2); “perdeu a graça sabe”(1); “perdeu a graça sabe”(1); “perdeu um pouco do sentido das coisas”(1); “ficar aqui não tem mais o mesmo peso de antes” (1). Observa-se que a orientação dos moradores está desfavorável em relação ao lugar. Os moradores sugerem o desejo em se afastar do lugar, enquanto fator desencadeantes de ansiedade. Percebe-se, portanto, que a representação social de lugar também foi transformada, ao mesmo passo em que as atitudes dos moradores em relação ao lugar (Scardua et al., 2022).

Na dimensão atitudinal das Representações Sociais (RS), destaca-se a orientação valorativa que o grupo possui em relação ao objeto, caracterizada por uma dimensão afetiva de posicionamento (favorável ou desfavorável). Esta dimensão é frequentemente a mais prevalente entre as três dimensões das RS e talvez seja a mais crucial, pois o processo de buscar informações e desenvolver uma ideia organizada sobre algo ocorre somente após a adoção de uma posição e em função dessa posição (Moscovici, 2012). A orientação desfavorável em relação a permanência no lugar fica evidente através das unidades de registro: “a gente quer justiça”(2); “Não nos calam”(2); “Descaso” (3); “Eles já sabiam que essa estação já tinha risco de estourar a qualquer momento estava em risco eminente”(1). Concomitantemente, a orientação desfavorável dos moradores também se estende para a empresa responsável pela barragem, e para todas as ações

posteriores ao desastre ocorrido. Com isso, a orientação desfavorável dos moradores em relação à CASAN se dá, principalmente, por ancorar essa ideia à compreensão de empresa responsável pelo desastre.

Além disso, os elementos temáticos dessa categoria elencam os *affordances* que motivam os moradores atingidos a continuar na mesma moradia. O termo *affordance*, derivado da palavra inglesa “*afford*” que significa proporcionar, origina-se dos estudos em percepção visual. Este conceito se refere às possibilidades de interação (física ou cognitiva) entre o ambiente e o indivíduo, abrangendo a capacidade do indivíduo de perceber, agir e reagir ao ambiente. Oriundo da área da psicologia cognitiva, os *affordances* são fundamentais para a percepção visual do indivíduo e sua habilidade de compreender o que o ambiente pode oferecer. A psicologia ambiental investiga a inter-relação entre o indivíduo e o ambiente. Seguindo essa linha de pensamento, podemos também considerar *affordances* como as disponibilidades ambientais. Para isso, é necessário analisar quais são os componentes do ambiente e quem é o indivíduo, bem como as influências exercidas na percepção e as ações possíveis dentro desse contexto (Oliveira & Rodrigues, 2006).

A partir da análise de conteúdo, fica evidente que o ambiente possui *affordances* que permitem aos moradores: sanar necessidades fisiológicas e emocionais (“aqui tem tudo que preciso”); estabelecer interações sociais (“toda a minha família é daqui”; “minha rede de apoio é minha vizinhança”; “minha família sempre gostou de vir para cá”); realizar sonhos e anseios pessoais e profissionais (“meu sonho era uma casa na praia”; “fica perto do meu serviço”); recursos naturais e ambientais como meio de consumo ou trabalho (“eu e minha filha pegamos onda na lagoa desde que ela tinha 4 anos”; “antes da zona morta se formar na lagoa, eu pescava na alta temporada”); laços longitudinais com a comunidade (“essa casa, a comunidade, faz parte de quem sou”; “eu vi os filhos dos meus vizinhos crescendo”; toda minha infância foi construída aqui”; “é onde cresci, meus pais cresceram aqui”); fortalecer a cultura dos moradores (“nós fazemos reuniões com os moradores”; “fizemos vários encontros presenciais para fazer artesanato”). Todos esses *affordances* são consistentes, embora o que importa são as ações que eles possibilitam aos moradores. As classificações, por outro lado, referem-se às propriedades e qualidades, como cor, textura, composição, tamanho, forma, massa, elasticidade, rigidez e mobilidade, do objeto percebido (Michaels & Carello, 1981).

De acordo com a teoria de Gibson (1971), a percepção envolve a capacidade de identificar *affordances*, que são diretamente perceptíveis. Durante o processo perceptivo, o foco não está nas qualidades ou propriedades específicas do ambiente, mas nas possibilidades de ação que esses *affordances* oferecem. A contribuição distintiva de Gibson (1979/1986) destaca que o agente percebe os *affordances*, que indicam potenciais comportamentos, ao invés de características estáticas dos objetos. Essa perspectiva difere da abordagem tradicional, exemplificada por Lombardo (1987), que frequentemente concebe a percepção como a apreensão de qualidades e estruturas fixas dos objetos.

Categoria 3. Dimensão de campo/imagem das representações sociais de desastre socioambiental

Os elementos temáticos presentes nessa categoria ressaltam a representação mental que o desastre possui para os moradores atingidos. O campo de representação é a dimensão que se refere à ordenação e hierarquia dos elementos que o compõem. Os moradores foram enfáticos quando questionados: “para você, como esse desastre ambiental pode ser nomeado?”. A partir dessa indagação, foram suscitados conteúdos concretizados, representações mentais, uma imagem que contém uma unidade hierarquizada de elementos que remetem ao desastre ocorrido. A partir da análise de conteúdo, a imagem de representação do desastre remonta a um “ato criminoso”(2), “crime”(11), “crime ambiental”(37), “desastre anunciado”(1). Dito isso, para os moradores, o evento não representa um desastre, mas sim um crime oriundo da negligência e descaso da “CASAN”(64). A empresa foi destacada 64 vezes como culpada pelo evento. De acordo com a análise de conteúdo, a empresa não realizava adequadamente as manutenções na barragem, bem como foram negligentes em relação às reclamações dos moradores sobre vazamentos na barragem. Os moradores assumiram que após perceber poças de água próximas à barragem, realizaram o contato telefônico à CASAN. De acordo com a análise, fica explícito que a empresa enviou profissionais para avaliar a estrutura, embora nenhuma ação de contenção ou evacuação foi tomada naquela ocasião.

Além disso, acentua-se que as moradias dos atingidos configuram-se imagens concretas de representação do desastre - “o símbolo da dor é a casa, é como se a gente tivesse morrido, a casa morreu, ela é o símbolo do que aconteceu... ainda tem paredes que

a gente acha uma manchinha”(1). Nesse sentido, pode-se afirmar que a materialidade da representação social sobre o desastre tornou-se a própria casa do morador atingido. A dimensão que chamamos de 'campo de representação' nos remete à ideia de imagem, modelo social e ao conteúdo concreto e limitado das proposições relacionadas a um aspecto específico do objeto da representação. Embora as opiniões possam abranger o conjunto representado, isso não implica que tal conjunto seja ordenado e estruturado. A noção de dimensão nos leva a considerar que existe um campo de representação, uma imagem que contém uma unidade hierarquizada de elementos (Moscovici, 1978).

Na dimensão de campo ou imagem das RS de desastre socioambiental, foram expressos os elementos que conferem materialidade à representação social (Vala & Castro, 2013). Essa categoria abarca alguns elementos do campo representacional, que remetem à proporção que os moradores atribuem do desastre ocorrido. A partir da análise de conteúdo, obteve-se o total de sete menções para o elemento temático “Brumadinho”. A partir da análise de conteúdo, observou-se que a associação e comparação entre os dois desastres se fez decorrente das datas (ambos datam 25 de janeiro) e foram acidentes que ocasionaram enxurradas de lama. Percebe-se que os atingidos ancoram Brumadinho ao desastre que os acometeu, tornando o estranho algo familiar (Moscovici, 2003).

Concomitante a isso, o Serviço de Assistência Jurídica Universitária Popular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2021) com o objetivo de compreender o princípio da reparação integral, buscou identificar casos semelhantes de desastres para embasar e servir de referências para estabelecer parâmetros e critérios de reparação, indenização e mitigação a serem adotados pelas famílias afetadas. De acordo com o Parecer Técnico sobre critérios e parâmetros de danos morais atingidos por rompimento de barragens (UFSC, 2021), a análise abrangeu circunstâncias análogas ao desastre ocorrido na Lagoa da Conceição, obtendo como resultado principal os seguintes desastres para obter referências de reparação: Baixo Iguaçu/PR; Mariana/MG; Brumadinho/MG; Itatiaiuçu/MG. Portanto, pode-se verificar que os conhecimentos oriundos do senso comum dos moradores coincidem com os conhecimentos científicos embasados juridicamente. No campo das representações sociais, o conceito de campo de representação refere-se à maneira pela qual os elementos sociocognitivos são hierarquizados, organizados e estruturados em uma imagem ou núcleo figurativo, fenômeno que ocorre durante o processo de objetivação (Moscovici, 1978).

A partir da análise de conteúdo, fica perceptível a demarcação de uma divisão, como dois lados polos opostos que travam uma luta entre si. Uma unidade de registro que ilustra essa afirmação é: “antes, nós fomos vítimas de um alagamento, de um descaso, de uma irresponsabilidade, tanto do poder público, como da Casan. E hoje, nós somos reféns, porque quem vai falar se nós temos direito ou não é quem causou o dano, é o criminoso”(1). Por um lado, a análise sugere que a imagem representada da CASAN remonta a um criminoso e “juíza”(5), por outro, os moradores se representam enquanto “reféns”(2) e “vítimas”(3). O termo “juíza” foi representado devido aos comportamentos dos representantes legais da CASAN em detrimento dos direitos de reparação dos atingidos. Nessa direção, encontram-se os moradores, representados como figuras passivas e submissas da CASAN no processo de reparação dos danos provocados pelo desastre. Dito isso, verifica-se a objetificação da CASAN como um inimigo, que deve relutar contra.

Categoria 4. Estratégias de enfrentamento pós-desastre

Essa categoria possui elementos temáticos que evidenciam as estratégias de enfrentamento que os moradores necessitaram adotar para se recuperar do desastre. A partir da análise de conteúdo, foram elencadas sete subcategorias analíticas: a) busca por suporte social; b) resolução de problemas; c) evitação de fatores desencadeantes de ansiedade; d) apoio espiritual ou religioso; e) verificação; f) busca por justiça; e g) permissão para o sofrimento do luto simbólico.

Subcategoria 4.1 Busca por suporte social

Os elementos temáticos presentes nessa subcategoria indicam que os moradores necessitam, acima de tudo, do suporte oferecido pela comunidade, pelos demais moradores atingidos e pelas suas respectivas famílias extensas. De acordo com a análise, observou-se que os dias consecutivos ao desastre foram os mais dolorosos, visto que as habitações precisaram ser abandonadas forçadamente para que, após o escoamento de toda a água, as casas fossem limpas. A comunidade não atingida pelo desastre forneceu doações de alimentos, produtos de limpeza, roupas, utensílios domésticos, móveis e brinquedos para as crianças. De acordo com os moradores, foi por meio dessas doações que eles conseguiram ter o que vestir e comer para suportar os dias que viriam. São

exemplos de unidades de registro que ilustram essa subcategoria: “nós fazemos eventos envolvendo a comunidade”(1); “já realizamos exposições artísticas com obras feitas pelos atingidos”(1); “agora temos um grupo da comunidade”(1); “o desastre uniu a comunidade”(1). Relações positivas entre as duas variáveis tendem a proteger os indivíduos dos efeitos adversos do estresse, exemplificando o modelo de mobilização de suporte. Em contrapartida, eventos que geram confusão, acionam mecanismos de defesa ou resultam em prejuízos são frequentemente estressores que inibem comportamentos pró-sociais.

De acordo com Ibañez et al. (2004) é inevitável em um desastre a interação e busca por suporte social entre as pessoas que estão experienciando o desastre ou que necessitam de ajuda humanitária. Além disso, os autores ainda salientam que os sobreviventes fatalmente dependem dos sistemas de suporte como as famílias, amigos e vizinhança. Os pesquisadores Carver, Scheier e Weintraub (1989) diferenciavam a busca por suporte social instrumental da busca por suporte social emocional, apesar de afirmarem que ambos ocorriam simultaneamente. Atualmente, a busca por suporte social tem sido integrada à maioria das escalas de avaliação de enfrentamento como uma dimensão singular. Essa categoria analítica foi associada ao uso de estratégias de enfrentamento socialmente focadas, classificadas conforme o modelo de Hobfoll (1998) como ativas, pró-sociais e diretas. No estudo de Ibañez et al. (2004), isso envolveu uma busca ativa por suporte através da expressão de emoções e necessidades imediatas para outras pessoas, ou fornecendo suporte por conta própria, achados que corroboram com os dados encontrados nesta pesquisa.

Subcategoria 4.2 Resolução de problemas

Os elementos temáticos que compõem essa subcategoria indicam que os moradores atingidos apenas conseguiram ter redução da ansiedade ao mesmo passo em que os problemas mais emergentes foram sendo resolvidos gradualmente. Os problemas mais urgentes, de acordo com a análise de conteúdo, foi lidar com o afastamento da habitação; lidar com crianças pequenas e seus sofrimentos concomitantemente; lidar com o desconhecimento do futuro; imaginar todos os bens materiais tão arduamente conquistados, perdidos em meio ao lamaçal; depender de doações da comunidade para sobreviver, já que o financeiro estava completamente comprometido.

A partir desse cenário, a resolução de problemas adotada pelos moradores foi, *a priori*, salvaguardar as próprias vidas, de suas famílias, de vizinhos, assim como de seus animais de estimação. Em seguida, alguns moradores tentaram salvar documentos, fotografias, objetos de valor inestimável (brinquedo favorito dos filhos, celular para se comunicar e solicitar resgate, etc.). Após o deslocamento para um lugar alto – a maioria subiu no telhado da sua residência, enquanto outros escalaram as árvores e as dunas (Joaquina) buscando refúgio. Como a rua Manoel Luiz Duarte ficou completamente submersa, vários carros, entulhos, vegetação e estruturas obstruíram a passagem da equipe de resgate do Corpo de Bombeiros, que, por sua vez, dificultaram e prolongaram o resgate aos atingidos que aguardavam desesperadamente por salvamento. Como os moradores precisavam de uma resposta imediata para salvaguardar suas vidas, eles foram encontrados completamente encharcados e com roupas de dormir.

Após o resgate dos moradores, a CASAN ficou responsável por encontrar moradias temporárias para os moradores atingidos. Todos foram realocados para hotéis nas proximidades da área atingida, facilitando o acesso às suas residências no período de limpeza. Nesse período, os atingidos realizaram, juntos a uma equipe da CASAN, a limpeza de suas moradias e retirada de entulhos. A resolução de problemas, nessa parte do pós-desastre, consistiu em tentar recuperar tudo o que fosse possível em meio aos destroços e lama. Alguns moradores relataram que foi o período de maior frustração e desespero, por assistir a concretude dos prejuízos ao encontrar bens de valor significativo totalmente destruídos pela enxurrada – outros bens e/ou objetos significativos, desde então, não foram encontrados. A partir disso, percebe-se que a estratégia adotada pelos moradores em relação à resolução de problemas priorizou de imediato à sobrevivência e à satisfação de suas necessidades mais básicas (respiração, água, alimentação e segurança), para posteriormente, tentar recuperar o possível dos seus bens materiais.

A característica primordial da estratégia de resolução de problemas é o esforço ativo direcionado na busca da solução de um problema envolvendo processos de tomada de decisão. Entretanto, a resolução de problemas no contexto dos desastres requer uma reação imediata, de caráter emergencial, praticamente espontâneo. Nessa direção, a pessoa afetada não possui tempo suficiente para pensar nas melhores estratégias, mas sim, naquelas estratégias e soluções tangíveis naquele momento de acordo com os recursos disponíveis. Observa-se assim que a resolução de problemas se alia à busca por suporte

social e de significado, demonstrando que sua utilidade não se limita a solução prática da situação propriamente dita (Ibañez et al., 2004; Skaggs & Barron, 2006).

Na análise de conteúdo, fica evidente a repetição de narrativas no plural (“nós”), ao invés do singular em relação à resolução de problemas, indicando que houve a união da comunidade afetada em prol da resolução de problemas coletivos em detrimento dos individuais. Pode-se verificar que quanto maiores as perdas de recursos físicos, maiores serão as necessidades básicas dos moradores atingidos pelo desastre e mais imperativo será o uso da resolução de problemas. Tal estratégia é utilizada ativamente desde o momento de resposta ao desastre e se estende até a etapa de reconstrução, sendo variável quanto a sua duração (Ibañez et al., 2004).

A resolução de problemas demonstrou-se como um importante fator protetivo, causando o alívio de sintomas emocionais. As estratégias focadas no problema são destacadas por Aldwin (1993) como fatores críticos na adaptação ao trauma em contextos de desastres. Solomon et al. (1988) encontraram menores taxas de estresse pós-traumático entre soldados de guerra que associaram a estratégia de resolução de problemas com a percepção de suporte social. Contudo, em situações traumáticas percebidas como incontroláveis e desprovidas de possibilidades de mudanças, a resolução de problemas relaciona-se com níveis maiores de sofrimento, justamente pelo sentimento de frustração gerado (Aldwin, 1993).

Subcategoria 4.3 Evitação de fatores desencadeantes de ansiedade

Os elementos temáticos que compõem essa subcategoria sugerem que as pessoas estão imersas em um lugar que remete ao desastre ocorrido, sendo agora, portanto, símbolo de dor e sofrimento. Por remeter o trauma vivenciado durante a crise, os moradores demonstraram que evitam falar ou pensar no assunto, como forma de sofrer menos. Alguns moradores destacaram que possuem *flashbacks* como fotografias do dia da tragédia, principalmente. Além disso, os moradores sugerem que possuem sonhos vividos compostos por memórias traumáticas do dia do desastre (“sonhei com a água escura entrando em casa e quando abri a cortina, estava tudo abaixo d’água, como se estivesse em um aquário”; “precisei de terapia porque sempre que chovia ficava desesperada, tinha pesadelos”).

Outro fator desencadeante de ansiedade são as chuvas, mais especificamente, as excessivas. A análise de conteúdo deixa evidente que os moradores permanecem

apavorados, com medo e inseguros em permanecer no lugar por acreditarem que a barragem nunca será segura. Dito isso, percebe-se por meio da análise de conteúdo que a imagem que possuem da CASAN desestimula os moradores a acreditar em suas ações.

Estudos (Compas et al., 1991; Gamble, 1994) sugerem que em casos de desastres ou eventos traumáticos, as pessoas atingidas costumam adotar como estratégia a evitação, para se salvaguardar de novos perigos. Além disso, os autores sugerem que essa é uma resposta natural e esperada do trauma, embora deva ser monitorada se alcançar níveis patológicos a longo prazo. Nesse sentido, a evitação é considerada um tipo de resposta ao trauma intrinsecamente relacionada a situações de desastres que invocam evitações cognitivas, afetivas, comportamentais e psicológicas (Carlson & Dalenberg, 2000).

Dito isso, a saúde mental das pessoas é usualmente impactada na ocorrência de desastres socioambientais. A vivência do luto pelas perdas (sejam elas humanas, econômicas ou materiais) pode estar associada à capacidade de resiliência de cada atingido, assim como situação socioeconômica, nível de prejuízos e perdas, experiências anteriores de desastres, etc. Essas respostas são moldadas pelas experiências singulares de cada pessoa, que atribuem um significado a tais eventos. Ressalta-se que evitar entrar em contato com fatores que geram ansiedade podem amenizar o sofrimento latente momentaneamente, mas em decorrência dos desastres, já é esperado que atingidos experienciem certo nível de sofrimento. Nesse sentido, usualmente lembranças involuntárias (*insights*) recorrentes e intrusivas são gerados naqueles que experimentam algum trauma. Especificamente no caso de desastres que envolvem inundações associadas às chuvas intensas, como nesta pesquisa, o atingido pode exibir reações comportamentais que busquem evitar qualquer contato com a chuva. Dessa forma, comportamentos como, por exemplo, fechar as cortinas ou aumentar o volume da televisão são corriqueiros entre aqueles que já enfrentaram esse tipo de fenômeno natural (APA, 2023).

No que concerne ao emprego da evitação, observou-se que foi apontada por todos os participantes como um recurso para o enfrentamento da situação traumática. Porém, alguns utilizam a evitação de forma consciente e não generalizada, ou seja, existe o reconhecimento racional do uso da evitação em situações que remontam ao trauma; enquanto outros, destacaram que não conseguem relatar sobre o dia do desastre sem sentir fortes níveis de ansiedade. Dentre os sintomas de ansiedade relatados, destacam-se a agitação psicomotora, preocupação exacerbada, pensamentos acelerados e com

conteúdos negativos em relação ao futuro, sensação de taquicardia, sensação de sufocamento, sudorese, problemas relacionados ao sono (insônia, terror noturno, pesadelos vividos) e catastrofização (pensamentos recorrentes do pior cenário futuro possível) (Ibañez et al., 2004).

Portanto, nota-se a partir da análise de conteúdo que os moradores atingidos utilizam essa estratégia de forma intencional para o enfrentamento das emoções de valência negativas que acompanham as memórias. Do mesmo modo, Dell’Aglia (2000) encontrou a categoria evitação/distração como sendo utilizada pela sua amostra para enfrentar a emoção desencadeada pelo evento relatado. Na avaliação da ação efetiva diante do evento estressante, a autora observou menos respostas para essa categoria. Esta diferença parece explicar o porquê de não se ter verificado indicações de emprego da evitação ou distração como estratégia de *coping* no momento do tornado ou logo após sua ocorrência. Da mesma forma, no estudo de Ibañez et al. (2004), as referências ao uso dessa tática foram dirigidas às lembranças, aos sentimentos, às discussões relacionadas ao assunto. Por outro lado, os autores consideram reações de entorpecimento e dissociação imediatas ao trauma como uma forma de evitação quando entendidas como resultado do esforço em manter a informação traumática inconsciente. Este tipo de dado foi encontrado entre os participantes e discutido na categoria de reações ao desastre.

Destaca-se o Modelo de Processamento de Stress e *Coping* de Lazarus e Folkman (1984), que compreende as seguintes ideias: (a) *coping* é um processo dinâmico e orientado, não um traço estático, ocorrendo na interação contínua entre indivíduo-ambiente; (b) como processo, envolve a mobilização ativa de esforços, em oposição à automatização de comportamentos ou pensamentos, os quais não requerem esforço consciente por parte do sujeito; (c) enquanto esforço na gestão de situações estressantes, o *coping* abrange as ações e pensamentos do indivíduo, independentemente de sua eficácia, excluindo a noção de resultado final; e (d) no contexto da administração de situações estressantes, o foco está na minimização, evitação, tolerância ou aceitação do evento estressor. Assim, *coping* são os esforços cognitivos e comportamentais constantes e mutáveis, utilizados pelo indivíduo para lidar com demandas internas e/ou externas específicas, sendo avaliadas como sobrecarregando ou excedendo os recursos pessoais disponíveis (Lazarus & Folkman, 1984).

Subcategoria 4.4 Apoio espiritual ou religioso

Os elementos temáticos que abarcam essa subcategoria validam que o apego dos moradores às crenças espirituais e/ou religiosidade configura-se como uma estratégia de enfrentamento. Foi possível verificar que o apoio espiritual ou religioso auxiliou a comunidade a aceitar mais rapidamente o fato de terem sido atingidos por um desastre. No que diz respeito a aceitação, qualifica-se o ponto crucial para a recuperação de um desastre, visto que situações adversas exigem reações imediatas para garantir a sobrevivência dos atingidos e essas reações só podem ser adotadas após aceitação da situação adversa. Algumas unidades de registro que ilustram essa subcategoria são: “Deus sabe de todas as coisas”(2); “Rezei muito”(3); “Pedi a misericórdia de Deus”(1); “Me apeguei mais ainda em Deus”(1); “Minha fé não enfraqueceu”(1); “Vou toda semana no encontro da igreja”(1).

Além disso, a partir da análise de conteúdo foi destacada a resiliência uma competência fortalecida pelo apoio espiritual ou religioso. Resiliência é um processo que ocorre quando um indivíduo é confrontado com adversidades ou exposto a ameaças à saúde física ou psicológica, mas é capaz de superar e/ou se adaptar a essas condições. Especificamente, o fator religiosidade/espiritualidade tem sido indicado em pesquisas como um aspecto protetor da saúde e de promoção da qualidade de vida. Discutir a recuperação e resiliência em situações de desastres socioambientais implica conceituar a resiliência comunitária (Pargament et al., 2001). Landau e Saul (2004) definem "resiliência comunitária" como a capacidade de a comunidade de manter esperança e fé para suportar a maioria dos traumas e perdas, superar a adversidade e prevalecer, geralmente com recursos, competência e união, considerando a família como a unidade primordial de mudança.

Alguns estudos (Pargament et al., 1998; Pargament et al., 2001; Schiff, 2006) referem a espiritualidade/religiosidade como uma forte aliada ao bem-estar psicológico das pessoas. Atualmente, o *coping* religioso tem sido foco de pesquisas e compreende o uso de crenças e comportamentos religiosos para facilitar a solução de problemas e prevenir ou aliviar as consequências emocionais de situações estressantes. O *coping* religioso demonstra-se como fator protetivo e estratégia de enfrentamento de uma ampla gama de eventos críticos de vida, tais como doenças graves, cirurgias, problemas financeiros e traumas. Ao considerar o *coping* religioso como um construto multidimensional entende-se que, normalmente, os métodos de *coping* religioso não são utilizados sozinhos. Na maioria das vezes, eles são aplicados em combinação, mostrando-

se interrelacionados através de dois padrões já comentados: o positivo e o negativo (Schiff, 2006).

Pargament et al. (1998) identificaram em seu estudo dois grandes padrões de relação dos métodos de *coping* religioso: o positivo e o negativo. O padrão positivo de *coping* religioso inclui uma relação segura com uma figura divina, superior, uma crença de que existe um bom significado para a vida a ser encontrado e um senso de conexão espiritual com os outros. No pólo oposto encontra-se o padrão negativo, que se expressa por uma menor relação de segurança com a figura divina, uma visão pessimista e agourenta do mundo e uma luta religiosa na busca e na conservação de um significado para a existência humana (Pargament et al., 1998; Pargament et al., 2001).

Pedidos e rezas foram relatados como comportamentos que provocaram a redução de ansiedade. Tais discursos denotam os métodos de *coping* religioso destacados por Panzini (2004) do tipo intervenção divina e conexão espiritual. No primeiro aparece a súplica por uma ação direta da divindade de que salve os mais próximos, enquanto no segundo predomina a busca por uma conexão com as forças transcendentais durante a passagem do tornado como se esse ato fosse cessar o que estava ocorrendo (Panzini, 2004).

Subcategoria 4.5 Verificação

Os elementos temáticos que compõem essa subcategoria indicam a verificação e monitoramento da barragem como uma estratégia de enfrentamento. A verificação diz respeito ao comportamento de verificar com frequência certo objeto ou situação como forma de dirimir pensamentos catastróficos sobre eles. Assim, uma das moradoras atingidas destacou que “de vez em quando faço uma caminhada até lá para ver se tem vazamentos”(1). A avaliação visual feita pelos próprios moradores no local da barragem, portanto, atua como uma estratégia de enfrentamento por aumentar a segurança dos moradores. Além disso, uma moradora atingida destacou que necessitou de uma avaliação estrutural realizada pelo cônjuge, engenheiro civil (“precisei que meu marido avaliasse a nova barragem para ficar tranquila”). Enquanto outra moradora evidenciou que apenas retornou para a sua residência após avaliação de um engenheiro, contratado de forma terceirizada e sem vínculos com a CASAN (“a minha casa precisou de avaliação de um engenheiro”).

O comportamento de monitoramento foi adotado no período pós-desastre e se estendeu até o período atual. O monitoramento confirma a insegurança, medo e ansiedade dos moradores em relação à possibilidade de ocorrer um novo desastre. Os moradores concordam que um novo desastre pode voltar a ocorrer, e por conta disso, adotaram esse comportamento de monitoramento como estratégia para redução de ansiedade. Outrossim, percebe-se a insegurança instaurada em relação às instalações da empresa CASAN. Concomitante a isso, os comportamentos refletem a tendência unânime dos moradores desfavorável em relação à CASAN, as informações que possuem sobre o desastre, assim como a representação mental da CASAN enquanto culpado e inimigo (Koelzer & Bousfield, 2020).

Subcategoria 4.6 Busca por justiça

Os elementos temáticos que compõem essa subcategoria indicam que a comunidade atingida se sentiu mais segura atuando ativamente na busca por seus direitos diretamente com a CASAN. A partir da análise de conteúdo, ficou evidente que os atingidos possuem uma orientação totalmente desfavorável em relação a CASAN, assim os comportamentos dos moradores foram preditivos de desconfiança e de desgaste emocional proveniente de um processo penoso de recuperação (“foi muita luta para garantir nossos direitos de volta”; “foram tantas negociações até que pesadelo acabou”). Os termos “luta” e “pesadelo” sugerem que a CASAN poderia ter facilitado o processo de participação dos atingidos nas tomadas de decisões, embora, a partir da análise, fica evidente que a participação foi exaustiva para a garantia dos direitos de cada atingido. Toda luta sugere a existência de dois pólos, um contra o outro. Dessa forma, a unidade de registro “luta” indica a posição dos moradores contra a CASAN.

O sentimento de injustiça também foi destacado no estudo de Primo et al. (2018) que estudaram o sofrimento diante da violação dos direitos humanos das pessoas atingidas por desastres. Nesse estudo, os autores evidenciaram o maior desastre socioambiental ocorrido no Brasil e um dos maiores do mundo relacionado à mineração: o rompimento da barragem de Fundão, pertencente à empresa Samarco Mineração S. A. A partir desse desastre, ocorrido no quinto dia de novembro de 2015, o sentimento que imperou nos atingidos no pós-desastre e se prolongou por anos foi o de injustiça. O enfraquecimento das leis ambientais tornou-se evidente, revelando uma série de violações aos direitos fundamentais dos atingidos. Observa-se uma erosão significativa do direito à saúde, à

moradia e a um ambiente saudável, bem como dos direitos trabalhistas e do respeito à participação social nas decisões. Este cenário desencadeou a destruição de direitos que foram historicamente conquistados. Essa realidade se aproxima da mencionada pelos atingidos pela barragem da CASAN, principalmente no que diz respeito à “luta” dos atingidos nas tomadas de decisões (Primo et al., 2018).

Subcategoria 4.7 Permissão para o sofrimento do luto simbólico

Os elementos temáticos que englobam essa subcategoria elucidam o sofrimento que os moradores sentiram, seja por meio do luto de uma morte física, assim como o luto simbólico por perder o carro que tanto sonhou, os primeiros sapatos do filho guardados há anos, fotografias de entes queridos que já partiram desta vida, roupas usadas em ocasiões especiais, documentos imobiliários importantes, o brinquedo favorito do filho, etc. Além dessas perdas, existe a perda da identidade, da satisfação pelo lugar, perda da segurança e da dignidade. Dito isso, são unidades de registro que ilustram essa subcategoria: “eu me permiti sofrer”(2); “nós não perdemos pessoas, mas perdemos coisas valiosas sentimentalmente”(1); “o sofrimento e o luto foram necessários”(1); “eu senti a dor de um luto pelas fotos que perdi”(1). A permissão para o sofrimento possibilita que o sofrimento seja sentido e não estendido. Um sofrimento negado e evitado pode ser prolongado.

Uma das moradoras evidenciou que o desastre interrompeu projetos de vida, sobressaindo perdas materiais: “O rompimento da barragem transformou completamente nossas vidas. Além de perdas materiais, os moradores tiveram muitas perdas de objetos significativos, perdas de projetos de vida, de esperança”(1). A afirmação, inclusive dita no plural de forma a abarcar toda a comunidade atingida, indica que foram perdas que modificaram a vida de todos os atingidos de forma generalista e avassaladora. A representação social de um determinado objeto é composta pelo conhecimento compartilhado no cotidiano, incluindo crenças, imagens e metáforas. Usualmente os indivíduos adotam imagens e representações que são o produto de um processo coletivo de interpretação e atribuição de significado a novos objetos. Este processo é orientado pela comunicação interpessoal e midiática (Koelzer & Bousfield, 2020). Segundo Marková (2006), de forma dinâmica, alguns fenômenos se transformam em problemas sociais por atingir notoriedade através dos meios de comunicação em massa.

A partir das pesquisas *in loco* realizadas junto à comunidade atingida, o SAJU/UFSC (2021) classificou a existência de, pelo menos, 10 dimensões de prejuízos de ordem extrapatrimonial que foram abarcados em processos de indenização por danos morais, sendo eles: 1) risco de morte; 2) perda de moradia; 3) perda de objetos insubstituíveis; 4) abalos ao meio de sustento/renda; 5) desestruturação cultural, comunitária e familiar; 6) morte de animais domésticos; 7) abalo à saúde e danos psicológicos; 8) dispêndio de tempo para encarar o processo e constrangimento no curso do processo; 9) dano ao projeto de vida; 10) deslocamento compulsório.

Considerações finais

De forma a responder ao objetivo deste estudo, a dimensão informacional das representações sociais de desastre socioambiental revelou como os moradores afetados internalizaram e interpretaram as informações sobre o desastre ocorrido. Os atingidos caracterizaram o desastre como um evento de “grandes proporções”, destacando sua magnitude, tendo como base de comparação outros desastres ocorridos em âmbito local e nacional. A classificação do fenômeno como uma “enxurrada” de “lama” foi unânime. Sobretudo, os atingidos salientaram que o desastre não se trata de um evento natural, mas sim provocado pelas ações humanas, mais especificamente à CASAN. Essas representações sociais demonstram estar ancoradas na situação da estrutura da barragem e na percepção de negligência por parte da referida empresa. As informações que os moradores possuíam sobre o desastre foram obtidas principalmente de fontes midiáticas, advogados, profissionais da saúde, membros da comunidade, que ajudaram a esclarecer direitos, condições estruturais das habitações e prósperas etapas do processo de recuperação do desastre.

A dimensão atitudinal das representações sociais de desastre socioambiental revela as atitudes com orientação desfavorável dos atingidos em relação ao desastre e seus desdobramentos. Emocionalmente, os sentimentos que prevaleceram foram: raiva, medo, preocupação e indignação, refletindo uma valência negativa em resposta ao desastre e experiências pós-desastre obtidas nas negociações com a empresa. Portanto, essas emoções foram suscitadas pela percepção de humilhação decorrente das negociações do evento, o que reforça as atitudes desfavoráveis dos moradores em relação à CASAN, a quem atribuem responsabilidade direta pelo ocorrido. Os elementos temáticos desta categoria demonstram que os moradores encontram no lugar *affordances* significativos

que os fazem permanecer em suas moradias afetadas. Esses *affordances* incluem a satisfação de necessidades básicas e emocionais, como a disposição de recursos naturais no local, estabelecer e manter laços sociais com a comunidade, realizar aspirações pessoais e profissionais, utilizar recursos naturais disponíveis na região e fortalecer laços culturais. Nesse contexto, apesar de os moradores possuírem experiências traumáticas englobadas à nova percepção e significado de lugar, a análise demonstra que os atingidos conseguem explorar e interagir com os *affordances* disponíveis para reconstruir suas vidas e comunidade.

Além das emoções desconfortáveis, a dimensão atitudinal também se manifesta na tentativa dos atingidos de se afastarem de fatores desencadeantes de ansiedade como uma forma de defesa psicológica. Expressões como “quero sair daqui”, “não me sinto mais seguro aqui” e “tudo me lembra aquele dia” ilustram como o desastre alterou significativamente a percepção e o vínculo emocional dos moradores com o lugar - físico e social. Percebeu-se a tendência desfavorável em relação ao lugar, de forma a suscitar o desejo pelo deslocamento e desocupação da habitação. A postura adversa dos moradores não apenas molda sua percepção do desastre como um evento provocado pelo descaso humano, mas também orienta suas interações com as instituições responsáveis e as estratégias de enfrentamento adotadas.

A dimensão de campo/imagem das representações sociais de desastre socioambiental revela a representação mental que os moradores afetados atribuem ao evento catastrófico. Em resposta à nomeação do desastre ambiental, emergiram representações que descrevem o evento como um “ato criminoso”, um “crime ambiental” e um “desastre anunciado”. Estas representações demonstraram-se ancoradas na percepção de negligência e descaso por parte da CASAN. A empresa é representada como culpada por não realizar manutenções adequadas na barragem e por ignorar os alertas prévios dos moradores sobre problemas estruturais.

A materialidade da representação social se manifesta também nas moradias dos atingidos, que se tornaram símbolos concretos da dor dos moradores. As habitações danificadas não apenas refletem os danos causados pelo desastre, mas simbolizam o trauma emocional e a injustiça percebida. Além disso, a dimensão de campo/imagem revela a comparação frequente entre o desastre na Lagoa da Conceição e outros desastres notórios, como Brumadinho. Essas associações foram realizadas com base nas semelhanças em relação às suas características físicas dos eventos, pois ambos se

configuram enxurradas de lama, assim como nos desdobramentos legais e nas políticas de reparação adotadas.

A categoria que se refere às estratégias de enfrentamento pós-desastre revelou sete subcategorias, compostas pelas principais estratégias utilizadas pelos moradores para lidar com os desafios sobrepostos pelo desastre. A primeira subcategoria “busca por suporte social”, destacou a importância do apoio da comunidade e da família no processo de recuperação. Os moradores encontraram conforto e assistência por meio de doações e suporte emocional, demonstrando como relações positivas podem diminuir os efeitos do estresse pós-traumático. A “resolução de problemas” emergiu como uma estratégia central, envolvendo esforços ativos para lidar com questões práticas imediatas, como a busca por abrigo temporário e a recuperação de bens. Essa estratégia tornou-se crucial para restaurar o senso de controle e segurança entre os atingidos. A “evitação de fatores desencadeantes de ansiedade” revelou-se como uma estratégia frequente entre os atingidos para se esquivar do contato com lembranças traumáticas do desastre. O “apoio espiritual ou religioso” emergiu como uma fonte significativa de conforto e resiliência para os moradores que já possuíam alguma crença *a priori*. A fé e a espiritualidade proporcionaram a atribuição de um significado “celestial” para o desastre e aceitação, facilitando a adaptação psicológica e emocional às circunstâncias adversas no pós-desastre. A “verificação” destacou o comportamento de monitorar as ações da CASAN e da barragem como uma estratégia de minimizar a ansiedade. Esta estratégia reflete a necessidade contínua de segurança e vigilância pela representação concreta da CASAN enquanto uma empresa que não podem confiar. A “busca por justiça” evidenciou a luta dos atingidos por seus direitos de ressarcimento integral pelos danos decorrentes do desastre e retorno às suas vidas comuns. Finalmente, a “permissão para o sofrimento do luto simbólico” reconhece a necessidade de processar emocionalmente as perdas significativas, tanto materiais quanto simbólicas, causadas pelo desastre. Essa permissão para o luto é crucial para o processo de recuperação e adequação psicológica dos moradores atingidos.

Em suma, os resultados desta pesquisa destacam a importância de uma gestão de riscos e desastres dotada de uma comunicação eficaz, da solidariedade comunitária e da adaptação psicológica. De acordo com a análise, a gestão de riscos necessita de intervenções psicológicas imediatas para amenizar o impacto psicológico no pós-desastre e prevenir o desenvolvimento de um Transtorno de Estresse Pós-Traumático. Os achados

revelaram ainda que a reconstrução da vida cotidiana foi um processo problemático e desgastante, marcado por esforços individuais e coletivos para restaurar infraestruturas físicas, bens, o senso de normalidade, dignidade e segurança perdidos. Como sugestão de futuras pesquisas na área, sugere-se investigar como as políticas públicas influenciam e são influenciadas pelas representações sociais de desastres, com foco em práticas de gestão e recuperação. Outrossim, sugerem-se estudos que busquem analisar os impactos psicológicos, a longo prazo, provocados por desastres em diferentes grupos na comunidade, como, por exemplo, quando os atingidos se configuram crianças, idosos, pessoas com deficiência e/ou de baixa renda.

Referências

- Aldwin, C. M. (1993). Coping with traumatic events. *PTSD Research Quarterly*, 4(3), 1-8
- American Psychiatric Association. (2023). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V-TR*. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed.
- Alves, R. B., Kuhnen, A., & Cruz, R. M. (2019). Escala de apego à moradia em área de risco: construção e evidências baseadas no conteúdo. *Saúde em Debate*, 43(spe3), 137-151. Doi: 10.1590/0103-11042019S310
- Abric, J. C. (2003). La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. In J. C. Abric (Org.), *Méthodes d'étude des représentations sociales* (pp. 59-80) Saint-Agne: ÉRÈS.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Carlson, E. B. & Dalenberg, C. J. (2000). A conceptual framework for the impact of traumatic experiences. *Trauma, Violence and Abuse*, 1(1), 4-28.
- Carver, C. S. Scheier, M. F. & Weintraub, J. K. (1989). Assessing coping strategies: A theoretically based approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56(2), 267- 283.
- Castro, A. L. C. de. (2003). *Manual de desastres: desastres naturais*. Brasília (DF): Ministério da Integração Nacional. 182 p.
- Compas, B. E., Banez, G. A., Malcarne, V. & Worsham, N. (1991). Perceived control and coping with stress: A developmental perspective. *Journal of Social Issues*, 4 (4), 23-34.
- Dell'Aglia, D. D. (2000). *O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes*. Unpublished doctoral dissertation, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade
- ESDHC, Escola Superior Dom Helder Câmara. (2015). O rompimento de barragens no Brasil e no mundo: Desastres mistos ou tecnológicos?. www.domhelder.edu.br/uploads/artigo_HRA.pdf
- Favero, E., Trindade, M. C., Passuello, A., Pauletti, C., Foresti, A. J., Sarriera, J. C., & Silva Filho, L. C. P. (2016). Percepção de risco ambiental: Uma análise a partir de anotações de campo. *Revista Interamericana de Psicologia*, 50(1), 64-74.

- Fullilone, M. T. (1996). Psychiatric implications of displacement: contributions from the psychology of place. *American Journal of Psychiatry*, 153(12), 1516-1523.
- Hobfoll, S. E. (1998). *Stress, culture, and community: The psychology and philosophy of stress*. New York: Plenum Press.
- Klein, C., Kuhnen, A., Felipe, M. L., & Silveira, B. B. (2018). Centrado no lugar ou na pessoa? Considerações acerca de foco no mapeamento comportamental. *Temas em Psicologia*, 26(2), 593-604. <https://doi.org/10.9788/TP2018.2-03Pt>
- Koelzer, L. P., & Bousfield, A. B. da S. (2020). Representações Sociais de Desastres Socioambientais na Mídia. *Revista Subjetividades*, 20(2), 1-12. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i2.e9193>
- Gibson, J.J. (1971). *A preliminary description and classification of affordances*. Purple Perils of James Gibson.
- Gibson, J.J. (1979/1986). *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton-Mifflin Company.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed). São Paulo: Atlas.
- Günther, H., Elali, G. A., & Pinheiro, J. Q. (2008). A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: Características, definições e implicações. In J. Q. Pinheiro & H. Günther (Eds.), *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente* (pp. 369-396). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Hodecker, M., Bousfield, A. B. da S., & Felipe, M. L. (2023). “Recupere a Lagoa”: análise barthesiana de imagens pós-desastre na Lagoa da Conceição/SC. *Revista Psicologia, Diversidade E Saúde*, 12, e5054. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpsds.2023.e5054>
- Ibañez Garcia, T. (1988). *Ideologias de la vida cotidiana*. Barcelona: Sendai.
- Kuhnen, A. (2009). Meio ambiente e vulnerabilidade a percepção ambiental de risco e o comportamento humano. *Geografia*, 18(2), 37-52.
- Landau, J. & Saul, J. (2002). Facilitando a resiliência da família e da comunidade em resposta a grandes desastres. *Pensando Famílias*, 4(4), 56-78.
- Lombardo, T.J. (1987). *The reciprocity of perceiver and environment: the evolution of James J. Gibson's Ecological Psychology*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Marková, I. (2006). *Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente*. Petrópolis: Vozes.
- Michaels, C.F., & Carello, C. (1981). *Direct perception*. New Jersey: PrenticeHall.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2013). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: Investigações em psicologia*. Petrópolis: Vozes.
- Nascimento-Schulze, C. M. (2000). Representações sociais da natureza e do meio ambiente. *Revista de Ciências Humanas*, (3), 67-81.
- Ndmais. (2021). *Casan presta esclarecimentos ao MPF sobre desastre ambiental na Lagoa da Conceição*. Recuperado de <https://ndmais.com.br/meio-ambiente/casan-presta-esclarecimentos-ao-mpf-sobre-desastre-ambiental-na-lagoa-da-conceicao/>
- Resolução CNS n. 466, de 12 de dezembro de 2012. (2012). Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html

- Souza, M. T. S. de. (2011). Resiliência e desastres naturais. *Ciência e Cultura*, 63(3), 4-5. <https://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252011000300002>
- Oliveira, F. I. da S., & Rodrigues, S. T. (2006). *Affordances*: a relação entre agente e ambiente. *Ciências & Cognição*, 9, 120-130. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212006000300013&lng=pt&tlng=pt.
- Paiva, C. S. (1994). *O aluno trabalhador e o ensino superior nas representações dos sujeitos do processo* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Palmonari, A., & Cerrato, J. (2014). Representações sociais e psicologia social. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos & Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (pp. 401-440). Brasília: Technopolitik.
- Panzini, R. G. (2004). *Escala de coping religioso-espiritual (escala CRE): Tradução, adaptação e validação da escala RCOPE, abordando relações com saúde e qualidade de vida* (Unpublished master's thesis). Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Paranhos, M. E., & Werlang, B. S. G. (2015). Psicologia nas emergências: uma nova prática a ser discutida. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(2), 557-571. doi: 10.1590/1982-370301202012
- Pargament, K. I., Smith, B. W., Koenig, H. G. & Perez, L. M. (1998). Patterns of positive and negative religious coping with major life stressors. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 37(4), 710-724.
- Pargament, K. I., Tarakeshwar, N., Ellison, C. G. & Wulff, K. M. (2001). Religious coping among religious: The relationship between religious coping and well-being in a national sample of Presbyterian clergy, elders and members. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 40(3), 497-513.
- Polli, G. M., & Kuhnen, A. (2011). Possibilidades de uso da teoria das representações sociais para os estudos pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia*, 16(1), 57-64.
- Polli, G. M., & Camargo, B. V. (2015). Representações Sociais do meio ambiente na mídia impressa. *Paidéia*, 25(61), 261-269.
- Polli, G. M., & Camargo, B. V. (2016). Representações sociais do meio ambiente para pessoas de diferentes faixas etárias. *Psicologia em Revista*, 22(2), 392-406.
- Primo, P., Antunes, M. N., Ramos, M. P., & Oliveira, A. E. (2018). Diante da dos dos outros: desastres e violação de direitos humanos. *Questões sobre direitos humanos: justiça, Saúde e Meio Ambiente* (pp. 169-192). doi:10.30712/isbn9788565276474.169-192
- Rangel, M. (1994). *Representações e reflexões sobre o "bom professor"* (2nd ed.). Vozes.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw Hill.
- Scardua, A. C., Scolforo, C., Machado, G. R., & Daré, P. S. (2022). Em carne viva: impactos psicológicos da perda da casa após um desastre natural. *Self - Revista Do Instituto Junguiano De São Paulo*, 7(1), e05. <https://doi.org/10.21901/2448-3060/self-2022.vol07.0005>
- Schiff, M. (2006). Living in the shadow of terrorism: Psychological distress and alcohol use among religious and non-religious adolescents in Jerusalem. *Social Science & Medicine*, 62(9), 2301-2312.

- Skaggs, B. G. & Barron, G. L. (2006). Searching for meaning in negative events: Concept analysis. *Journal of Advanced Nursing*, 53(5), 559-570.
- Solomon, Z., Mikulincer, M. & Aviztur, E. (1988). Coping, locus of control, social support, and combat-related posttraumatic stress disorder: A prospective study. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55(2), 279-285.
- Spink, M. J. P. (2014). Viver em áreas de risco: Tensões entre gestão de desastres ambientais e os sentidos de risco no cotidiano. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(9), 3743-3754.
- Universidade Federal de Santa Catarina. (2021). *Nota técnica sobre a situação da Lagoa da Conceição*. <https://noticias.paginas.ufsc.br/files/2020/05/nota-completa-aqui.pdf>
- Vala, J., & Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In Vala, J. & Monteiro, M. B. (coord.), *Psicologia social* (9ª ed.), (pp. 569-602). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Valêncio, N. (2012). *Para além do "dia do desastre" - o caso brasileiro*. Curitiba: Editora Appris.
- Villas Bôas, L. P. S. (2004). Teoria das representações sociais e o conceito de emoção: diálogos possíveis entre Serge Moscovici e Humberto Maturana. *Psicologia da Educação*, (19), 143-166.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752004000200008&lng=pt&tlng=pt
- Yin, R. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2a ed. Porto Alegre, RS: Book

5.4 ARTIGO 4: ABORDAGEM DINÂMICA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DO DESASTRE AMBIENTAL DECORRIDO NA LAGOA DA CONCEIÇÃO/SC

RESUMO: O rompimento da barragem da lagoa artificial de infiltração da Estação de Tratamento de Esgotos da Lagoa da Conceição (ETE), em janeiro de 2021, liberou mais de 130 milhões de litros de matéria orgânica, considerado o maior desastre ambiental de Florianópolis/SC. **OBJETIVO:** Analisar os riscos ambientais aos quais os atingidos foram expostos e identificar os processos de objetivação e ancoragem das representações sociais (RS) sobre o desastre ambiental da Lagoa da Conceição/SC. **MÉTODO:** Foi realizada uma análise documental composta pelas transcrições na íntegra de atas de reuniões, assembleias e requerimentos elaborados pelos atingidos. **RESULTADOS:** A partir disso, foram identificadas seis categorias e 15 subcategorias. Os documentos forneceram evidências dos impactos do crime socioambiental, que circundam esferas sociais, psicológicas, ambientais, educacionais, profissionais e econômicas; a mobilização e organização da comunidade para se recuperar da crise; reivindicações e demandas emergenciais para manter a dignidade enquanto buscam justiça; a ação jurídica e busca por justiça; divulgação midiática como forma de conquistar visibilidade e justiça; (des)organização social e fortalecimento do senso de pertença social. **CONCLUSÃO:** Após o desastre, os afetados objetivaram a empresa como culpada, ancorando suas representações em tragédias semelhantes, como Brumadinho e Mariana, para reivindicar reparação. A comunidade busca apoio jurídico, especializado e social para enfrentar os impactos, destacando a importância da mobilização coletiva por direitos socioambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Desastre Ambiental; barragem; Psicologia Ambiental; Representações sociais.

Introdução

O presente artigo aborda o impacto socioambiental após o desastre ambiental cometido pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) na Lagoa da Conceição, destacando a relevância da mobilização comunitária em busca de reparação e justiça para os moradores afetados. A Lagoa da Conceição, uma importante região turística e ecológica, foi palco de um desastre socioambiental que afetou a vida de inúmeras famílias. Diante desse contexto, a comunidade se organizou e mobilizou para enfrentar os desafios impostos pela empresa responsável e buscar soluções para os danos causados.

Em 25 de janeiro de 2021, ocorreu o rompimento da Lagoa de Evapoinfiltração da Estação de Tratamento de Esgoto da Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN), situada no bairro da Lagoa da Conceição/SC. Esse incidente resultou na inundação das casas na Servidão Manoel Luiz Duarte com um efluente contendo elevado teor de matéria orgânica e outras substâncias químicas.

Além dos impactos ambientais, que têm sido objeto de análises e estudos por parte de diversas entidades, o rompimento da lagoa de evapoinfiltração também ocasionou violações sociais e culturais. Na ocasião, mais de 145 pessoas, entre proprietários e inquilinos, foram

diretamente afetadas. Além disso, 79 unidades habitacionais foram prejudicadas, e ocorreu a perda de 8 animais domésticos e o desaparecimento de mais 5 animais, que fugiram de suas residências e não retornaram. Cerca de 15 residências permaneceram inabitáveis até setembro de 2021. Adicionalmente, aproximadamente 30 inquilinos precisaram mudar-se permanentemente de suas casas, devido aos impactos causados pelo rompimento da lagoa de evapoinfiltração.

Os impactos sofridos por essas pessoas indicam ser significativos e abrangentes. Normalmente, os impactos dependem de diversos fatores, como a magnitude da barragem, da localização, do tipo de barragem, das medidas de mitigação implementadas e das características socioeconômicas das comunidades afetadas ou de cada pessoa atingida. O deslocamento forçado das pessoas atingidas por barragens para a construção de uma nova barragem pode resultar em perda de lares, terras agrícolas, fontes de subsistência e conexões sociais. Todavia, a construção de uma barragem pode inundar terras agrícolas e áreas de pesca, o que pode prejudicar a fonte de renda e subsistência das comunidades locais. Isso pode levar a um aumento na pobreza e no desemprego. Já a criação de uma nova barragem pode alterar drasticamente o ecossistema local, causando a perda de habitats naturais, afetando a biodiversidade e interrompendo o fluxo natural dos rios. Isso pode levar à extinção de espécies, desequilíbrios ecológicos e redução da pesca. Se não forem implementadas medidas adequadas de gestão de barragens, pode haver riscos de ruptura, o que representa uma ameaça à vida e à propriedade das comunidades localizadas rio abaixo. A construção de uma barragem pode resultar na perda de locais históricos, culturais e religiosos significativos para as comunidades locais, impactando a identidade cultural. A mudança no ambiente e as condições de vida resultantes do deslocamento e impactos ambientais podem afetar a saúde física e mental das comunidades atingidas (Silva, Bucher-Maluschke, & Mori, 2021).

A associação da teoria das representações sociais (TRS) ao tema dos desastres, incluindo desastres causados pelo rompimento de barragens, é importante por diversas razões, dentre elas pode-se destacar a possibilidade de compreender como as pessoas pensam, interpretam e reagem frente a esses eventos complexos e de risco, sejam elas atingidas, entidades governamentais, órgãos e setores públicos, assim como representantes da empresa responsável pela ocorrência do desastre (CASAN) (Bousfield & Bertoldo, 2017). Isso é fundamental para entender as preocupações e expectativas do público leigo em relação à prevenção, mitigação e resposta a tais eventos. Compreender as percepções dos atingidos em relação ao desastre pode ajudar os formuladores de políticas a tomar decisões informadas que levem em consideração as

preocupações e necessidades da comunidade. Outra contribuição sobre esse estudo trata-se de poder compreender como as RS, as agências de gestão de desastres e outros órgãos podem desenvolver estratégias de comunicação mais eficazes. Isso inclui a capacidade de comunicar riscos de maneira clara e acessível, abordando as crenças e preocupações do público de maneira adequada (Slovic, 2006). A associação da teoria das RS também pode ser usada para promover o engajamento da comunidade em medidas de preparação e resiliência a desastres. Ao compreender as RS da comunidade, é possível criar programas de conscientização que sejam relevantes e eficazes. Entender as RS também possibilita auxiliar na avaliação de impactos após um desastre e na implementação de intervenções adequadas para lidar com as necessidades psicossociais das pessoas afetadas. Isso é crucial para o processo de recuperação (Slovic, 2010).

De acordo com a teoria das representações sociais (Moscovici, 2012; Jodelet, 2001), a representação surge na interação entre um objeto e um sujeito. É relevante destacar que, na teoria, abordar a subjetividade remete a uma visão do indivíduo não como um ser isolado, mas como um ator social inserido em uma rede de interações e caracterizado por sua afiliação social. A integração dos indivíduos em grupos sociais está relacionada a dois aspectos fundamentais da vida em sociedade: a participação em uma rede de interações através da comunicação interpessoal e a pertença a grupos sociais e culturais que moldam a identidade. Com base nas representações de um fenômeno, os indivíduos são capazes de avaliar e posicionar-se diante dos riscos (Bousfield & Bertoldo, 2017).

Tendo em vista que aquilo que a realidade é fortemente influenciada por aquilo que é socialmente aceito como realidade, Moscovici (2005) ressalta que para compreender as RS, é necessário compreendê-las e contextualizá-las historicamente; ou seja, para compreender uma RS, torna-se necessário investigar a origem dessa representação, de onde ela surgiu. Dessa forma, é possível situar historicamente uma representação em dado momento em que ela se torna familiar para um determinado grupo. Assim, é preciso compreender os processos de ancoragem e objetivação para compreender como as RS são formadas em determinado grupo.

De acordo com Sá (1998), as RS compreendem modalidades de conhecimento particular que transitam no cotidiano e que viabilizam a comunicação entre os indivíduos. As RS, por meio da ancoragem e da objetivação, criam informações e permitem que os indivíduos se familiarizem com objetos que, de imediato, lhe causam estranheza. A ancoragem pode ser definida como o processo de incorporação e assimilação de novas informações sobre um objeto a um determinado conteúdo cognitivo pré-existente; enquanto a objetivação trata da transformação de um conceito abstrato em algo tangível (Sá, 1998). Moscovici (2005) emprega

o termo “convencionalizar” para retratar uma das funções primárias das RS, isto é, tornar convencional aquilo que ainda não é familiar.

Ancoragem é um processo, cujo nome já diz, de ancorar algo estranho em algo que já lhe é familiar; ou seja, é o processo de classificar, dar um nome a determinada coisa a partir de um sistema particular de categorias que são comparáveis àquele objeto. No processo de ancoragem, esse novo objeto é reajustado para ser incorporado a categoria pré-existente, adquirindo características da categoria que lhe foi dada (Moscovici, 2005). Nesse sentido, para a ancoragem são necessários três processos básicos, de acordo com Moscovici (2005): atribuição de sentido; instrumentalização do saber; e enraizamento no sistema de pensamento. A atribuição de sentido se refere ao processo de enraizar um novo objeto a um objeto existente de acordo com uma rede de significados que são articulados e hierarquizados; são atribuídos um sentido e um nome a esse objeto. A instrumentalização do saber viabiliza dar um valor funcional à representação, visto que possui uma teoria para se embasar e traduzir o mundo social. O enraizamento no sistema de pensamentos consiste em incorporar as novas representações em um sistema de representações pré-existentes, agora, tornando-as familiares para o indivíduo. O conhecimento anterior e o posterior são transformados; porém, o sistema anterior ainda é o que prevalece de referência nos mecanismos de classificação, comparação e categorização de um novo objeto (Moscovici, 2005).

Já no que se refere a objetivação, consiste em “descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso, é reproduzir um conceito em uma imagem” (Moscovici, 2005, p. 71). De acordo com o autor supracitado, a objetificação implica três movimentos, sendo eles: seleção e descontextualização; formação de núcleo figurativo; e naturalização dos elementos. Em relação à seleção e descontextualização, o indivíduo precisa selecionar alguns conhecimentos dentro de um conjunto total preexistente, valores culturais e religiosos, tradição cultural, experiências, etc. Com isso, a partir da transformação do conceito, constrói-se um modelo figurativo. Agora, os elementos que foram construídos passam a ser naturalizados como partes do objeto.

A TRS também pode ser aplicada na promoção da prevenção e redução de riscos de desastres. Ao compreender como as comunidades percebem as ameaças ambientais, é possível adaptar estratégias de mitigação de riscos de maneira mais eficaz. Em resumo, associar a TRS ao tema dos desastres ambientais, como o rompimento de barragens, é importante para uma gestão mais eficaz e orientada pelo público desses eventos. Isso permite uma melhor compreensão das percepções e atitudes das pessoas, bem como o desenvolvimento de

estratégias e políticas mais adequadas para lidar com os desafios relacionados aos desastres e ao aumento da resiliência das comunidades afetadas (Pinheiro & Gorayeb, 2019).

O estudo das RS no âmbito dos desastres ambientais permite ampliar a compreensão dos conhecimentos da população acerca do ambiente e uma apreensão do processo pelo qual as pessoas se apropriam do conhecimento científico, incluindo-o no discurso social (Félonneau, 2003; Jodelet, 1996; Koelzer & Bousfield, 2020; Polli & Kuhnen, 2011). Nesse sentido, se torna possível entender como as pessoas representam o lugar em que vivem; assim como as informações, atitudes e imagens que são apropriadas aos desastres. Estudos acerca das RS do ambiente (Joffe, Rossetto, Solberg, & O'Connor, 2013; Moloney et al., 2014; Oliveira & Maia, 2016; Polli & Camargo, 2015; Polli & Camargo, 2016) demonstram que este é um tema de relevância atual e científica, tendo em vista o crescente número de desastres ambientais que estão ocorrendo no Brasil e no mundo e que impacta abruptamente a saúde global das pessoas atingidas. Tendo isso em vista, este estudo visa identificar os processos de objetivação e ancoragem das RS sobre o desastre ambiental da Lagoa da Conceição/SC.

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo documental. Foram sete relatos transcritos fornecidos de sessões plenárias entre a comunidade atingida e os membros da CASAN; assim como três requerimentos, uma pauta de reivindicações e construções coletivas sobre o desastre. As descrições foram analisadas e categorizadas de acordo com a análise de conteúdo temático-categorial de Bardin. Foram criadas categorias e subcategorias para abarcar todos os elementos temáticos presentes no conteúdo. A partir da técnica ‘amostragem em bola de neve’ alcançaram-se informantes que pudessem contribuir para a interpretação do fenômeno aqui estudado. Para o desenvolvimento desta pesquisa, adotou-se como base a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a qual preconiza as questões éticas e de respeito em relação às pesquisas realizadas com seres humanos. O desenvolvimento desta pesquisa foi iniciado após obtida a aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina (CAAE 54361221.7.0000.0121; Parecer nº 5.239.303).

De acordo com Alsina (2009) o mundo possível é aquele construído e narrado pelo enunciador. Aquele que anuncia a sua realidade faz parecer verdade o mundo que constrói. É nesse contexto que se tornou necessário analisar o conteúdo descrito pelos atingidos sobre aquilo que aconteceu com cada um deles, em sua realidade. As pessoas puderam argumentar sobre o desastre, seus impactos, sentimentos que os atravessaram, dores emocionais, direitos

enquanto cidadãos, assim como aquilo que representavam sobre o desastre ocorrido. A preocupação ocorre em demonstrar a complexidade do desastre a partir da perspectiva daqueles que a vivenciaram, de forma a mobilizar a compressão para além dos fatos narrados em si.

Resultados e Discussão

A análise de conteúdo temático-categorial de Bardin consistiu em identificar e agrupar os principais temas ou categorias presentes nos relatos. Essas categorias e subcategorias emergem dos relatos dos acontecimentos e ações tomadas pela comunidade após o crime socioambiental da CASAN. A análise permite compreender a complexidade do impacto desse crime na vida dos moradores e a mobilização coletiva em busca de justiça, reparação e melhoria das condições de vida. O diálogo com instituições, especialistas e assessoria jurídica é evidente, bem como a preocupação com questões sociais, ambientais e de saúde dos atingidos. A urgência na tomada de ações e a busca por soluções coletivas também são destaques nessa análise temática-categorial. Com base nos sete relatos transcritos fornecidos de sessões plenárias entre a comunidade atingida e os membros da CASAN, foi possível identificar seis categorias e 15 subcategorias.

Quadro 13.

Categorias, subcategorias e elementos temáticos constituídos a partir da análise documental de materiais elaborados pelos atingidos pela enxurrada

<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Elementos temáticos (citações na íntegra dos afetados pelo desastre)</i>
Categoria 1: Impactos do crime socioambiental	Subcategoria 1.1: Nós, atingidos Subcategoria 1.2 Danos materiais e patrimoniais Subcategoria 1.3: Danos à saúde física e mental Subcategoria 1.4: Danos ambientais e ecológicos	<i>1.1 “Nós, atingidos e atingidas da Servidão Manoel Luiz Duarte, estamos desde o dia 25 de janeiro de 2021”.</i> <i>1.2 “Minha casa ficou completamente destruída, perdi todos os móveis e pertences pessoais.”</i> <i>1.2 “a perduradora situação de indefinição e o não recebimento dos recursos referentes às perdas materiais gera uma angústia contínua nos moradores atingidos que agrava sua condição psicológica, já fragilizada pelo trauma do rompimento.”</i> <i>1.3 “Muitas pessoas estão sofrendo com problemas respiratórios e emocionais desde o desastre.”</i>

Categoria 2: Mobilização e organização da comunidade	Subcategoria 2.1: Assembleias e reuniões de moradores Subcategoria 2.2: Criação de comissões e representantes	1.3 "É importante oferecer suporte psicológico para lidar com o trauma e o estresse causados pelo desastre." 1.3 "Nós, atingidos e atingidas [...] buscando forças para recomeçar nossas vidas frente aos graves impactos decorrentes do rompimento da Lagoa de Evapoinfiltração da CASAN. São muitas as famílias que permanecem sem poder retornar para suas casas, além do sentimento reiterado de pavor nas noites chuvosas, entre outras consequências traumáticas causadas na comunidade"(sic). 1.3 "Foi solicitado por diversos moradores um apoio psicológico aos afetados. A CASAN já está ciente e se comprometeu a contratar um grupo de especialistas para apoio a longo prazo. A contratação será feita, segundo consta, no dia 29/01/2021"(sic). 1.4 "A lagoa e a mata ao redor foram completamente contaminadas pela lama tóxica." 2.1 "Nos reunimos na praça para debater as medidas que deveríamos tomar em relação à empresa responsável." 2.1 "Estamos aqui para nos ajudarmos e enfrentarmos juntos essa situação difícil." 2.2 "Decidimos criar uma Comissão de Atingidos para representar todos os moradores afetados." 2.2 "É fundamental que todos os moradores atingidos sejam ouvidos e representados." 2.3 "Contamos com o apoio de uma assessoria jurídica especializada para garantir nossos direitos." 3.1 "Pedimos à empresa que forneça um auxílio emergencial para nos ajudar a comprar comida e itens essenciais." 3.1 "Precisamos de atendimento médico urgente para cuidar das pessoas feridas e doentes."
Categoria 3: Reivindicações e demandas emergenciais	Subcategoria 3.1: Medidas emergenciais Subcategoria 3.2: Indenizações e compensações Subcategoria 3.3: Regularização fundiária dos imóveis	

Categoria 4: Ação jurídica e busca por justiça	Subcategoria 4.1: Assessoria jurídica e orientação legal Subcategoria 4.2: Acionamento de órgãos públicos e autoridades Subcategoria 4.3: Movimentos sociais	3.1 "É urgente que a empresa faça os reparos necessários nas casas e ruas afetadas pelo desastre." 3.2 "Exigimos que a empresa nos indenize pelos danos causados em nossas propriedades." 3.2 "É justo que a empresa nos compense pelos problemas de saúde que estamos enfrentando por causa do desastre." 3.2 "Além de reparar os danos às pessoas, a empresa deve também reparar os danos ambientais causados." 3.2 "Que a CASAN reconheça que o ônus probatório não é das famílias atingidas, mas do próprio causador do dano, excluindo-se a possibilidade de exigir documentação consumida pela lama ou notas fiscais referentes à compra de produtos de limpeza, como mencionado no edital." 3.3 "Queremos garantir que nossas propriedades sejam regularizadas para que não tenhamos problemas no futuro." 3.3 "que a CASAN reconheça a desvalorização dos imóveis devido ao dano causado pelo rompimento da lagoa de evapoinfiltração, arcando com possíveis prejuízos". 4.1 "Buscamos a assessoria jurídica para nos ajudar a entender quais são nossos direitos nessa situação." 4.1 "Que a CASAN se responsabilize por custear uma entidade e/ou equipe técnica de profissionais, a serem escolhidos pelos atingidos, para elaborar um laudo pericial da totalidade dos danos sofridos a partir da visão dos atingidos, permitindo assim o direito ao contraditório e o direito a uma assessoria jurídica e técnica independente, como já reconhecido em outros casos de rompimento de barragens". 4.2 "Entramos em contato com o Ministério Público para denunciar a empresa e buscar justiça."
--	---	---

Categoria 5: Divulgação midiática como forma de conquistar visibilidade e justiça Categoria 6: (Des)organização social e fortalecimento do senso de pertença social	Subcategoria 5.1: Divulgação de informações e documentos coerentes Subcategoria 6.1: Sentimento de comunidade Subcategoria 6.2: Apoio de terceiros	4.2 "Contamos com o apoio da Defesa Civil para nos orientar sobre as medidas emergenciais" 4.3 "Além das reparações, precisamos garantir que todos tenham acesso a água, comida e abrigo." 5.1 "Precisamos divulgar esses documentos para que todos saibam o que estamos enfrentando." 5.1 "Vamos entrar em contato com os jornais locais para que nossa história seja conhecida por todos." 6.1 "Estamos aqui para nos ajudarmos e enfrentarmos juntos essa situação difícil." 6.2 "Contamos com o apoio da Defesa Civil para nos orientar sobre as medidas emergenciais." 6.2 "Procuramos um veterinário para ajudar a cuidar dos animais afetados pelo desastre." 6.2 "Contamos com o apoio do Movimento de Atingidos por Barragens para fortalecer nossa luta." 6.2 "A Comissão de Atingidos será responsável por representar os moradores em negociações e decisões."
---	---	---

Categoria 1: Impactos do crime socioambiental

Nessa categoria estão presentes os elementos temáticos que indicam os impactos que o desastre ambiental sucedeu na vida dos atingidos. De acordo com o parecer técnico elaborado pelo Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular (SAJU, 2021) do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ/UFSC) sobre os critérios e parâmetros de danos morais aos atingidos pelo rompimento da barragem, houve a existência de pelo menos 10 dimensões de prejuízos de ordem extrapatrimonial que devem abarcados em uma indenização justa por danos morais: 1) risco de morte; 2) perda de moradia; 3) perda de objetos insubstituíveis; 4) abalos ao meio de sustento/renda; 5) desestruturação cultural, comunitária e familiar; 6) morte de animais domésticos; 7) abalo à saúde e danos psicológicos; 8) dispêndio de tempo para encarar o processo e constrangimentos no curso do processo; 9) dano ao projeto de vida; 10) deslocamento compulsório.

Subcategoria 1.1: Nós, atingidos

Nessa categoria foram abarcados os elementos que referem a nomeação que os moradores escolheram para se referir ao fato de terem sido atingidos por uma enxurrada de água proveniente de uma lagoa de evapoinfiltração. Nos documentos, percebeu-se que os moradores se nomeiam como “*nós, atingidos pelo rompimento da Represa/Lagoa de Evapoinfiltração da CASAN na Lagoa da Conceição em Florianópolis*”(sic). Nos documentos fornecidos, a palavra “*atingidos*”(sic) obteve uma frequência de citação em 103(f). Não houve citações nos documentos de outros termos similares.

As RS que sobressaem a partir do momento em que se é um atingido ou atingida são constituídas por perspectivas subjetivas de seus atores sociais, que, por sua vez, formam o conflito ambiental instaurado pelo rompimento da barragem (Mendes & Boeira, 2022). De acordo com a abordagem desenvolvida por Moscovici (2005), as RS atribuem enfoque à premissa de que as RS são construídas e dinâmicas, pois a compreensão e comunicação dos sentidos de um fenômeno da realidade acontecem de modo conflitivo e controverso. Nesse sentido, a interpretação ao decorrer deste estudo irá abarcar o termo que os próprios atingidos, de forma individual e coletiva, se nomeiam (Mendes & Boeira, 2022).

Isso também reflete a ânsia do coletivo de serem reconhecidos devidamente como um atingido, alguém que estava vivendo uma vida normal e, de repente, sua vida foi transformada de forma abrupta e dolorosa. Esse anseio também indica um traço signifiante da comunidade em se unir em prol de disputar seu devido reconhecimento e reparações. A participação social das pessoas atingidas demonstra que estão orientados e engajados para um objetivo comum – a não redução e simplificação do desastre como um mero acontecimento que gerou danos materiais.

De acordo com os documentos, percebe-se a nítida tentativa dos atingidos em provar que os danos abrangem todos os aspectos de suas vidas – psicológico, social, familiar, cultural, ambiental, educacional, profissional, entre outros. Dessa forma, a partir de um viés territorial-patrimonialista, o conteúdo principal que atravessa o conceito de atingido é o de propriedade. Mendes e Boeira (2022) afirmam que as instituições responsáveis por tramitar planos de reparação e indenização costumam adotar essa abordagem reducionista e não consideram, muitas das vezes, a complexidade dos impactos sócio-ambientais que refletem sobre as vidas de cada atingido. Nesse sentido, o não reconhecimento da territorialidade simplifica os significados que o termo ‘atingido’ pode assumir. O conceito de territorialidade, de acordo com Pinheiro e Elali (2011), está relacionado à possibilidade de construir, conservar e proteger o território como dimensão da própria existência. Além disso, a territorialidade está ligada à

forma de defender e apropriar-se do espaço, tanto física quanto simbolicamente, ao envolver privacidade e espaço pessoal. Nessa perspectiva, os conceitos de espaço pessoal e privacidade estão unidos à importância da intimidade enquanto fenômeno mediador das relações estabelecidas entre pessoa-ambiente e do próprio bem-estar (Pinheiro & Elali, 2011).

Faillace (1990) compreende o termo “atingidos” como uma expressão política para denominar as populações que vivem em torno de barragens e que estão como atores sociais nas disputas sobre um território. De acordo com a Comissão Mundial de Barragens (Benincá, 2010), o conceito de atingidos deve possuir um caráter complexo de forma a abarcar as relações sociais imbricadas e interligadas na comunidade, às vidas, às rotinas, às residências, o significado de lugar e às pessoas deslocadas fisicamente e em seus modos de vida.

Prado Junior, Amaral e Barbosa (2018) esclarecem que, etiológicamente, o conceito de territorialidade é definido em termos territoriais de demarcação de espaços que pertencem a alguém. Porém, os referidos autores ressaltam que o conceito deve abarcar a cultura, mediada pela linguagem, religião, atitudes e tecnologia. Nesse sentido, o conceito de territorialidade deve compreender as suas dimensões físicas, assim como as relações humanas que nela são construídas. Rodríguez-Mancilla e Grondona-Opazo (2018) validam esse conceito ao afirmar que a territorialidade é um elemento constituinte do território, ao passo em que engloba ações de conservação, construção, consolidação e defesa do próprio estilo de vida das pessoas que ali estão. Assim, não há espaço físico se não incluído em um espaço também social, mutuamente. A identificação das pessoas com o lugar sobressai as características geográficas para relações de poder, sociais e cotidianas. As territorialidades são constituídas por ações orientadas a exercer um domínio territorial por indivíduos, grupos e instituições. Além disso, são compreendidas como uma construção social de pertencimento e de identificação com o território (Guarino, 2015).

Como dito, um desastre dessa magnitude não poderia ser restringido a uma denominação que considere apenas uma parcialidade de sua problemática global. O ser atingido por uma barragem induz a compreensão de que as pessoas tenham sofrido danos a sua propriedade, a si mesmos, à economia e à biodiversidade local. Nesse contexto, o município destinatário de uma barragem pode receber compensações financeiras que são asseguradas pela legislação para compensar o cancelamento de alguma atividade produtiva que perturbe a economia local e/ou impacte a biodiversidade local. Mais uma vez, a falta de uma visão ampla e sistêmica restringe o efeito de justiça na concepção hídrica de atingido, já que não são reconhecidos os direitos e impactos gerados sobre as comunidades vizinhas das áreas inundadas.

Subcategoria 1.2: Danos materiais e patrimoniais

Essa subcategoria foi criada para representar os elementos temáticos presentes nos documentos que estão relacionados às descrições dos atingidos de todos os danos físicos em propriedades, infraestrutura e bens pessoais perdidos e/ou danificados. Os relatos indicam que todos os atingidos tiveram suas vidas completamente devastadas pelo desastre. No momento do desastre, a maioria dos atingidos descreve que se preocupou em manter-se vivo, assim como resguardar a vida da família e animais de estimação. Aqueles que conseguiram ter uma reação de resposta mais rápida ainda conseguiram salvar alguns documentos e fotografias, porém todos os eletrodomésticos, móveis e pertences de valor foram tomados pela lama. O arranjo ambiental das residências e rua foram reconfigurados pelo desastre. Os atingidos descrevem que saíram de suas casas apenas com as roupas do corpo. Como o evento aconteceu na madrugada, muitos estavam vestidos de pijama e descalços. Dito isso, os atingidos necessitaram se adaptar bruscamente ao novo contexto. Pessoas da comunidade se reuniram para somar doações aos afetados. Os afetados receberam doações em dinheiro, materiais de limpeza, higiene, alimentos, roupas, calçados, remédios, brinquedos para as crianças e utensílios de cozinha. Vários atingidos tiveram danos estruturais às suas residências, o que necessitou da reconstrução total da residência e reconfiguração do local. Em um dos documentos, foi descrito que “*minha casa ficou completamente destruída; perdi todos os móveis e pertences pessoais*”(sic).

Em um dos requerimentos elaborados, os atingidos descrevem que “*a perduradora situação de indefinição e o não recebimento dos recursos referentes às perdas materiais gera uma angústia contínua nos moradores atingidos que agrava sua condição psicológica, já fragilizada pelo trauma do rompimento*”(sic). Sob essa perspectiva, Arruda (2009) argumenta que as RS se originam através de um intercâmbio de afetos, construções imaginárias e estilos cognitivos, configurando-se por meio de processos sociais e psicológicos. Jodelet (2001) reitera a necessidade de que as RS incorporem elementos afetivos, mentais e sociais, harmonizando-se com a cognição, linguagem e comunicação. Além disso, é crucial considerar a influência das relações sociais não apenas nas representações, mas também na realidade material e social sobre as quais exercem impacto.

Com isso, analisa-se que os atingidos ancoram o desastre à perda irreversível daquilo que existia *a priori*. Jodelet (1984) propõe que a ancoragem seja definida a partir de três modalidades, quais são: significação; instrumentalização; enraizamento de uma RS a um sistema de pensamentos. Tendo em vista o supracitado, percebeu-se que os atingidos

construíram uma rede de significados em torno de uma representação social, para ser posteriormente instrumentalizada, ou seja, o novo saber passa a ser um instrumento de interpretação da realidade e de orientação da ação. Dito isso, ao mesmo passo em que o desastre da Lagoa da Conceição foi um evento interpretado e gerou uma rede de significados no meio social tomando como referência o novo saber; os elementos da representação também expressam as relações sociais constituídas e sofrem o impacto da transformação dos significados (Jodelet, 1984).

Analisa-se que todo o evento em si (o desastre) é um objeto desconhecido para todos os atingidos. Nenhum deles tinha histórico por outra passagem por desastres. De acordo com as narrativas, evidencia-se que os atingidos ancoram o desastre à perda da sua homeostase, da funcionalidade, do *status quo*, de objetos de valor financeiro e/ou afetivo. Ressalta-se a ancoragem do desastre no fator funcionalidade, visto que os atingidos descreveram repetitivamente nos documentos fornecidos o quanto o desastre foi impactante por modificar a sua rotina drasticamente durante meses. Fica perceptível que a instrumentalização tomada a partir da ancoragem das RS foi de sobrevivência. Os moradores atingidos demonstraram que, mesmo deprimidos, desanimados e desmotivados, a união dos atingidos permitiu o compartilhamento de saberes para mobilizar as entidades responsáveis pela restauração. A partir desses processos de ancoragem, percebe-se o movimento de objetivação quando a CASAN é culpabilizada pela falta de manutenção da lagoa de evapoinfiltração e responsável por restaurar o que foi perdido ou danificado.

A figura central a ser abordada é a do “estranho”, que se confunde com a figura do “novo”. Nem tudo o que é chamado de novo é necessariamente estranho. O processo clássico, descrito por Elejabarrieta (1996) em etapas, envolve o surgimento de um objeto desconhecido no ambiente social do grupo, o qual gera ameaças, suscita interesses e produz conflitos que o tornam relevante para a identidade do grupo. Esse processo desencadeia uma intensa comunicação coletiva visando definir, compreender e negociar sentidos no grupo e em relação a outros grupos circundantes. Como consequência dessa negociação, especialmente semântica, alguns conhecimentos são elaborados e compartilhados, promovendo a gênese da Representação Social (RS). Apesar de ilustrativo, esse quadro tem uma limitação semelhante à apresentada na definição da ancoragem por Moscovici (2012), deixando entender que todo objeto ou conhecimento novo sobre fenômenos sociais promove a construção de uma representação. Falta nesse quadro reafirmar a figura do estranho, destacando a essência dessa noção nos estudos das RS.

O segundo processo, o da objetivação, cria um cenário familiar para o que antes era desconhecido, ocorrendo em duas fases. Na primeira, o conceito é relacionado à imagem, incorporando palavras no “núcleo figurativo”, uma estrutura de imagem que reproduz a estrutura conceitual de forma visível, facilitando a comunicação da representação que deixa de ser abstrata e adquire uma existência autônoma. A segunda fase, segundo Moscovici (2012), ocorre quando os elementos do pensamento são transpostos para a realidade, eliminando a separação entre a representação e o objeto representado. Nesse sentido, a ancoragem e a objetivação são fundamentais para a construção das RS. Destaca-se que ambos os processos estão descritos de forma isolada apenas para fins didáticos, embora que, na prática, ocorrem concomitantemente (Moscovici, 2005).

Dada a complexidade intrínseca à ancoragem, Jodelet (1984) propõe uma abordagem que a define por meio de três modalidades distintas. A primeira modalidade concebe a ancoragem como um processo de designação ou atribuição de significado. Nesse contexto, o sistema de valores da sociedade e o quadro das relações sociais entre diversos grupos e seus interesses contribuem para a formação de uma rede de significados em torno de uma representação. Essa rede extensiva de significados é produzida em relação a um sistema de valores da sociedade e a uma rede de representações e ações de outros grupos sociais.

A segunda modalidade é, em grande medida, uma decorrência da primeira e está intrinsecamente ligada ao estudo da objetivação. Uma vez que há a formação de uma rede de significados (primeira modalidade), impulsionada pela novidade do objeto e pela constituição de um modelo figurativo (também um esquema novo), a representação social torna-se instrumentalizada. Em outras palavras, a novidade passa a ser um instrumento para interpretar a realidade e orientar a ação. Estes são processos complementares: enquanto as situações, indivíduos, grupos e eventos são interpretados com base no novo conhecimento, os objetos interpretados sofrem o impacto da transformação de significados. Assim, as RS têm o efeito de gerar significados no meio social e contribuem para a constituição das relações sociais.

A terceira modalidade refere-se ao enraizamento de uma representação social no sistema de pensamento. É preciso abordar a noção de enraizamento com cautela, pois Jodelet (1984) alerta que se estabelece um processo de mão dupla. O novo sofre modificações ao ser incorporado em sistemas preexistentes. No entanto, simultânea ou reciprocamente, ele também exerce seu poder, produzindo efeitos de significação e provocando alterações nos sistemas anteriores.

Subcategoria 1.3: Danos à saúde física e mental

Essa subcategoria aborda os problemas de saúde enfrentados pelos moradores, incluindo questões físicas e psicológicas decorrentes do desastre. Fica nítido a partir dos documentos que os maiores danos foram os financeiros e os que se referem a saúde mental. Nos documentos, os atingidos descrevem que experimentam ansiedade constante, principalmente quando chove, por reviverem o trauma daquela fatídica noite. Os documentos indicam que os atingidos podem ter desenvolvido transtornos mentais (Transtorno do Estresse Pós-Traumático, Transtorno Depressivo Maior, episódios de terror noturno, alucinações, delírios, amnésia e episódios dissociativos) após a ocorrência do desastre. Já em relação aos problemas de saúde decorridos no pós-trauma, os documentos descrevem que as pessoas atingidas tiveram complicações cutâneas (queda de cabelo, manchas na pele, coceiras), ferimentos por cacos de vidro e problemas respiratórios. De acordo com os documentos: *“muitas pessoas estão sofrendo com problemas respiratórios e emocionais desde o desastre”*(sic), assim como *“é importante oferecer suporte psicológico para lidar com o trauma e o estresse causados pelo desastre”*(sic).

Indivíduos que compartilham a experiência de um mesmo evento traumático, mesmo que com intensidades diversas, passam a desenvolver e reconhecer uma identidade própria. Quando esse sofrimento é diagnosticado como uma patologia, ele se torna um elemento de “compartilhamento de identidades”, podendo influenciar os sentimentos e as expectativas em relação aos efeitos da situação que causou o sofrimento (Safatle, 2018).

As mudanças na rotina diária, o sentimento de culpa por ser vítima e a lentidão dos processos jurídicos são exemplos dos desafios enfrentados pelos afetados pelos resíduos de Fundão. Embora seja reconhecido que o sofrimento seja parte da condição humana, também se argumenta que, quando o sofrimento é intensificado por ação ou omissão de uma instituição, seja ela pública ou privada, surgem duas noções distintas: o causador do sofrimento e aqueles atingidos pelo sofrimento (Mendes, 2020).

Alguns dos afetados que ainda lidam com as consequências do crime-desastre buscam transformar esse sentimento de angústia em uma ferramenta de luta. No entanto, as marcas simbólicas e materiais da tragédia ainda persistem em suas vidas, tornando-os vulneráveis a problemas associados à saúde mental, configurando-se como patologias sociais. A perda do direito à socialização na reprodução da vida é o que conecta as vítimas dos rejeitos da Samarco/BHP/Vale à ideia de serem ‘atingidos’ (Mendes, 2020).

Os atingidos demonstram forte comoção emocional desprendidos após o desastre para conseguir se recuperar de todos os danos sofridos e tentar, no menor espaço de tempo, retornar

às suas vidas normais, como visto no relato a seguir presente em um requerimento coletivo enviado a presidenta da CASAN no dia 17 de outubro de 2021 (cerca de nove meses após o rompimento da barragem da CASAN):

Nós, atingidos e atingidas da Servidão Manoel Luiz Duarte, estamos desde o dia 25 de janeiro de 2021 buscando forças para recomeçar nossas vidas frente aos graves impactos decorrentes do rompimento da Lagoa de Evapoinfiltração da CASAN. São muitas as famílias que permanecem sem poder retornar para suas casas, além do sentimento reiterado de pavor nas noites chuvosas, entre outras consequências traumáticas causadas na comunidade (sic) – Atingidos, 17 de outubro de 2021, requerimento coletivo.

Percebe-se pelo relato que houve uma espera prolongada por parte dos afetados em possuir as condições socioeconômicas restauradas para retomar suas rotinas e residências, bem como os prejuízos psicológicos decorrentes. No dia 28 de janeiro de 2021, três dias após o desastre, os moradores atingidos entraram com um pedido de apoio psicológico: *“foi solicitado por diversos moradores um apoio psicológico aos afetados. A CASAN já está ciente e se comprometeu a contratar um grupo de especialistas para apoio a longo prazo. A contratação será feita, segundo consta, no dia 29/01/2021”*(sic).

Novamente diante dos elementos é possível perceber que os atingidos ancoram o desastre à trama de prejuízos psicológicos e traumas decorrentes. Assim, percebe-se que o processo de ancoragem das RS do desastre ambiental permeia a dimensão afetiva, os sentimentos e emoções suscitados pela ocorrência de um trauma significativo. Analisa-se que os atingidos possuem a informação de que o desastre configurou inúmeros traumas psicológicos que necessitam de acompanhamento psicológico. A partir da instrumentalização dessa representação social, os atingidos requisitaram a CASAN para obter esse serviço psicológico necessário. No que se refere ao sentido psicológico, os atingidos objetificam o desastre como um *“pesadelo”*(sic) ou também, *“o pior dia de suas vidas”*(sic). Portanto, o novo evento catastrófico foi ancorado a episódios anteriores que foram traumáticos para os atingidos, porém o novo sobressai por toda a complexidade de impactos obtidos. Nesse sentido, para tornar familiar o que foi desconhecido, o novo se torna objeto de ancoragem somente quando provoca estranhamento, quando, de alguma maneira, desafia e questiona a identidade de indivíduos ou grupos diante de um evento diferente ou incomum, em uma situação específica que demanda novos recursos de conhecimento para compreendê-lo. Em outras palavras, o processo de

ancoragem é acionado em situações que são novas, estranhas e provocadoras (ameaçadoras) (Nova & Machado, 2014).

Subcategoria 1.4: Danos ambientais e ecológicos

Nessa subcategoria estão presentes os elementos temáticos que indicam os impactos negativos pós-desastre causados ao meio ambiente e à fauna e flora locais. Em um dos documentos, os atingidos descrevem que “*a lagoa e a mata ao redor foram completamente contaminadas pela lama tóxica*”(sic). Sendo assim, uma das preocupações dos moradores diz respeito a propagação de tóxicos encontrados na água, que, por sua vez, tecnicamente deveriam ser tratados pela empresa CASAN. De acordo com os documentos, os moradores descrevem que toda a rua sofreu reconfigurações e como consequência, modificou o significado de lugar que possuíam do lugar. Nesse sentido, percebe-se que as RS dos danos causados pelo desastre sucedido podem conter elementos ancorados na funcionalidade, assim como nas modificações e degradação ambientais. Os atingidos percebem que a lagoa sofreu o despejo de efluentes químicos (“*lama tóxica*”) não tratados devidamente pela empresa responsável de forma a impactar a fauna e flora local. De acordo com a Nota Técnica n. 03/PES/2021 (Ministério da Educação, 2021) pelo Projeto Ecoando Sustentabilidade da UFSC, uma das consequências da enxurrada foi a apresentação das chamadas zonas mortas na Lagoa da Conceição. Houve o crescimento de uma microalga que resultou na mudança de cor e textura da Lagoa. No referido documento, os pesquisadores explicam que esse fenômeno contribui para a falta de oxigênio para a vida marinha de toda a lagoa, pois quando as algas morrem, o oxigênio é consumido durante o processo de decomposição (Ministério da Educação, 2021).

De acordo com a nota técnica emitida pelo departamento de botânica da Universidade Federal de Santa Catarina em 25 de janeiro de 2020, a prática correta e desejável do lançamento de efluentes em corpos de águas naturais torna-se por meio da retenção de esgotos tratados em lagoas de maturação, decantação, evaporação ou infiltração. Porém, torna-se imprescindível para garantir um tratamento de qualidade, evitar efeitos indesejados e imprevistos o monitoramento e a publicidade da qualidade dessas águas, de sua possível infiltração e contaminação de águas superficiais ou subsuperficiais, além da estabilidade de taludes e barragens associadas. Nesse sentido, o grande volume de esgoto tratado reservado na lagoa da CASAN, incrementado em matéria orgânica pelos processos fotossintéticos, ao ser despejado pontual e bruscamente, representa uma entrada altamente impactante de compostos químicos e componentes biológicos estranhos à Lagoa da Conceição.

Além disso, a partir dos documentos fornecidos, analisa-se que os atingidos possuem a representação social da magnitude do desastre ancorada no desastre ocorrido em “*Brumadinho*”(sic). Percebe-se, portanto, que a informação que possuem sobre a magnitude do desastre sucedido indica que os atingidos entendem o desastre como de alta magnitude. De forma a requerer reparação integral, o parecer técnico elaborado pelo SAJU (2021) analisou casos semelhantes – porém, sem se restringir às especificidades técnicas e terminológicas – para servir de base à compreensão dos parâmetros e critérios reparatórios, indenizatórios e mitigatórios que as famílias deveriam adotar. Para tanto, os casos utilizados no documento como referência dos supracitados parâmetros foram: Baixo Iguaçu/PR; Mariana e Brumadinho/MG; Itatiaiuçu/MG.

Concomitantemente com isso, analisa-se que as RS dos danos e impactos ambientais estão objetivadas a uma grande tragédia, uma catástrofe que modificou suas vidas por completo. Essa percepção das RS é analisada principalmente quando os moradores atingidos descrevem como se sentem diante do desastre. É notório a tristeza, raiva, medo e sensação de entorpecimento pós-desastre. Portanto, compreende-se que os sentimentos – como o amor, tristeza, raiva, medo, etc. – são tratados pelo senso comum como algo concreto. A objetivação pode ser definida como a materialização de algo que era abstrato. A partir desse processo, surge uma visão naturalizada, socialmente aceita e compartilhada, visando delimitar aspectos invisíveis na realidade. A objetivação permite, portanto, que o grupo compartilhe a realidade em que vivem (Abriç, 1996; Moscovici, 1984).

Categoria 2: Mobilização e organização da comunidade

Nessa categoria estão presentes os elementos temáticos que representam as ações dos atingidos enquanto comunidade mobilizada para a recuperação do desastre. Por consequência dessas ações realizadas em comunidade para seu próprio bem-estar, ocorreu o fortalecimento de vínculos e desenvolvimento de um senso de pertencimento.

Subcategoria 2.1: Assembleias e reuniões de moradores

Os elementos temáticos que possibilitaram a criação dessa subcategoria indicam que para a organização e tomada de decisões em conjunto, a comunidade se mobilizou para realizar encontros coletivos. Nessa direção, percebe-se que os moradores atingidos prezavam pelo compartilhamento de interesses e informações, assim como pela tomada de decisões que estivessem em comum acordo da comunidade. Nesses encontros eram discutidas as situações

de cada família afetada, ações para a recuperação dos bens prejudicados e perdidos, planejar ações em conjunto e pensar em estratégias para alcançar o ressarcimento de todos os prejuízos (sejam financeiros, de saúde, psicológicos, sociais, profissionais, etc.). Em um dos documentos, os atingidos descrevem que “*nos reunimos na praça para debater as medidas que deveríamos tomar em relação à empresa responsável*” (sic). Além de identificar as ações frente a CASAN, os afetados se reuniram com a intenção de “*nos ajudarmos e enfrentarmos juntos essa situação difícil*” (sic).

Percebem-se elementos que indicam a ancoragem das RS de desastres à própria rede de apoio, à própria comunidade em si atingida pelo desastre; isto é, os atingidos demonstram estarem coletivamente orientados para a ação de pressionar a CASAN, ao mesmo passo em que perceberam o fortalecimento dos vínculos como um fator protetivo para lidarem com o desastre. Além disso, percebe-se nas falas dos atingidos a objetivação da empresa CASAN enquanto culpada e “*responsável*”(sic) pela ocorrência do desastre propriamente dito. É notável que os atingidos estão orientados a uma posição defensiva e de ataque a CASAN, pois possuem a informação que a empresa não realizava as manutenções da lagoa de evapoinfração como eram necessárias. Em um dos documentos, os atingidos descrevem que alguns dias antes de o desastre ser sucedido, um dos moradores entrou em contato com a CASAN para avisar sobre um possível vazamento da barragem que estava preocupando os moradores daquela localidade. Um técnico foi enviado ao local para analisar a patologia na barragem, porém nenhuma atitude preventiva foi tomada, o que deixa a população atingida com sentimentos de impotência, raiva e a sensação de que foram totalmente negligenciados. Percebe-se que não somente o desastre em si, mas também o processo de recuperação e restituição de seus bens levou as pessoas à completa exaustão mental. Nos documentos os atingidos descrevem que “*a CASAN não pode ser juiz*”(sic). Isso demonstra que as pessoas objetificam as RS da CASAN enquanto culpada central pela ocorrência do desastre e que a sua imagem está associada à de um inimigo que necessita ser combatido.

Pode-se observar que, para os atingidos, a empresa CASAN é representada por meio de sua objetificação enquanto a responsável pelo desastre, uma ameaça, um inimigo, culpada, o réu. A partir do supracitado, Moscovici (1978, p.174) acrescenta ao afirmar que as RS surgem em situações em que há ameaça à identidade coletiva, quando a comunicação de conhecimentos desafia as regras estabelecidas pela sociedade. A objetivação atenua esse problema ao integrar teorias abstratas de grupos especializados aos elementos do ambiente em geral. O mesmo ocorre com a ancoragem, que transforma a ciência em um conhecimento útil para todos. De maneira

geral, Moscovici (1978) confirma que a objetivação busca concretizar ideias abstratas e converter conceitos em categorias linguísticas.

Subcategoria 2.2: Criação de comissões e representantes

Os elementos temáticos desta subcategoria indicam para a necessidade da formação de grupos e representantes para representar os interesses em comum dos moradores atingidos em negociações com a empresa e órgãos públicos. Os moradores atingidos nomearam uma das atingidas como sua representante legal e presidente eleita da Associação dos Moradores e das Moradoras Atingidos pela Barragem da Servidão Manoel Luiz Duarte (AMABASE). A AMABASE possui como um dos seus objetivos primordiais ser interlocutora das negociações de forma transparente e coletiva, ou seja, ser composta pelos atingidos e representar os direitos e reivindicações de todos. Em uma das atas de reuniões, uma das moradoras atingidas afirma que “*decidimos criar uma Comissão de Atingidos para representar todos os moradores afetados*”(sic). Na mesma ata, também foi descrito como objetivo da AMABASE: “*é fundamental que todos os moradores atingidos sejam ouvidos e representados*”(sic).

A própria configuração de uma comissão de atingidos indica a materialização dos interesses comuns entre os afetados, assim como reflete as diversas e complexas dificuldades enfrentadas durante o processo de restabelecimento à vida comum dos atingidos. Dessa forma, a constituição e criação da AMABASE representa um conjunto de valores e interesses dos atingidos ancorados na ação de fazer justiça, de lutar pelos próprios interesses. A nomeação de um representante legal entre os atingidos levou em consideração a capacidade de dialogar, discutir, defender com seriedade os interesses do grupo e o engajamento da representante nas comissões e assembleias. Além disso, a nomeação demonstra que os atingidos necessitaram de alguém que os representasse por meio de sua comunicação, sem distorcer ou pormenorizar os fatos ocorridos. Na teoria proposta por Moscovici (2005), os elementos conceituais e epistemológicos são considerados em relação à interconexão entre os sistemas de pensamento e as práticas sociais. Isso possibilita a compreensão dos fenômenos complexos do senso comum e da eficácia das RS na orientação dos comportamentos e na comunicação. A psicologia social tem como foco de estudo a comunicação sob a perspectiva de sua estrutura e função. Nesse contexto, a ênfase não está no conteúdo comunicado, mas na maneira como algo é comunicado e no significado que essa comunicação possui para os indivíduos (Alexandre, 2001).

Categoria 3: Reivindicações e demandas emergenciais

Essa categoria abarca os elementos temáticos que indicam todas as reivindicações que foram necessárias no pós-desastre para obter condições ambientais, financeiras, sociais, de saúde, psicológicas, morais e de habitação para conseguirem retomar a sua rotina. Vale ressaltar que os atingidos necessitaram passar cerca de nove meses afastados de suas casas e rotinas convencionais. Durante todo esse tempo, foram necessárias muitas rodas de conversa, requerimentos, processos judiciais e reuniões com a CASAN para conseguir obter meios de retornar às suas residências. Em um dos requerimentos da Comissão de Atingidos escrito por cinco representantes foi descrito que:

É nítida e óbvia a lesão aos direitos intangíveis da população atingida, afinal é inconteste que as pessoas sofreram abalos emocionais, danos à saúde e diversos outros e aspectos de vital relevância que não foram objeto de análise na quantificação da indenização por dano material (sic).

Observa-se, assim, que não apenas os grupos sociais já estabelecidos foram fortalecidos, mas também novos membros foram incorporados ao grupo devido à sua função significativa na promoção de direitos. Trata-se, efetivamente, de um processo de transformação social que influencia várias dimensões e escalas, tanto espaciais quanto temporais. Dentro desse processo de mudança, além das mudanças patrimoniais (com a presença de novos proprietários) e morfológicas (envolvendo uma nova geomorfologia, um novo regime hídrico, etc.), surgem novas dinâmicas socioeconômicas. Na região de implantação, novos grupos sociais emergem, originando novos interesses e desafios que se manifestam (Vainer, 2007). O anseio coletivo pelo reconhecimento de ser afetado é um elemento significativo para o sucesso das comunidades que entram na arena de disputa para alcançar tal reconhecimento (Honneth, 2009). A participação social, orientada por objetivos comuns, desempenha um papel crucial ao identificar os atores afetados e organizar, de maneira jurídica, as devidas compensações e reparações.

Subcategoria 3.1: Medidas emergenciais

Nessa subcategoria estão presentes os elementos temáticos que indicam as medidas emergenciais requeridas à CASAN. Os elementos temáticos abordam a necessidade de receber auxílio financeiro imediato para atender às necessidades básicas após o desastre (ex. “*pedimos à empresa que forneça um auxílio emergencial para nos ajudar a comprar comida e itens essenciais*”(sic)), assim como reivindicam atendimentos médicos urgentes para tratar ferimentos e problemas de saúde decorrentes do desastre (ex. “*precisamos de atendimento*

médico urgente para cuidar das pessoas feridas e doentes”(sic)), e, por fim, elementos que demandam ações rápidas para reparar danos imediatos causados pelo desastre, como consertos de estruturas danificadas (ex. *“é urgente que a empresa faça os reparos necessários nas casas e ruas afetadas pelo desastre*”(sic)).

Percebe-se que os atingidos ancoram as suas representações sociais sobre o desastre ocorrido com a satisfação de suas necessidades fisiológicas. Em relação a isso, compreende-se que os atingidos se preocuparam imediatamente com a sua sobrevivência, para posteriormente buscar os seus direitos ressarcidos e restabelecer o seu bem-estar. Com efeito, os atingidos estão diante de um processo de mudança social que interfere com várias dimensões e escalas, tanto espaciais quanto temporais. Dentro desse processo de mudança, além de ocorrerem alterações patrimoniais (novos proprietários) e morfológicas (nova geomorfologia, novo regime hídrico, etc.), novas dinâmicas socioeconômicas são instauradas. Na região de implantação, novos grupos sociais emergem, trazendo consigo novos interesses e problemas que se manifestam (Vainer, 2007).

Subcategoria 3.2: Indenizações e compensações

Nessa subcategoria estão presentes os elementos temáticos que sugerem solicitações de indenizações para cobrir prejuízos materiais, problemas de saúde física e emocional, assim como estratégias de recuperação ambiental. Os atingidos perderam grande parte dos seus bens, alguns necessitando reconstruir suas residências parcialmente, outros por completo. Além disso, os atingidos precisaram reconstruir o interior das residências, adquirir móveis, utensílios domésticos, refazer documentos perdidos, eletrodomésticos, etc. Após o desastre, os atingidos necessitaram de compensação por problemas de saúde física e emocional enfrentados pelos moradores após o desastre. Os atingidos necessitaram de acompanhamento psicológico pelos sintomas de estresse pós-traumático e episódios depressivos. Já os problemas de saúde física envolvem problemas dermatológicos, respiratórios e cortes provenientes de cortes de vidros. No tocante às ações de recuperação ambiental, os atingidos sugeriram que *“a CASAN se comprometa com a retirada da lagoa de evapoinfiltração e seus dejetos remanescentes do Parque Ambiental das Dunas*”(sic).

Em relação a isso, em 31 de janeiro de 2021, a Associação dos Atingidos enviou uma pauta de reinvenções para a CASAN. No que concerne aos pedidos em relação à saúde, os atingidos solicitaram *“que a CASAN apresente estudo epidemiológico sobre os casos de feridas e doenças bacteriológicas que estão aparecendo nas pessoas que tiveram contato com a água*

e lama do rompimento, custeando todo amparo médico necessário”(sic). Animais domésticos também foram feridos e tiveram sua saúde prejudicada pelo desastre (houve falecimentos). Na supracitada pauta, consta nos pedidos em relação a prestadores de serviço em saúde:

Que a CASAN contrate uma equipe de profissionais independentes (fora dos quadros da própria empresa) para: a) Prestar cuidados médicos e garantir a saúde física dos atingidos por um período mínimo de um ano; b) Dar auxílio e amparo psicológico para as famílias atingidas pelo período em que o protocolo de tratamento estipulado pelo profissional psicólogo/psiquiatra exija; c) prestar atendimento e tratamento veterinário para todos os animais atingidos (sic) – Atingidos, 31 de janeiro de 2021, pauta de reivindicações.

No entanto, ressalta-se que para os atingidos conseguirem o ressarcimento de seus bens perdidos com o desastre, a CASAN solicitou um inventário descritivo com dados detalhados sobre casa objeto, assim como documentos comprobatórios de cada objeto, como nota fiscal ou fotos usando o objeto em questão. Em relação a isso, em uma das pautas de reivindicações, foi solicitado que:

Que a CASAN reconheça que o ônus probatório não é das famílias atingidas, mas do próprio causador do dano, excluindo-se a possibilidade de exigir documentação consumida pela lama ou notas fiscais referentes à compra de produtos de limpeza, como mencionado no edital (sic).

A lesão aos direitos intangíveis da população afetada é evidente e clara. É incontestável que as pessoas experimentaram abalos emocionais, danos à saúde e diversos outros aspectos de vital importância. Tais elementos não foram considerados na avaliação quantitativa da indenização por danos materiais.

Subcategoria 3.3: Regularização fundiária dos imóveis

Nessa subcategoria estão presentes os elementos que tratam da necessidade de regularizar a situação fundiária dos imóveis afetados pelo desastre, como nessas duas descrições em um requerimento dos atingidos para a CASAN: *“queremos garantir que nossas propriedades sejam regularizadas para que não tenhamos problemas no futuro”(sic)* e *“que a CASAN reconheça a desvalorização dos imóveis devido ao dano causado pelo rompimento da lagoa de evapoinfiltração, arcando com possíveis prejuízos”(sic).* Com o desastre, os imóveis sofreram forte desvalorização imobiliária. Algumas famílias da região afetada possuíam a

intenção de vender e alugar em altas temporadas, porém a procura pelos imóveis e o valor será modificado perante o evento.

A regularização fundiária de um imóvel é um processo legal e administrativo que visa regularizar a situação jurídica e cadastral de uma propriedade. A regularização fundiária garante aos proprietários a segurança jurídica de que a propriedade está devidamente registrada e reconhecida perante a lei. Isso evita disputas de propriedade e litígios legais futuros. Além disso, imóveis regularizados têm mais facilidade em acessar serviços públicos, como água, energia elétrica, esgoto, coleta de lixo e transporte público. Isso melhora a qualidade de vida dos residentes. A propriedade regularizada tende a ter um valor de mercado mais alto do que uma propriedade irregular, o que pode ser benéfico para os proprietários em caso de venda ou aluguel. A regularização é essencial para o desenvolvimento urbano sustentável, permitindo que as autoridades municipais planejem e implementem infraestrutura, como estradas, escolas e hospitais, de forma eficaz. Outrossim, pode ajudar a reduzir a desigualdade social, uma vez que permite que comunidades carentes tenham acesso à propriedade legal, possibilitando o acesso a programas governamentais de habitação e assistência social. A regularização fundiária ajuda os proprietários a cumprir as leis locais e nacionais relacionadas à propriedade e ao uso da terra. Isso evita problemas legais no futuro. Em alguns casos, a regularização fundiária pode estar associada a medidas de proteção ambiental, garantindo que as áreas de conservação e os ecossistemas sejam adequadamente preservados. A existência de propriedades regularizadas pode atrair investimentos públicos e privados para a região, contribuindo para o desenvolvimento econômico local. Em resumo, a regularização fundiária é essencial para estabelecer a legalidade, promover o desenvolvimento urbano sustentável, garantir direitos de propriedade e melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem em áreas irregulares. Ela desempenha um papel importante na promoção da estabilidade social e no desenvolvimento econômico de uma região (Machado, Santos, & Cabral, 2022).

Categoria 4: Ação jurídica e busca por justiça

Nessa categoria estão presentes os elementos temáticos que indicam a importância que os atingidos atribuem aos meios jurídicos independentes que foram consultados para mediar a relação com a CASAN na busca por ressarcimento total e amparo no pós-desastre.

Subcategoria 4.1: Assessoria jurídica e orientação legal

Nessa subcategoria estão presentes os elementos temáticos que mencionam a importância de contar com orientação jurídica para entender seus direitos e tomar ações legais - *“buscamos a assessoria jurídica para nos ajudar a entender quais são nossos direitos nessa situação”*(sic). No dia 31 de janeiro de 2021, os atingidos pelo desastre direcionaram um documento construído coletivamente à Presidenta da CASAN Sra. Roberta Maas dos Anjos e aos demais representantes da CASAN. Nesse documento, dentre as solicitações, os moradores solicitaram uma assessoria jurídica independente, demonstrando descrédito em seu envolvimento com os moradores e na falta de imparcialidade daqueles profissionais contratados pela CASAN, como visto:

Que a CASAN se responsabilize por custear uma entidade e/ou equipe técnica de profissionais, a serem escolhidos pelos atingidos, para elaborar um laudo pericial da totalidade dos danos sofridos a partir da visão dos atingidos, permitindo assim o direito ao contraditório e o direito a uma assessoria jurídica e técnica independente, como já reconhecido em outros casos de rompimento de barragens” (sic) – Atingidos, 31 de janeiro de 2021, pauta de reivindicações.

Fica perceptível o rompimento da confiança dos atingidos em relação à empresa. Durante a própria realização da pesquisa, foi necessário frisar o não envolvimento com a referida empresa para que fosse possível ter o consentimento dos atingidos. Ao considerar as RS no âmbito jurídico, percebe-se um esforço maior dos atingidos em permanecerem unidos e organizados diante dos processos jurídicos para reparação e indenização dos danos materiais. Comunidades que contaram com assessoria técnico-jurídica têm obtido algumas reivindicações, como o poder de decisão. Um exemplo é o caso do reassentamento de Gesteira, em Barra Longa, que, através da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), o coletivo dos afetados pôde decidir autonomamente o local para o reassentamento após várias reuniões e formações.

Além dos conflitos territoriais e dos processos reparatórios, os afetados destacam outro elemento que compõe a representação do que significa ser atingido: o processo ininterrupto de deslegitimar os afetados. A discriminação que enfrentam foi ressaltada em vários documentos, que justifica a postura reativa dos afetados, pois ela foi provocada pela negligência da empresa responsável. O problema do preconceito entre os atingidos é crucial para analisar as relações humanas em uma sociedade capitalista, em que predominam ações individuais e descrença nos processos traumáticos que os afetados enfrentam, seja por perdas materiais ou por impacto em sua identidade, impactos sociais, ambientais, profissionais e costumes.

O conjunto de expressões associadas à noção de 'perda' dos atingidos não contradiz o campo do direito, pois são complementares. Percebe-se que a representação social de ser atingido é projetada tanto na perda material quanto na perda do que não é tangível. Esses elementos são abordados de maneiras distintas. Aquilo que é passível de quantificação para a reparação, como a perda da capacidade produtiva, é representado de forma individual, enquanto aspectos de difícil mensuração, como ancestralidade e história, são expressos na primeira pessoa do plural.

Observa-se que os sentimentos de 'perda' e 'tristeza' fundamentam as representações sociais desses indivíduos, convergindo com o que outros atingidos expressaram nos documentos e atas de reuniões. Elementos imateriais e a relação com a natureza também se destacam como guias para compreender os sentidos nos quais essas pessoas foram atingidas. Portanto, é relevante refletir sobre a complexidade de indenizar elementos subjetivos para uma variedade de famílias.

Após o desastre, os atingidos demonstram repúdio a várias atitudes jurídicas tomadas em relação a CASAN, principalmente no que concerne a tentativa da empresa na tomada de decisões em detrimento daquilo que era de direito dos atingidos, como descrito na supracitada pauta de reivindicações:

De início, é imperativo frisar que a CASAN é a empresa causadora dos danos decorrentes de um dos maiores crimes socioambientais da história de Florianópolis/SC e que as reais proporções do impacto oriundo do rompimento da lagoa de evapoinfiltração ainda serão dimensionadas. Diante disto, é fundamental partir do entendimento de que a CASAN não é juíza do processo de reparação dos atingidos, como erroneamente o edital busca estabelecer. Manifestamos aqui nosso profundo espanto em ver a CASAN pretendendo ditar os rumos do processo de reparação dos danos que ela mesma causou (sic) – Atingidos, 31 de janeiro de 2021, pauta de reivindicações.

Apenas nesse documento, o elemento temático “*independente*”(sic) foi descrito seis vezes (f) para solicitar prestadores de serviços e profissionais que não tivessem nenhuma relação com a CASAN. Os atingidos fazem menção ao Edital de Credenciamento com a delimitação dos procedimentos, requisitos documentais e critérios adotados para a promoção do ressarcimento dos danos materiais por parte das famílias atingidas pelo transbordamento da

lagoa de evapoinfiltração localizada nas dunas do bairro Lagoa da Conceição, município de Florianópolis – SC³.

Subcategoria 4.2: Acionamento de órgãos públicos e autoridades

Nessa subcategoria estão presentes os elementos temáticos que indicam os contatos com órgãos públicos que foram necessários, como Ministério Público e Defesa Civil, para buscar auxílio e intervenção. De acordo com os documentos, os atingidos precisaram buscar intermédio do Ministério Público, Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular (SAJU/UFSC), Defesa Civil, Prefeitura de Florianópolis, FLORAM, entre outros. No caso do Ministério Público, os atingidos descreveram que “*entramos em contato com o Ministério Público para denunciar a empresa e buscar justiça*”(sic). Já em relação à Defesa Civil, os atingidos descreveram que o papel deles foi informar e orientar no sentido da recuperação do desastre (“*contamos com o apoio da Defesa Civil para nos orientar sobre as medidas emergenciais*”(sic)).

Além disso, no dia 28 de janeiro de 2021, a CASAN lançou um edital de credenciamento com a delimitação dos procedimentos, requisitos documentais e critérios adotados para a promoção do ressarcimento dos danos materiais das famílias atingidas. No anexo 1 do documento, consta que os atingidos precisaram anexar ao formulário os seguintes documentos: 1) Fatura de água do titular ou usuário solicitante; 2) Boletim de Ocorrência com o rol de bens danificados; 3) Danos construtivos ao imóvel, além dos itens 1 e 2, juntar cópia da matrícula do imóvel constante do Registro de Imóveis, ou escritura de posse ou inscrição imobiliária expedida pela Prefeitura Municipal de Florianópolis; 4) Anexar registros fotográficos. Os atingidos demonstraram total repúdio ao edital, principalmente no que concerne ao fato de exigirem fotos, documentos e demais burocracias sem cogitar que poderiam ter sido extintas em meio ao próprio desastre. Em uma das pautas de reivindicações, elaborada coletivamente pelos atingidos no dia 31 de janeiro de 2021, os moradores declaram no primeiro tópico de “pautas emergenciais” o seguinte:

Que a CASAN revogue imediatamente o edital de credenciamento lançado e construa outro processo de cadastramento a ser formulado por meio de uma Comissão Mista

³ Edital de Credenciamento com a delimitação dos procedimentos, requisitos documentais e critérios adotados para a promoção do ressarcimento dos danos materiais por parte das famílias atingidas pelo transbordamento da lagoa de evapoinfiltração localizada nas dunas do bairro Lagoa da Conceição, município de Florianópolis – SC. Recuperado de [https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/images/Noticias_Conteudo/Edital%20Credenciamento%20Lagoa\(2\).pdf](https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/images/Noticias_Conteudo/Edital%20Credenciamento%20Lagoa(2).pdf)

formada, obrigatoriamente, pelos atingidos, por membros de equipe técnica/jurídica independente indicada pelos atingidos, pelo Ministério Público Federal e pela CASAN (sic) – Atingidos, 31 de janeiro de 2021, pauta de reivindicações.

Analizou-se no que diz respeito ao item 3 do edital de credenciamento, a CASAN estabelece o total de 21 requisitos documentais para o ressarcimento de danos e da análise dos pedidos de indenização, sejam eles totais ou parciais. Percebe-se a invalidação - por parte da empresa responsável - de um acontecimento traumático e cruel que findou a grande parte dos documentos pertencentes às pessoas atingidas. Subentende-se, portanto, que os atingidos representam o edital como um ato de descriminalizar a empresa e prolongar um sofrimento que já estava latente. Esperava-se que diante de tamanhos prejuízos aos atingidos, a empresa demonstrasse solidariedade e apoio às famílias, porém não foi isso o que receberam. Nos documentos, os atingidos descrevem que necessitavam de uma equipe para ajudar famílias a realizar a elaboração de planilhas com todos os itens perdidos, e que, diante do avanço da idade e falta de equipamentos, algumas famílias necessitavam de auxílio para responder adequadamente ao edital da CASAN. Porém, a presidente da Comissão dos Atingidos precisou realizar a confecção da planilha de sua família, bem como de diversas outras que solicitaram auxílio devido a alguma incapacidade. Além disso, percebe-se algo ainda mais problemático: a negligência frente aos sentimentos e emoções suscitados constantemente ao rever e recordar todos os itens perdidos no desastre. Diante disso, o edital invoca a obrigatoriedade de atingidos por um desastre repentino de possuir documentos comprobatórios, assim como, minimizam os impactos psicológicos ao esperar que os atingidos possuam capacidade cognitiva para memorizar todos os itens que foram perdidos ou danificados (com ou sem a possibilidade de concerto, ou reaproveitamento).

Subcategoria 4.3: Participação de assessoria jurídica e movimentos sociais

Nessa subcategoria estão presentes os elementos temáticos que destacam a importância da presença de advogados e de movimentos sociais para auxiliar e fortalecer a luta dos moradores em favor da garantia de ressarcimento dos seus bens e demais danos. A Comissão dos Atingidos contou com o auxílio do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na pesquisa jurisprudencial, legislativa e normativa para adoção de critérios e parâmetros adequados ao caso. Os moradores atingidos descrevem que esse auxílio foi crucial para a restauração e restabelecimento de suas vidas para

algo mais próximo da anterior normalidade, assim como descrito a seguir: “*contamos com o apoio de uma assessoria jurídica especializada para garantir nossos direitos*”(sic).

A formação de uma identidade coletiva, organizada como estratégia de resistência, pode surgir a partir de uma experiência traumática, dependendo da mobilização e preparação do grupo. Os afetados pelos rejeitos da Samarco/Vale/BHP também realizaram ações semelhantes aos afetados pelo rompimento da barragem da CASAN com o auxílio dos interlocutores que contribuíram para o jornal A Sirene. Castells (2000) sugere que a construção de uma identidade de resistência é um meio instrumental para sujeitos vulneráveis sobreviverem diante das adversidades.

A extensão da área impactada e o número de pessoas que se consideram atingidas dificultam a consolidação de uma relação mais sólida de confiança e empatia entre aqueles que buscam algum direito. Isso por vezes dificulta as ações coletivas de indenização/reparação, pois os acordos entre empresas e afetados muitas vezes ocorrem sem a devida assessoria (Mendes, 2020).

Categoria 5: Divulgação midiática como forma de conquistar visibilidade e justiça

Nessa categoria estão presentes os elementos temáticos que indicam a importância da mídia no sentido de conscientizar pessoas sobre os desastres, divulgar informações coerentes, e, ao mesmo tempo, pressionar a CASAN a tomar medidas emergenciais em prol das pessoas atingidas retornarem às suas vidas o mais rápido possível.

Subcategoria 5.1: Divulgação de informações e documentos coerentes

Nessa subcategoria estão presentes os elementos temáticos que ressaltam a importância de divulgar informações verídicas sobre o desastre e as ações tomadas pela comunidade. A comunidade atingida demonstra repúdio em relação a veículos de comunicação que alteraram as informações para parecer que a CASAN estava cumprindo com as suas obrigações legais. De acordo com uma das pautas de reuniões, a comunidade descreve que “*precisamos divulgar esses documentos para que todos saibam o que estamos enfrentando*”(sic). Dito isso, percebeu-se que os atingidos desconfiam daquelas informações midiáticas que apenas são provenientes de entrevistas realizadas com membros da equipe da CASAN. Por conta disso, nos documentos, os moradores consentiram em nomear representantes da comunidade atingida para prestar entrevistas às mídias locais e conseguir narrar os fatos como realmente ocorreram. Sobretudo, os atingidos demonstram que gostariam de contar a sua história, com as próprias palavras. Os

atingidos preocupavam-se com a falta de reconhecimento da real magnitude do desastre pelas demais pessoas (*“vamos entrar em contato com os jornais locais para que nossa história seja conhecida por todos”*(sic)).

Na ocorrência de um desastre, a mídia atua como um agente de comunicação, pois faz parte de uma determinada cultura e possui motivações, além do óbvio interesse público e da obrigação social de informar. Compreender o cenário e o contexto nos quais está inserida é crucial para disseminar informações corretas. Nesse sentido, reconhece-se a importância de fornecer informações atualizadas de maneira precisa e realizar um trabalho estratégico por parte da mídia e da assessoria de comunicação, responsável por divulgar os dados oficiais. O foco principal neste processo é destacar a comunicação preventiva. Atualmente, o desafio persiste em ser um aliado na divulgação de informações sobre desastres antes mesmo de sua ocorrência, visando minimizar os riscos e garantir a participação proativa da sociedade. Assim, a contribuição da mídia no processo de redução de riscos de desastres é absolutamente essencial. Da mesma forma, a participação da imprensa durante e após a ocorrência de uma tragédia torna-se fundamental na emissão de alertas, recomendações e no repasse de informações, além de servir como colaboradora solidária na recuperação e reabilitação da comunidade, integrando-se à gestão de riscos de desastres como uma instituição da sociedade.

Categoria 6: (Des)organização social e fortalecimento do senso de pertença social

Nessa categoria estão presentes os elementos temáticos que indicam os elementos temáticos que representam a desorganização social em decorrência do afastamento obrigatório de suas atividades sociais e laborais por tempo indeterminado posterior ao desastre, bem como fortalecimento do senso de pertença social entre os atingidos enquanto comunidade, entre os atingidos e membros da comunidade, ONGs, instituições e profissionais de diversas áreas.

Subcategoria 6.1: Sentimento de comunidade

De acordo com os atingidos, após o desastre, a vida dos 145 afetados pelo desastre foi modificada abruptamente. Os afetados necessitaram se envolver integralmente com a limpeza das residências para retornarem o mais rápido possível. Portanto, nas semanas seguintes ao desastre, a rotina dos moradores foi, basicamente, tentar revisitar os restos de entulhos para tentar salvar pertences encontrados em meio aos escombros e retirar a lama das casas junto com a equipe da CASAN. Contudo, percebe-se que os afetados conseguiram observar que, mesmo diante de tal ameaça ao seu *status quo*, os afetados puderam se fortalecer enquanto comunidade,

assim como perceberam que a comunidade se sensibilizou com o desastre de tal forma que também os fortaleceu.

Em todas as reuniões, eventos em prol da recuperação da comunidade, ações e movimentos sociais, o sofrimento compartilhado, a ajuda e apoio de terceiros, serviram para fortalecer os atingidos enquanto comunidade e fazê-los se reconhecer enquanto pessoas. De acordo com os atingidos, antes do desastre, muitos não conheciam sequer os seus próprios vizinhos. Após o desastre, os atingidos promoveram diversos eventos, como a prática coletiva de artesanatos com materiais provenientes do desastre. Esses artesanatos foram todos apresentados em uma exposição artística promovida por uma das atingidas, em Florianópolis. Os eventos possuíam como objetivo unir a comunidade e promover momentos de entusiasmo em meio ao desânimo e desolação que o desastre havia lhes proporcionado. Em datas comemorativas, a comunidade se reúne e promove eventos comemorativos.

O termo '*Sense of Community*' foi criado por Seymour Sarason, em 1974 (Amaro, 2007). Algumas traduções possíveis do referido termo para o português são: sentimento de comunidade, sentido de comunidade, senso de comunidade, sentido psicológico de comunidade (Amaro, 2007). Embora existam variações do termo, utilizou-se o sentimento de comunidade neste artigo por compreendê-lo como o que melhor se assemelha ao real conceito do autor sobre o conceito, isto é, "o sentimento de que somos parte de uma rede de relacionamentos de suporte mútuo, sempre disponível e da qual podemos depender" (Sarason, 1974, p. 1, tradução nossa). Nesse sentido, sentimento de comunidade indica um sentimento de pertença a uma rede de relações que possuem mútua importância para os membros. De acordo com McMillan e Chavis (1986), o sentimento de comunidade consiste em sentir-se parte de uma comunidade, de pertencer a um grupo, de ser e dar importância aos membros e de se importar com as pessoas desse lugar. Esse sentimento está relacionado ao compromisso social dos seres humanos de fazer parte de grupos.

Conforme Moscovici (1978), o ambiente social está constantemente sujeito a adições de elementos novos, assim como alterações de elementos já pré-existent. Essas mudanças desempenham um papel crucial na sociedade, de forma a influenciar a formação de comportamentos, relações e comunidade. Nesse contexto, Almeida (2009) destaca a abordagem societal, que abrange quatro níveis de análise no estudo das RS. O primeiro concentra-se nos processos intraindividuais, examinando como os indivíduos organizam suas experiências com o ambiente. O segundo foca nos processos interindividuais e situacionais, explorando os princípios explicativos presentes nas dinâmicas sociais nos sistemas de interação internos dos

indivíduos. O terceiro aborda os processos intergrupais, considerando as diferentes posições que os indivíduos ocupam nas relações sociais e analisando como essas posições influenciam os processos dos dois primeiros níveis. Já o quarto nível, societal, direciona-se aos sistemas de crenças, representações, avaliações e normas sociais, pressupondo que as produções culturais e ideológicas de uma sociedade atribuem significado aos comportamentos individuais e criam diferenciações sociais com base em princípios gerais. Assim, a representação é uma competência cognitiva específica do ser humano, buscando integrar e elaborar a realidade circundante, refletindo a ligação entre as perspectivas individuais e sociais, constituindo o fundamento das RS (Moscovici, 1961; Jodelet, 1989). A representação entre grupos, conforme observado por Doise (32), surge por meio dos julgamentos dos grupos sobre outros grupos, do desenvolvimento social, da inteligência, dos níveis de análise e das relações sociais. O autor sustenta que o sujeito reage a uma realidade representada, ou seja, a uma realidade apropriada e ressignificada.

O conceito de comunidade, conforme McMillan e Chavis (1986), baseia-se em duas perspectivas distintas: uma perspectiva geográfica e outra relacional. Geograficamente, a comunidade pode ser delimitada por fronteiras definidas pelo indivíduo em termos de espaço, como o bairro da Ameixoeira ou a freguesia de Alfama. No entanto, devido à diversidade de sistemas com os quais o indivíduo se comunica em seu cotidiano, ele pode considerar sua comunidade de maneira relacional, percebendo os vários sistemas aos quais pertence como parte de sua comunidade. Isso pode incluir a faculdade, o local de trabalho, a comunidade virtual na qual interage, entre outros.

Os mencionados autores definem a experiência de comunidade por meio de quatro dimensões distintas: integração e satisfação das necessidades, filiação, influência e ligação emocional compartilhada. A dimensão de filiação abrange a percepção de si como parte de uma coletividade e inclui elementos como história, lealdade nas relações, identidade social e símbolos compartilhados na comunidade (Marante, 2010; Montero, 2004).

A dimensão de influência representa uma relação bidirecional de mútua influência entre os membros da coletividade (McMillan & Chavis, 1986), desempenhando um papel crucial na unidade e coesão do grupo (Montero, 2004). Quanto à dimensão de integração e satisfação das necessidades, ela reflete o sentimento de satisfação dos membros do grupo em relação aos recursos disponíveis para sua condição de pertencimento, tais como status, popularidade, valores compartilhados, apoio material e psicológico, entre outros (Montero, 2004).

Por fim, a dimensão de ligação emocional compartilhada destaca as relações de proximidade e os vínculos afetivos estabelecidos entre os indivíduos da comunidade, facilitando uma história compartilhada, identificação e incorporação de suas narrativas particulares (McMillan & Chavis, 1986).

Subcategoria 6.2: Apoio de terceiros

Nessa subcategoria se destacam os elementos temáticos que representam a oferta de auxílio por especialistas em diferentes áreas, ONGs, movimentos sociais para ajudar a enfrentar os desafios do desastre. Os atingidos contaram com o apoio do SAJU/UFSC e de um advogado autônomo, que, de acordo com a comunidade, foram fundamentais para a recuperação dos danos, principalmente financeiros, causados pelo desastre. Além disso, diversos pesquisadores se reuniram para estudar os prejuízos ambientais após o desastre, contado com a participação do Projeto Ecoando sustentabilidade, Laboratório de Biodiversidade e Conservação Marinha – LBCM, Laboratório de Ficologia – LAFIC, Laboratório de Oceanografia Química e Biogeoquímica Marinha – LOQUI e Núcleo de Estudos do Mar (NEMAR) - Veleiro Eco.

Os atingidos contaram com o apoio de ONGs e movimentos sociais, principalmente o Movimento de Atingidos por Barragens. De acordo com os atingidos, após a ocorrência do desastre, a sensação de despersonalização fez com que vários atingidos tivessem a dificuldade de traçar as metas posteriores de como prosseguir. Como vários nunca tinham passado pela experiência de um desastre, assim como não estavam conseguindo nenhum suporte imediato pela CASAN, o Movimento de Atingidos por Barragens ofereceu o suporte social e aconselhamento das metas para ser possível se recuperar do desastre. De acordo com os atingidos, “*contamos com o apoio do Movimento de Atingidos por Barragens para fortalecer nossa luta*”(sic).

Além disso, das 79 unidades habitacionais afetadas, foram registradas a morte de oito animais domésticos e o desaparecimento de cinco animais que fugiram de suas residências e não retornaram mais. Porém, como vários animais sobreviventes tiveram contato com a água contaminada, foi necessário obter ajuda de especialistas para conter e prevenir doenças – “*procuramos um veterinário para ajudar a cuidar dos animais afetados pelo desastre*”(sic).

Considerações finais

Os moradores afetados pelo rompimento da Represa/Lagoa de Evapoinfiltração da CASAN em Florianópolis se auto-denominam como "atingidos", refletindo a luta por

reconhecimento e reparação. Essa designação reflete a complexidade dos impactos socioambientais em todas as esferas da vida, não apenas materiais. O conceito de territorialidade também é crucial, abrangendo não só a propriedade física, mas também aspectos culturais e sociais ligados ao espaço. A falta de uma visão abrangente e sistêmica limita a justiça hídrica, ignorando os direitos e impactos sobre as comunidades vizinhas afetadas.

Em relação aos impactos do desastre sobre a vida dos atingidos, os relatos descrevem perdas materiais, reconfiguração ambiental e adaptação abrupta ao novo contexto, enquanto a comunidade se mobiliza para ajudar os afetados. A análise das representações sociais revela como os atingidos ancoram o desastre à perda irreversível, instrumentalizando a novidade para interpretar a realidade e orientar a ação.

Além disso, os documentos destacam os danos financeiros e os problemas de saúde mental enfrentados, incluindo ansiedade, Transtorno do Estresse Pós-Traumático, Transtorno Depressivo Maior e outros distúrbios. Além disso, há relatos de complicações cutâneas, ferimentos e problemas respiratórios. Os moradores descrevem a dificuldade em lidar com a rotina alterada, o sentimento de culpa e a morosidade dos processos jurídicos. Apesar de buscar transformar o sofrimento em uma ferramenta de luta, os afetados continuam vulneráveis a problemas de saúde mental, refletindo em patologias sociais e na necessidade de suporte psicológico. A ancoragem das representações sociais do desastre envolve a dimensão afetiva e emocional, com os moradores buscando apoio para lidar com o trauma e destacando a necessidade de reconhecimento do sofrimento e da responsabilidade das instituições envolvidas.

Os atingidos também evidenciam os impactos negativos pós-desastre no meio ambiente e na fauna e flora locais. Os moradores expressam preocupações com a contaminação da água e a modificação do ambiente, incluindo a descrição da lagoa e mata circundante como completamente contaminadas pela lama tóxica. A reconfiguração da rua e as mudanças na paisagem alteraram o significado do lugar para os residentes. Relatórios técnicos indicam zonas mortas na Lagoa da Conceição e mudanças na flora devido ao despejo de efluentes químicos não tratados. Os moradores também ancoram o desastre a eventos de alta magnitude, como os ocorridos em Brumadinho e Mariana, buscando referências para demandas de reparação. Além disso, as representações sociais refletem uma profunda tristeza, raiva e medo, objetivando a tragédia como uma catástrofe que transformou completamente suas vidas. Esse processo de objetivação permite ao grupo compartilhar e delimitar a realidade vivenciada após o desastre.

Observou-se que os atingidos objetivam o desastre enquanto a própria empresa CASAN e os afetados se orientavam para responsabilizá-la, demonstrando sentimentos de impotência e raiva diante da falta de ação preventiva por parte da empresa. Essa objetificação da CASAN como inimigo central reflete a ameaça à identidade coletiva da comunidade, conforme descrito por Moscovici, enquanto a mobilização coletiva busca transformar conceitos abstratos em ações concretas para lidar com a situação adversa. Essa objetivação foi reforçada após a CASAN lançar o edital de ressarcimento de bens prejudicados e perdidos. A complexidade burocrática e a falta de sensibilidade da CASAN sentidas pelos atingidos em relação aos impactos emocionais dos afetados são destacadas, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais humanizada diante da tragédia enfrentada pelos atingidos.

Diante disso, a Comissão dos Atingidos contou com o auxílio do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular da UFSC na pesquisa jurídica e legislativa, crucial para garantir seus direitos. Essa assistência foi fundamental para restaurar suas vidas após o desastre. A formação de uma identidade coletiva organizada surge como estratégia de resistência diante de experiências traumáticas. Outra estratégia de resistência é a divulgação midiática dos eventos, tais como sucederam. Os atingidos demonstraram que a mídia desempenha um papel crucial na emissão de alertas, recomendações e fornecer informações durante a recuperação e reabilitação da comunidade afetada.

Outros aliados aos atingidos foram especialistas independentes, ONGs e movimentos sociais para oferecer auxílio aos atingidos pelo desastre. O SAJU/UFSC e um advogado autônomo foram fundamentais para lidar com os danos financeiros. Pesquisadores de diversas áreas se uniram para estudar os prejuízos ambientais. O Movimento de Atingidos por Barragens ofereceu apoio social e aconselhamento para os atingidos, ajudando a traçar metas para a recuperação. Além disso, especialistas veterinários foram procurados para cuidar dos animais afetados pelo desastre, que enfrentavam doenças devido à água contaminada.

Visto isso, após o desastre, a vida das 145 pessoas atingidas mudou drasticamente. Eles se envolveram na limpeza das residências e na busca por pertences entre os escombros. Apesar das dificuldades, a comunidade se fortaleceu, compartilhando o sofrimento e recebendo apoio de terceiros. Eventos coletivos, como exposições de artesanato e comemorações, uniram a comunidade e promoveram momentos de entusiasmo. O “Sense of Community” é importante, pois representa um sentimento de pertença e suporte mútuo entre os membros. A representação social da comunidade envolve diferentes níveis de análise, desde processos individuais até normas sociais e culturais. A experiência de comunidade é definida por dimensões como

filiação, influência, integração e ligação emocional compartilhada, refletindo a importância do vínculo entre os membros e sua satisfação com os recursos disponíveis.

A análise documental dos relatos evidencia a gravidade do impacto socioambiental causado pela CASAN na Lagoa da Conceição, bem como a resiliência e força da comunidade em sua mobilização por justiça e reparação. A busca por soluções coletivas, o envolvimento de instituições e especialistas, e a urgência na tomada de ações são aspectos destacados neste estudo de caso. O artigo ressalta a importância da luta comunitária por direitos e evidencia a necessidade de atuação conjunta para enfrentar as consequências de crimes ambientais e garantir a proteção e bem-estar de todos os cidadãos afetados.

Em relação às limitações desse estudo, foi possível identificar que os documentos fornecidos e elaborados pelos atingidos auxiliaram a compreender seus pensamentos e atitudes em relação ao desastre, embora possuíssem uma escrita formal e com certa polidez. Por conta disso, torna-se imprescindível a aplicação de escalas, questionários e instrumentos de forma presencial e individual, de forma a oportunizar um discurso livre de julgamentos e que fosse possível observar o transparecer de certas emoções desconfortáveis durante as narrativas sobre o desastre, como tristeza, raiva, angústia, saudade, rancor, etc. Além disso, destaca-se que vários dos documentos fornecidos para análise foram elaborados de forma conjunta, porém nem todos os atingidos eram ativos nas reuniões realizadas com a CASAN. Ressalta-se que os atingidos foram abordados um ano após a ocorrência do desastre. Nesse período, de acordo com os atingidos, encontravam-se em recuperação do desastre, embora muito mobilizados emocionalmente pelo desastre. Assim, indica-se que para futuras pesquisas envolvendo desastres, os pesquisadores detenham de sensibilidade e acolhimento suficientes para compreender que muitos atingidos por desastres não queiram colaborar com pesquisas por evitar falar daquilo que ainda causa sofrimento.

Como sugestão de temas para futuras pesquisas, indica-se que seja avaliada a percepção de risco, realizando um comparativo entre pessoas atingidas e órgãos governamentais, instituições privadas ou públicas, ou demais setores envolvidos com a ocorrência de um desastre. A conscientização sobre a percepção de risco de desastre foi incorporada aos programas de formação e capacitação em gestão de risco de desastres, no contexto da Defesa Civil. Isso significa que há um reconhecimento generalizado de que a eficácia da gestão de risco depende da maneira como esse risco é percebido, ou seja, sentido, compreendido, categorizado e conceituado pelos diversos participantes envolvidos no processo de gestão. Ao realizar um estudo comparativo entre o público que sofre o desastre e o outro envolvido com a ocorrência

dele, pode-se compreender as discrepâncias entre a experiência vivida com o ambiente e a gestão de riscos.

Referências

- Alexandre, M. (2001). O papel da mídia na difusão das representações sociais. *Comum*, 6(17), 111-125.
- Almeida, A. M. de O. (2009). Abordagem societal das representações sociais. *Sociedade e Estado*, 24(3), 713-737.
- Benincá, D. (2010). *Água e energia para a vida: o movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil (1991-2009)*. [Tese de Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Bertoni, L. M., & Galinkin, A. L. Teoria e métodos em representações sociais. In L. P. Mororó, M. E. S. Couto, & R. A. M. Assis, Orgs. *Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias* [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp. 101-122. ISBN: 978-85- 7455-493-8.
- Bousfield, A., & Bertoldo, R. (2017). Riscos coletivos: um olhar psicossocial. In Silva, A. O. & Carmarca, B. V. (Orgs.). *Representações sociais do envelhecimento e da saúde* (pp. 367-388). Natal: EDUFRN.
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 14(28), 125-137. doi: 10.1590/S0103-863X2004000200003
- Félonneau, M. L. (2003). Les représentations sociales dans le champ de l'environnement. In G. Moser & K. Weiss (Orgs.), *Espaces de vie: Aspects de la relation homme-environnement* (pp. 145-176). Paris: Armand Colin.
- Hodecker, M., Bousfield, A. B. da S., & Felipe, M. L. (2023). “Recupere a Lagoa”: análise barthesiana de imagens pós-desastre na Lagoa da Conceição/SC. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 12, e5054. doi: 10.17267/2317-3394rps.2023. e5054
- Jodelet, D. (1996). Las representaciones sociales del medio ambiente. In L. Íñigues & E. Pol (Org.), *Cognición, representación y apropiación del espacio*. Monografías Psicosocio-ambientales (pp. 29-44). Barcelona: Publicaciones.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Joffe, H., Rossetto, T., Solberg, C., & O'Connor, C. (2013). Social representations of earthquakes: A study of people living in three highly seismic areas. *Earthquake Spectra*, 29(2), 367-397.
- Koelzer, L. P., & Bousfield, A. B. da S. (2020). Representações Sociais de Desastres Socioambientais na Mídia. *Revista Subjetividades*, 20(2), Publicado online: 12/11/2020. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i2.e9193>
- Machado, S. S., Santos, C. M., & Cabral, E. H. de S. (2022). Planejamento urbano e política habitacional: analisando a relação entre regularização fundiária, especulação imobiliária e problemas socioambientais nas cidades brasileiras. *Research, Society and Development*, 11(16), 1-16. doi: 10.33448/rsd-v11i16.38080
- McMillan, D.W., & Chavis, D.M. (1986). Sense of community: A definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14, 6-23.
- McMillan, D.W., & Chavis, D.M.G. (1986). Sense of community: a definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14, 1-23.
- Mendes, J. F. A., & Boeira, S. L. (2022). Representações sociais sobre ‘ser atingido’ por rejeitos de minério: um estudo sobre os afetados pela barragem de Fundão.

- Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 60, 590-612. doi: 10.5380/dma.v60i0.76467 e-ISSN 2176-9109
- Ministério da Educação. (2021, 25 de fevereiro). *Mortandade de organismos e cheiro de água podre na Lagoa da Conceição*. Nota técnica n. 03/PES/2021. Projeto Ecoando Sustentabilidade. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Moloney, G., Leviston, Z., Lynam, T., Price, J., Stone-Jovicich, S., & Blair, D. (2014). Using social representations theory to make sense of climate change: What scientists and nonscientists in Australia think. *Ecology and Society*, 19(3), 19-28.
- Montero, M.M. (2004). *Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Moscovici, S. A. (1978). *Representação Social da Psicanálise*. Álvaro Cabral (Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Moscovici, S. (2005). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (3.Ed). Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes.
- Nepomuceno, B. B., Barbosa, M. S., Ximenes, V. M., & Cardoso, A. A. V. (2017). Bem-estar Pessoal e Sentimento de Comunidade: um estudo psicossocial da pobreza. *Psicologia em Pesquisa*, 11(1), 74-83. doi: 10.24879/2017001100100214
- Nova, T. de B. B., & Machado, L. B. (2014). O processo de objetivação nas representações sociais de escola para crianças. *Série-Estudos*, 38, 93-106.
- Oliveira, R. M., & Maia, S. G. C. (2016). As representações sociais sobre meio ambiente de alunos de uma escola pública no município de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul. *Cadernos de Agroecologia*, 11(2), 1-8.
- Pinheiro, L. S., & Gorayeb, A. (Org). (2019). *Geografia física e as mudanças globais*. Fortaleza: Editora UFC.
- Polli, G. M., & Kuhnen, A. (2011). Possibilidades de uso da teoria das representações sociais para os estudos pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia*, 16(1), 57-64.
- Polli, G. M., & Camargo, B. V. (2015). Representações Sociais do meio ambiente na mídia impressa. *Paidéia*, 25(61), 261-269.
- Polli, G. M., & Camargo, B. V. (2016). Representações sociais do meio ambiente para pessoas de diferentes faixas etárias. *Psicologia em Revista*, 22(2), 392-406.
- Sá, C. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Sawaia, B. B. (2004). Representação e ideologia – o encontro desfeticizador. In M. J. P. Spinky, (org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense. pp. 73-84.
- Santos, E. A. dos, & Faria Campos, P. H. (2022). As Representações Sociais como teoria e como prática. *Revista Fragmentos De Cultura - Revista Interdisciplinar De Ciências Humanas*, 32(2), 181–190. <https://doi.org/10.18224/frag.v32i2.12267>
- Schwarz, L., Seitenfus, K. A., & Bousfield, A. B. da S. (2020). As representações sociais e os direitos humanos nos riscos socioambientais. *Revista Psicologia & Saberes*, 9(19), 13-32. Recuperado de <https://revistas.cesmac.edu.br/psicologia/article/view/1181/984>
- Silva, J. C., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., & Mori, V. D. (2021). A subjetividade de uma família atingida por barragem na situação do deslocamento forçado. *Revista Subjetividades*, 21(1), 1-12. <https://dx.doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i1.e10597>
- Slovic, P. (2020). The psychology of risk. *Saúde e Sociedade*, 19(4), 731-747. doi: 10.1590/S0104-12902010000400002
- Slovic, P. (2006). Perception of risk. In P. Slovic (Eds.). *The perception of risk*. London: EarthScan, 2006. p. 220-232. (Original publicado em 2000).

Vizeu, A. E., & Renata, R. E. (2016). Representações sociais do Nordeste: eu vi um Pernambuco na TV. *Estudos em Jornalismo e Midia*, 13(1), 154-163. doi: 10.5007/1984-6924.2016v13n1p154

6 DISCUSSÃO INTEGRADA

Esta tese foi desenvolvida com o objetivo central de compreender as relações entre representações sociais de desastre ambiental e apego ao lugar a partir de atingidos pelo desastre socioambiental na Lagoa da Conceição em Florianópolis/SC. A tese foi sustentada a partir dos pressupostos teóricos e epistêmicos da Teoria das Representações Sociais, dos estudos pessoa-ambiente e Gestão Integral de Riscos e Desastres. A partir dos achados, foram levantados os seguintes achados a partir do objeto de estudo, isto é, o desastre ocorrido na Lagoa da Conceição a partir do rompimento da barragem: a) o rompimento da lagoa de evapoinfiltração da CASAN resultou em efluentes de esgoto que inundaram as residências locais e afetaram gravemente o meio ambiente, transformando a área afetada em uma "zona morta"; b) as imagens dos protestos demonstraram a insatisfação e luta dos moradores no que concerne à busca por reparação integral dos danos causados pelo desastre; c) as pessoas desenvolveram apego ao lugar devido à concretização de sonhos – possuir uma casa no litoral; satisfação de necessidades básicas (alimentação, respiração, segurança, descanso, água); pelas relações sociais estabelecidas ao longo do tempo; memórias afetivas que foram estabelecidas no lugar; por último, devido ao tempo de vinculação com o lugar; d) a vinculação afetiva dos moradores com o lugar foi modificado posteriormente ao desastre pela própria moradia se concretizar uma imagem de representação do desastre; e) os moradores representam o desastre como algo que modificou drasticamente suas vidas para sempre; f) os moradores apresentaram problemas psicológicos decorrentes do trauma, porém, foram evidenciados principalmente pelas inúmeras tentativas de negociações com a CASAN para a restituição total dos danos; g) as informações que os moradores obtiveram influenciou na tomada de ações contra a CASAN; h) os moradores ancoraram o desastre às informações sobre desastres socioambientais com características semelhantes, como foi o caso de Brumadinho; i) os moradores demonstram a objetificação do desastre enquanto um crime ambiental, não um desastre.

No que diz respeito ao processo de coleta de dados, a pesquisadora se locomoveu para a rua Manoel Luiz Duarte por aproximadamente um ano, todas às sextas-feiras. Foram seis meses de coleta de dados, somados a seis meses de observação direta participante. Nessas ocasiões, a pesquisadora conseguiu observar as movimentações na localidade afetada e experimentar o ambiente, de forma a tentar se colocar no lugar dos moradores. A rua se tornou um ambiente movimentado por máquinas, escavadeiras e trabalhadores da construção civil que estavam no local reconstruindo moradias que foram completamente afetadas pelo desastre. Os moradores dificilmente eram observados fora de suas residências. Em alguns momentos da

observação, a pesquisadora conseguiu o contato direto com moradores, porém foi confundida com membros da equipe da CASAN e, por conta disso, houve disparos de violências verbais para com a pesquisadora. Isso, de imediato, refletiu à pesquisadora um dado relevante da pesquisa: o repúdio dos moradores frente a empresa CASAN. Esse repúdio também possibilitou a adequação da pesquisa e dos instrumentos. Dessa forma, optou-se pela sensibilização de uma moradora atingida para participar da pesquisa, e a partir dela, mediante a técnica Snowball, foi solicitado que me indicasse um(a) novo(a) atingido(a). Foi somente dessa forma que foram levantados os sete participantes da pesquisa. Enquanto isso, outros se negaram a participar pela dificuldade em falar do tema, enquanto outros nem sequer responderam ao chamado via WhatsApp.

O Estudo 1 foi uma pesquisa documental que utilizou como fonte principal de dados fotografias registradas em um protesto coletivo. Utilizou-se a técnica fotografando ambientes, na qual os próprios atingidos pelo desastre registram a fotografia, manifestando o registro de elementos que refletem sobre o sujeito que fotografa. A técnica foi associada a Walk-around-the-block, técnica em que os participantes realizam a caminhada pelo local como forma de experienciar lembranças, sentimentos e vivências obtidas nesse contexto. Para analisar as imagens, foi empregada a análise semiótica de imagens desenvolvida por Barthes (1992), mais especificamente, os signos.

As imagens compartilhadas demonstram a mobilização comunitária em que os moradores necessitaram se unir para expressar suas emoções de valência negativas e protestar contra a empresa e as autoridades locais. Isso reflete não apenas a indignação coletiva, mas também o fortalecimento de vínculos sociais entre a comunidade afetada, buscando apoio mútuo e visibilidade para suas causas. Os cartazes e mensagens exibidos durante o protesto revelam uma profunda indignação com a CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) e as autoridades governamentais. As críticas são direcionadas à responsabilidade pela gestão inadequada que levou ao desastre e à falta de resposta efetiva diante dos impactos sobre a comunidade. A imagem do interior das residências afetadas evidencia os danos materiais severos, assim como o impacto emocional e psicológico nas vidas dos residentes. Isso amplifica a urgência das demandas por reparação integral e apoio psicossocial para os afetados. A utilização de cartazes com mensagens provocativas, ironia e símbolos visuais (como o punho erguido) demonstra estratégias conscientes para atrair atenção da mídia e da opinião pública, além de pressionar por respostas e ações concretas por parte das autoridades e da empresa responsável. Em suma, as imagens e informações refletem um cenário complexo de luta por

justiça ambiental e social, onde a comunidade afetada não apenas busca reparação material, mas também busca reconhecimento público de suas demandas e a responsabilização das partes envolvidas no desastre. Salientou-se nas imagens a própria estrutura representacional, tendo em vista que as representações sociais contêm um componente imagético (Moscovici, 2012). Isso evidencia o papel crucial das imagens na produção de sentidos pelos indivíduos, uma vez que a construção da realidade é moldada não apenas por palavras, mas por diversos meios, incluindo as imagens visuais (De Rosa & Farr, 2001).

Estudo 2 teve por objetivo descrever a vinculação afetiva pessoa-ambiente em suas dimensões funcional, simbólica e temporal por meio de uma análise barthesiana de imagens fornecidas pelos atingidos. Cada participante da pesquisa realizou um registro fotográfico ou disponibilizou alguma captura fotográfica já realizada em outros momentos a partir do estímulo verbal: “registre uma imagem que te represente o desastre ambiental ocorrido na Lagoa da Conceição”. A partir disso, as pessoas discorreram sobre as fotografias, as características ambientais que favorecem o apego, às novas características ambientais que desfavorecem a vinculação afetiva, assim como os elementos visíveis e invisíveis da fotografia (*studium* e *punctum*, respectivamente).

Na dimensão funcional, os participantes expressaram que o apego que tinham ao lugar foi significativamente alterado, mesmo com a reconstrução do ambiente mantendo funcionalidades semelhantes, ou até superiores, às que existiam antes do desastre. Os objetos, eletrodomésticos, bens materiais e outras aquisições, que proporcionavam funcionalidade ao local, foram readquiridos. Algumas casas precisaram de reconstrução parcial, enquanto outras necessitaram de uma reconstrução total. A partir da análise, fica evidente que os participantes não estavam apegados apenas à utilidade prática desses bens, como também à história de como eles foram conquistados. As casas foram avaliadas por peritos e reconstruídas para serem funcionais, de modo a atender às necessidades físicas e proporcionar segurança e proteção. Entretanto, mesmo após a reconstrução das habitações, os participantes demonstraram não se sentirem mais seguros no local.

Na dimensão simbólica, os participantes compartilharam memórias, histórias pessoais e experiências familiares que ressaltam os significados profundos e as conexões emocionais que eles atribuem aos seus ambientes, residências, objetos e móveis perdidos no desastre. As descrições dos objetos perdidos, como um urso de pelúcia favorito ou um sofá presenteado pelo pai de uma participante, revelam como esses itens são carregados de significados. A análise evidenciou os espaços físicos enquanto reservatórios de emoções e relações, conferindo sentido

e propósito à vida daqueles que os habitam. As descrições das novas habitações reconstruídas destacam a importância da funcionalidade e da estética qualificada, mas também evidenciam a falta de familiaridade e de significado emocional das novas estruturas em comparação com as antigas.

De modo a caracterizar a dimensão temporal, os participantes revelaram histórias que contam a evolução das conexões emocionais estabelecidas com o lugar ao longo do tempo. A bagagem afetiva que o lugar carrega se perpassa por um período significativo de tempo, visto que a maioria dos moradores se encontra na mesma moradia por mais de 22 anos (M). A menção de vínculos familiares estabelecidos ao decorrer de gerações em detrimento da perda de lugares que testemunharam momentos que marcaram a vida das pessoas evidenciam a importância do tempo na construção das conexões pessoa-ambiente. Dito isso, o ambiente foi palco de diversos marcos importantes na vida dos atingidos, como a concretização de sonhos, memórias afetivas, o próprio envelhecer, vislumbrar os seus filhos se desenvolvendo nesses espaços. Além disso, as narrativas mostram como o processo de reconstrução após um desastre pode alterar a natureza dessas conexões ao longo do tempo, transformando lugares anteriormente significativos em meras estruturas físicas.

O Estudo 3 teve por objetivo identificar as representações sociais acerca de desastres ambientais em suas dimensões informacional, atitudinal e de campo/imagem. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa multimetodológica de caráter descritivo-exploratório. Assim, foram utilizadas técnicas e instrumentos mais Centrados na Pessoa (questionário sociodemográfico), assim como aqueles mais Centrados no Ambiente (Diário de Campo e *Walk-around-the-block*) ou Centrados na Transação Pessoa-Ambiente (observação participante e entrevista semiestruturada). Os achados deste estudo demonstram que os moradores possuem uma compreensão não apenas social, mas também científica do desastre que afetou a região. Os moradores categorizam o evento enquanto uma “enxurrada”, ancorando essas informações às do desastre em Brumadinho. No Estudo 4 evidenciou-se que para além de Brumadinho, em documentos, os moradores também associam semelhanças aos desastres de Baixo Iguaçu/PR, Mariana, e Itatiaiuçu/MG. Sobretudo, os moradores ressaltaram que o desastre não pode ser classificado como um desastre natural típico, mas sim causado pelo rompimento de uma barragem pela falta de manutenção e negligência humana. A maioria dos moradores associa o desastre a um evento de grandes proporções, o maior já ocorrido em Florianópolis, o que indica a magnitude percebida do evento.

Evidenciou-se uma forte objetificação e ancoragem da CASAN enquanto responsável pela ocorrência do desastre. Isso revalida os achados do primeiro estudo, em que moradores manifestaram todo o seu repúdio à CASAN diante de protestos. Os moradores destacaram que a CASAN foi negligente na manutenção da barragem, mesmo após alertas prévios que a população emitiu sobre vazamentos nas proximidades da estrutura da barragem. Esta percebida negligência intensificou a visão de que o desastre poderia ter sido evitado, contribuindo para a denominação do evento como um “crime ambiental” ou “ato criminoso” por parte da empresa.

No que concerne às atitudes dos moradores, foram expressas emoções de valências negativas, como raiva, medo, preocupação e indignação em relação ao desastre. Salienta-se que essas emoções estiveram presentes em todos os quatro estudos. A raiva é particularmente evidente, com muitos moradores se sentindo humilhados pela situação e frustrados com a resposta da empresa e das autoridades. Além das emoções, há uma forte tendência entre os moradores de desejar deixar a área afetada como um mecanismo de defesa emocional. Eles expressam sentimentos de insegurança e perda de confiança no local, o que sugere uma alteração significativa na percepção e na relação dos moradores com o ambiente físico afetado pelo desastre.

A articulação desses achados com a TRS (Moscovici, 1978) e o modelo de apego ao lugar proposto por Giuliani (2004) – apego funcional, simbólico e temporal – indica que os moradores possuíam informações *a priori* sobre desastres, somadas a orientação desfavorável em relação à empresa, influenciaram na mobilização da comunidade em busca de ressarcimento e reparação total dos prejuízos. A comunidade afetada se mobilizou através de assembleias e reuniões coletivas diretamente com membros da empresa. Estes encontros tinham como objetivo principal a tomada de decisões em conjunto, levantamento de dúvidas, etapas para o ressarcimento integral dos danos e a discussão de estratégias para lidar com os efeitos do pós-desastre. Os moradores atingidos compartilhavam informações sobre as situações individuais de cada família afetada, planejavam ações em conjunto para recuperar bens perdidos e discutiam estratégias para pressionar a CASAN, responsabilizando-a pelo desastre. A participação ativa nessas assembleias demonstra o fortalecimento de vínculos sociais com a comunidade atingida, assim como permitiu expressar preocupações e necessidades de maneira coletiva, aumentando sua capacidade de negociação e influência.

No que concerne ao campo de representação dos atingidos sobre o desastre, foi analisado que os atingidos categorizam o evento como um “crime ambiental” devido à negligência da CASAN. Esse achado também se destacou nos cartazes elaborados pelos atingidos,

apresentados no Estudo 1. Essa imagem demonstra ter sido constituída pela informação de que o desastre poderia ter sido evitável e que ocorreu devido à falha de medidas preventivas adequadas pela empresa supracitada. Além disso, a representação mental dos moradores em relação ao desastre remonta ao desastre de Brumadinho. A análise indicou que os moradores compararam os desastres pelas semelhanças cronológicas (ambos ocorreram em 25 de janeiro; Brumadinho em 2009; Lagoa da Conceição em 2021) e ambientais (enxurradas causadas pelo rompimento de barragens), que reforçam as representações sociais de que esses eventos são preveníveis e responsabilidade das empresas.

O desastre teve um impacto profundo na percepção dos participantes sobre suas casas e seu ambiente circundante. Além do trauma físico e material causado pela destruição das estruturas físicas, os participantes relataram um impacto significativo em sua segurança emocional e psicológica. Sentimentos de medo e insegurança persistem, especialmente durante eventos climáticos adversos, como chuvas intensas. Este medo é exacerbado pela percepção de riscos ambientais contínuos, como a deterioração da qualidade da água da Lagoa da Conceição devido a intervenções humanas e urbanização descontrolada. A perda de um sentido de lar seguro é evidente entre os participantes, que agora enfrentam dilemas emocionais ao reconciliar suas experiências passadas com a nova realidade pós-desastre.

Os *affordances* representam as oportunidades percebidas pelos moradores afetados para interagir e se adaptar ao ambiente físico e social. Mesmo em face do desastre, muitos moradores encontraram significado em permanecer na área afetada. Eles percebem *affordances* em termos de satisfazer necessidades físicas e emocionais, manter laços sociais e culturais importantes, e continuar usufruindo dos recursos naturais locais. Esses aspectos contribuem para a identidade e o bem-estar dos moradores, apesar das adversidades causadas pelo desastre. A capacidade de perceber e utilizar esses *affordances* é crucial para a permanência dos moradores no lugar mesmo diante da ocorrência do desastre e ambiente reconfigurado. Contudo, mesmo com novos *affordances*, ambiente reconstruído e com a funcionalidade restaurada, três moradores salientaram que estão desocupando o lugar, devido ao novo significado atribuído ao lugar. Somado a isso, as representações sociais desses moradores informam sobre o evento de desastre, mas também moldam suas atitudes, emoções, e percepções do ambiente físico e social afetado, influenciando suas respostas individuais e coletivas ao ocorrido.

O Estudo 4 objetivou analisar os riscos ambientais aos quais os participantes foram expostos e identificar os processos de objetivação e ancoragem das representações sociais sobre o desastre ambiental da Lagoa da Conceição/SC por meio de uma pesquisa documental

composta pelas atas de reuniões e assembleias realizadas entre comunidade atingida e membros da diretoria da CASAN. Os achados destacaram que os moradores se identificam coletivamente como “atingidos”. A frequência significativa com que o termo “atingidos” foi mencionado nos documentos (103 vezes) indica não apenas a prevalência do impacto do desastre nas vidas das pessoas afetadas, mas também o uso estratégico desse termo para moldar a percepção pública e jurídica do evento.

A análise dos riscos aos quais os atingidos foram expostos evidenciou os danos físicos às vidas, propriedades, infraestruturas e bens pessoais dos atingidos. Os relatos destacaram a devastação de suas vidas pós-desastre e a modificação abrupta de seus projetos de vida futuros. Evidencia-se que os danos causados pelo desastre foram variados, a depender da altura e localização das casas. A resposta imediata durante o desastre foi focada na sobrevivência, com muitos moradores saindo de suas casas apenas com as roupas do corpo. A solidariedade da comunidade foi evidente, com doações de vários tipos para ajudar os afetados a lidar com as perdas materiais e reconstruir suas vidas. Os moradores obtiveram impactos na sua saúde, tanto física quanto psicológica. Os documentos revelaram que os atingidos desenvolveram sintomas que correspondem a problemas de saúde mental, como Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), depressão e ansiedade generalizada, especialmente durante períodos chuvosos que evocavam lembranças traumáticas do evento. Além disso, problemas físicos como problemas respiratórios e cutâneos foram comuns entre os afetados, refletindo uma carga adicional sobre sua saúde física já comprometida pelo desastre. Já em relação aos danos ambientais causados pelo desastre, incluíram a contaminação da lagoa e da vegetação circundante por substâncias tóxicas. Os moradores expressaram preocupação com os impactos a longo prazo sobre a biodiversidade local e o ecossistema, destacando a necessidade de ações de mitigação e restauração por parte das autoridades responsáveis. Esses dados respaldam os achados do Estudo 3 no que concerne às estratégias de *coping* para lidar com o estresse pós-traumático. No Estudo 3 ficou evidente que os moradores possuem medo extremo quando expostos a chuvas, pesadelos vividos e flashbacks do fatídico dia do desastre, coincidindo com sintomas de TEPT.

Os achados do Estudo 4 revelaram que o desastre socioambiental gerou, ao menos, 10 dimensões de prejuízos aos moradores, tais quais: 1) risco de morte; 2) perda de moradia; 3) perda de objetos insubstituíveis; 4) abalos ao meio de sustento/renda; 5) desestruturação cultural, comunitária e familiar; 6) morte de animais domésticos; 7) abalo à saúde física e mental; 8) dispêndio de tempo para encarar o processo e constrangimento no curso do processo; 9) dano ao projeto de vida; e 10) deslocamento compulsório. Nesse sentido, as perdas

sobressaem o material, aquilo que é substituível, mas também a todos os objetos de valor inestimável, animais de estimação, moradias que foram reconfiguradas, que não possuem possibilidade de substituição pelo valor sentimental que possuem. Ressalta-se que não apenas o desastre ocasionou esses danos, mas todo o processo pós-desastre que foi estendido pelas inúmeras negociações entre os moradores e a CASAN. De acordo com os achados, é nítida a revolta, medo e sentimento de injustiça que ainda persiste em assolar os moradores, principalmente em dias de chuva, que remontam o fatídico dia do desastre.

Fica claro que a instrumentalização resultante da ancoragem das Representações Sociais (RS) foi orientada pela sobrevivência. Mesmo em meio a sentimentos de depressão, desânimo e desmotivação, a união dos atingidos permitiu o compartilhamento de saberes e a mobilização das entidades responsáveis pela restauração. Esse processo de ancoragem mostrou-se crucial para enfrentar o desastre e buscar soluções práticas e coletivas. Adicionalmente, a objetivação do desastre tornou-se evidente quando a CASAN foi culpabilizada pela falta de manutenção da lagoa de evapoinfiltração. Esse movimento de objetificação transformou o desastre em uma entidade concreta e identificáveis, permitindo que os atingidos canalizassem suas frustrações e demandas de maneira mais direta e organizada.

Observa-se que a ancoragem das Representações Sociais (RS) de desastres é fortemente vinculada à própria rede de apoio e à comunidade atingida. Os moradores afetados demonstram uma orientação coletiva e desfavorável voltada à CASAN. Ao mesmo tempo, como a partir disso ocorreu a união dos moradores atingidos, houve o fortalecimento dos vínculos comunitários como um fator protetivo para lidarem com o desastre. É evidente que os moradores adotam uma postura defensiva e de ataque em relação à CASAN, baseados na informação de que a empresa não realizava as manutenções necessárias na lagoa de evapoinfiltração, assim como pelas informações obtidas durante as reuniões.

A análise dos documentos com as transcrições das reuniões entre moradores e CASAN revelam uma forte indignação com a empresa, exemplificada pela afirmação de que “a CASAN não pode ser juiz”. De modo similar, no Estudo 1, em uma das fotografias do protesto, os moradores escreveram a seguinte frase em uma das faixas dispostas em frente a CASAN: “o réu não pode ser juiz”. Isso demonstra que as RS objetificam a CASAN como a principal culpada pelo desastre, associando a imagem da empresa à de um inimigo que deve ser combatido, assim como demonstrado no Estudo 1. A percepção coletiva é de que a CASAN, ao negligenciar a manutenção da infraestrutura, falhou em seu dever de prevenir um desastre, exacerbando a vulnerabilidade e o sofrimento da comunidade atingida. A ancoragem das RS à

rede de apoio comunitário e a objetivação da CASAN como culpada central são elementos-chave para compreender a dinâmica de enfrentamento e resiliência dos moradores. Essa percepção coletiva e a mobilização comunitária são fundamentais para a coesão social e para a implementação de ações de pressão e reivindicação de justiça. A representação da CASAN como um adversário reforça a união entre os atingidos, fortalecendo os laços comunitários e solidificando a identidade coletiva em torno de uma causa comum: a busca por reparação e justiça diante do desastre. Pode-se observar que, para os atingidos, a empresa CASAN é representada por meio de sua objetificação enquanto a responsável pelo desastre, uma ameaça, um inimigo, culpada, o réu. Esse processo de objetificação é fundamental para compreender a dinâmica das Representações Sociais (RS) neste contexto. Moscovici (1978, p. 174) acrescenta que as RS surgem em situações em que há ameaça à identidade coletiva, quando a comunicação de conhecimentos desafia as regras estabelecidas pela sociedade. A objetivação atenua esse problema ao integrar teorias abstratas de grupos especializados aos elementos do ambiente em geral.

Portanto, a representação da CASAN como inimiga e responsável pelo desastre não é apenas uma reação emocional, mas um processo cognitivo complexo de objetivação e ancoragem. Este processo ajuda os atingidos a organizar suas experiências, atribuir significado aos eventos traumáticos e mobilizar-se coletivamente em busca de justiça e reparação. A objetivação e a ancoragem fornecem uma estrutura para a comunidade interpretar e reagir ao desastre, transformando o sofrimento em ação coordenada e reforçando a coesão social em torno de um objetivo comum.

Os moradores atingidos optaram por criar estruturas formais de representação, como a Associação dos Moradores e Moradoras Atingidos pela Barragem da Servidão Manoel Luiz Duarte (AMABASE). A formação dessas comissões e a nomeação de representantes legais foi realizada para consolidar as demandas coletivas e garantir que o desejo dos atingidos fossem ouvidos nas negociações com a empresa e autoridades governamentais. A AMABASE tornou-se um canal de comunicação entre os moradores atingidos e um símbolo de união, de resistência, criada para assegurar transparência nas decisões e representação efetiva dos interesses da comunidade. As reivindicações foram fundamentais para garantir que as necessidades básicas dos atingidos fossem atendidas rapidamente. As principais reivindicações incluíram a reposição de bens perdidos, a reconstrução de casas, apoio médico para tratar condições de saúde resultantes do desastre, e ações para restaurar o ambiente afetado, como a remoção de resíduos contaminantes. A luta por indenizações visou garantir, para além dos

prejuízos de toda a comunidade, mas a responsabilidade da CASAN pelos danos causados por toda a região afetada da Lagoa da Conceição. Essa luta, em particular, foi um aspecto destacado nos quatro estudos enquanto atividade coletiva necessária, embora exaustiva, humilhante e repulsa, diante das burocracias impostas pela empresa para o ressarcimento dos danos. Como exemplo disto, pode-se destacar o edital público lançado pela Casan, no dia 05/11/2021. Diante deste edital, os moradores se reuniram em uma assembleia no dia 7 de novembro de 2021, visando discutir o edital e elaborar coletivamente uma nota de repúdio e indignação.

Essa nota de repúdio revelou uma série de fenômenos psicológicos que refletem tanto o impacto individual quanto o coletivo do desastre socioambiental. Os principais fenômenos identificados são: a) trauma e sintomas de TEPT; b) sentimento de injustiça e desamparo aprendido; c) humilhação e desvalorização; d) apego ao lugar; e) resiliência e coesão comunitária; f) sentimento de insegurança; g) memória coletiva e justiça social. Dito isso, o rompimento da barragem resultou em experiências traumáticas significativas, como o risco de morte e a perda de lares e pertences pessoais. A exigência de comprovar consultas médicas e psicológicas logo após o evento ignora o período crítico de choque e desorganização imediata, potencialmente exacerbando sintomas de TEPT. Em relação ao sentimento de injustiça e desamparo, salienta-se que a rejeição das reivindicações dos moradores pela CASAN, juntamente com a compensação financeira inadequada, reforça sentimentos de injustiça e desamparo. Isso pode levar ao desamparo aprendido, no qual os indivíduos sentem que seus esforços são inúteis, minando a motivação para buscar justiça ou reparação. No que concerne a humilhação e desvalorização, as ações da CASAN foram percebidas como humilhantes e desvalorizadas, o que aumenta a gravidade do sofrimento dos moradores. A quantia oferecida como compensação para perdas emocionais e físicas é avaliada como insuficiente, o que soma sentimentos de indignação e revolta. Sobre o apego ao lugar destacado na nota, a perda das casas e objetos de valor emocional implica uma ruptura no apego estabelecido entre pessoa e lugar. Esse apego é uma parte crucial da identidade e bem-estar dos indivíduos, e sua destruição pode levar a uma sensação de perda de identidade e estabilidade. Contudo, apesar do sofrimento, os moradores mostram uma forte resiliência e coesão comunitária. A união para lutar por seus direitos e a mobilização coletiva indicam um esforço para superar a adversidade e restaurar um senso de controle e justiça. Mesmo após a reconstrução das casas, a sensação de segurança não foi restabelecida. Isso pode ser atribuído ao trauma residual e à memória do desastre, dificultando a percepção de segurança no ambiente anteriormente afetado. O evento reforça a memória coletiva do desastre e as injustiças associadas. Portanto, no que diz respeito

à luta dos atingidos, buscou-se a reparação justa, o reconhecimento, a justiça social, a compensação material, a validação de seu sofrimento e a responsabilidade da empresa envolvida. Esses fenômenos ilustram parte da complexidade do impacto psicológico de desastres ambientais.

Ressalta-se que a mobilização comunitária promoveu a recuperação e reparação dos danos, assim como foi desenvolvido um senso de comunidade. A partir da análise dos resultados, foi perceptível que esse senso de comunidade não era existente antes da ocorrência do desastre. Moradores salientaram que não conheciam todos os vizinhos, bem como suas histórias. Com isso, movidos pela busca de justiça e dignidade, concomitantemente pelo sofrimento compartilhado, os moradores atingidos encontraram em quem se apoiar dentro da própria comunidade.

Deve-se notar a importância da orientação jurídica para os moradores. A busca por uma assessoria jurídica independente foi crucial para que os atingidos entendessem seus direitos e pudessem tomar medidas legais eficazes contra a CASAN. A exigência por uma equipe técnica de profissionais independentes, escolhidos pelos próprios atingidos, reflete o desejo de obter imparcialidade em um processo de avaliação dos danos, garantindo assim o contraditório e uma representação justa de suas necessidades perante a empresa responsável. A criação de uma Comissão Mista, que incluiria representantes dos atingidos, membros de equipe técnica/jurídica independente, Ministério Público Federal e CASAN, ilustra a tentativa de equilibrar o poder na busca por reparação. A denúncia formal à empresa e a busca por justiça através do Ministério Público evidenciam a desconfiança e a insatisfação dos afetados com as medidas adotadas pela empresa e com os procedimentos burocráticos impostos pelo edital de credenciamento. A presença de advogados e movimentos sociais, como o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular da UFSC, foi fundamental para fortalecer a luta dos moradores em busca de ressarcimento e reconhecimento de seus direitos. A colaboração com movimentos sociais e a referência a experiências anteriores de luta por reparação, como o caso da Samarco/Vale/BHP, destacam a solidariedade e a capacidade de mobilização desses grupos diante de adversidades socioambientais.

A divulgação midiática como forma de conquistar visibilidade e justiça revelou a importância vital na conscientização pública sobre a magnitude do desastre e na responsabilização da empresa. A comunidade afetada expressou profunda desconfiança em relação a relatos distorcidos e notícias que sugerem uma resposta eficaz por parte da CASAN. Em contrapartida, eles valorizaram relatos autênticos e documentos verídicos que refletiam

fielmente a realidade vivida. A cobertura contínua sensibilizou a opinião pública sobre a gravidade da situação e auxiliou a pressionar ações imediatas e efetivas por parte das autoridades e da CASAN.

Além do apoio mútuo na comunidade e na mídia, os afetados também contaram com o suporte crucial de organizações não governamentais, pesquisadores, médicos, veterinários, psicólogos, agentes de saúde e movimentos sociais. Essas entidades desempenharam um papel essencial ao oferecerem suporte emocional, prático e jurídico aos afetados. Veterinários, por exemplo, ajudaram a cuidar dos animais afetados pela tragédia, enquanto pesquisadores ambientais trabalharam para investigar os danos ambientais e planejar estratégias de recuperação sustentável. O Movimento de Atingidos por Barragens auxiliou os moradores a estruturar metas de recuperação e enfrentar desafios legais e sociais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese foi desenvolvida com o objetivo central de compreender as relações entre representações sociais de desastre ambiental e apego ao lugar a partir de atingidos pelo desastre socioambiental na Lagoa da Conceição em Florianópolis/SC. Para responder adequadamente a este objetivo, foram realizados quatro estudos alicerçados na Teoria das Representações Sociais (TRS), estudos pessoa-ambiente e Gestão Integral de Riscos e Desastres. As análises demonstraram que a reconstrução do ambiente, embora restabelecesse a funcionalidade, não recuperou o sentido emocional perdido. A mobilização comunitária e o fortalecimento dos vínculos sociais foram destacados como respostas ao desastre, mostrando uma união em busca de justiça e reparação. Analisou-se que a representação social que os atingidos possuem do desastre refere-se a um “crime ambiental” ocasionado pela empresa CASAN. Essa representação solidificou a posição desfavorável da comunidade em relação à empresa, favoreceu a mobilização coletiva em reuniões, protestos, eventos e exposições culturais. A tese evidenciou que o desastre não só impactou materialmente, mas também reconfigurou as relações emocionais e sociais dos moradores com seu ambiente e entre si.

O Estudo 1 analisou as imagens capturadas pelos moradores da Lagoa da Conceição/SC, interpretando-as à luz da análise semiótica de Barthes. De acordo com a análise, os moradores representaram o desastre ambiental como um crime ambiental, enfatizando a negligência da CASAN na gestão da lagoa de tratamento de esgoto. As imagens capturadas apresentaram signos como punhos erguidos fechados, mensagens enfáticas com termos como 'réu', 'culpa' e 'crime', símbolos e personalidades políticas, pressionando as autoridades e a empresa

responsável. Decorrido um ano do desastre, os moradores ainda se encontravam em fase de recuperação do desastre. A comunidade passou por uma reconfiguração ambiental, social, financeira e individual, fortalecendo-se enquanto grupo de pertença através de movimentos sociais conjuntos. As fotografias registraram o descontentamento dos moradores e a pressão social frente à CASAN. Os moradores nomearam a CASAN como 'réu', responsabilizando-a pelo desastre e destacando a negligência na manutenção e proteção da lagoa de efluentes. Em relação aos principais prejuízos do desastre socioambiental, embora os atingidos tenham sofrido severos prejuízos econômicos e financeiros, o impacto emocional e o apego ao lugar foram os aspectos mais abalados. Os moradores que participaram da pesquisa apresentaram sintomas de Transtorno do Estresse Pós-Traumático, destacando os impactos psicológicos que obtiveram decorrem da exposição sistemática à estressora (entrevistas para mídia, negociações com a CASAN, o trauma proveniente do desastre, etc.).

O Estudo 2 teve como objetivo descrever a vinculação afetiva pessoa-ambiente em suas dimensões funcional, simbólica e temporal, a partir das narrativas e fotografias de participantes afetados por um desastre ambiental. Observou-se que as emoções e experiências decorrentes do desastre modificaram o vínculo afetivo que até então era concreto e estável. Os participantes demonstraram possuir vinculação afetiva com o lugar e suas residências, que abarcava o espaço físico, a comunidade e a história pessoal e familiar associados ao lugar. Essas residências carregavam memórias, sonhos, pertences e afetos, refletindo as preferências e experiências vivenciadas pelos moradores.

Na dimensão funcional, os participantes expressaram que o apego ao lugar foi alterado, mesmo após a reconstrução das casas com funcionalidades semelhantes ou superiores às anteriores. Os bens materiais foram adquiridos e algumas casas foram reconstruídas parcial ou totalmente. No entanto, os participantes evidenciaram que, apesar da reconstrução, não se sentiam mais seguros no lugar. Portanto, uma das características do apego funcional (sensação de segurança) foi alterado drasticamente pós-desastre, principalmente pelo lugar ter sido palco do desastre e a barragem continuar sendo monitorada pela empresa CASAN. As novas habitações reconstruídas, embora funcionais e esteticamente melhoradas, não apresentam a familiaridade e o significado se comparadas às estruturas antigas. Essa dimensão funcional revelou a importância da utilidade prática do ambiente, mas também destacou a necessidade de reconhecer e honrar as memórias afetivas associadas aos espaços físicos. Na dimensão simbólica, os participantes compartilharam memórias e experiências familiares que destacavam os significados profundos e as conexões emocionais atribuídas aos seus ambientes e objetos

perdidos no desastre. Descrições de objetos como um urso de pelúcia favorito ou um sofá presenteado pelo pai revelaram o quanto esses itens estavam imbuídos de significados. As narrativas ressaltaram a importância dos espaços para além de espaço sociofísicos, mas agentes que interagem e participam de emoções e relações, conferindo sentido e propósito à vida dos habitantes. Na dimensão temporal, os participantes salientaram a evolução das conexões emocionais ao longo do tempo, destacando vínculos familiares estabelecidos ao longo de várias gerações e a perda de lugares testemunhas de momentos importantes. A análise de conteúdo demonstrou como o processo de reconstrução após um desastre pode alterar a natureza dessas conexões, transformando lugares significativos em meras estruturas físicas. Apesar de o contexto de seja propício à desapropriação do lugar, foram observadas implicações positivas quanto ao fortalecimento do senso de comunidade e a criação de redes de apoio. A vivência coletiva do sofrimento e a luta por direitos fortaleceram a comunidade, que se tornou uma rede de apoio mútuo

O Estudo 3 teve como objetivo identificar as representações sociais acerca de desastres ambientais em suas dimensões informacional, atitudinal e de campo/imagem. Na dimensão informacional, os moradores afetados internalizaram e interpretaram as informações sobre o desastre como um evento de grandes proporções, comparando-o com outros desastres locais e nacionais. A classificação do fenômeno como uma “enxurrada de lama” foi unânime, e os atingidos enfatizaram que não se tratava de um evento natural, mas sim de um desastre provocado por ações humanas, especificamente atribuídas à CASAN. As representações sociais dos moradores ancoraram-se na percepção de negligência por parte da empresa, com informações provenientes de fontes midiáticas, advogados, profissionais da saúde e membros da comunidade, que ajudaram a esclarecer direitos e condições estruturais das habitações.

Na dimensão atitudinal, as atitudes dos atingidos foram predominantemente desfavoráveis em relação ao desastre e seus desdobramentos. Emocionalmente, prevaleceram sentimentos de raiva, medo, preocupação e indignação, refletindo uma resposta negativa ao desastre e às negociações pós-desastre com a CASAN. Essas emoções indicam uma percepção de humilhação nas negociações, reforçando as atitudes desfavoráveis em relação à empresa. Além disso, os moradores expressaram o desejo de se afastar do local afetado como uma estratégia para minimizar o sofrimento decorrente do trauma, manifestando-se em frases como “quero sair daqui” e “não me sinto mais seguro aqui”. Essas atitudes demonstram que a tendência desfavorável se estendeu também para o lugar.

Na dimensão de campo/imagem os moradores representaram o desastre como um “ato criminoso”, “crime ambiental” e “desastre anunciado”, ancorados na percepção de negligência e descaso por parte da CASAN. A empresa foi representada como culpada por não realizar manutenções adequadas na barragem e ignorar alertas prévios dos moradores sobre problemas estruturais. As moradias danificadas tornaram-se símbolos concretos da dor e injustiça percebida pelos moradores. Além disso, os participantes frequentemente compararam o desastre na Lagoa da Conceição com outros desastres notórios, como Brumadinho, com base nas semelhanças físicas dos eventos e nos desdobramentos legais e políticas de reparação.

A análise revelou que, apesar das experiências traumáticas, os moradores conseguem explorar e interagir com os *affordances* disponíveis no ambiente para reconstruir suas vidas e comunidade. A análise demonstrou que, apesar de ter sido um cenário de desastre e há o desejo pela desocupação, alguns moradores encontram no lugar *affordances* significativos que os fazem permanecer em suas moradias afetadas, incluindo a satisfação de necessidades básicas e emocionais, manutenção de laços sociais e culturais, e utilização de recursos naturais disponíveis na região.

As estratégias de enfrentamento pós-desastre identificadas incluem: busca por suporte social; resolução de problemas; evitação de fatores desencadeantes de ansiedade; apoio espiritual e/ou religioso; verificação das ações da CASAN; busca por justiça; e permissão para o luto simbólico. Essas estratégias foram atestadas pelos moradores como cruciais para diminuir a ansiedade, restaurar o senso de controle e segurança, e proporcionar conforto emocional.

Em suma, os resultados deste estudo destacam a importância de uma gestão de riscos e desastres com comunicação eficaz, solidariedade comunitária e adaptação psicológica às adversidades socioambientais. A gestão de riscos deve incluir intervenções psicológicas imediatas para amenizar o impacto psicológico pós-desastre e prevenir o desenvolvimento de Transtorno de Estresse Pós-Traumático. A reconstrução da vida cotidiana foi um processo desgastante, marcado por esforços individuais e coletivos para restaurar infraestruturas físicas, bens, senso de normalidade, dignidade e segurança.

O Estudo 4 visou identificar os processos de objetivação e ancoragem das representações sociais sobre o desastre ambiental da Lagoa da Conceição/SC e analisar os riscos ambientais aos quais os participantes foram expostos. No que concerne ao primeiro objetivo, os moradores se autodenominam como “atingidos”, internalizam essa designação como um reflexo da luta por reconhecimento e reparação, evidenciando a complexidade dos impactos socioambientais em todas as esferas da vida. A territorialidade emerge como um conceito

central, abrangendo não só a propriedade física, mas também os aspectos culturais e sociais ligados ao espaço. As representações sociais ancoraram e objetificam o desastre à perda irreversível. Danos financeiros, problemas de saúde mental, complicações cutâneas, ferimentos e problemas respiratórios são destacados, refletindo uma necessidade contínua de suporte psicológico e reconhecimento do sofrimento e responsabilidade das instituições envolvidas. Os moradores ancoram o desastre a eventos de alta magnitude, como os desastres de Brumadinho e Mariana. A empresa CASAN é objetificada como culpada pelo desastre, reforçando sentimentos de impotência e raiva diante da falta de ações preventivas. Essa objetivação é intensificada pela complexidade burocrática e insensibilidade da CASAN durante o processo de restituição e recuperação.

No tocante ao segundo objetivo do Estudo 4, os riscos ambientais pós-desastre incluem a contaminação da água e modificação do ambiente, com a lagoa e a vegetação circundante descritas como contaminadas pelos dejetos. Relatórios técnicos indicam zonas mortas na Lagoa da Conceição e mudanças na flora devido ao despejo de efluentes químicos não tratados. Os moradores expressam preocupação com a reconfiguração da rua e as mudanças na paisagem, que influenciam na modificação do significado de lugar por recordá-los de que um dia, o ambiente foi cenário de um desastre. Os danos financeiros e problemas de saúde mental são amplamente relatados, incluindo ansiedade, Transtorno de Estresse Pós-Traumático, Transtorno Depressivo Maior e outros distúrbios, além de complicações físicas, como problemas respiratórios e ferimentos. A rotina alterada, sentimento de culpa e a morosidade dos processos jurídicos aumentam a vulnerabilidade dos atingidos, refletindo a necessidade de um suporte psicológico contínuo e eficaz.

Em suma, o estudo revela que os processos de objetivação e ancoragem das representações sociais sobre o desastre são fortemente influenciados pela percepção de perda irreversível, reconfiguração ambiental e a necessidade de reconhecimento e reparação por parte da CASAN. A análise dos riscos ambientais expôs a gravidade da contaminação e a alteração do ambiente, afetando significativamente a saúde física e mental dos moradores. A mobilização coletiva e a formação de uma identidade coletiva organizada destacam-se como estratégias cruciais de resistência e recuperação, reforçando a importância de uma abordagem mais humanizada e sensível na gestão de desastres e na prestação de suporte às comunidades afetadas.

O estudo apresentou limitações devido à dificuldade de acessar conteúdos emocionalmente mobilizadores para os participantes. Muitos foram resistentes à participação

na pesquisa, e outros recusaram imediatamente. Mesmo com uma mediadora da comunidade, os participantes demonstraram-se fatigados e em evitação ao relembrar o acontecido. Recomenda-se que futuras pesquisas adotem os mesmos cuidados desta pesquisa, realizando-a somente após a passagem para a fase de recuperação, de modo a evitar o desenvolvimento de Transtorno do Estresse Pós-Traumático. Deve-se considerar a realização de estudos longitudinais para investigar como a vinculação afetiva entre pessoas e seus ambientes se modificam ao longo do tempo, especialmente após a ocorrência de eventos traumáticos. Por fim, recomenda-se que futuras intervenções estejam pautadas na gestão de riscos de desastres, com medidas preventivas e educativas para capacitar a comunidade quanto ao mapeamento e identificação de riscos de desastres.

8 REFERÊNCIAS

- Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. Tradução de Pedro Humberto Faria Campos. In A. S. P. Moreira, & D. C. Oliveira (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB.
- Abric, J. C. (2001). *Prácticas sociales, representaciones sociales*. México D.F: Ediciones Coyoacán.
- Abric, J. C. (2003). Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In P. H. F. Campos, & M. C. S. Loureiro (Eds.), *Representações sociais e práticas educativas* (pp. 37-57). Goiânia, GO: Ed. da UCG.
- Ainsworth, M. D. S. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, 44(4), 709-716. Recuperado de <http://psycnet.apa.org/journals/amp/44/4/709/>
- Albuquerque, F. J. B. (2008). A psicologia social dos desastres: existe um lugar para ela no Brasil?. In A. V. Zanella, et al. (Org.), *Psicologia e práticas sociais [online]* (pp. 221-228). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Allard, T., Babin, B. J., & Chebat, J. C. (2009). When income matters: customers evaluation of shopping malls' hedonic and utilitarian orientations. *Journal of Retailing and Consumer Services*, 16(1), 40-49.

- Almeida, A. M. de O., Santos, M. de F. de S., & Trindade, Z. A. (2000). Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. *Temas em Psicologia*, 8(3), 257-267.
- Alves, R. B., Kuhnen, A., & Battiston, M. (2015). “Lar Doce Lar”: Apego ao Lugar em Área de Risco diante de Desastres Naturais. *Psico PUCRS*, 46(2), 159-168. doi: 10.15448/1980-8623.2015.2.17484
- Alves, R. B., Lacerda, M. A. C., & Legal, E. J. (2012). A atuação do psicólogo diante dos desastres naturais: uma revisão. *Psicologia em estudo*, 17(02), 307-315. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/pe/v17n2/v17n2a13.pdf>
- Amaral, M. do. (2013). *O papel do direito urbanístico na sociedade potencializadora de desastres* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Aragonés, J. I., & Amérigo, M. (Ed.). (1998). Psicología ambiental. Aspectos conceptuales y metodológicos. In J. I. Aragonés, & M. Amérigo. *Psicología Ambiental* (pp. 23-42). Madrid: Pirámide.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barros, G. S. de, Meneses, J. N. C., & Silva, J. A. da. (2012). Representações sociais do consumo de carne em Belo Horizonte. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 22(1), 365-383. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312012000100020>
- Benjamin, A. H. (1998). Responsabilidade civil por dano ambiental. *Revista de Direito Ambiental*, 9.
- Bomfim, Z. A. C., et al. (2013). *Estima de lugar e indicadores afetivos: aportes da Psicologia Ambiental e Social para a compreensão da vulnerabilidade social juvenil em Fortaleza*. In V. F. R. Colaço & A. C. F. Cordeiro (Org.). *Adolescência e juventude: conhecer para proteger* (pp. 317-341). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bomfim, Z. A. C. (2010). *Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo*. Fortaleza: UFC.
- Bonaiuto, M., Carrus, G., Martorella, H., & Bonnes, M. (2002). Local identity processes and environmental attitudes in land use changes: the case of natural protected areas. *Journal of Economic Psychology*, 23, 631-653.
- Bousfield, A. B. S. & Bertoldo, R. (2017). Riscos coletivos: Um olhar psicossocial. In Silva, A. O., & Camargo, B. V. (Orgs.). *Representações sociais do envelhecimento e da saúde* (pp.367-388). Natal: EDUFRN.
- Bowlby, J. (1997). *Formação e rompimento dos laços afetivos* (3a ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1979).
- Brown, B. B., Perkins, D. D., & Brown, G. (2003). Place attachment in a revitalizing neighborhood: individual and block levels of analysis. *Journal of Environmental Psychology*, 23(3), 259-271.
- Brown, B. B., Perkins, D. D., & Brown, G. (2004). Incivilities, place attachment and crime: block and individual effects. *Journal of Environmental Psychology*, 24(3), 359-371.
- Brown, G. G., Reed, P., & Harris, C. C. (2002). Testing a place-based theory for environmental evaluation: an Alaska case study. *Applied Geography*, 22(1), 49-76.
- Brown, G., Brown, B. B., & Perkins, D. D. (2004). New housing as neighborhood revitalization: place attachment and confidence among residents. *Environment and Behavior*, 36(6), 749-775. Recuperado de <http://eab.sagepub.com/content/36/6/749.short>
- Bruck, N. R.V. (2009). Curso Psicologia das Emergências. São Paulo: Fábrica de Cursos.
- Camargo, B. V. & Bousfield, A. B. S. (2011). Teoria das representações sociais: uma concepção contextualizada de comunicação. In: A. M. O. Almeida; M. F. S. Santos & Z. A. Trindade (Orgs.). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (pp. 433-456). Brasília: Technopolitik.

- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas psicol.*, 21(2), 513-518. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>.
- Canter, D. & Donald, I. (1986). Environment psychology in the United Kingdom In: Stokols, D. & Altman, I. (eds). *Handbook of environmental psychology*. New York, Willey.
- Cárdenas M, Parra L, Picón J, Pineda H, Rojas R. Las representaciones sociales de la Política y la Democracia. Última década. 2014; 15(26):53-78.
- Carvalho, D. W. de, & Damacena, F. D. L. (2013). *Direito dos desastres*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Castro, A. L. C. 1999. *Manual de planejamento em defesa civil*. Brasília: Ministério da Integração Nacional/ Departamento de Defesa Civil. Recuperado de: <http://www.defesacivil.mg.gov.br/conteudo/arquivos/manuais/Manuais-de-Defesa-Civil/Manual-PLANEJAMENTO-1.pdf>
- Castro, P. (2003). Pensar a natureza e o ambiente – alguns contributos a partir da teoria das representações sociais. *Estudos de Psicologia*, 8(2), 263-271.
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In: J., Poupart, et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes.
- Clémence, A.; Green, E. G. T.; Courvoisier, N. (2011). Comunicação e ancoragem: a difusão e a transformação das representações. In: A. M. O. Almeida; M. F. S. Santos & Z. A. Trindade (Orgs.). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (pp. 179-194). Brasília: Technopolitik.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). Subjetividade a desastres: a contribuição possível da psicologia. *Jornal do Federal*, Brasília, 81(18), 08-09. Recuperado de http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/04/jornal_federal_81.pdf
- Corraliza, J. A. (1998). *Emoción y ambiente*. In J. I. Aragones, & M. Américo (Coord.). *Psicología ambiental* (pp. 281-302). Madrid: Pirâmide.
- Damacena, F. D. L. (2012). *A formação sistêmica de um direito dos desastres* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Doise, W. (1985). Les représentations sociales: définition d'un concept. *Connexions*, 45, 243-253.
- Elali, G. A. (1997). Psicologia e Arquitetura: em busca do locus interdisciplinar. *Estudos de Psicologia*, 2(2), 349-362.
- Farber, D. (2012). Direito dos desastres e questões emergentes no Brasil. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*, 4. Recuperado de <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2012.41.01>
- Farr, R. M. (1995). Representações sociais: a teoria e sua história. In P. Guareschi, & S. Jovchelovitch (Org.). *Texto em representações sociais* (2a ed., pp.31-59). Petrópolis: Vozes.
- Feitosa, M. Z. de S., Sousa, L. C. A., Paz, A. F. C., Barreto, E. H. F. L., & Bomfim, Z. A. C. (2018). Afetividade, território e vulnerabilidade na relação pessoa-ambiente: um olhar ético político. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(2), 196-203. doi: 10.22409/1984-0292/v30i2/5505
- Felippe, M. L., & Kuhnen, A. (2012). O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 29(4), 609-617. doi: 10.1590/S0103-166X2012000400015
- Foucault, M. (1978/2010). A Evolução da Noção de “Indivíduo Perigoso” na Psiquiatria Legal do Século XIX. In M. Foucault. *Ética, sexualidade, política* (pp. 01-25). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

- Franco, M. H. P. (2005). Atendimento Psicológico para emergências em aviação: a teoria revista na prática. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 10(2), 177-180. doi: 10.1590/S1413-294X2005000200003
- Freitas, M., Passos, Z., & Fontenelle, L. F. (2011). Transtorno de estresse pós-traumático de início tardio? Reflexões diagnósticas baseadas em um relato de caso. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 60(1), 64-66. doi: 10.1590/S0047-20852011000100012
- Giuliani, M. V. (2003). Theory of attachment and place attachment. In M. Bonnes, T. Lee & M. Bonaiuto (Eds.), *Psychological theories for environmental issues* (pp.137-170). Aldershot: Ashgate.
- Giuliani, M. V. (2004). O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In E. T. O. Tassara, E. P. Rabinovich & M. C. Guedes (Eds.), *Psicologia e ambiente* (pp.89-106). São Paulo: Educ.
- Giuliani, M. V. (2004). Theory of attachment and place attachment. In: M. Bonnes, T. Lee, & M. & Bonaiuto, *Psychological theories forenvironmentalissues*. Aldershot: Ashgate.
- Giuliani, M., & Feldman, R. (1993). Place attachment in a developmental and cultural context. *Jornal of Environmental Psychology*, 13, 267-274.
- Gonçalves, T. M. (2002). *O processo de apropriação do espaço através dos modos de morar e habitar o lugar: uma abordagem psico-sócio-ambiental do bairro Renascer/Mina Quatro de Criciúma – SC* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.
- Gross, M. J., & Brown, G. (2006). Tourism experiences in a lifestyle destination setting: the roles of involvement and place attachment. *Journal of Business Research*, 59(6), 696-700.
- Günther, H., Elali, G. A., & Pinheiro, J. Q. (2008). A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações. In J. Q. Pinheiro & H. Günther (Eds.), *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente* (pp. 369-396). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Hailu, G., Boxall, P. C., & McFarlane, B. L. (2005). The influence of place attachment on recreation demand. *Journal of Economic Psychology*, 26(4), 581-598.
- Helder, R. R. (2006). *Como fazer análise documental*. Porto, Universidade de Algarve.
- Hwang, S. N., Lee, C., & Chen, H. J. (2005). The relationship among tourists' involvement, place attachment and interpretation satisfaction in Taiwan's national parks. *Tourism Management*, 26(2), 143-156. Recuperado de <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S026151770300236X>
- Ittelson, W. H., et al. (2005). *Homem Ambiental* (J. Q. Pinheiro, Trad.). Série Textos de Psicologia Ambiental (V. 14, pp. 01-09). Brasília: UnB.
- Jerônimo, R. N., & Gonçalves, T. M. (2008). O processo de apropriação do espaço e produção da subjetividade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 195-200
- Jodelet, D. (1996). “Las representaciones sociales del medio ambiente”, In L. Iñiguez & E. Pol (Eds.) *Cognición, representación y apropiación del espacio*. Monografías Psicosocio-ambientales. (pp. 29-44). Barcelona: Publicaciones de la Universitat de Barcelona.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: UERJ.
- Jorgensen, B. S., & Stedman, R. C. (2006). A comparative analysis of predictors of sense of place dimensions: attachment to, dependence on, and identification with lakeshore properties. *Journal of Environmental Management*, 79(3), 316-327.
- Kelly, G., & Hosking, K. (2008). Nonpermanent residents, place attachment, and "sea change" communities. *Environment and Behavior*, 40(4), 575-594. Recuperado de

- http://eab.sagepub.com/content/40/4/575.abstract?ijkey=d42e8c16b8cff8b6166db399c97deda092488cea&keytype=tf_ipsecsha
- Kuhnen, A. (1995). *Reciclando o cotidiano: representações sociais do lixo*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Lane, S. T. M. (1984). A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In S. T. M. Lane, & W. Codo, (Org.). *Psicologia social: o homem em movimento* (13a ed., pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Lewicka, M. (2005). Ways to make people active: the role of place attachment, cultural capital, and neighborhood ties. *Journal of Environmental Psychology*, 25(4), 381-395.
- Lynch, K., & Rivkin, M. (1970). A walk around the block. In H. M. Proshansky, W. H. Ittelson & L. G. Rivlin (Orgs.), *Environmental psychology: man and his physical setting* (pp. 631-642). Nova York: Holt, Rinehart & Winston.
- Machado, A. B. M.; C. S. Martins, & G. M. Drummond (ed.). (2005). *Lista da fauna brasileira ameaçada de extinção: Incluindo as espécies quase ameaçadas e deficientes de dados*. Fundação Biodiversitas: Belo Horizonte. 160 p.
- Manzo, L. C., & Devine-Wright, P. (2014). *Place Attachment: Advances in Theory, Methods and Applications*. Oxon y New York, Routledge.
- Manzo, L. C., & Perkins, D. D. (2006). Finding common ground: the importance of place attachment to community participation and planning. *Journal of Planning Literature*, 20(4), 335-350. Recuperado de <http://jpl.sagepub.com/content/20/4/335.abstract>
- Marcelino, E. V. (2008). *Desastres naturais e geotecnologias: conceitos básicos*. In INPE/CRS. *Caderno Didático*. Santa Maria: INPE/CRS.
- Martinho, L. R., & Talamoni, J. L. B. (2007). Representações sobre meio ambiente de alunos da quarta série do Ensino Fundamental. *Ciência & Educação*, 13(1), 1-13.
- Martins, G. V. S. (2012). *Práticas psicológicas junto às vítimas em situação de emergência e desastres: reconstrução de seus espaços de vida e suas relações intrapessoais* (Monografia de Graduação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, MG, Brasil.
- Massing, C. R., Lise, F. A., & Gaio J. M. (2009). Psicologia das emergências e dos desastres: Intervenções em Guaraciaba - SC. In V Seminário Internacional da Defesa Civil - DEFENCIL. *Anais Eletrônicos Defencil*. São Paulo: Parque Anhembi. Recuperado de <http://www.defencil.gov.br/?pg=anais-eletronicos>.
- Melo, Rosane Gabriele C. de. (1991). Psicologia ambiental: uma nova abordagem da psicologia. *Psicologia USP*, 2(1-2), 85-103.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771991000100008&lng=pt&tlng=pt.
- Mikich, S.B., & R. S. Bérnils. (2004). *Livro Vermelho da Fauna Ameaçada no Estado do Paraná*. Recuperado de <http://www.pr.gov.br/iap>
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2013). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Morera, J. A. C., Padilha, M. I., Silva, D. G. V. da, & Sapag, J. (2015). Theoretical and methodological aspects of social representations. *Texto & Contexto - Enfermagem [online]*, 24(4), 1157-1165. doi: 10.1590/0104-0707201500003440014
- Moscovici S. (2005). *Psicologia social: influencia y cambios de actitudes, individuos y grupos*. Barcelona (ES): Paidós.
- Moscovici S. (2012) *Representações sociais: investigações em psicologia social* (9a ed). Petrópolis (RJ): Vozes.
- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse: son image et son public*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

- Moscovici, S. (1984). The Phenomenon of Social Representations. In R. Farr & S. Moscovici (org.), *Social Representations*. Cambridge: University Press.
- Moscovici, S. (2003). O fenômeno das representações sociais. In S. Moscovici (Ed.), *Representações sociais: investigações em psicologia social* (pp. 29-109). Petrópolis: Vozes.
- Moser, G. (1998). Psicologia Ambiental. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 121-130. doi: 10.1590/S1413-294X1998000100008
- Muhr, T. (2004). *User's Manual for ATLAS.ti 5.0*. ResearchTalk Inc: Long Island.
- Ndmais. (2021). Casan presta esclarecimentos ao MPF sobre desastre ambiental na Lagoa da Conceição. Recuperado de <https://ndmais.com.br/meio-ambiente/casan-presta-esclarecimentos-ao-mpf-sobre-desastre-ambiental-na-lagoa-da-conceicao/>
- Ocampo, H. T. (2006). Conferência: Sistemas da atenção às vítimas de situações de emergências e desastres: contribuições possíveis da psicologia. In *I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e Desastres: contribuições para construção de comunidades mais seguras* (pp. 109-113). Brasília: Finatec/UNB. Recuperado de <http://www.crprj.org.br/publicacoes/relatorios/emergencias-desastres.pdf>.
- Oliveira, J. C. de, & Bertoni, L. M. (2019). Memória coletiva e teoria das representações sociais: confluências teórico-conceituais. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 12(2), 244-262. doi: 10.36298/gerais2019120205
- Oliveira, R. G. De, Moreira, L. E., & Natividade, C. (2020). Saberes e fazeres da Psicologia Social no campo da Justiça e dos Direitos. In L. C. E. C. Soares, L. E. Moreira. *Psicologia social na trama do(s) direito(s) e da justiça* (pp. 21-44). Florianópolis: ABRAPSO.
- Ordaz O., & Vala, J. (1997). Objectivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita. *Análise Social*, 23(4 e 5), 847- 874.
- Ostos, N. S. C. de. (2017). União Internacional Protetora dos Animais de São Paulo: práticas, discursos e representações de uma entidade nas primeiras décadas do século XX. *Revista Brasileira de História*, 37(75), 297-318. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-13>
- Pinheiro, J. Q. (2002). Comprometimento ambiental: perspectiva temporal e sustentabilidade. In J. G. Martínez & S. M. Doménech (Eds.), *Temas selectos de psicologia ambiental* (pp. 463-481). México: Unam-Greco-Fundación Unilibre.
- Pinheiro, J. Q. (2003). Psicologia Ambiental brasileira no início do século XXI: sustentável? In O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (Eds.), *Construindo a psicologia brasileira: desafios da ciência e prática psicológica* (pp.279-313). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pinheiro, J. Q., & Günther, H. (2008). *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Polli, G. M., & Camargo, B. V. (2013). Meio ambiente e água sob a perspectiva da teoria das representações sociais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(2), 255-271. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000200002>
- Polli, G. M., & Camargo, B. V. (2015). Representações Sociais do Meio Ambiente e da Água. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(4), 1310-1326. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001622013>
- Polli, G. M., & Kuhnen, A. (2011). Possibilidades de uso da teoria das representações sociais para os estudos pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia (Natal) [online]*, 16(1), 57-64. doi: 10.1590/S1413-294X2011000100008
- Proshansky, H. M., Fabian, A. K., & Kaminoff, R. (1983). Place-identity: physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3,57-83.
- Proshansky, H., & Altman, I. (1979). Overview of the field In: WHITE, W. P. ed. *Resources in environment and behaviour*. Washington, D. C: American Psychological Association.

- Reigota, M. (2004). *Meio ambiente, e representação social*. São Paulo: Cortez.
- Remírez, D. S. (2011). Acompanhamento para reconhecimento de vítimas. In Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia de emergências e desastres na América Latina: Promoção de direitos e construção de estratégias de atuação* (pp. 63-71). Brasília: CFP.
- Resolução CNS n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html
- Resolução Consema Nº 002, de 06 de dezembro de 2011. Reconhece a Lista Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção no Estado de Santa Catarina e dá outras providências. Recuperado de <http://www.fatma.sc.gov.br/upload/Flora/resconsema51.pdf>.
- Rosenbaum, M. S., Ward, J., Walker, B. A., & Ostrom, A. L. (2007). A cup of coffee with a dash of love: an investigation of commercial social support and thirdplace attachment. *Journal of Service Research*, 10, 43-59.
- Ryan, R. L. (2005). Exploring the effects of environmental experience on attachment to urban natural areas. *Environment and Behavior*, 37(1), 3-42. Recuperado de <http://eab.sagepub.com/content/37/1/3>
- Sá, S. D., Werlang, B. S. G., & Paranhos, M. E. (2008). Intervenção em crise. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 4(1). doi: 10.5935/1808-5687.20080008
- Sampaio, A. de. (2014). *A gestão dos riscos globais das mudanças climáticas pelo estado de direito ambiental*. Porto Alegre: Nuria Fabris.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw Hill.
- Senge-SC. (2021). *Desastre na lagoa de evapoinfiltração da ETE Lagoa da Conceição*. Recuperado de <https://www.senge-sc.org.br/desastre-na-lagoa-de-evapoinfiltracao-da-ete-lagoa-da-conceicao/>
- Souza, J. F. de J., & Shimizu, H. E. (2013). Representação social acerca dos animais e bioética de proteção: subsídios à construção da educação humanitária. *Revista Bioética*, 21(3), 546-556. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1983-80422013000300019>
- Speller, G. M. (2005). A importância da vinculação ao lugar. In L. Soczka (Ed.), *Contextos humanos e psicologia ambiental* (pp.133-167). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tominaga, L. K., Santoro, J., & Amaral, R. do. (2009). *Desastres naturais: conhecer para prevenir*. São Paulo: Instituto Geológico.
- Trindade, M. C., & Serpa; M. G. (2013). O papel dos psicólogos em situações de emergências e desastres. *Estudo e pesquisas em psicologia*, 13(01), 01-20. Recuperado de <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/7936/5729>
- Tuan, Y. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência* (Oliveira, L. de O., Trad.). São Paulo: DIFEL.
- Universidade Federal de Santa Catarina. (2012). *Considerações sobre o manual de planejamento em defesa civil*. Florianópolis: UFSC.
- Valera, S. (1996). Psicologia ambiental: bases teóricas y epistemológicas. In L. Iñiguez & E. Pol (Eds.), *Cognición, representación y apropiación del espacio* (pp.1-14). Barcelona: Universidad de Barcelona Publicacions.
- Venables, D., Pidgeon, N. F., Parkhil, I. K., Henwood, K. L., & Simmons, P. (2012). Living with nuclear power: sense of place, proximity, and risk perceptions in local host communities. *Journal of Environmental Psychology*, 32, 371- 383.
- Wagner, W. (1998). Sócio-gênese e características das representações sociais. In A. S. P. Moreira, & D. C. de Oliveira. (Eds.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 3-25). Goiânia: AB.

- Wakefield, S. E. L., Elliott, S. J., Cole, D. C., & Eyles, J. D. (2001). Environmental risk and (re)action: air quality, health, and civic involvement in an urban industrial neighbourhood. *Health & Place*, 7(3),163-177.
- Walker, A. J., & Ryan, R. L. (2008). Place attachment and landscape preservation in rural New England: a maine case study. *Landscape and Urban Planning*, 86(2),141-152.
Recuperado de <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0169204608000315>
- Williams, D. R., & Roggenbuck, J. W. (1989). Measuring Place Attachment: Some Preliminary Results. Paper Presented at the Session on Outdoor Planning and Management, NRPA Symposium on Leisure Research, San Antonio, TX.
- Williams, D. R., & Vaske, J. J. (2003). The measurement of place attachment: validity and generalizability of a psychometric approach. *Forest Science*, 49, 830-840.
- Yin, R. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2a ed. Porto Alegre, RS: Bookman.
- Yuksel, A., Yuksel, F., & Bilim, Y. (2010). Destination attachment: effects on customer satisfaction and cognitive, affective and conative loyalty. *Tourism Management*, 31(2), 274-284. Recuperado de <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517709000508>

9 APÊNDICES

9.1 APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Você está sendo **convidado(a)** a participar da pesquisa intitulada “**Representações Sociais de desastres e Apego ao lugar de acordo com atingidos pelo rompimento da lagoa artificial de infiltração da estação de tratamento de esgotos (ETE) da Lagoa da Conceição/SC**” a ser conduzida pela acadêmica Maísa Hodecker, sob responsabilidade da Prof^a Dr^a Andréa Barbará S. Bousfield, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Peça orientação quantas vezes for necessário para esclarecer todas as suas dúvidas. A proposta deste Termo é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O **objetivo** desta pesquisa é compreender as relações entre representações sociais de desastre ambiental e apego ao lugar para pessoas afetadas pelo desastre ambiental na Lagoa da Conceição em Florianópolis/SC. Para tanto, os atingidos serão convidados a participar de uma pesquisa que contém os seguintes instrumentos e técnicas: observação participante (não necessita do participante); questionário sociodemográfico (estima-se 10 minutos para a realização); entrevista semi-estruturada (estima-se 30 minutos para a realização); fotografia (estima-se 15 minutos para a realização). Caso você aceite o convite, você **participará** de uma pesquisa com duração estimada de 50 minutos, áudio gravado com aparelho celular/computador, realizada no local do desastre ambiental ou de modo *on-line*.

Participar desta pesquisa poderá oferecer **riscos** mínimos a você referentes a algum possível constrangimento, cansaço ou aborrecimento ao responder à entrevista. **Caso isso ocorra**, você poderá interromper sua participação sem nenhum problema e a entrevistadora (que é psicóloga) estará apta a oferecer atendimento psicológico gratuito ou lhe encaminhará para acolhimento psicológico com a pesquisadora responsável (também psicóloga), caso você manifeste desejo. Outro **risco** inerente à pesquisa é a remota possibilidade da quebra do sigilo,

mesmo que involuntário e não intencional (por exemplo, perda ou roubo de documentos, computadores, *pen-drive*). Sinta-se **absolutamente à vontade** em deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem ter que apresentar qualquer justificativa e com a certeza de que você não terá qualquer prejuízo. Caso você venha a sofrer qualquer dano ou prejuízo decorrente desta pesquisa, você terá **garantia de indenização**.

Todas as informações colhidas serão analisadas em caráter estritamente científico, os pesquisadores serão os únicos a ter acesso aos dados e tomarão todas as providências necessárias para manter o **sigilo**. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas da área da psicologia e mostrarão apenas os resultados obtidos como um todo, **sem revelar seu nome**, instituição ou qualquer informação relacionada à sua privacidade. Os dados da sua entrevista serão utilizados apenas para essa pesquisa e ficarão **armazenados por pelo menos cinco anos**, em sala e armário chaveados, de posse da pesquisadora responsável, podendo ser descartados (deletados e incinerados) posteriormente ou mantidos armazenados em sigilo. Você não terá despesas pessoais em qualquer fase deste estudo e também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Caso você tenha alguma despesa ou qualquer prejuízo financeiro em decorrência desta pesquisa, você terá garantia de **ressarcimento**.

Por outro lado, embora esta pesquisa não lhe ofereça **benefícios** diretos imediatos, você poderá contribuir para evidenciar os agentes envolvidos, sendo eles pessoas, entidades, instituições, tendo em vista que todos possuem responsabilidade e influência sobre a ocorrência de um desastre ambiental; demonstrar que existem relações de afetividade entre pessoas-ambiente; analisar que o apego ao lugar, em casos de áreas de risco, deve ser investigado para que políticas públicas cumpram sua função de prevenção de desastres; enfatizar os impactos gerados a partir da ocorrência de desastres ambientais nas pessoas afetadas no que se refere a identidade de lugar, memórias afetivas de lugar, rede de apoio, assim como nas capacidades psicológicas para o enfrentamento; desastres ambientais provocam prejuízos de diversos níveis (psicológicos, sociais, financeiros, familiares, etc.) que obrigam as pessoas afetadas a buscar soluções; representações sociais são formadas a partir de desastres e, essas, contribuem ou não para a reconstrução e superação da experiência. Pretende-se expandir o conhecimento adquirido por meio de comunicações orais e visuais apresentadas em congressos, seminários, encontros regionais, assim como palestras e aulas ministradas pela pesquisadora. Caso o participante queira saber sobre o andamento da pesquisa ou queira receber os resultados prévios, este terá o direito de solicitar e receber os resultados via e-mail ou por correspondência ao endereço que

disponibilizará à pesquisadora.

A pesquisadora responsável, que também assina esse documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a **Resolução 466/12**, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa. **Duas vias** deste documento estão sendo **rubricadas e assinadas por você e pelo pesquisador responsável**. Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.

Caso você queira maiores explicações sobre a pesquisa você poderá entrar em **contato** com a **pesquisadora** Maísa Hodecker, **responsável** por este estudo, através do telefone: (0 XX 47) 99751-3747; do e-mail: maisa_hodecker@hotmail.com ou pessoalmente no endereço Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Psicologia – Bloco E – 5º andar Campus Universitário Trindade, CEP: 88.040-900, Florianópolis – SC. Em caso de dúvidas ou preocupações quanto aos seus direitos como participante deste estudo, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC pelo telefone (48) 3721-6094; e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br ou pessoalmente na rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, 4º andar, sala 401, bairro Trindade.

Declaração de consentimento

Eu, _____, RG _____, li este documento (ou tive este documento lido para mim por uma pessoa de confiança) e obtive dos pesquisadores todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa intitulada “**Representações sociais de desastres e Apego ao lugar de acordo com atingidos pelo rompimento da lagoa artificial de infiltração da estação de tratamento de esgotos (ETE) da Lagoa da Conceição/SC**”. Estou ciente que receberei uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por mim e pela pesquisadora responsável. Entendo que ao assinar este documento, não estou abdicando de nenhum de meus direitos legais.

Assinatura do participante da pesquisa

Data

Assinatura da pesquisadora responsável pelo estudo
MAÍSA HODECKER

Data

9.2 APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

1) Nome completo:
2) Sexo: a) ☐ Feminino b) ☐ Masculino c) ☐ Outro
3) Idade:
4) Estado Civil: a) ☐ Solteiro(a) b) ☐ Casado(a) c) ☐ União estável d) ☐ Separado(a)/divorciado(a) e) ☐ Viúvo(a)
5) Escolaridade: a) ☐ Ensino fundamental completo b) ☐ Ensino fundamental incompleto c) ☐ Ensino médio completo d) ☐ Ensino médio incompleto e) ☐ Ensino superior completo f) ☐ Ensino superior incompleto
6) Endereço completo:
7) Ocupação profissional (trabalho):
8) Religião:
9) Possui filhos? ☐ Sim Quantos? Quatro ☐ Não
10) Mora com quantas pessoas:
11) Renda familiar: a) ☐ até R\$ 1.500,00 b) ☐ de 1.500,00 a 3.000,00 c) ☐ de R\$1.500,00 a 3.000,00 d) ☐ de R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00 e) ☐ de R\$ 5.001 a R\$7.000,00 f) ☐ acima de R\$7.000,00
12) Quais os prejuízos que você teve pelo desastre socioambiental? Que tipo? Por exemplo: psicológico, financeiro/econômico, social, etc?
13) Em qual situação se encontra a sua moradia e bens perdidos/danificados?

14) Que medidas você tomou ou está tomando para recuperar seus bens perdidos e/ou prejudicados?

9.3 APÊNDICE C – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Perguntas norteadoras sobre representações sociais e relação com o lugar	
Dimensão: informação	
01	O que você pensa sobre o desastre ambiental ocorrido na Lagoa da Conceição?
02	Na sua opinião, o que é um desastre ambiental?
03	O que você sabia sobre o desastre antes deste ocorrer? O que você ouvia falar?
Dimensão: atitude	
04	Quando o desastre ocorreu, quais foram as suas primeiras reações? O que você fez? O que pensou?
05	Em sua opinião, o que poderia ser feito para prevenir um desastre futuro na Lagoa da Conceição?
06	De alguma forma, você ou algum morador já conseguia prever que algo estava errado com a lagoa? Se sim, como previu?
07	Você considera que já se recuperou do desastre? Caso a resposta seja não, explique o que você está fazendo ou tentando fazer para se recuperar.
Dimensão: campo ou imagem	
08	Para você, como esse desastre ambiental pode ser nomeado?
09	Existe alguma imagem, cenário, ambiente, que para você, representa melhor esse desastre? Se sim, o que?
10	Instigar o participante a partir do estímulo verbal: “ <i>crie uma imagem que represente o desastre ambiental ocorrido na Lagoa da Conceição</i> ”.
Dimensão afetiva: relação pessoa-ambiente	
11	Como você se sente neste lugar?
12	Como foi para você se afastar da sua moradia/residência?
13	Como você imagina que esse lugar será daqui em diante?
14	Que nome você daria para o lugar que você mora?
15	Qual a sua história com esse lugar?